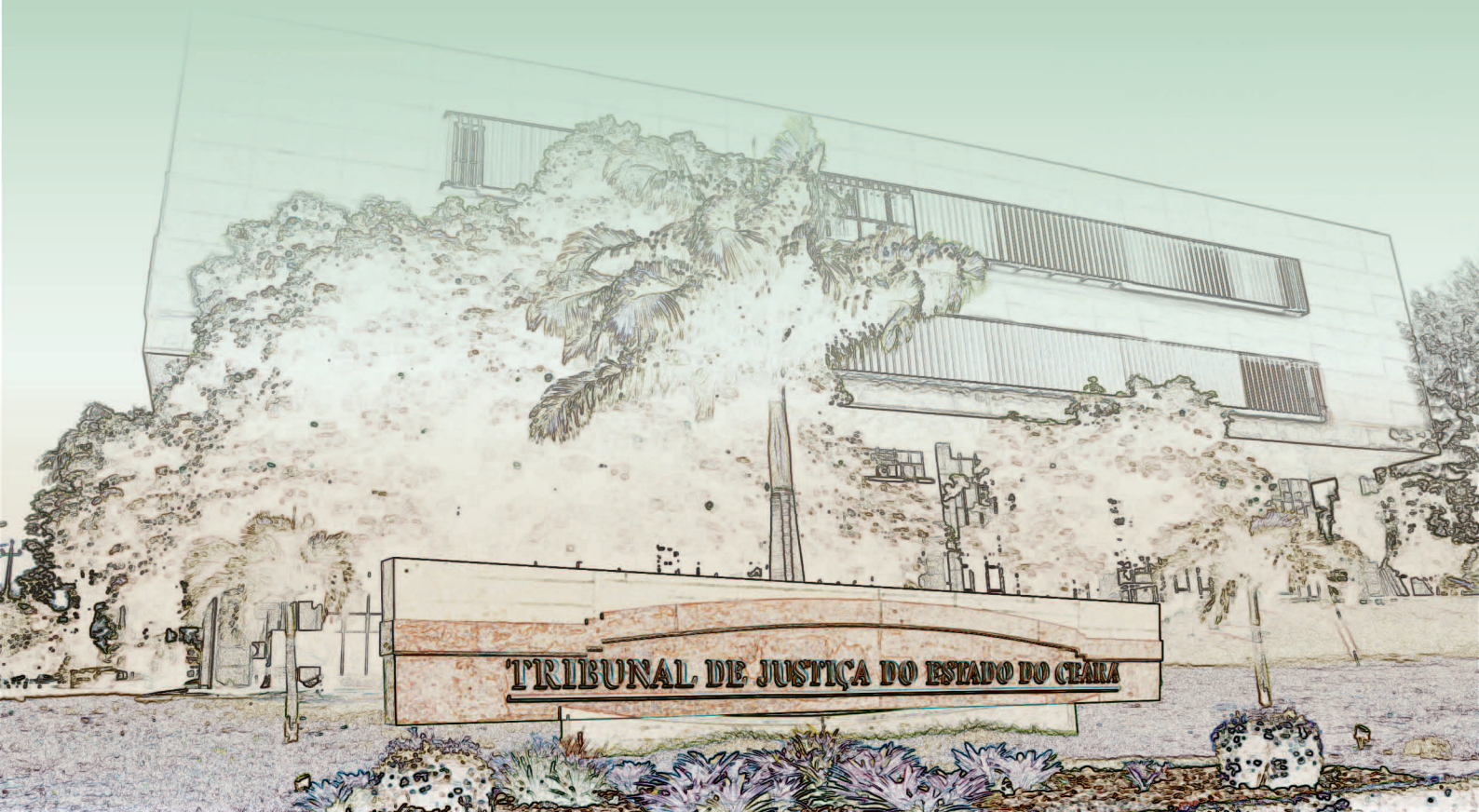
ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Gestão 2011-2013



Administração
Gestão 2011-2013

Presidência
Des. José Arísio Lopes da Costa

Vice-Presidência
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido

Corregedoria Geral da Justiça
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar

Escola Superior da Magistratura
Des. Francisco Lincoln de Araújo e Silva

Ouvidoria Geral da Justiça
Des. Francisco Auricélio Pontes

Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua
Juiz José Krentel Ferreira Filho

Juiz Auxiliar da Presidência
José Ricardo Vidal Patrocínio

Juiz Auxiliar da Presidência
Francisco Eduardo Fontenele Batista

Juiz Auxiliar da Vice-Presidência
Cristiano Rabelo Leitão

Assessoria Especial da Presidência
Juliana Cardoso Lima Borges

Consultoria Jurídica
Chrystianne dos Santos Sobral

Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
Ana Katarina Fonteles Soares

Secretaria Geral
Pedro Henrique Gênova de Castro

Secretaria de Administração
Jordete de Oliveira Franco Gomes

Secretaria de Finanças
Newton Rodrigues Sousa

Secretaria de Gestão de Pessoas
Adriana Islaia Carneiro Leal

Secretaria Judiciária
Francisca Cleidinir Rego M. Martins

Secretaria de Tecnologia da Informação
Dilthey Pontes Forte

Auditoria Administrativa de Controle Interno
Maria José de Oliveira Fernandes

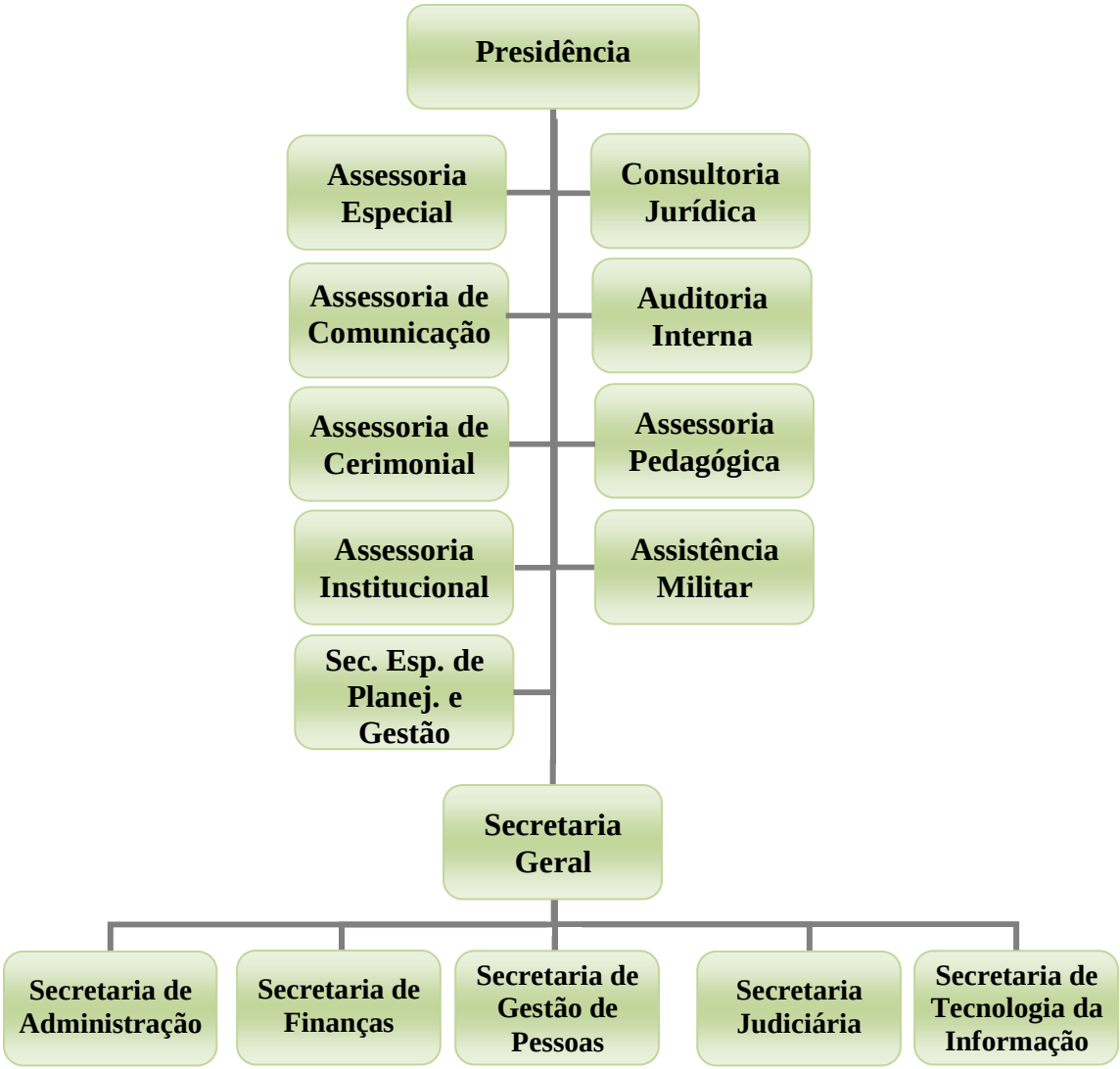
Assessoria de Cerimonial
Alessandra Bezerra Aragão

Assessoria de Comunicação
Dalva Regina Luna Queiroz

Assessoria Institucional
Lúcia Carvalho Cidrão

Assistência Militar
Augusto Nirlando Monteiro Vieira

Organograma Simplificado



Apresentação

O presente relatório tem por desígnio registrar as principais realizações da Gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) durante o exercício 2011-2013, sob a Presidência do Des. José Arísio Lopes da Costa, a Vice-Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido e a Corregedoria Geral da Des. Edite Bringel Olinda Alencar.

No decorrer do citado biênio, atenta às premissas de responsabilidade, transparência e compromisso, a Administração priorizou ações que contribuíssem para a modernização e o descongestionamento do Judiciário cearense, bem assim para a participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

No escopo da prestação jurisdicional, restou, de pronto, criado, no âmbito desta egrégia Corte de Justiça, o Órgão Especial, com a finalidade precípua de conferir celeridade ao exercício de certas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno.

Outra iniciativa importante foi a ampliação na Capital e a extensão a comarcas do Interior da atuação do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos, que proporcionou números bastante significativos, como a elaboração de 11.409 sentenças, 4.770 despachos, 216.968 movimentações processuais relacionadas a expedientes diversos e a realização dos mutirões Financeiro, de Perícias de Interdição, de Investigação de Paternidade, de Ações Acidentárias, do Júri e de Conciliações, envolvendo ações do DPVAT.

Destaque-se, de igual forma, a implantação de 35 novas unidades judiciárias no Estado do Ceará, incluindo 10 Varas na Entrância Inicial, 12 Varas na Entrância Intermediária, 10 Varas e 3 Juizados Especiais na Entrância Final, assim também a criação do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e a execução de 12 mutirões ao longo do biênio, que culminaram não apenas na resolução de litígios de forma mais célere, mas também na construção e divulgação de uma cultura de conciliação perante a sociedade.

De mais a mais, procedeu-se à ampliação e reestruturação do Serviço de Precatórios, com o disciplinamento do repasse de valores e requisições de pequeno valor, a abertura de novas Contas Especiais para recebimento de depósitos dos devedores e a criação do Comitê Gestor das Contas Especiais.

Os resultados de todas essas ações inicialmente relatadas refletem uma melhoria significativa no desempenho do Judiciário cearense ao final do ano de 2012, a exemplo de:

- → Baixa definitiva de aproximadamente 700 (setecentos) processos do 1º Grau e 5.000 (cinco mil) processos do 2º Grau, através da atualização e correção das respectivas movimentações nos sistemas processuais.

- → Pagamento de R$ 9.523.458,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) em precatórios envolvendo o Estado e o Município, beneficiando o total de 618 credores.

- → Inventário de 969.470 processos nas unidades judiciárias do Interior, Turmas Recursais, Juizados Especiais e 2º Grau, por meio do Projeto "Justiça em Movimento". Como resultado direto do projeto, foram totalizadas 173.809 baixas processuais.

- → Consecução das metas 4, 5 e 7 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento; a implantação de método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º Grau e a publicação mensal das produtividades dos magistrados no Portal do Tribunal, respectivamente.

- → Cumprimento da metas 1, 2 e 4 de 2011 do CNJ, que tratam da criação de uma unidade de gerenciamento de projetos; da implantação de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária do 1º Grau e da implantação de programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário.

- → Atendimento das metas 3, 4 e 5 de 2012 do CNJ, que consistem na disponibilização das informações processuais nos portais da rede mundial de computadores; na implantação de Núcleo de Cooperação Judiciária, com a instituição da figura dos Juízes de Cooperação e na implantação de sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

- → Progressão contínua nos percentuais de cumprimento das metas relacionadas aos julgamentos processuais, a exemplo da Meta 2 de 2009, que demanda o julgamento de todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005, cujo monitoramento permanente permitiu que se atingisse o montante de 110.639 julgamentos, frente às 170.584 ações que se encontravam pendentes no ano de implantação da meta.

Objetivando, em sequência, a construção e a consolidação de um modelo de gestão moderno e de qualidade no Judiciário alencarino, foram empreendidas diversas iniciativas que

culminaram na classificação do TJCE, entre as Cortes estaduais, como o quarto colocado em adoção de práticas de gestão estratégica, no Diagnóstico da Gestão Estratégica Nacional do CNJ. Dentre as ações a esse respeito, destacam-se:

- → Instituição, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20/12/12, do Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, com o objetivo de monitorar e gerir a execução do Plano Estratégico institucional.

- → Implantação do Escritório Corporativo de Projetos do Poder Judiciário cearense (ECP), por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13/2011, que garantiu um maior dinamismo nas tomadas de decisão gerenciais e um alinhamento do portfólio de projetos aos objetivos estratégicos da Instituição.

- → Implantação da Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE, através do Provimento nº 12/2011, de 06 de junho de 2011, e da Portaria de nº 755/2011, de 17 de junho de 2011, que resultou na consolidação da proposta orçamentária relativa aos exercícios de 2012 e 2013, no controle do desembolso financeiro dos projetos, bem assim na construção e revisão do Plano Plurianual (PPA) 2012 -2015.

- → Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJCE, por meio da Resolução nº 11, de 11 de novembro de 2011.

- → Implantação da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), com a elaboração de regras para a avaliação de desempenho setorial, a construção e o alinhamento de indicadores e metas setoriais ao Plano Estratégico, como forma de fomentar a celeridade e o aumento de produtividade nas unidades judiciárias e administrativas do TJCE.

No campo da inovação, desburocratização e modernização, são dignas de realce as seguintes iniciativas:

- → Criação e instalação dos Núcleos Fixos e Móveis de Digitalização de Processos no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, medida que assegurou maior autonomia ao Tribunal e imprimiu maior segurança e redução de custos na execução das atividades de digitalização do acervo de processos em tramitação e das petições iniciais e intermediárias ingressadas no protocolo.

→ Aquisição de arquivos deslizantes, que permitiu o armazenamento de 55.000 caixas do tipo box e o retorno de todo o arquivo do Tribunal de Justiça, que se encontrava em guarda externa.

→ Implantação do peticionamento eletrônico obrigatório para a Comarca de Fortaleza, nos termos da Portaria nº 1.163/2012, através do Portal e-SAJ, o qual dispensa o protocolo tradicional e a digitalização de peças, além de promover a celeridade na tramitação processual e a ampliação do atendimento aos operadores do direito.

→ Criação da Ilha de Peticionamento, serviço ininterrupto e disponível 24 horas por dia, oferecido pelo TJCE às partes, como forma de ampliar o acesso ao peticionamento eletrônico.

→ Integração de 44 Comarcas Vinculadas ao TJCE, através de rede de dados moderna e confiável.

→ Implantação do acesso sem fio à intranet e internet no Fórum Clóvis Beviláqua e no Tribunal de Justiça, permitindo que advogados e jurisdicionados realizem consultas aos processos por meio de dispositivos móveis.

Restaram, ademais, reformulados os Grupos de Trabalho que integram o Projeto de Virtualização, objetivando o aperfeiçoamento e a celeridade da implantação do processo eletrônico. Após a reestruturação, a execução do Projeto se tornou mais eficiente, de modo que, hoje, todos os órgãos julgadores Tribunal de Justiça e as Varas da Comarca de Fortaleza já funcionam com processo eletrônico e as novas ações tramitam exclusivamente de forma digital.

Importantes conquistas foram alcançadas também na esfera dos recursos humanos, evidenciando a ênfase desta Administração no fortalecimento do quadro funcional e na valorização de magistrados e servidores, dentre elas, de bom alvitre enumerar:

→ Implantação e regulamentação da jornada de trabalho de 40 horas prevista na Lei nº 14.786/2010, em atendimento a determinação do CNJ.

→ Implantação das Gratificações de Interiorização (GEI) e de Alcance de Metas Setoriais (GAM), previstas, ambas, no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), as quais beneficiam, respectivamente, 427 e 3.105 servidores deste Poder.

- → Abertura de concurso para provimento de cargos de Juiz Substituto, cuja conclusão está prevista para março de 2013.

- → Pagamento de 17 (dezessete) parcelas da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).

- → Remoção de 104 Juízes e promoção, pelos critérios de merecimento e antiguidade, de 145 magistrados para comarcas da Capital e do Interior, como parte do Projeto de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário estadual.

- → Nomeação de 185 (cento e oitenta e cinco) candidatos remanescentes do último concurso de servidores.

A responsabilidade socioambiental também se fez presente nas diretrizes da Gestão, com a implantação do Programa de Eficiência Energética, patrocinado pela Companhia Energética do Ceará (Coelce), e a instituição da Comissão Socioambiental, a qual assumiu o mister de planejar, implementar, coordenar e divulgar ações relacionadas ao contexto socioambiental.

Oportuno que se ressaltem, por fim, outras conquistas alcançadas ao longo do biênio, como:

- → Criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE) e instituição da Comissão de Segurança Permanente, por meio da Portaria nº 884/2011.

- → Criação do programa de televisão "Judiciário em Evidência", com reportagens e entrevistas sobre a Justiça cearense.

- → Criação e instalação oficial da Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

- → Celebração de 175 convênios, objetivando, todos eles, cooperação técnica e mútua colaboração em prol de interesses institucionais comuns.

- → Finalização do 3º pavimento do edifício-sede do Tribunal de Justiça.

- → Conclusão das obras de reforma da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) e do Fórum das Turmas Recursais Prof. Dolor Barreira, bem assim das obras de construção de novos Fóruns nas comarcas de Aquiraz, Limoeiro do Norte, Mombaça e Tauá e ampliação do fórum de Amontada.

→ Mudança de 107 secretarias de varas do Fórum Clóvis Beviláqua para os seus locais definitivos e instalação de 23 salas de audiência.

→ Redução de despesas relativas aos consumos de água, energia, telefone e utilização de serviço de correios.

→ Reinauguração da Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe, desativada há cerca de 3 anos, com a ampla aquisição de livros e periódicos.

Não nos seria dado olvidar, por último, a excelência dos trabalhos desenvolvidos pelo nobre Vice-Presente, Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido, e pela douta Corregedora Geral da Justiça, Desa. Edite Bringel Olinda Alencar. Como exemplo de iniciativas encampadas pela Vice-Presidência, tem-se a distribuição/redistribuição de mais de 93.000 processos, a realização de juízos de prelibação de aproximadamente 4.650 recursos e a gestão e respectivo cumprimento integral da Meta 4 do CNJ. A Corregedoria Geral de Justiça, de sua vez, promoveu, também a título exemplificativo, a elaboração do seu primeiro Plano Estratégico, para o período 2012-2014, empreendeu amplos esforços visando ao cumprimento das Metas Nacionais estipuladas para as Corregedorias Estaduais e capitaneou os projetos "Atendimento com Eficiência", "Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento", "Pai Presente" e "Justiça Plena".

As ações até aqui delineadas são apenas alguns exemplos de importantes iniciativas empreendidas durante o biênio 2011-2013. Uma visão mais completa e detalhada das atividades desempenhadas por cada uma das unidades que compõem esta Instituição somente poderá ser extraída da análise completa do vertente relato.

Oportuno observar que o reconhecimento de tantas conquistas provoca o irrenunciável agradecimento por parte da Administração a cada Desembargador, Juiz, Secretário, Servidor e demais colaboradores, sem cujo empenho e irrestrita colaboração nada ou muito pouco teria sido realizado.

Finaliza-se este esboço fazendo uso das palavras do notável filósofo alemão Friedrich Hegel, que traduz, de forma singular, a complexidade da Justiça, in verbis:

> *O drama não é a luta entre a justiça e a injustiça, é a luta entre dois direitos igualmente justos. A justiça não é um dom gratuito da natureza humana, ela precisa ser conquistada sempre porque ela é uma eterna procura.*

Sumário

Administração Gestão 2011-2013 3
Organograma Simplificado 5
Apresentação 7
Sumário 13
Presidência 15
Vice-Presidência 23
Corregedoria Geral da Justiça 27
Escola Superior da Magistratura do Ceará 40
Consultoria Jurídica 49
Secretaria Especial de Planejamento e Gestão 58
Secretaria Geral 70
Secretaria de Administração 73
Secretaria de Finanças 87
Secretaria de Gestão de Pessoas 97
Secretaria Judiciária 109
Secretaria de Tecnologia da Informação 115
Auditoria Administrativa de Controle Interno 131
Assessoria de Cerimonial 135
Assessoria de Comunicação 139
Assessoria Institucional 144
Assistência Militar 154
Fórum Clóvis Beviláqua 163
Ouvidoria Geral da Justiça 170

Presidência

O Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) é composto pelas unidades administrativas que compreendem: os gabinetes do Assessor Especial da Presidência e dos Juízes Auxiliares da Presidência, além da Chefia de Gabinete e dos Oficiais de Gabinete, bem como da Divisão de Apoio Administrativo.

A missão do Gabinete da Presidência é de atender com eficiência ao Presidente do Tribunal em suas necessidades imediatas, além de dar suporte às assessorias e secretarias no que concerne às demandas administrativas, judiciais e legislativas, como também, de realizar o atendimento pessoal a Magistrados, servidores, sindicatos e associações, bem como ao público externo.

Dentre as muitas atividades exercidas no âmbito do Gabinete, vale ressaltar, a elaboração de projetos e mensagens de lei, provimentos, resoluções, portarias, atos, despachos administrativos, acompanhamento e atendimento das resoluções e recomendações do Conselho Nacional de Justiça, exame dos pedidos de levantamento de Alvará Judicial cujos valores sejam superiores a R$50.000,00 (cinquenta mil reais), assistência e orientação a magistrados e servidores, encaminhamento de documentos oficiais aos setores e órgãos competentes, atendimento personalizado aos interessados, prestação de informações e solução de problemas administrativos.

Com o objetivo de fortalecer e melhorar o atendimento de importantes e estratégicos setores, o atual gestor do Tribunal de Justiça, Des. José Arísio Lopes da Costa, determinou que novas atividades fossem continuamente acompanhadas por membros que compõe o Gabinete da Presidência, passando o MM. Juiz de Direito, Dr. Francisco Eduardo Fontenele Batista, a exercer o papel de Juiz Auxiliar responsável pelo Setor de Precatórios. Ao MM. Juiz de Direito Auxiliar da Presidência, Dr. José Ricardo Vidal do Patrocínio, compete acompanhar, responder e dar andamento a todas as demandas oriundas do Conselho Nacional, através do sistema *e-CNJ*, além de ser membro do Núcleo de Cooperação Judiciária. À Assessora Especial da Presidência, Juliana Cardoso Lima Borges, foi atribuída a responsabilidade de atuar como Coordenadora da Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico, membro do Comitê Estratégico do Poder Judiciário e do Comitê de Gestão e Programação Financeira, e auxiliar da Comissão

do Concurso da Magistratura, sem prejuízo das demais atribuições do cargo.

O Gabinete da Presidência tem como uma de suas metas principais auxiliar na modernização do Poder Judiciário na busca da excelência da prestação do serviço público como um todo. Nessa visão global de bem servir à comunidade, o Gabinete incentiva os projetos e atua como parceiro junto aos diretores dos Fóruns Capital/ Interior e às secretarias e assessorias desta Corte de Justiça.

Atividades Desenvolvidas

Audiências

Durante o biênio, foram concedidas, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, ao público em geral (exceto atendimento institucional às autoridades), 676 audiências.

Elaboração de Atos Normativos e Documentos

Dentre as atividades desenvolvidas no âmbito do Gabinete da Presidência, merece destaque a elaboração e o acompanhamento de provimentos, assentos regimentais, resoluções e portarias de interesse do Poder Judiciário, conforme tabela:

Documento	2011	2012
Resoluções Tribunal Pleno/ Órgão Especial	22	10
Provimentos	33	41
Assentos Regimentais	8	0
Portarias	1.880	1.757

O Gabinete cuida, ainda, da elaboração de expedientes dirigidos a autoridades Federais, Estaduais e Municipais, Magistrados da Capital e do Interior, advogados, fornecedores, servidores e ao público em geral, decorrente de decisões da Presidência do TJCE, ou oriundas da apreciação dos processos administrativos, de decisões de Tribunais superiores, e, ainda, em função do atendimento aos públicos interno e externo.

Expediente	2011	2012
Ofícios	1.382	870
Ofícios Circulares	18	19
Memorandos	129	45

Atendimento aos desembargadores e aos servidores

O Gabinete da Presidência recebe, diariamente, todos aqueles que o procuram tentando, na medida do possível, mediar os interesses da Administração Pública com os desembargadores, servidores e o público em geral, buscando atender às necessidades, utilizando o diálogo aberto como ferramenta fundamental para a tomada de decisões baseadas no senso de justiça e cidadania.

Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa

Em trabalho conjunto com as unidades interessadas, foram redigidas diversas matérias de cunho legislativo, transformadas em projetos de Lei, estes submetidos à apreciação do Tribunal Pleno e/ou Órgão Especial.

Uma vez aprovados em plenário, os projetos de Lei são enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, havendo constante trabalho de acompanhamento dos procedimentos perante o Poder Legislativo, inclusive com a exposição de motivos aos membros daquele Poder, garantindo a total transparência da matéria, assegurando celeridade em sua tramitação.

Foram enviadas à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, durante o biênio, 18 (dezoito) Mensagens de Lei, sendo 16 (dezesseis) aprovadas e publicadas e as outras duas em processo de tramitação.

Mensagem	Data	Projeto de Lei	Lei
01/2011	14/04/2011	Modifica dispositivos da Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994; da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995; da Lei nº 14.311, 20 de março de 2009; da Lei 14.415, de 23 de julho de 2009; e da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, e alterações posteriores,	Lei nº 14.916/11 Publicada no DO 11.05.2011
02/2011	12/04/2011	Altera dispositivo da Lei nº 14.311, de 20 de março de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 14.912/11 Publicada no DO 11.05.2011
03/2011	04/03/2010	Altera os dispositivos a Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e alterações posteriores, e dá outras providências.	Lei nº 14.913/11 Publicada no DO 11.05.2011
04/2011	22/06/2011	Altera a Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010 e modificações posteriores, que dispõe sobre o plano de Cargos e Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Lei nº 15.146/12 Publicada no DO 22.06.2012
05/2011	31/05/2011	Extingue e cria cargo de provimento em comissão integrante do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 14.974/11 Publicada no DO 17.08.2011
06/2011	14/06/2011	Altera dispositivos da Lei nº 14.786, de 13 de agosto de 2010 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Quadro III- Poder Judiciário do Estado do Ceará – e dá outras providências.	Lei nº 14.982/11 Publicada no DO 23.08.2011
07/2011	09/08/2011	Cria novos cargos de provimentos em comissão no âmbito do quadro III do Poder Judiciário Estadual, e altera dispositivos da Lei 13.956, de 13 de agosto de 2009.	Lei nº 14.985/11 Publicada no DO 22.08.2011
08/2011	08/09/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 15.034/11 Publicada no DO 16.11.2011
09/2011	08/12/2011	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 15.102/11 Publicada no DO 30.12.2011
10/2011	22/12/2011	Promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, ativos e inativos, pensionistas, inclusive, do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 15.102/11 Publicada no DO 30.12.2011
1/2012	20/01/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, e dá outras providências.	Lei nº 15.129/12 Publicada no DO. 20.03.2012

Mensagem	Data	Projeto de Lei	Lei
2/2012	02/03/2012	Altera dispositivo da Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, e alterações posteriores, e dá outras providências.	Lei nº 15.144/12 Publicada no DO 04.05.2012
3/2012	09/03/2012	Cria o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG-JE) e dá outras providências.	Lei nº 15.145/12 Publicada no DO 08.05.2012
4/2012	25/05/2012	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento em comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 14.407, de 15 de julho de 2009, altera dispositivos da Lei nº 12.483 de 3 de agosto de 1995, que dispões sobre a Organização Administrativa do Poder Judiciário Estadual, e dá outras providências.	Lei nº 15.209/12 Publicada no DO 20.07.2012
5/2012	11/07/2012	Dispõe sobre a criação da Divisão Precatórios da Consultoria Jurídica da Presidência do Tribunal de Justiça, altera dispositivos da Lei nº 12.483 de 3 de agosto de 1995, Lei nº 13.956, de 13 de agosto de 2007 e Lei nº 14.813, de 14 dezembro de 2010, e dá outras providências.	Em tramitação
6/2012	12/10/2012	Acrescenta dispositivos à Lei nº 14.283, de 29 de dezembro de 2008, que fixa normas referentes à cobrança de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registro no Estado do Ceará e da outras providências.	Lei nº 15.249/12 Publicada no DO 19.12.2012
7/2012	11/10/2012	Autoriza o Tribunal de Justiça do estado do Ceará a realizar as progressões de referências e as promoções de classe dos servidores integrantes do Quadro III do Poder Judiciário e revoga o § 3º do art. 1º da Lei nº 13.551, de 29 de dezembro de 2004.	Em tramitação
8/2012	18/12/2012	Promove a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas, inclusive, do Quadro III – Poder Judiciário do Estado do Ceará	Matéria aprovada. Autógrafo de Lei nº 175/2012

Análises

Atividade que envolve a acurada apreciação, a análise de processos administrativos e a elaboração de despachos exige rapidez e conhecimento para que o intenso fluxo diário tenha fluidez, não implicando em acúmulo. A equipe tem como meta analisar em tempo razoável todos os processos.

Demais disso, outra atividade desempenhada pelo apoio da Presidência é o exame de todos os alvarás judiciais de valor superior a R$ 50.000,00 (cinquenta mil).

Em 2011, foram analisados e despachados 4.755 processos eletrônicos. A Tabela a seguir apresenta o fluxo processual em 2012.

Mês/Ano	Indicador	Assessoria da Presidência	Gabinete da Presidência	Gabinete da Presidência - Arquivo	Presidência
jan/12	Entrada	28	376	0	355
	Arquivado	2	2	0	72
	Saída	39	355	0	356
	Saldo	23	245	3	150
fev/12	Entrada	18	701	1	896
	Arquivado	0	9	1	40
	Saída	20	821	3	851
	Saldo	21	116	0	155
mar/12	Entrada	6	587	0	800
	Arquivado	1	4	0	49
	Saída	8	647	0	773
	Saldo	18	51	0	132
abr/12	Entrada	9	519	0	609
	Arquivado	0	0	0	29
	Saída	11	506	0	584
	Saldo	16	64	0	128
mai/12	Entrada	7	467	0	622
	Arquivado	0	0	0	19
	Saída	4	497	1	501
	Saldo	19	34	0	227
jun/12	Entrada	11	524	0	603
	Arquivado	2	0	0	16
	Saída	7	515	1	518
	Saldo	21	45	0	295
jul/12	Entrada	22	460	0	564
	Arquivado	8	4	0	50
	Saída	8	466	0	593
	Saldo	27	34	0	210
ago/12	Entrada	17	570	0	737
	Arquivado	1	1	0	28
	Saída	18	587	0	729
	Saldo	25	21	0	189
set/12	Entrada	14	356	0	513
	Arquivado	1	0	0	28
	Saída	9	368	0	583
	Saldo	29	8	0	90
out/12	Entrada	9	534	1	671
	Arquivado	4	0	0	31
	Saída	9	536	1	617
	Saldo	25	4	0	112

Mês/Ano	Indicador	Assessoria da Presidência	Gabinete da Presidência	Gabinete da Presidência - Arquivo	Presidência
nov/12	Entrada	12	844	0	539
	Arquivado	3	499	2	15
	Saída	12	420	434	414
	Saldo	21	51	0	221
dez/12	Entrada	10	544	0	490
	Arquivado	3	284	0	24
	Saída	26	341	205	481
	Saldo	2	36	38	201

Controle de contratação de terceirização

O Gabinete da Presidência, visando o maior controle da terceirização de empregados, mantém os requerimentos protocolados por cada unidade judiciária. As solicitações são devidamente analisadas, dentro das possibilidades contratuais vigentes, procurando suprir a carência de pessoal para a consecução da melhor prestação jurisdicional.

Acompanhamento e controle dos procedimentos referentes ao CNJ

Através da participação no sistema *e-cnj*, a Assessoria Especial juntamente com os juízes Auxiliares da Presidência, providenciam respostas a questionamentos e fazem o acompanhamento dos processos de interesse do Poder Judiciário cearense nos casos que envolvem, por exemplo, reclamação disciplinar, representação por excesso de prazo, resoluções, recomendações, pedidos de providências e procedimentos de controle administrativo.

Resoluções do Tribunal Pleno 2011

Res. nº 01, de 07.04.2011 - DJ de 14.04.2011

Estabelece competência às Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza para processar causas dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e dá outras providências.

Res. nº 02, de 12.05.2011 - DJ de 13.05.2011

Regulamenta a concessão de ajuda de custo aos magistrados, nos termos do art. 65, I, da Lei Orgânica da Magistratura e do art. 232 da Lei nº 12.342/1994 - Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará.

Res. nº 03, de 16.06.2011 - DJ de 17.06.2011

Cria e define as funções do Conselho Editorial de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 14.813, de 14 de dezembro de 2010.

Res. nº 04, de 16.06.2011 - DJ de 17.06.2011

Altera a competência dos Juízes de Direito das comarcas com três varas, especializando-as.

Res. nº 05, de 16.06.2011 - DJ de 17.06.2011- Republicada em 04.07.2011

Altera a competência dos Juízes de Direito da comarca de Maracanaú, especializando-a, modifica a denominação de juízos e dá outras providências.

Resoluções do Órgão Especial no biênio

Res. nº 01, de 07.07.2011 - DJ de 08.07.2011

Dispõe sobre prioridades na tramitação de processos, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em que figure criança ou adolescente como parte ou interveniente, e, de forma especial, quando forem identificados como vítimas de crime sexual e dá outras providências.

Res. nº 02, de 17.07.2011 - DJ de 15.07.2011

Altera a distribuição dos processos nas comarcas com três varas, nas quais já promovida a especialização de competências e dá outras providências.

Res. nº 03, de 28.07.2011 - DJ de 02.08.2011

Dispõe sobre a reorganização das circunscrições territoriais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza, desmembramento de áreas territoriais e dá outras providências.

Res. nº 04, de 04.08.2011 - DJ de 12.08.2011

Estabelece a competências das Varas de Execuções Penais de Fortaleza e dá outras providências.

Res. nº 05, de 1º.09.2011 - DJ de 02.09.2011

Institui o Programa Justiça e Cidadania no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Res. nº 06, de 15.09.2011 - DJ de 21.09.2011

Altera a Resolução nº 16/ 2010, que disciplina o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), devidas a magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem assim às pensionistas de montepio.

Res. nº 07, de 06.10.2011 - DJ de 07.10.2011

Disciplina a solicitação, a concessão e a utilização de férias pelos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Res. nº 08, de 06.10.2011 - DJ de 11.10.2011

Dispõe sobre a criação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e dá outras providências.

Res. nº 09, de 27.10.2011 - DJ de 01.11.2011

Altera a competência da 12ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza e dá outras providências.

Res. nº 10, de 03.11.2011 - DJ de 07.11.2011

Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o processamento dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor e dá outras providências.

Res. nº 11, de 10.11.2011 - DJ de 11.11.2011

Institui o Plano Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário cearense para os anos de 2011 a 2015.

Res. nº 12, de 10.11.2011 - DJ de 22.11.2011

Dispõem sobre a regulamentação da Resolução Nº 114 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no âmbito de competência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Res. nº 13, de 24.11.2011 - DJ de 25.11.2011

Dispõe sobre a criação do Comitê Estratégico, a redefinição das metas institucionais constantes do Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário cearense e a implantação do Escritório Corporativo de Projetos no âmbito da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão.

Res. nº 14, de 24.11.2011 - DJ de 28.11.2011

Altera a Resolução nº 10, de 3 de novembro de 2011.

Res. nº 15, de 1º.12.2011 - DJ de 02.12.2011

Altera dispositivos da Resolução nº 10, de 3 de novembro de 2011, alterada pela Resolução nº 14, de 24 de novembro de 2011 .

Res. nº 16, de 15.12.2011 - DJ de 16.12.2011

Aprova o Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário que dispõe acerca da implantação do processo de trabalho padrão para cumprimento da Meta 5 de 2010 estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Res. nº 17, de 15.12.2011 - DJ de 16.12.2011

Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição no período natalino e dá outras providências.

Res. nº 01, de 19.01.2012 - DJ de 20.01.2012

Modifica a Resolução nº 07, de 06 de outubro de 2011, que disciplina a concessão e utilização de férias pelos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Res. nº 02, de 26.01.2012 - DJ de 27.01.2012

Dispõe sobre o processo de ascensão funcional dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará, no interstício 2010/2011, e dá outras providências.

Res. nº 03, de 02.02.2012 - DJ de 03.02.2012

Dispõe sobre a implantação da jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Res. nº 04, de 08.03.2012 - DJ de 09.03.2012

Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, os procedimentos relativos à expedição de alvarás, saques, levantamento de depósitos e retenções sobre pagamento de precatórios.

Res. nº 05, de 05.06.2012 - DJ de 05.06.2012

Altera o prazo previsto no §1° do art. 3° da Resolução do Órgão Especial n° 03, de 02 de fevereiro de 2012, para os servidores do Poder Judiciário estadual exercerem a opção pela permanência na atual jornada de trabalho.

Res. nº 06, de 14.06.2012 - DJ de 15.06.2012

Dispõe sobre a substituição de Desembargador designado para o Plantão Judiciário do 2º Grau e dá outras providências.

Res. nº 07, de 09.08.2012 - DJ de 10.08.02012

Modifica a Resolução n° 02, de 26 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o processo de ascensão funcional dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará, no interstício 2010/2011 e dá outras providências.

Res. nº 08, de 27.09.2012 - DJ de 28.09.2012

Institui o Núcleo de Cooperação Judiciária e a figura do Juiz de Cooperação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Res. nº 09, de 05.11.2012 - DJ de 05.11.2012

Dispõe sobre a criação, a composição, o funcionamento e o respectivo procedimento da Turma de Uniformização instituída pela Lei federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Res. nº 10, de 06.12.2012 - DJ de 07.12.2012

Dispõe sobre o pagamento de honorários periciais, de tradutores e intérpretes em causas cíveis quando for parte pessoa beneficiária da gratuidade judiciária.

Principais Provimentos 2012

Provimento nº 12/2012 - DJ de 07.05.2012

Institui Banco de Boas Práticas de Gestão.

Provimento nº 20/2012 - DJ de 13.06.2012

Institui, em caráter permanente, o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação, encarregado de viabilizar e acompanhar a observância à referida Lei, bem assim de garantir ao cidadão o acesso às Informações do Poder Judiciário cearense.

Provimento nº 25/2012 - DJ de 26.06.2012

Institui os atos necessários à operacionalidade do FUNSEG-JE, quanto à organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária.

Vice-Presidência

Compete ao gestor público, a cada final de mandato, apresentar a síntese fiel de suas ações, indicando o espaço e o tempo das realizações. Trata-se de compromisso ético e dever constitucional, a exigir uma conduta transparente e verdadeira.

Partindo dessas premissas, o presente relatório espelha as principais atividades desenvolvidas no âmbito da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará, durante a Gestão do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, da data de sua posse a janeiro de 2013. Neste período, desenvolveu-se incansável esforço voltado ao atingimento de metas de qualidade e celeridade na prestação jurisdicional, objetivos firmados com os públicos interno e externo desta Instituição.

Merece registro o fato de que a Vice-Presidência recebeu novas e importantes atribuições na atual administração do Judiciário alencarino, por meio da Portaria nº 358/2011. Conforme o documento, atualmente compete ao Vice-Presidente proceder a distribuição dos processos aos órgãos desta Corte, mandar cumprir as decisões e acórdãos dos Tribunais Superiores, além de compartir com o Presidente a análise da admissibilidade de Recursos Especiais, extraordinários e ordinários constitucionais.

Neste cenário, cumpre destacar que durante esse período foram efetuadas mais de 93.000 distribuições de processos, e realizado o juízo de prelibação de aproximadamente 4.650 recursos.

Nos itens a seguir serão deslindadas todas as atividades desenvolvidas por este Órgão diretivo no referido período, mediante o levantamento de dados estatísticos e outras informações relevantes.

Estrutura Funcional

A Vice-Presidência é composta por 09 servidores e 01 Juiz Auxiliar.

O Gabinete do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, composto por 06 servidores, trabalha em conjunto com a Vice-Presidência, a fim de otimizar o desempenho das atividades deste Órgão.

Ações Desenvolvidas

Atribuições delegadas pelo Presidente do TJCE, através da Portaria 358/2011

Com as atribuições delegadas pelo Presidente do TJCE, por meio da Portaria 358/2011, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Procedeu à distribuição dos feitos incumbidos ao Tribunal do Pleno, às suas Câmaras Reunidas e Isoladas e ao Conselho da Magistratura;
- Mandou cumprir as decisões e os acórdãos dos Tribunais Superiores;
- Compartiu com o Presidente o juízo de admissibilidade dos recursos especiais, extraordinários e ordinários constitucionais;
- Quando foi identificada a multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia ou questão de direito, determinou o processamento dos recursos extraordinários e especiais submetidos à sua apreciação na forma dos artigos 543-B e 543-C, respectivamente, do Código de Processo Civil;
- Proferiu despachos ordinatórios em agravos interpostos em sede de recursos especiais e extraordinários, cujos juízos de admissibilidade haviam sido proferidos pela Vice-Presidência e os encaminhou aos respectivos Tribunais Superiores;
- Apreciou cautelares e peticionamentos apresentados na ambiência dos recursos constitucionais submetidos à sua apreciação.

Alteração do cargo de Assessor Jurídico para Assessor Especial

Por proposta desta Vice-Presidência, através do Ofício 08/2011, o cargo de Assessor Jurídico foi transformado no cargo de Assessor Especial, através da Lei Estadual nº 14.974/11.

Concurso para juiz substituto

Em virtude de determinação regimental, coube ao Vice-Presidente, em 2011, presidir o concurso destinado ao provimento do cargo de Juiz Substituto.

Para a consecução do certame, foi criada uma Comissão Examinadora, que sob a orientação do Desembargador Vice-Presidente, após várias reuniões, deu origem ao edital, cuja publicação ocorreu em 28 de novembro de 2011.

Viagens institucionais

Ao todo, o Vice-Presidente realizou 11 viagens institucionais, representando o Tribunal de Justiça do Ceará, com destaque para a participação no "II Seminário Repercussão Geral em Evolução", promovido pelo STF, de 20 a 23 de março de 2012.

Gestão da Meta 4

A Meta Prioritária 4 de 2010, traçada no 3º Encontro Nacional do Judiciário pelos Tribunais Brasileiros, dispõe que todos os acórdãos lavrados devem ser publicados em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Em julho de 2011, foi editada a Portaria nº 998/2011, designando como gestor da Meta 4/2010 o Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, que desde então vem orientando os cogestores no sentido de envidar todos os esforços para cumpri-la.

Neste período, visando ao atingimento da meta, foram determinadas diversas medidas importantes. Entre elas, merecem destaque:

- Estabelecimento da meta setorial com alcance gratificado (GAM setorial) para as unidades responsáveis pela publicação dos acórdãos;
- Destinação de servidores para o monitoramento das publicações dos acórdãos;
- Alteração do art. 90 do Regimento Interno do TJCE (RITJCE) por meio do Assento

Regimental nº 40, que estabeleceu o prazo de 10 dias para a publicação dos acórdãos.

Como resultado das ações empreendidas, tem-se atualmente o percentual de cumprimento de 98,2%.

Mês/Ano	Acórdãos Realizados	Acórdãos Publicados em até 10 dias	Percentual de Cumprimento
jan/11	669	305	45,6%
fev/11	436	212	48,6%
mar/11	1.077	439	40,8%
abr/11	750	313	41,7%
mai/11	1.416	852	60,2%
jun/11	1.700	1.111	65,4%
jul/11	1.007	705	70,0%
ago/11	1.746	1.585	90,8%
set/11	1.746	1.709	97,9%
out/11	1.879	1.850	98,5%
nov/11	2.206	2.202	99,8%
dez/11	1.207	1.202	99,6%
jan/12	1.091	1.090	99,9%
fev/12	1.858	1.821	98,0%
mar/12	2.348	2.150	91,6%
abr/12	2.544	2.457	96,6%
mai/12	2.445	2.342	95,8%
jun/12	2.338	2.302	98,5%
jul/12	1.689	1.677	99,3%
ago/12	2.579	2.576	99,9%
set/12	2.091	2.083	99,6%
out/12	3.014	3.010	99,9%
nov/12	1.927	1.918	99,5%
dez/12	2.415	2.410	100%

Nota: [1] Até abril de 2011 as informações eram extraídas exclusivamente do Sistema Processual (SProc.)

[2] A partir de maio de 2011, as informações passaram a ser acompanhadas por equipe designada, para contemplar os dois sistemas (SProc e Saj)

[3] A partir de agosto de 2012, a equipe passou a acompanhar os resultados das Turmas Recursais

[4] Desconsiderando os processos julgados em dezembro que ainda estão no prazo de 10 dias para publicação

Estatística mensal informada ao CNJ

Conforme determinação da Corregedoria do CNJ, através do Ofício-Circular nº 015/CNJ/COR/2008, todos os Tribunais Estaduais devem informar ao CNJ, até o dia 10 de cada mês, a produtividade do mês anterior, o que é feito regularmente por esta Vice-Presidência.

Procedimentos Administrativos

Procedimentos administrativos deliberados pelo Vice-Presidente totalizaram 16 (dezesseis) neste biênio.

Prestação Jurisdicional

Processos distribuídos e redistribuídos

Nesta Gestão, entre 1º de fevereiro de 2011 e 15 de janeiro de 2013, foram distribuídos/ redistribuídos 93.633 (noventa e três mil seiscentos e trinta e três) processos, conforme detalhado na tabela abaixo:

Processos	2011	2012	2013
Distribuídos	21.889	29.868	1.109
Redistribuídos	35.240	5.471	56
Total	**57.129**	**35.339**	**1.165**

Análise dos Recursos Constitucionais

Foram analisados 10.208 (dez mil duzentos e oito) processos, entre juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais, despachos de mero expediente e decisões diversas, como a seguir se depreende:

Recursos Especiais

Juízo	Qtde	%
Inadmitidos	3.367	74,1%
Admitidos	154	3,4%
Sobrestados	610	13,4%
Retidos	414	9,1%
Total	**4.545**	**100%**

Recursos Extraordinários

Juízo	Qtde	%
Inadmitidos	893	69,4%
Admitidos	16	1,2%
Sobrestados	333	25,9%
Retidos	44	3,4%
Total	**1.286**	**100%**

Recursos Ordinários

Juízo	Qtde	%
Dando Seguimento	205	87,6%
Negando Seguimento	29	12,4%
Total	**234**	**100%**

Outros Expedientes

Juízo	Qtde
Decisões diversas	383
Despachos de mero expediente	3.760

Deliberações acerca dos pedidos de redistribuição e das medidas de urgência

Em atendimento ao disposto no art. 39 e §§ do RITJCE, foram analisados 622 (seiscentos e vinte e dois) processos virtuais, assim dispostos:

Processo/Recurso	Qtde
Habeas Corpus	474
Agravos de Instrumento	61
Mandados de Segurança	21
Cautelares	51
Agravo Regimental	7
Outros	8
Total	**622**

Os resultados apresentados neste relatório confirmam que o papel reservado à Vice-Presidência vem sendo desenvolvido com absoluta presteza e eficiência.

Corregedoria Geral da Justiça

A Corregedoria Geral da Justiça é o órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob a Gestão da Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, encarregado de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta de juízes, servidores, notários e registradores.

Diante da modernidade, a atividade da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) não pode limitar-se à de mera inspeção. Ela possui papel sistêmico no cumprimento da missão do Poder Judiciário, na busca da Justiça célere e eficaz, na mudança de paradigmas, na atuação jurisdicional e administrativa.

Portanto, é função, também, da CGJ, auxiliar o juiz no gerenciamento dos trabalhos desenvolvidos na comarca, com alinhamento ao planejamento estratégico do TJCE, implementando ações ou iniciativas que visem à consecução das metas fixadas.

Mesmo com as dificuldades naturais, com o quadro de juízes desfalcado em mais de cem magistrados, a CGJ conseguiu desenvolver projetos e acompanhar os instituídos pelo CNJ e atender às Metas.

Destaque-se a parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça, com a Diretoria da Escola Superior da Magistratura e, ainda, a atenção dispensada pela Secretária de Justiça, Dra. Mariana Lobo.

Ademais, vale ressaltar, a colaboração da Associação dos Notários e Registradores do Ceará (Anoreg) e do Sindicato dos Notários e Registadores do Ceará (Sinoreg), representados por seus respectivos Presidentes, em projetos como a Erradicação do Sub-Registo Civil de Nascimento.

Projetos

Atendimento com Eficiência

Projeto da Corregedoria Geral da Justiça promove em torno de 500 atendimentos no Biênio 2011/2013.

Objetivando otimizar o sistema de atendimento aos servidores, magistrados e público em geral, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, instituiu o Projeto “Atendimento com Eficiência”, idealizado pela Diretoria Geral da CGJ, dirigida por Ana Lúcia dos Santos Nogueira, e em pleno funcionamento desde 09 de fevereiro de 2011.

A iniciativa tem como escopo oferecer solução rápida e prática a quem procura a CGJ, com vistas à diminuição do fluxo de atendimento direcionado aos juízes corregedores, bem como à redução do número de procedimentos autuados, uma vez que a própria diretoria geral gerencia o conteúdo dos assuntos trazidos à CGJ e busca soluções, muitas vezes simples, na resolução de diversas situações.

Quando a parte solicita o atendimento, a equipe entra em contato com o departamento reclamado, colhe as informações necessárias e retorna para prestar os devidos esclarecimentos.

Após a implantação do projeto em tela, a CGJ passou a atuar como órgão intermediador, buscando solucionar os problemas apresentados de forma simplificada e célere, aumentando o percentual de satisfação dos que procuram atendimento.

O "Atendimento com Eficiência" possibilita, ademais, a solução de questões de pessoas que não se encontram no Estado. Por meio do correio eletrônico, a parte comunica ao órgão, que documenta a solicitação de acordo com a Resolução nº 135 do CNJ, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar.

Demais disso, o projeto tem resultado em economia de gastos. Atualmente, usa-se a ferramenta "Malote Digital" para o envio de documentos, economizando tempo e dinheiro.

A iniciativa tem ajudado, ainda, a dar maior celeridade aos pedidos de recambiamento de presos.

Erradicação do sub-registro civil de nascimento

Implantado pelo Provimento nº 13, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizem partos, a medida consiste na utilização de sistema informatizado interligado entre maternidades e as serventias de registro civil para que os neonatos recebam alta hospitalar já com a certidão de seu registro civil.

O projeto em tela desenvolve-se em parceria com órgãos e Secretarias do Poder Executivo estadual, na forma do Decreto nº 30.018/2009, que instituiu o Comitê Estadual da Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento no Estado do Ceará.

O Projeto no Ceará

Metas:

I) Estancar a ampliação do sub-registro:

Etapa 1: Instalar 93 (noventa e três) Unidades Interligadas de Registro Civil de Nascimento em 82 (oitenta e dois) municípios para a emissão de registro civil de nascimentos nos estabelecimentos de saúde integrantes do SIH/SUS.

Etapa 2: Capacitar pessoas ligadas às maternidades e às serventias extrajudiciais para atuarem nas referidas Unidades.

II) Diminuir o número de pessoas sem registro civil de nascimento:

Etapa 1: Realizar mutirões e serviços itinerantes para a emissão do registro civil de nascimento.

Etapa 2: Capacidade de agentes das diversas redes de serviço (saúde, educação e assistência social) como agentes mobilizadores para erradicação do sub-registro civil de nascimento.

Etapa 3: Realizar campanha estadual vinculada à Campanha Nacional pela Certidão de Nascimento.

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará reuniu-se com representantes da Anoreg e do Sinoreg, com vistas a discutir medidas para a implementação do projeto.

Os juízes corregedores auxiliares da CGJ, Antônio Pádua Silva e Eduardo Torquato Scorsafava, reuniram-se com cartorários e representantes do governo estadual, com o objetivo de discutir novas medidas para a implementação do referido projeto no Ceará.

Assim, ficou definida a necessidade de capacitação dos cartorários para utilização do Sistema Estadual de Registro Civil (Serc), ferramenta responsável por emitir as certidões de nascimento, cabendo à CGJ a comunicação desses cartorários e a solicitação à Casa Civil do Estado, parceira no projeto, de divulgação da iniciativa.

O evento "Nascer com Cidadania", que contou com a participação da Corregedora Geral da Justiça, teve como escopo apresentar o Projeto Estadual de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento. O encontro foi importante pela união de esforços dos órgãos e agentes públicos engajados no Projeto.

Participante do evento, a orientadora da Célula de Proteção Social Básica da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado, Sandra Maria Bezerra Luna, destacou que "a iniciativa permite que o bebê já saia do hospital com o registro civil, assegurando que todas as crianças tenham certidão de nascimento". Segundo ela, 9.866 crianças de zero a dez anos não têm registro no Ceará, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao censo de 2010.

Participaram também do evento o secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, Evandro Leitão; o secretário de Saúde, Raimundo José Arruda Bastos, o Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Ceará (Anoreg), Alexandre Almeida, além de titulares de cartórios, prefeitos, diretores de maternidade e hospitais do Estado. O seminário foi promovido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado (STDS).

Outra ação tomada pela CGJ, foi a instauração, por meio do Ofício Circular nº 152/2012, de procedimentos administrativos para monitorar a criação e instalação de 93 unidades interligadas no Interior.

Ressalte-se, ademais, a edição do Provimento nº 05/2012, que dispõe sobre a criação e o funcionamento das Unidades Interligadas nas comarcas do Interior do estado do Ceará e dá outras providências.

O referido Provimento tem como anexo uma lista de 81 comarcas para as quais a CGJ cadastrou um processo de Providência, tendo como parte autora a CGJ e promovida o Juízo de Direito de cada comarca, tendo sido encaminhado para cada módulo, o ofício circular antecitado, os Provimentos 04/2011 e 05/2012 desta Corregedoria; bem assim, os Provimentos nº 13/2010 e 17/2012, do CNJ; além de informações importantes, glossário e Modelo do Convênio Maternidade para o Funcionamento no Sistema Interligado.

Projeto Pai Presente

Com o objetivo de identificar os pais que não reconhecem seus filhos e garantir que assumam as responsabilidades advindas com a paternidade, a Corregedoria Nacional de Justiça, com a edição do Provimento nº 12 de 2010, iniciou o Projeto Pai Presente.

A partir dos dados coletados no Censo Escolar 2009, a mãe/responsável ou o maior de idade é notificado a comparecer em audiência e, caso seja de seu interesse, declara o nome do pai, que será, posteriormente, notificado a se manifestar perante o juiz e reconhecer ou não paternidade. Em caso de dúvida ou negativa por parte do pai, o magistrado toma as providências necessárias para que seja realizado o exame de DNA ou iniciada ação judicial de investigação de paternidade.

Para captação dos resultados da referida campanha, a CGJ desenvolveu, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do TJCE, o coletor estatístico do Projeto Pai Presente- CEPP.

Esse sistema informatizado, ao tempo que estabelece uma uniformização das informações passadas pelas unidades jurisdicionais, proporciona celeridade e segurança dos dados finais.

Projeto Justiça Plena

O Projeto Justiça Plena, tem como objetivo acompanhar e dar apoio administrativo à Gestão de processos de grande repercussão social, podendo ser inseridas no programa ações criminais, civis públicas, de interesse de idosos, crianças e adolescentes, de defesa do consumidor e ambientais, entre outras.

Uma das atribuições das corregedorias estaduais é indicar o processo por meio do Sistema de Acompanhamento, que deverá ser alimentado com o número do processo, a identificação do órgão julgador e outras informações.

Atualmente, o Ceará tem 14 ações sob monitoramento, sendo uma delas referente ao caso do paciente Damião Ximenes Lopes, morto nas dependências da Casa de Repouso Guararapes, em Sobral, no mês de outubro de 1999.

A iniciativa foi instituída pelo órgão nacional, por meio da Portaria n° 77/2010, alinhada à objetivo estratégico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com o juiz corregedor auxiliar e coordenador do “Justiça Plena”, Antônio Pádua Silva, “a cada 45 dias, prestamos informações à Corregedoria Nacional sobre o andamento desses processos, realizando, dessa forma, uma das funções da Corregedoria que é dar atenção à efetividade da prestação jurisdicional.

Também participam do projeto o Ministério da Justiça, a Advocacia Geral da União, a Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública da União e dos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Plano de Gestão da Corregedoria Geral da Justiça

Planejamento Estratégico

Nessa Gestão, restou elaborado o primeiro Plano Estratégico, para o período 2012-2014, da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, resultado do trabalho conjunto desta Corregedoria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão do TJCE.

Outros desafios e novos avanços surgirão, todavia o objetivo é dar plena continuidade

administrativa e maior eficiência e efetividade na Gestão da Corregedoria Geral da Justiça.

Missão

Fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários.

Visão

Consolidar-se como instituição eficiente no âmbito de suas atribuições.

Atributos de Valor para a sociedade

Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Acessibilidade, Eficiência, Responsabilidade Social e Ambiental e Cooperação.

Projetos constantes do Plano Estratégico:

- → Promoção de Celeridade aos Procedimentos;
- → Acelerar para descongestionar;
- → Sistemática de divulgação das ações da Corregedoria;
- → Instrumentalização do acompanhamento de ações de relevância social;
- → Criação de sistemática para monitoramento de metas;
- → Controle de presos provisórios;
- → Promoção de quadro funcional adequado para a CGJ;
- → Capacitação dos servidores da CGJ;
- → Capacitação de magistrados e servidores do Interior do Estado;
- → Elaboração de sistemas de Gestão de informações;
- → Modernização do Portal da CGJ;
- → Desenvolvimento/finalização de sistemas "Integra" e "Pex";
- → Garantia de autonomia financeira;
- → Definição de estratégias de fiscalização.

Metas Nacionais e seu Cumprimento

Meta 1: Apresentar plano de Gestão para as corregedorias em até 120 dias

A meta tem por escopo, primordialmente, proporcionar um planejamento mais detalhado em relação às atividades a cargo das corregedorias gerais dos Tribunais, contribuindo para a fiscalização, a orientação e o aprimoramento dos serviços judiciais e extrajudiciais, buscando, ainda, zelar pela regular conduta dos juízes, servidores, notários e registradores.

O Planejamento Estratégico constitui marco relevante na atuação desta Casa, uma vez que, por meio deste, se definiram, de forma criteriosa, os projetos e ações a serem executados no período 2012-2014, com intuito de consolidar-se como instituição eficiente no âmbito de suas atribuições.

Por fim, o planejamento visa assegurar a celeridade e a efetividade nas ações correcionais, bem como maximizar a transparência das atividades desempenhadas pela CGJ.

O incremento das ações de fiscalização tanto nas serventias judiciais quanto nas extrajudiciais, o desenvolvimento de ações visando à redução do congestionamento processual no primeiro grau de jurisdição, a fiscalização do cumprimento das metas nacionais do Judiciário, a capacitação de juízes diretores dos foros e servidores estáveis em técnicas de processos administrativos disciplinares, integram alguns objetivos definidos no Planejamento elaborado pela CGJ.

Meta 2: Publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo)

A busca pelo incremento da transparência nas atividades desempenhadas por órgãos e instituições públicas é medida que se impõe, especialmente para o amadurecimento e a consolidação da legitimidade de suas ações perante a população.

A CGJ tem buscado ampliar a transparência das atividades desenvolvidas. Para tanto, remodelou o seu sítio eletrônico, por meio do qual disponibilizará, em breve, à população e aos operadores do Direito, o acesso aos relatórios de fiscalização nas serventias judiciais e extrajudiciais, melhorando, ainda, a forma de consulta às matérias já apreciadas. Por meio dessa ferramenta tecnológica, oferecerá o peticionamento eletrônico, sem prejuízo de o interessado utilizar-se de outros canais de comunicação disponíveis no portal, facilitando e agilizando a apuração de falhas nos referidos serviços.

O peticionamento eletrônico ficará disponível, no início, somente para a matéria disciplinar. Assim, tanto advogados quanto particulares, mediante uso do certificado digital, poderão materializar as providências perante a Corregedoria (Reclamações, Representações, Pedido de Providências e Consultas). Lembrando que o trabalho principal da CGJ é quanto à atuação de juízes, servidores, notários e registradores em atividade no Estado, e, também, funcionando como órgão consultivo e fiscalizador.

O peticionamento contribuirá para agilizar a apuração da denúncia, especialmente porque as partes poderão se utilizar da ferramenta para apresentação de peças e respectivas defesas.

Outro ponto positivo da ferramenta consiste na possibilidade de o reclamante e o reclamado acompanharem a tramitação de todo o procedimento, uma vez que o sistema irá disponibilizar senhas específicas para cada um. Isso assegura maior transparência na atuação da Corregedoria-Geral da Justiça.

Outra inovação no Portal consiste na possibilidade de o interessado consultar pareceres, atos normativos, termos e relatórios de fiscalização feita nas serventias judiciais (Varas e Unidades dos Juizados Especiais) e extrajudiciais (cartórios), o que será possível através de consultas avançadas, facilitando o acesso às instruções e decisões da Corregedoria sobre matérias administrativas de interesse da coletividade.

Outros assuntos estarão disponíveis no site dentre os quais se destacam as ações atinentes aos projetos de Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento no Estado do Ceará e o Pai Presente. A população poderá consultar, ainda, endereços de cartórios e fóruns da Capital e do Interior do Estado.

A ferramenta, que tem como objetivo solucionar, com maior rapidez, as demandas dirigidas à instituição, ficará hospedada no *site* do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), no *link* www.tjce.jus.br/corregedoria.

Meta 3: Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias

A agilidade na apuração de falhas funcionais ou de irregularidades na prestação do serviço público constituiu um dos objetivos da administração. Para o atingimento desta meta, encontram-se em desenvolvimento melhorias no sistema SAJ-ADM com vistas a possibilitar maior controle sobre o tempo de apuração dos aludidos desvios.

Meta 4: Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem

A meta em destaque foi regularmente cumprida pela equipe da CGJ, uma vez que, no decorrer deste exercício, 133 unidades jurisdicionais foram inspecionadas pelos juízes auxiliares. Além disso, dezenas de cartórios foram objeto de fiscalização por parte dos auditores, de forma que a finalidade de ambas as ações é a correção das irregularidades e o aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Meta 5: Fiscalizar 100% das metas nacionais do CNJ

A meta 5 foi cumprida integralmente, durante a Gestão, especialmente nas ações fiscalizatórias desenvolvidas nas unidades judiciais. Como forma de aperfeiçoar o acompanhamento do seu atingimento, editou-se provimento específico criando os Formulários FIVA e FICOVI, por meio dos quais se busca aperfeiçoar o monitoramento das metas definidas ao Judiciário.

As ações envolvendo réus presos provisoriamente e sentenciados, as afetas à Infância e à Juventude, os feitos submetidos ao Estatuto do Idoso, as ajuizadas até 2005 e 2006, bem como aquelas noticiando o cometimento de atos de improbidade, dentre outras de igual relevância, foram rigorosamente fiscalizadas no decorrer do biênio.

Meta 6: Implementar as turmas de uniformização no âmbito estadual

Buscando o cumprimento da meta, manteve-se contato com a presidência do TJCE com o objetivo de assegurar a criação desse Colegiado, sobretudo levando em consideração as disposições do Provimento nº 22 da Corregedoria Nacional de Justiça, que define a nova organização do Sistema dos Juizados Especiais no País.

Meta 7: Garantir estrutura administrativa para atender aos beneficiários de livramento condicional e cumpridores de medidas e penas alternativas

Apesar de não dispor de autonomia financeira e orçamentária para o implemento desse relevante projeto, a CGJ manteve diálogo com a atual Administração do Poder.

Meta 8: Incluir em 100% das correições nas varas criminais a verificação da situação de presos provisórios, para que o percentual dos presos provisórios fique ao menos na média nacional, e que seja dado efetivo cumprimento à Resolução nº66/2009 do CNJ

O exame acerca da regularidade ou não da prisão dos presos provisórios foi feito de forma criteriosa durante as ações correcionais desenvolvidas no decorrer deste ano, de forma que, nas unidades criminais inspecionadas, todas as ações penais vinculadas à prisão foram analisadas pelos juízes auxiliares. Os resultados dessa análise estão consignados nos relatórios de inspeção disponibilizados no sítio eletrônico da CGJ.

Meta 9: Propor medidas visando a garantir rubrica específica para as despesas das corregedorias

A meta em destaque foi regularmente cumprida, na medida em que se inseriu, na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo, a quantia de R$760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais) para a finalidade acima ilustrada.

Além disso, incluiu-se, na aludida proposta orçamentária, o valor de R$940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais) com a para assegurar a construção de prédio anexo desta Casa, bem como possibilitar a aquisição de novos equipamentos de informática, a fim de possibilitar o desenvolvimento das atividades de forma regular.

Não se pode olvidar que a atual estrutura física não se amolda às novas atribuições conferidas ao Órgão, valendo destacar que, desde a construção do prédio, em 2001, não houve qualquer ampliação, fato que tem dificultado o desenvolvimento das ações, principalmente porque houve considerável incremento nas atividades a cargo desta CGJ.

Meta 10: Propor medidas para a implantação de estrutura orgânica definitiva para as corregedorias até dezembro de 2012

Com o fito de atingir a meta, incluiu-se, na proposta orçamentária enviada ao Poder Legislativo, o valor de R$ 952.186,29 (novecentos e cinquenta e dois mil cento e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos) a ser executado no exercício de 2013. Os valores

serão utilizados, primordialmente, para garantir a contratação de novos servidores, estagiários e auditores a fim de reforçar o atual quadro e, com isso, reforçar as ações com vistas ao aperfeiçoamento do serviço público. A razão decorre de que o atual corpo funcional se mostra reduzido, e, apesar dos esforços empreendidos pela equipe, ainda se constata atraso no desenvolvimento das ações.

Dados e Produtividade

Movimentação de processos e produtividade da Diretoria Geral

À Secretaria da Corregedoria, nos termos do art. 22 do Regimento Interno da Corregedoria, incumbe: receber, guardar e movimentar todos os autos e papéis encaminhados à Corregedoria Geral da Justiça; expedir provimentos, circulares portarias, editais, atos, etc., baixados pela Corregedora Geral da Justiça; organizar e publicar a estatística dos trabalhos da; organizar e publicar semestralmente a estatística dos serviços judiciários das comarcas do Interior do Estado; realizar outras atribuições que lhes sejam determinadas pela Corregedora geral.

Dentre as atividades suscitadas acima, bem como, as demais elencadas no citado art.22, destacam-se:

Tipo de Procedimentos Autuados	Qtde
Providências	865
Providências ref. Cartas Precatórias	126
Consulta	18
Sindicância	1
Reclamação/Denúncia	28
Representação	170
Procedimentos Autuados	2.170
Arquivados	308
Distribuídos aos Juízes Corregedores Auxiliares	1.068
Certidões Expedidas para Cartórios	112
Certidões para fins de Licitação	98
Recambiamento	40
Informação/Documentos	377
Certidão/Casamento/Nascimento/Óbito	67

Mês	Ofícios Expedidos	Ofícios Circulares
jan/12	197	8
fev/12	184	23
mar/12	366	14
abr/12	235	6
mai/12	291	23
jun/12	296	14
jul/12	299	11
ago/12	281	5
set/12	298	12
out/12	256	24
nov/12	247	15
dez/12	164	1
Total	**3.114**	**156**

Ofício de Recambiamento de Presos: 61

A prática da utilização dos e-mails e malote digital reduziu bastante os custos das postagens via correios e conta telefônica.

A Diretoria Geral desta CGJ tem se empenhado no sentido de executar as tarefas que lhe foram atribuídas, bem como diligenciado para cumprir e fazer cumprir as determinações da Corregedora Geral da Justiça.

Atividades da Divisão de Correições ano 2012

1) Portarias: 104 (de janeiro a 17/12/2012)

2) Provimentos: 05

3) Editais: 0 (nenhum)

4) Instrução Normativa: 0 (Nenhuma)

5) Certidões

Certidões	Interior	Capital	Total
Fins Gerais	3	7	10
Promoção/Remoção	126	14	140
Permuta	1	1	2
Acesso Desembargador	0	23	23
Substituição de Desembargador	0	1	1
Vitaliciedade	5	0	5
Juiz Corregedor	0	3	3

6) Informações: 03

7) Senhas concedidas junto ao sistema SGEC: Sistema de Gerenciamento da Corregedoria Geral em 2012: 115

Senhas concedidas	Qtde
Interior	93
Capital	22
TOTAL	**115**

Atividades da Auditoria no biênio 2011-2013

A Auditoria da Corregedoria Geral da Justiça durante a Gestão, executou tarefas de inspeção e correição nas diversas Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará, observando, para tanto, os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, transparência e moralidade.

Nesse sentido, cumpre dizer que todas as ações de fiscalização e orientação realizadas nos diferentes Cartórios foram pautadas dentro de padrões éticos, conforme se constata dos relatórios produzidos, os quais se revestem de caráter pedagógico, porquanto, após a constatação de uma eventual irregularidade, informam e prestam os esclarecimentos pertinentes aos respectivos tabeliães.

Seguindo o cronograma pré-estabelecido pela CGJ, coube à Auditoria, dentre outras atribuições e encargos, o exame da regularidade dos recolhimentos efetuados pelos Cartórios ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário (Fermoju), na conformidade do disposto no artigo 20, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria. Esta tarefa foi desenvolvida "*in loco*", por ocasião das correições e inspeções.

No biênio 2011-2013 foram inspecionados, pela Auditoria, 221 (duzentos e vinte e um) Cartórios, distribuídos em 54 (cinquenta e quatro) Comarcas, abrangendo as diferentes regiões geográficas do Estado, em obediência ao planejamento elaborado pela CGJ, conforme os dados abaixo:

Inspeções realizadas pela Auditoria no biênio 2011-2013:

Ano	Comarca	Cartório
2011	31	126
2012	23	95
TOTAL	**54**	**221**

Obs.: Existem 26 Cartórios de Registro Civil anexados provisoriamente em outras serventias.

Com referência ao Fermoju, cumpre destacar que os instrumentos criados por iniciativa do TJCE no que diz respeito ao controle dos selos extrajudiciais e a compensação de débitos por meio do ressarcimento dos valores relativos aos atos gratuitos praticados pelos Cartórios de Registro Civil, consolidados na Lei nº. 14.605, de 05 de janeiro de 2010, se constituíram em importantes mecanismos, os quais, articulados com o trabalho de fiscalização a cargo da Auditoria, redundaram no incremento de 12,33% (doze vírgula trinta e três por cento) de sua receita, comparativamente ao ano de 2011.

Os dados atinentes aos recolhimentos do Fermoju se expressam nos números a seguir demonstrados:

Recolhimento do Fermoju (em reais)

Mês	2011	2012	Δ%
Jan	3.035.446,45	3.712.366,84	22%
Fev	3.709.264,19	3.978.902,71	7%
Mar	3.997.213,44	4.184.249,18	5%
Abr	3.471.408,48	4.163.721,92	20%
Mai	4.170.191,30	5.472.719,38	31%
Jun	5.496.360,40	4.578.516,98	-17%
Jul	4.114.211,91	4.792.650,13	16%
Ago	4.161.705,51	5.353.457,22	29%
Set	4.683.935,10	4.199.785,63	-10%
Out	4.214.779,04	5.153.410,56	22%
Nov	4.053.705,48	4.892.293,97	21%
Dez	4.283.261,71	4.831.268,14	17%
Total	**49.391.483,01**	**55.313.342,66**	**12%**

(*) Receita estimada para o mês de dezembro/2012
Fonte: Fermoju.

No que concerne às atividades realizadas pela Auditoria quanto aos expedientes, relatórios e informações expedidas, segue abaixo o quadro demonstrativo correspondente:

Expedientes	Qtde
Recebidos	750
Tramitando	12
Arquivados	270
Informações Emitidas	455
Relatórios de inspeções	221

Fonte: Auditoria da Corregedoria Geral da Justiça

Assessoria da Corregedoria-Geral da Justiça

Segundo delimitação normativa inserta no art. 19, do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará, constitui atividade precípua da Assessoria Jurídica o assessoramento técnico-jurídico à CGJ, respondendo às consultas sobre matéria forense, registral e notarial, bem como confeccionar pareceres sobre questões inerentes à atividade, redigindo também relatórios, informações, minutas de portarias e circulares, esboços de propostas de abertura de processo administrativo disciplinar e projetos de votos a serem apresentados ao Conselho Superior da Magistratura.

Nesse contexto, a Assessoria Jurídica da CGJ, no ano de 2012, elaborou pareceres e auxiliou a Corregedora Geral na confecção de mais de 1.000 minutas de despacho e decisões administrativas, realizando as funções inerentes à atividade de assessoramento.

A atuação da Assessoria Jurídica da CGJ, durante o corrente ano, encontra-se demonstrada em números, no quadro abaixo:

Expedientes	Qtde
Pareceres	28
Provimentos/Portarias/Ofícios/Circulares	6
Decisões	799
Despachos	964
Outros	118
Total	**1.915**

Destaca-se, dessa forma, uma amostra das atividades exercidas pela Assessoria Jurídica em auxílio às ações levadas a efeito pela corregedora Geral durante sua Gestão, notadamente no que tange à efetividade e celeridade na entrega da prestação jurisdicional, à disciplina e orientação dos ofícios judicias e extrajudiciais da Justiça cearense e à melhoria na rotina administrativa deste Órgão Censor, conformando a atuação correicional aos ditames e às metas preconizados pelo CNJ.

Resumo da produtividade dos Juízes Corregedores 2012

Juízes Corregedores Auxiliares	Pareceres
Antônio Pádua Silva	238
José Tarcílio Souza da Silva	336
Francisco Jaime Medeiros Neto	145
Francisco Eduardo Torquato Scorsavafa	185
Total	**904**

Juízes Corregedores Auxiliares	Informações (Promoção/ Remoção/ Acesso)
Antônio Pádua Silva	75
José Tarcílio Souza da Silva	46
Francisco Jaime Medeiros Neto	59
Francisco Eduardo Torquato Scorsavafa	74
TOTAL	**254**

Juízes Corregedores Auxiliares	Relatórios de Correição/ Inspeção e Visita Inspecional
Antônio Pádua Silva	33
José Tarcílio Souza da Silva	30
Francisco Jaime Medeiros Neto	36
Francisco Eduardo Torquato Scorsavafa	23
TOTAL	**122**

Outras ações

Participação nos Encoges

O Encontro do Colégio dos Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (Encoge), foi criado em 1994, através do Projeto do Des. Décio Erpen, do Rio Grande do Sul, e fundado no dia 25(vinte e cinco) de outubro de 1995.

A finalidade do encontro é aprofundar o estudo sobre questões da atividade correcional, debater problemas e propor soluções aos Tribunais e Corregedoria Nacional, bem como, a fixação de diretrizes, uniformização de métodos e critérios administrativos, respeitada a autonomia e peculiaridades regionais, objetivando à celeridade processual e aproximação da Justiça com a população.

O Encoge ocorre ordinariamente, trimestralmente, no local e data indicados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pela Comissão Executiva ou por dois terços dos seus membros.

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará, participou do 59º, 60º e 61º Encontro Nacional de Corregedores Gerais (Encoge).

Encontro sobre integração de sistemas de TI

O juiz corregedor auxiliar Francisco Jaime Medeiros Neto participou do I Encontro da Comissão de Tecnologia do Colégio Nacional de Corregedores.

O magistrado representou a Corregedora geral da Justiça do Ceará. No evento, corregedores, juízes auxiliares e servidores discutiram o uso de ferramentas e sistemas visando dar maior celeridade aos serviços prestados à sociedade.

Durante o encontro, foram formados grupos de trabalho para traçar estratégias de desenvolvimento de um sistema destinado a catalogar produtos e rotinas que possam ser utilizados para aprimorar a prestação jurisdicional.

Corregedora determina obrigatoriedade do sistema de consulta judicial de veículos automotores

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará determinou, por meio do Provimento nº 04/2012, a utilização obrigatória do Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores (Renajud). A ferramenta eletrônica interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

O sistema permite aos juízes consultar e enviar, em tempo real, ordens judiciais eletrônicas de inserção e retirada de restrição de veículos na Base de Índice Nacional (Bin) do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavan).

Atuação extrajudicial

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará reuniu-se com o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Krentel Ferreira Filho, e com a Presidente da Associação Cearense de Registradores de Imóveis (ACREI), Ana Tereza Araújo Fiúza, com o objetivo de discutir ações para dar maior agilidade e diminuir os custos dos pedidos de certidões dos registros de imóveis em Fortaleza.

Durante a reunião, foi analisada a possibilidade de criação de um sistema de informática que possibilite a expedição de certidões relacionadas aos registros de imóveis por meio virtual. Também foi analisada a possibilidade de implantação do sistema de penhora *online*.

A ideia é estabelecer ligação entre os ofícios de registro de imóveis e entidades, órgãos públicos ou pessoas físicas que necessitem de informações sobre os imóveis localizados em uma das seis zonas existentes em Fortaleza.

Inspeção nos cartórios

Tipos de cartórios por atribuições inspecionados no Estado do Ceará no biênio 2011-2013:

- → Registro Civil: 144, sendo 26 anexados provisoriamente em outras serventias
- → Registro de Imóveis: 58
- → Ofício de Notas + Protestos + Registro de Títulos e Documentos e Registros de Pessoas Jurídicas: 88
- → Ofício de Notas e de Registros – Cartório Único (todas as atribuições): 12
- → Ofício de Distribuição: 41
- → Ofício de Notas: 01
- → Registro Marítimo: 01

Durante as inspeções realizadas, os auditores desta Casa, orientam e repassam instruções às Serventias Extrajudiciais, relativamente aos Provimentos nº 13 e 14 da Corregedoria do CNJ, que dispõem, respectivamente, sobre as emissões de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos e de certidões pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em papel de segurança unificado fornecido pela Casa da Moeda do Brasil.

Na mesma linha de orientação, a auditoria procedeu ao trabalho de atualização das informações cadastrais no Sistema de Cadastro dos Cartórios, objeto do Ofício Circular nº 035/2011, de 01/07/2011 da Corregedora Geral da Justiça.

O disciplinamento do processo para a investidura na titularidade de serviço notarial ou de registro, estabelecido pelo Provimento nº. 5/2011 da CGJ, publicado no DJE de 24/11/2011, atribuiu à Auditoria a incumbência da conferência da documentação apresentada pelos candidatos, em face do que foram emitidos, no prazo fixado, os pareceres submetidos a exame.

A Corregedora Geral de Justiça promoveu um Ciclo de Palestras para os aprovados no concurso para os Cartórios do Estado.

Corregedora Geral da Justiça pede engajamento dos juízes durante a Semana Nacional de Conciliação

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará divulgou orientações e pediu o engajamento dos juízes durante a Semana Nacional de Conciliação, por meio da Portaria nº 72/2012. A desembargadora solicitou que os magistrados divulgassem o evento e incentivassem o comparecimento das partes.

Ademais, a Portaria determinou que os magistrados comunicassem o número de processos colocados em pauta por meio do Sistema de Conciliação (SCONC) e o quantitativo de audiências realizadas (com ou sem acordo) e comunicou que, durante a Semana de Conciliação, a Corregedoria atuará em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Visita de representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

A Corregedora Geral da Justiça do Ceará recebeu a visita de representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Integraram a comitiva o vice-Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Percílio de Sousa Lima Neto; a coordenadora geral da entidade, Clarissa Rihl Jokowski; a procuradora de Justiça de Goiás e integrante do CDDPH, Ivana Farina, e a assessora do Conselho Maria Angélica Targhetta.

Visita da Corregedora e da Subdefensora Pública

Em visita recebida, a Corregedora Geral discutiu com a Subdefensora pública Geral do Estado, Maria Angélica Bezerra, e com a Corregedora Geral da Defensoria Pública do Estado, Vanda Lúcia Veloso Soares, assuntos relacionados ao Poder Judiciário e às respectivas corregedorias.

Escola Superior da Magistratura do Ceará

No momento em que a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) chega a um quarto de século, a instituição vem passando por grandes transformações, tanto no tocante ao aperfeiçoamento de sua missão acadêmica, como na modernização de sua estrutura física e no aprimoramento de seu corpo funcional.

Na administração do desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva como diretor da Esmec, período iniciado em fevereiro de 2011, muitos foram os momentos em que a comunidade jurídica reafirmou a excelência da Escola na formação e no aperfeiçoamento intelectual da magistratura cearense, dos servidores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e dos demais operadores do Direito.

No campo acadêmico, deu-se a abertura de cinco novas turmas nos cursos de pós-graduação *lato sensu* na área do Direito – proeza que, nos concorridos dias de hoje, nem mesmo faculdades renomadas conseguem protagonizar – e a oferta de inúmeros cursos de curta duração (com destaque para o preparatório para o Mestrado em Direito da UFC, no qual a Esmec conseguiu, através de seus alunos, conquistar 17 das 25 vagas ofertadas para 2012, obtendo 68% de aprovação), palestras, seminários, congressos, lançamento de livros e outros eventos, primando sempre pela excelência de seus instrutores conferencistas.

Em termos de produção científica, houve uma retomada do incentivo à defesa de trabalhos monográficos por parte dos alunos dos cursos de Especialização, esforço que resultou em 35

monografias defendidas no período; a criação de uma revista científica eletrônica (Díke); a edição de novos números da revista impressa Themis, e a produção de três livros temáticos – nas áreas do Direito Constitucional, Processual Penal e Processual Civil –, com artigos de alunos e professores dos cursos de Especialização. Foram desenvolvidas novas ações voltadas para concretização do Núcleo de Educação a Distância da Esmec, como a participação de servidores da Escola em cursos de Tutoria e Moodle, além da participação em eventos externos nessa área. Ressalte-se também um incremento no acervo da Biblioteca Juiz Roberto Jorge e iniciativas objetivando uma maior integração com as bibliotecas do TJCE e Fórum.

Cabe ainda destacar que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Esmec (Cepe) foi renovado na atual Gestão da Escola Superior da Magistratura. Em reunião ocorrida dia 16/01/12, presidida pelo Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva, foram empossados seu novo Presidente, o juiz Francisco Luciano Lima Rodrigues, e os seguintes membros: juízes Mantovanni Colares Cavalcante, Mário Parente Teófilo Neto e Marcelo Roseno de Oliveira, e servidores Edílson Baltazar Barreira Júnior e Flávio José Moreira Gonçalves, todos professores da Esmec.

Visando ampliar a oferta de cursos e treinamentos diversos para Magistrados e servidores do Judiciário, a Esmec, no período, ampliou significativamente suas parcerias, como, por exemplo, com a Rede Estadual de Escolas de Governo com destaque para a Escola de Gestão Pública (EGP) e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP); com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com destaque para os cursos (presenciais e a distância) de Administração Judiciária e Mediação; com a Universidade de Samford (Estados Unidos); e com a Escuela Judicial de América Latina (Ejal), dentre outras instituições. Além disso, a Esmec teve participação efetiva em todas as discussões promovidas pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), realizadas em oito estados da Federação.

A Escola, que vinha se ressentindo de melhorias em sua infraestrutura e na aquisição de novos e modernos equipamentos e mobiliário, está sendo palco, na atual Gestão, de uma ampla reforma estrutural, a partir da troca de piso, telhado e portas; melhorias no sistema elétrico e ampliação dos pontos de rede informacional (inclusive com a implantação, em breve, do sistema *wireless* (internet sem fio), há muito reclamada por professores e alunos da pós-graduação); obras de alvenaria e gesso etc. Além disso, foram incorporados à Secretaria da Esmec novos computadores, aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de som/imagem, sofás etc.

A Esmec tem, portanto, muito a comemorar nesses seus 25 anos de existência. A atual Gestão se orgulha de ter participado desse momento tão significativo para a Instituição. A administração do Des. Lincoln Araújo buscou, diuturnamente, trazer melhorias crescentes para a Escola, quer seja na modernização de suas instalações ou na oferta de cursos e eventos de qualidade, com a preocupação constante de levar um ensino de excelência para Magistrados, servidores do Judiciário e operadores do Direito em geral, tornando a Escola um centro de produção científica e discussão permanente dos grandes temas do Direito e dos problemas e desafios enfrentados pela Justiça Estadual.

Cursos

Cinco novas turmas de pós-graduação *lato sensu* foram iniciadas na atual administração da Esmec: Especialização em Direito Constitucional (Turma VII), Especialização em Direito e Processo Eleitoral (Turma IV), Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo (Turma III), Especialização em Direito Público (Turma II) e Especialização em Direito Processual Penal (Turma II). As turmas totalizam mais de 200 alunos que, no momento, estão finalizando suas aulas teóricas, devendo apresentar seus trabalhos de conclusão de curso até agosto de 2013.

No tocante aos cursos de curta duração, a Escola deu especial atenção aos de Administração Judiciária para Magistrados (em parceria com TJCE, Enfam, CNJ e EGP), os quais se inserem no esforço que a atual Gestão vem empreendendo no sentido de cumprir a Meta 08/2010 do CNJ, que recomenda a capacitação de pelo menos 50% dos magistrados nessa área, em cursos com no mínimo 40 horas/aula.

Outro curso importante ofertado pela Esmec na atual Gestão, que obteve grande repercussão no meio acadêmico, foi a preparação para o Mestrado em Direito da UFC. Das 25 vagas ofertadas para 2012 pela Universidade, um total de 17 foram ocupadas por alunos que frequentaram o curso realizado pela Esmec em parceria com a FortLivros, um êxito devido em

grande parte à excelência do corpo docente que o ministrou. Outras duas turmas do preparatório foram formadas em 2012.

Foram realizados também cursos ministrados por renomados nomes do Direito local e nacional, tais como: Processos nos Tribunais, com o desembargador Alexandre Freitas Câmara (TJRJ); Crime Organizado e Medidas Processuais Penais Contemporâneas, com o juiz Federal Danilo Fontenelle; e A Fazenda Pública em Juízo, com Fredie Didier, Cassio Scarpinella Bueno, Daniel Francisco Mitidiero, dentre outros.

Veja a seguir a relação de todos os cursos realizados no período, promovidos pela Esmec ou em parceria.

Cursos	Data de realização
Pós-graduação *lato sensu* (390 horas/aulas) – Turmas: - Especialização em Direito Constitucional – Turma VII - Especialização em Direito e Processo Eleitoral – Turma IV - Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo – Turma III - Especialização em Direito Público – Turma II - Especialização em Direito Processual Penal – Turma II	Agosto de 2011 a agosto de 2013
Avaliação do Custo do Dinheiro nos Mercados e no Âmbito Forense	26 e 27/04/2011
Iniciação ao Direito, para estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC)	07/05/2011
Repensando Políticas Públicas para a Infância e Juventude no Ceará – realizado durante o II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e Juventude do Estado do Ceará (credenciado pela Enfam)	18 a 20/08/11
Preparatório para o Mestrado em Direito da UFC (Turma I)	17/09/11 a 19/11/11
A Fazenda Pública em Juízo (credenciado pela Enfam)	28/09/11 a 01/10/11
Administração Judiciária (modalidade EAD) – promovido pela Enfam (que também o credenciou) e Esmec, que inscreveu vários magistrados	Turmas: - I: de 14/11 a 03/12/11 - II: de 21/11 a 11/12/11 - III: de 28/11 a 18/12/11 - IV: de 14/05 a 30/06/12
Direitos Humanos - A proibição da tortura e de outras formas de maus tratos - realizado na Defensoria Pública do Ceará, promovido pela Enfam, com apoio da Esmec	09 e 10/11/2011
Preparatório para a Seleção do Mestrado em Direito da UFC (Turma II)	31/03/12 a 07/07/12
A Mediação e a Conciliação: Um Novo Paradigma para a Justiça – curso EAD promovido pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Esmec teve direito a 10 vagas para juízes cearenses	02/05 a 27/06/12
Formação em Tutoria, promovido pela EGP na modalidade EAD- seis funcionários da Esmec foram treinados	Março de 2012
Resiliência Emocional na Conciliação	23/04 a 09/05/12
O Poder Judiciário e a Copa do Mundo de 2014- curso EAD promovido pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Esmec inscreveu juízes.	30/07/12 a 18/03/13
Processos nos Tribunais (credenciado peal Enfam)	27 e 28/07/12
Aperfeiçoamento em Avaliação pelo Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP)	07 e 08/08/12
Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – na sede da Justiça Federal. Esmec teve direito a 10 vagas para magistrados	18 a 20/07/12

Cursos	Data de realização
Aperfeiçoamento em Administração Judiciária – curso presencial, em parceria com EGP e TJCE (credenciado pela Enfam)	13/08 a 03/09/12
Mediação Judicial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (NPMCSC-TJCE)	11/09/12 a 11/04/13
Aperfeiçoamento em Crime Organizado e Medidas Processuais Penais Contemporâneas (cred. pela Enfam)	17 e 18/08/12
Preparatório para o Mestrado em Direito da UFC (Turma III)	24/08 a 11/12
Formação de Formadores: Capacitação de Docentes - promovido pela Enfam, em Brasília, do qual participaram o coordenador geral e o assessor pedagógico da Esmec	20 a 24/08/12
Direito de Família: por uma nova responsabilidade parental (cred. pela Enfam)	20 e 21/09/12
A Nova Teoria do Direito Constitucional e as Novas Perspectivas dos Direitos Fundamentais – realizado na sede da Justiça Federal no Ceará. A Esmec teve direito a 15 vagas para magistrados	22 a 24/10/12
Aperfeiçoamento em Direito da Infância e Juventude, durante o III Encontro da Magistratura, realizado na ESMP (cred. pela Enfam)	25 e 26/10/12
Curso Jurisdição e Psicanálise, no Gran Marquise	07 e 09/11/12
Aperfeiçoamento em Direito da Infância e Juventude, durante o III Encontro da Magistratura, realizado na ESMP (cred. pela Enfam)	25 e 26/10/12
Treinamento em Políticas Públicas de Conciliação e Mediação, promovido pelo CNJ e NPMCSC/TJCE	14/12/12

Produção Científica

Mesmo já possuindo a Themis – revista científica que, na atual Gestão, obteve a indexação internacional Latindex, autorizou a impressão de algumas edições atrasadas e abriu edital para seleção de artigos científicos para três novos volumes –, a Escola da Magistratura sentiu a necessidade de criar mais um periódico para dar vazão à produção intelectual de professores, alunos, magistrados e especialistas convidados. Assim, foi criada a Revista Eletrônica Díke, que no primeiro número já trazia 21 artigos científicos. Ela pode ser acessada no site <www2.tjce.jus.br:8080/dike>.

A partir da iniciativa de alunos dos cursos de Especialização da Esmec, que custearam o projeto, foram produzidos três livros com os trabalhos de conclusão de curso dos mesmos (na forma de artigos científicos), e contando com a colaboração de alguns professores. As obras têm os seguintes títulos:

- → A eficácia dos Direitos Humanos e Fundamentais no Brasil – Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Arnaldo Vasconcelos (artigo dos alunos e professores do Curso de Especialização em Direito Constitucional);
- → Ensaios sobre Recursos Especiais e Extraordinários no Novo CPC – Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. José de Albuquerque Rocha (alunos e professores do Curso de Especialização em Processo Civil e Gestão do Processo);
- → Temas de Processo Penal (artigos dos alunos e professores do Curso de Especialização em Direito Processual Penal);

Ainda no campo da produção científica, o professor Flávio José Moreira Gonçalves, assessor pedagógico da Esmec, está realizando uma pesquisa junto a magistrados estaduais para subsidiar sua tese de doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), que terá como título “A Formação e a Avaliação de Juízes de Carreira no Brasil: estudo comparativo

a partir da experiência de Escolas da Magistratura".

Por fim, face a sua missão primordial de produzir trabalhos acadêmicos mais densos no nível de pós-graduação, a Esmec incentivou seus alunos de Especialização e deu total apoio aos mesmos no sentido de produzirem e defenderem monografias que abordassem as grandes preocupações do Direito e os desafios do Judiciário estadual. Fruto desse esforço, em apenas 17 meses (fevereiro de 2011 a junho de 2012) foram defendidos 35 trabalhos monográficos.

Congressos, Seminários, Palestras etc.

Evento dos mais marcantes para a história da Escola da Magistratura, o I Congresso Jurisdictio, com o tema A Fazenda Pública em Juízo, ocorrido entre 28 e 30/09/2011, comemorou os 25 anos de criação da Esmec. Nomes consagrados do Direito ministraram palestras, tais como Fredie Didier Júnior, Leonardo Cunha Câmara, Cássio Scarpinella Bueno, Juvêncio Vasconcelos Viana e Alexandre de Freitas Câmara.

O I Encontro Internacional de Direitos Culturais, em parceria com a Unifor, trouxe nomes de expressão mundial, como o Prof. Dr. Jean-Marie Pontier (da Universidade Paul Cézanne-Aix Marseille III - França) e a consultora Loreto Antonia Bravo Fernández (trabalhadora social da Universidade do Chile e ex-presidente do Conselho de Administração do Centro Regional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina), além do renomado professor de Direito brasileiro Nélson Nogueira Saldanha.

Outra presença internacional aconteceu durante o seminário "Justiça Juvenil Restaurativa: Outro Olhar para a Execução das Medidas Alternativas e Promoção de uma Cultura de Paz", no caso o espanhol Victor Herrero, chefe do serviço de medidas alternativas do Ministério de Justiça e Interior da Espanha.

Outros eventos importantes foram realizados na Escola durante a Gestão do Des. Lincoln Araújo, tais como o seminário "20 Anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança", a palestra "As novas regras de prisão e de cautelares pessoais no Processo Penal", o I Seminário de Estudos Sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos, o V Seminário de Conciliação, o IV Congresso Cearense de Direito de Família, a palestra do juiz William Douglas sobre "Produtividade no Poder Judiciário" etc.

A tabela a seguir apresenta os seminários, as palestras e outros eventos realizados na Escola da Magistratura (ou em outras instituições parceiras, com apoio da Esmec) no biênio.

Tema	Data
Seminário "Previdência Complementar: Aspectos Legais, Doutrinários e Jurisprudenciais"	25/03/2011
Seminário "Justiça Juvenil Restaurativa: Outro Olhar para a Execução das Medidas Alternativas e Promoção de uma Cultura de Paz"	29/03/2011
Seminário "Avaliação do Custo do Dinheiro nos Mercados e no Âmbito Forense"	25/04/2011
Seminário "20 Anos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: As diretrizes indicativas do Melhor Interesse da Criança no Superior Tribunal de Justiça (STJ)"	09/05/2011
Palestra "As novas regras de prisão e de cautelares pessoais no Processo Penal"	27/06/2011
1o Seminário Internacional de Direitos da Mulher - Enfrentamento à Violência, realizado em Juazeiro do Norte. O juiz coordenador da Esmec, Emílio de Medeiros Viana, presidiu a Comissão de Avaliação dos trabalhos apresentados pelos magistrados	11 e 12/08/2011

Tema	Data
II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e Juventude do Estado do Ceará, realizado na sede da Defensoria Pública do Estado, com apoio da Esmec	18 a 20/08/2011
Palestras sobre o funcionamento do Poder Judiciário estadual, para recém-ingressos do Curso de Direito da Unifor	26/08 e 02/09 de 2011
I Workshop Mecanismos de Gestão e Planejamento das Metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)	23/09/2011
I Seminário de Capacitação e Sensibilização para a Importância das Ouvidorias da Justiça Eleitoral, promovido pela TRE	15 e 16/09/2011
I Congresso Jurisdictio - A Fazenda Pública em Juízo. Em comemoração aos 25 anos de criação da Esmec	28 a 30/09/2011
XIV Jornada Acadêmica de Odontologia da Universidade de Fortaleza (Unifor)	18 a 20/10/2011
I Seminário de Estudos Sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos	21/10/2011
IV Encontro Nacional de Educação a Distância – tema "EaD como Estratégia para Democratização do Conhecimento na Administração Pública", realizado no Marina Park, promoção da Rede de Escolas de Governo Hotel. A Esmec marcou presença com a apresentação de um trabalho do Prof. Dr. Edilson Baltazar Barreira Júnior, intitulado "Democratização, expansão e Interiorização: a experiência inaugural em educação à distância no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará".	16 a 18/11/11
V Seminário de Conciliação - tema "Conciliação e Mediação"	24/11/2011
Conferência Estadual sobre o novo Código de Processo Civil (CPC) - audiência pública no auditório da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), com apoio da Esmec	02/12/2011
V Encontro dos Servidores dos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado, promoção do TRE	05/12/2011
Seminário "Novo Código de Processo Civil: Aspectos Relevantes na Lei do Inquilinato", realizado no Hotel Gran Marquise	23/03/2012
Reunião na Esmec de membros da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	22/03/2012
Seminário "O Direito à Convivência Familiar"	11/05/2012
Palestra "Prisão e Liberdade", no auditório da Faculdade 7 de setembro. O coordenador da Esmec, Juiz Emílio de Medeiros Viana, foi um dos debatedores.	17/05/2012
IV Café Restaurativo – Diálogos sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e o Sistema de Justiça Juvenil	11/06/2012
Audiência pública sobre "Regime semiaberto: visões e perspectivas"	20/06/2012
Oficina "Boas Práticas no Atendimento Socioeducativo", organizada pelo MP estadual, Defensoria Pública e Terre des hommes Lausanne no Brasil	20/06/2012
"Seminário Sinase e a Justiça Juvenil Restaurativa: Possibilidades e Desafios na Atuação do Sistema de Garantia de Direitos"	21/06/2012
Audiência Pública "A Responsabilidade do Estado na Segurança dos Operadores do Direito", promovida pela ACM, ACMP e Defensoria Pública	23/08/2012
I Encontro Internacional de Direitos Culturais, realizado na Esmec e Unifor	14/09/2012
IV Congresso Cearense de Direito de Família, parceria com Ibdfam, OAB-CE e Revista Leis & Letras	20 e 21/09/12
III Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará, realizado na Escola do MP, com apoio da Esmec	25 e 26/10/12
Palestra "Produtividade no Poder Judiciário", com o juiz federal William Douglas	25/10/2012
Palestra "A adoção por casais homoafetivos à luz da hermenêutica jurídica", promovida pela Unifor	31/10/2012
III Congresso Jurisdictio: paradigmas doutrinários do novo CPC	28 a 30/11/12

Lançamento de livros

A Esmec vem se constituindo num importante pólo de lançamento de obras jurídicas, em razão de sua infra-estrutura (auditório para 300 lugares, espaçoso *hall* para recepção de convidados, estacionamento na Praça da Justiça etc.) e do bom público que costuma prestigiar os eventos da Escola.

Biblioteca

Além do incremento de livros, periódicos, monografias e outras obras em seu acervo, duas importantes iniciativas marcaram a atual Gestão da Esmec em relação à Biblioteca Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho: uma reunião com dirigentes das bibliotecas do Tribunal de Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua, objetivando discutir propostas sobre como melhorar a integração entre as mesmas; e o processo de adesão ao Programa de Comutação Bibliográfica (Comut), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT), que permite, dentre outros benefícios, a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

Some-se a essas realizações, a recente requisição de novos livros jurídicos para a Biblioteca da Esmec, cuja listagem já foi encaminhada ao Tribunal de Justiça para os devidos procedimentos licitatórios já foi efetivada.

A tabela a seguir mostra as aquisições e os empréstimos da Biblioteca da Esmec (no período de fev/2011 à out/2012)

Obras/empréstimos	Qtde
Livros (doações/aquisições)	202
Monografias incorporadas ao acervo	368
Periódicos (doações/aquisições)	7
Empréstimos realizados	700

Convênios internacionais

No dia 13/05/11, foi firmado o Acordo de Cooperação Internacional entre a Esmec e a Escuela Judicial de América Latina (Ejal), pelos seguintes signatários: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, diretor da Esmec; Desembargador Edgardo Torres López, diretor acadêmico da Ejal; Emilio de Medeiros Viana, Juiz Coordenador da Esmec; e Flávio José Moreira Gonçalves, Assessor Pedagógico da Esmec.

O Acordo tem como principais objetivos: estabelecer programas acadêmicos de cooperação científica, jurídica e tecnológica; promover ações de intercâmbio de magistrados, estudantes, técnicos, mestres, doutores e profissionais que contribuam com o progresso científico; realizar pesquisas conjuntas em temas de interesse comum, que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional daqueles que integram as duas instituições; e utilizar tecnologias da informação e da comunicação, como por exemplo, ações conjuntas na área de Educação a Distância (EaD).

A Esmec também assinou, no dia 26/04/11, a renovação do convênio com o Mestrado em Direto Comparado da Universidade de Samford (Estados Unidos), ato que contou com as presenças do coordenador do curso, Prof. Michael Floyd, e da desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo, Cristina Zucchi.

Mr. Floyd e Desa. Zucchi retornaram à Esmec em 2012 e, no dia 10/04/12, participaram de um colóquio no qual vários magistrados cearenses ficaram conhecendo todos os detalhes sobre o Mestrado em Direito Comparado de Samford. No dia 18/04/12, na Esmec, houve uma nova seleção para juízes interessados em fazer o curso na Universidade norte-americana.

Parcerias diversas

Tribunal de Justiça do Ceará

Além da parceria com diversos órgãos e Secretarias do Tribunal de Justiça do Ceará – tais como Núcleo de Mediação, Cejai, Seplag etc. –, na promoção de cursos, treinamentos, seminários, palestras e outros eventos, a Esmec também é palco, todos os anos, da Páscoa dos Magistrados, que na atual Gestão ocorreu nos dias 21/05/11 e 26/05/12.

Tribunal Regional Eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE) é outro parceiro constante da Esmec, que, sobretudo neste ano eleitoral de 2012, desenvolveu várias atividades em salas de aula e no auditório. Alguns exemplos:

→ 14 e 15/06/12 – Presidente do TRE/CE, Des. Ademar Mendes Bezerra comanda reuniões com os juízes eleitorais de todo o Estado;

→ 01/10/12 – Desembargadores Ademar Mendes Bezerra e Maria Iracema Martins do Vale (Corregedora Eleitoral) reúnem-se com os juízes que vão presidir as juntas eleitorais;

→ 22/11/12 – Reunião ampliada com as Zonas Eleitorais do Interior (avaliação das Eleições 2012).

Associação Cearense dos Magistrados

A atual Gestão da Esmec dá continuidade à parceria fundamental com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), cedendo seu espaço para reuniões de trabalho, audiências públicas e outros eventos promovidos pela entidade, bem como solenidades de posse, como a ocorrida em 27/01/2012, quando o juiz Ricardo de Araújo Barreto assumiu a presidência da ACM para o biênio 2012-2013. A ACM tem também apoiado ações de iniciativa da Escola da Magistratura. Essa parceria tem sido essencial para viabilizar a realização de vários eventos realizados na Esmec.

Escolas de Governo

A Esmec, desde 2010, integra a Rede Estadual de Escolas de Governo, com outras nove instituições. De 2011 a 2012, vários eventos foram realizados em parceria, objetivando aumentar ainda mais a interação e troca de experiências entre estas Escolas. Foi também gravado um vídeo institucional da Rede, no qual o Juiz Coordenador da Esmec fala da importância da Escola da Magistratura e dessa integração com as demais escolas governamentais. A Esmec coordena uma importante atividade do plano de ação construído coletivamente e que integra o planejamento estratégico da Rede: o Programa de Monitoramento e Avaliação de Resultados.

Eventos da Rede nos quais a Esmec marcou presença no período:

→ 3/08/2011: discussão do Plano de Ação 2011/12 da Rede;

→ 08/08/12: reunião na Esmec para uma avaliação das ações da Rede de Escolas e discussão de outros temas;

→ 29/08/11: reunião na EGP. Esmec apresenta a proposta de desenvolvimento de um Programa de Monitoramento e Avaliação dos cursos e outras atividades que venham a ser desenvolvidas pelas escolas governamentais.

→ 09/02/12: reunião na Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp) debate o monitoramento das ações do planejamento estratégico conjunto. Esmec apresenta uma proposta de curso e palestra sobre Nivelamento em Avaliação Educacional.

→ 14/02/12: seminário no Instituto da Escola de Contas e Capacitação Ministro Plácido Castelo (IPC), no qual a Esmec apresentou algumas ações realizadas em 2011, sua missão institucional e as principais dificuldades e desafios enfrentados atualmente.

→ 28 a 30/05/12: reunião na EGP, onde a Esmec e as demais escolas discutiram a "Formação em Avaliação e Gestão de Programas Educacionais".

Escola Superior do Ministério Público

O Diretor Geral da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), Benedito Augusto da Silva Neto, Promotor de Justiça, fez uma visita de cortesia ao Juiz Coordenador da Esmec, Emilio de Medeiros Viana, dia 13/02/12, objetivando estreitar os laços. A Esmec já vem há algum tempo mantendo parcerias com a ESMP, além de estar sempre divulgando eventos promovidos por esta instituição.

Participação em encontros nacionais

Objetivando estreitar o relacionamento com entidades nacionais que congregam Escolas da Magistratura (como Enfam, ENM e Copedem) e com as demais escolas judiciais estaduais, objetivando sempre trazer subsídios administrativo-pedagógicos que possam ser úteis à Esmec, os dirigentes da Escola da Magistratura do Ceará estiveram presentes aos principais eventos promovidos por aquelas instituições.

A direção da Esmec participou dos nove encontros do Copedem, realizados de março de 2011 a novembro de 2012, nos quais foram debatidos importantes temas (elencados nas Cartas oficiais dos encontros), tais como: integração das escolas judiciais, quotas para negros nessas escolas, instituição de um programa nacional de aperfeiçoamento profissionalizante lato e *stricto sensu* pelas Escolas de Magistratura, anteprojeto do novo Código Penal Brasileiro, autonomia orçamentária e financeira das escolas, incentivo à pesquisa e aos ensinos profissionalizantes e a distância (EaD) etc.

A Esmec esteve também presente ao Encontro de Diretores-Gerais e Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura, em Brasília, promovido pela Enfam (7 e 8/04/2011); Encontro Nacional do Judiciário sobre Capacitação, em Florianópolis (Santa Catarina), promovido pelo CNJ (15/04/11); Encontro de Diretores e Coordenadores Pedagógicos das Escolas de Magistratura, em Brasília/DF, promovido pela Enfam (7 e 8/06/2011); e Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura, em Foz do Iguaçu (PR), promovido pela ENM (27 e 28/10/2011).

Reformas físicas e aquisições

Com o objetivo de melhor atender a seu corpo funcional e demais usuários (professores, alunos, visitantes etc.), a Esmec realizou uma reforma profunda em sua estrutura física. Conforme consta do Edital de Tomada de Preços nº 01/2012, até o final de 2012 a Escola foi beneficiada com as seguintes ações: substituição da coberta; impermeabilização; substituição de forro, portas e revestimento de piso; implementação de pontos avulsos de instalações elétricas, de cabeamento de rede e telefone; substituição de luminárias e esquadrias; além de serviços de alvenaria, serralheria, carpintaria, marcenaria e pintura em geral.

Na atual administração da Esmec, foram também incorporados (ou substituídos) alguns móveis e equipamentos aos já existentes na Escola, como, por exemplo, sofás, computadores e aparelhos de ar-condicionado.

Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica é órgão técnico-jurídico vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, tendo como competências:

→ assessorar o Presidente do Tribunal, assistindo-o na solução de problemas jurídicos e nas relações institucionais do Poder;
→ responder a consultas em matéria jurídica oriundas da Presidência, assim como da Secretaria Geral, e, quando autorizadas, de outros setores da Administração do Tribunal;
→ examinar previamente processos de aposentadoria e pensões, benefícios, isenções e outros, relativos a pessoal, contratos e licitações, bem como os relativos a atos de que possam resultar despesa para a instituição;
→ sugerir medidas necessárias à solução de problemas e situações de interesse do Poder Judiciário, e relativamente à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos seus atos de Administração. (Art. 2º, *caput*, da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995).

Estrutura Organizacional

Integram a estrutura da Consultoria Jurídica, acrescidos pela Lei nº 14.813, de 14 de dezembro de 2010:

→ Departamento de Execução e Controle Processual;
→ Divisão de Distribuição e Controle de Feitos;

→ Divisão Central de Contratos e Convênios;
→ Serviço de Precatórios;
→ Comissão de Licitação.

Mediante a Portaria nº 1.205/2007, de 21 de novembro de 2007, passou a integrar a estrutura da Consultoria Jurídica a Comissão de Licitação do Poder Judiciário. Com o advento da Lei nº 14.813, de 14 de dezembro de 2010, o Serviço de Precatórios passou a ser subordinado ao Departamento de Execução e Controle Processual.

Atividades

No decorrer do ano de 2011, a Consultoria Jurídica desenvolveu várias atividades voltadas para os objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico do Poder Judiciário cearense, dentre elas podemos destacar:

→ Otimização da qualidade no atendimento;
→ Dinamização de práticas e rotinas de trabalho;
→ Racionalização de procedimentos visando à celeridade processual;
→ Controle de produtividade;

→ Criação de 05 (cinco) cargos de Assessor Jurídico;
→ Ampliação da equipe com a chegada dos novos servidores;
→ Publicação da "Revista de Pareceres Administrativos", que foi lançada pela Editora do Tribunal de Justiça do Ceará durante a Bienal do Livro. Por meio da referida revista, são publicados os pareceres elaborados por esta Consultoria Jurídica tratando das matérias administrativas mais recorrentes no âmbito da administração judiciária no ano de 2011;
→ Gestão eficiente de pessoal: com a vinda do Serviço de Precatórios para o âmbito desta Consultoria, desenvolveu-se um projeto visando a reestruturação do Setor;
→ Envio de projeto de lei elevando o Serviço de Precatórios à categoria de Divisão, bem como a criação do Setor de Cálculos de Precatórios.

Divisão Central de Contratos e Convênios

"À Divisão Central de Contratos e Convênios compete estabelecer, em consonância com as diretrizes fixadas pela Administração Superior, as condições contratuais prévias, de interesse do Tribunal de Justiça, a serem incluídas e observadas nos processos licitatórios; preparar e encaminhar, em tempo hábil, à Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça as minutas de contratos a serem firmados de acordo com o art. 40 da Lei nº 8.666/93; elaborar as versões finais dos contratos ou convênios a serem firmados pela Administração Superior do Tribunal de Justiça; acompanhar, em conjunto com as unidades executoras, o cumprimento da execução e a observância das obrigações previstas nas cláusulas e condições de todos os contratos ou convênios celebrados, para efeito de enquadramento das solicitações de pagamento e emissão das notas de empenho pertinentes; emitir, mensalmente, e quando solicitado, relatórios sobre o acompanhamento dos contratos e convênios celebrados, devidamente analisados, com apreciação conclusiva sobre desvios ou irregularidades, se for o caso; providenciar a publicação no Diário da Justiça, observados os prazos legais, dos extratos dos contratos e convênios celebrados, e respectivos aditivos, alimentar o sistema de controle de contratos e convênios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará com informações ao Tribunal de Justiça, registrar e controlar a vigência de convênios, contratos por meio do sistema de contrato de controle de contratos e convênios do Tribunal de Justiça."
(Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, art. 2º, inciso IV)

Atividades	2011	2012*	Total
Contratos Formalizados	57	71	128
Aditivos de Prorrogação de Contratos (sem ajustes)	67	84	151
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com ajustes)	18	57	75
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com inclusões)	0	0	0
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com supressões)	2	7	9
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com redução de valor)	2	3	5
Aditivos de Acréscimos	25	23	48
Aditivos de Alteração de Cláusulas	12	28	40
Aditivos de Realinhamento	6	9	15
Atas de Registros de Preço	18	72	90
Convênios	61	114	175
Aditivos de Convênios	9	126	135
Termos de Concessão de Uso	12	12	24
Total	**289**	**606**	**761**

*Dados coletados de janeiro à setembro de 2012

Serviço de Precatórios

"Ao Serviço de Precatórios compete desenvolver todos os procedimentos necessários ao controle do trâmite de precatórios, desde a sua autuação até seu integral cumprimento; informar quanto aos incidentes processuais relativos a precatórios, petições que lhes digam respeito, inclusive pedidos de intervenção, agravos regimentais, mandados de segurança, reclamações constitucionais e correicionais,

prestar informações e atender as partes sobre contas nos processos; apresentar mensalmente estatística dos precatórios recebidos e respectivos encaminhamentos e cumprimentos; elaborar cálculos aritméticos que se fizerem necessários sobre quaisquer direitos e obrigações, referentes aos processos que tramitam no Tribunal de Justiça e que são originários das comarcas do Interior do Estado; cumprir qualquer outra determinação judicial relativa a precatório."
(Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, art. 2º, inciso V)

No decorrer dos anos de 2011-2013, foram desenvolvidas várias atividades voltadas para a reestruturação do Serviço de Precatórios, tais como:

- Adequação do Regimento Interno do TJCE às determinações da Resolução n. 115/CNJ e Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009;
- Análise e reorganização das listas de precatórios dos diversos entes devedores, especialmente no que diz respeito às informações relativas à ordem cronológica;
- Formação de listas de pagamento prioritário para entes devedores contra os quais já dirigido pedido expresso pelo respectivo credor;
- Apuração da situação de todos os entes públicos devedores sujeitos ao regime especial, com o fim de promover a regularização do pagamento das respectivas parcelas anuais e mensais, em conformidade com o disposto na Emenda Constitucional nº 62/2009;
- Ampliação do quadro de servidores;
- Cálculo de todas as parcelas anuais e mensais de regime especial devidas nos anos de 2010, 2011 e 2012 de todos os 104 entes públicos devedores de precatórios no Estado do Ceará;
- Licitação e contratação de instituição financeira integrante da administração pública federal para a manutenção e Gestão das contas especiais abertas em nome de todos os entes públicos sujeitos, no Estado do Ceará, ao cumprimento do regime especial, para as quais transferidos depósitos alocados em relação aos precatórios de responsabilidade do Estado do Ceará, e demais devedores;
- Formação do Comitê Gestor das Contas Especiais, composto por um juiz estadual, um juiz do trabalho e um juiz federal, encarregados da confecção, até o momento, de 74 termos de rateio de recursos depositados nas contas especiais, em conformidade com as determinações da Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional de Justiça;
- Gerenciamento de todas as contas especiais na pessoa do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com o auxílio do Comitê Gestor das Contas Especiais, inclusive no tocante aos sucessivos repasses aos Tribunais com jurisdição neste Estado;
- Solicitação encaminhada à Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), com o fito de estabelecer parceria visando a reorganização e reestruturação do setor;
- Reunião com os representantes dos entes devedores e procuradores jurídicos realizada na segunda fase da visita iniciada pela equipe da Corregedoria Nacional, ocorrida dias 7 a 11 de novembro de 2011;
- Formação de comissão de servidores exclusivamente para a realização dos trabalhos de cálculos (procedimento interno de atualização da dívida dos precatórios de responsabilidade do Estado do Ceará junto ao TJCE);
- Formação de comissão de servidores para realização de trabalhos de dados processuais nos autos de precatórios;

- Normatização interna sobre retenção de tributos incidentes no pagamento do precatório;
- Transferência do Setor de Precatórios para as dependências ampliadas da Consultoria Jurídica a fim de atender as demandas dos serviços, proporcionando um ambiente adequado de trabalho para os servidores no desempenho das atividades;
- Formação de convênio de cooperação técnica com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina tendo como objeto a cessão, sem ônus, do sistema informatizado de Gestão de precatórios daquela Corte, de modo a permitir não só o gerenciamento claro e objetivo da lista cronológica de precatórios, como a realização de atualização automática dos valores dos débitos em processamento;
- Criação de comissão para atualização de expedientes, análise dos pedidos de prioridades, efetivação das publicações de decisões administrativas, expedição de mandados de intimação e alvarás judiciais;
- Sistema de Gestão de Precatórios: os trabalhos de implantação do sistema de precatórios estão da fase de conclusão, já tendo sido finalizado pela Secretaria Judiciária a inclusão dos créditos de precatórios dos Entes Públicos, faltando apenas o setor de Informática proceder a emissão de relatórios para disponibilização do Sistema por este setor;
- Devolução das Requisições de Pequeno Valor (RPV) ao Juízo de origem, de conformidade com a resolução nº 10/2011 de 2 de dezembro de 2011, art. 28;
- Arquivamento dos processos de precatórios, adequadamente, retirando-os da fila de trabalho do Setor;
- Pagamento, por meio da formação, publicação e cumprimento de cinco listas autônomas, das parcelas constitucionais de antecipação dos precatórios a credores idosos e doentes graves;
- Definição de rotinas internas junto à assessoria e cumprimento de expedientes;
- Realização de ajustes na expedição do precatório no segundo grau, mediante reuniões com a Secretaria Judiciária (Sejud) e gabinetes de desembargadores, com a apresentação de instruções para o recebimento de volta dos autos do mandado de segurança anteriormente enviados ao setor administrativo para o cumprimento da requisição;
- Encaminhamento de projeto de lei dotando o Serviço de Precatórios de setor de cálculos especializado nas contas das requisições;
- Formação de convênios com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para possibilitar abertura de contas por parte dos juízos da execução, sobretudo os do Interior, necessárias à expedição das requisições de pequeno valor, regularizando situação anterior de ausência de lastro contratual;
- Utilização de controle processual eletrônico do precatório, corrigindo situação anterior em que o controle e a localização dos autos se dava mediante ficha;
- Criação de serviço de protocolo próprio, em detrimento do Protocolo Geral do Tribunal;
- Criação de página eletrônica do setor, na qual se pode visualizar todas as informações e orientações necessárias às requisições judiciais, pagamento prioritário e consulta às várias listas de credores de todos os entes devedores de precatórios sujeitos ao regime geral e especial de pagamentos (http://www2.tjce.jus.br:8080/precatorios/);
- Por determinação da presidência do TJCE através do Ofício nº 1322/2011, foi realizado o primeiro monitoramento pela Auditoria Administrativa de Controle Interno, relativamente ao primeiro semestre de 2012, sobre ações envolvendo precatórios.

Quadro demonstrativo de pagamentos prioritários tendo como devedor o Estado do Ceará (2011-2013):

Lista	Quantidade de Credores	Valor Pago (R$)
1ª	286	3.786.330,69
2ª	207	2.999.581,50
3ª	66	848.652,86

Demonstrativo de pagamento através de acordo tendo como devedor o Estado do Ceará

Número de credores da 1ª Pauta	79
Número de credores que realizaram acordo	69
Número de credores que não realizaram acordo*	10
Valor total da 1ª pauta	**R$ 9.478.210,73**

* Do total de acordos não realizados, 08 (oito) não ocorreram por falecimento dos credores e falta de habilitação dos herdeiros

1ª Pauta de Audiências
Período: 03/09/12 à 11/10/12

Total de Acordos Quitados	23 Processos
Valores Pagos através de acordo	6.723.826

Demonstrativo de pagamento prioritário tendo como ente devedor o Município de Fortaleza:

Lista	Quantidade de Credores	Valor Pago (R$)
1ª	59	1.888.983

Dados apurados até o dia 15/10/2012

Providências adotadas em relação aos municípios do Interior do Estado

- Expedição de 102 (cento e dois) mandados de intimação para as Prefeituras do Interior do Estado informando a dívida com precatórios e como proceder para sua regularização;
- Municípios que regularizaram a situação: 14;
- Precatórios pagos no Regime Especial: 3;
- Precatórios pagos no Regime Geral: 1;
- Municípios pagos integralmente: 9 (Aracati, Caridade, Chaval, Crato, Frecheirinha, Miraíma, Morrinhos, Porteiras e Tianguá);
- Número de processos administrativos abertos: 102;
- Número de municípios que saíram do Regime Especial: 9;
- Número de precatórios em fase de pagamento: 17

Quantitativo de expedientes de precatórios/ requisitórios e RPV's movimentados no ano de 2011 e 2012.

Expedientes	2011	2012
Cartas de Intimação	64	63
Despachos/Decisões	1716	2019
Mandados de Intimação	295	850
Acordos realizados	1	107
Audiências de Conciliação	1	123
Certidões narrativas	1	7
Alvarás judiciais	331	689
Informações	355	317
Ofícios	510	1692
RPVs conclusas	36	2
Precatórios conclusos (ordem judicial)	9	43
Precatórios e RPVs protocolados	122	168

Comissão de Licitação

A Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, foi instituída por meio da Portaria nº 76/2011, tendo como objetivo processar, julgar e dar andamento aos pedidos de contratação de todo o Poder Judiciário do Estado. Assim sendo, é responsável pelas aquisições, registros de preços, contratações de serviços em geral, reformas prediais (preventivas e corretivas), obras de engenharia (seja na construção de fóruns ou residências de magistrados), concessões de uso e locações de mão de obra, por meio de processos licitatórios, nas diversas modalidades (Concorrência Pública, Tomada de Preços, Convite, Concurso, Leilão, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico), visando atender às necessidades do Poder Judiciário Estadual.

Missão

Atender de forma célere e eficaz, aos pedidos de todos os setores do TJCE, de acordo com os princípios constitucionais e aqueles que lhes são correlatos, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da eficiência, observando as legislações pertinentes e vigentes sobre licitações e contratos (Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02 e posteriores alterações), bem como processar e julgar esses pedidos (necessidades) de forma transparente e pública, no intuito de garantir a continuidade no serviço público, atingindo a finalidade maior que é o interesse público, mediante a contratação da proposta mais vantajosa.

Atividades Desenvolvidas

No decorrer do biênio (2011-2013), a Comissão Permanente de Licitação desenvolveu ações no sentido de otimizar as atividades do Setor, tais como:

- → Criação do Manual de Procedimentos da CPL/TJCE;
- → Uniformização dos editais;
- → Criação do Sistema de Gerenciamento de relatórios de andamento dos processos junto à SETIN;
- → Mudança das instalações para espaço físico ampliado;
- → Celeridade dos processos após a realização dos certames na modalidade pregão eletrônico, que deve ser acompanhado em todas as suas fases através do sistema eletrônico do Banco do Brasil, *licitações – e*;
- → Capacitação da equipe através de cursos voltados a elaboração de Termo de Referência/ Projeto Básico, oferecidos pelo TJ/CE e curso de elaboração de Contratos e Editais, oferecido pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará;
- → Interação com os setores demandantes no sentido de solucionar as dúvidas por ventura existentes por ocasião do recebimento dos Termos de Referência, subsídio primordial para elaboração do Edital;
- → Padronização das penalidades, na modalidade Pregão, em face das disposições do art. 7º da Lei nº 10.520, através da adoção de dosimetria das penas, em sintonia com a Consultoria Jurídica.

Licitações Realizadas

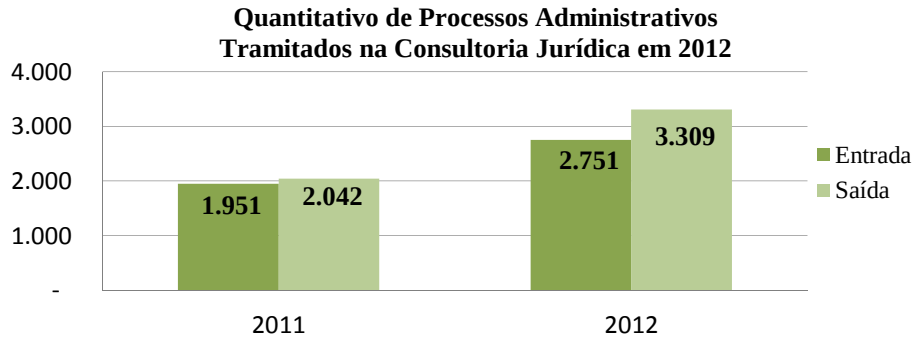
Licitações	2011	2012
Convite		
TOTAL	2	7
HOMOLOGADOS	0	3
DESERTOS	0	1
FRACASSADOS	2	3
VALOR TOTAL ESTIMADO	-	R$ 199.993,41
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	-	R$ 162.403,45
ECONOMIA (R$)	-	R$ 37.589,96
ECONOMIA (%)	-	19%
Tomada de Preços		
TOTAL	0	1
HOMOLOGADOS	0	0
VALOR TOTAL ESTIMADO	-	R$ 0,00
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	-	R$ 0,00
ECONOMIA (R$)	-	R$ 0,00
ECONOMIA (%)	-	0%

Licitações	2011	2012
Tomada de Preços		
TOTAL	2	8
HOMOLOGADOS	1	4
AGUARDANDO ABERTURA	0	0
EM ANDAMENTO	0	3
EM ELABORAÇÃO	0	1
ARQUIVADOS	1	0
VALOR TOTAL ESTIMADO	-	R$ 1.410.959,63
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	-	R$ 1.113.937,74
ECONOMIA (R$)	-	R$ 297.021,89
ECONOMIA (%)	-	21%
Concorrência		
TOTAL	0	4
HOMOLOGADOS	0	1
ADIADO (Tempo indeterminado)	0	3
REVOGADAS	0	0
VALOR TOTAL ESTIMADO	-	R$ 8.123.754,58
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	-	R$ 6.760.120,45
ECONOMIA (R$)	-	R$ 1.363.634,13
ECONOMIA (%)	-	17%
Pregão Presencial		
TOTAL	7	3
HOMOLOGADOS	5	0
ANULADOS	1	1
DESERTO	0	1
AGUARDANDO ABERTURA	0	1
ARQUIVADOS	1	0
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 4.216.911,56	R$ 709.053,48
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	R$ 4.065.757,32	R$ 686.103,36
ECONOMIA (R$)	R$ 151.154,24	R$ 22.950,12
ECONOMIA (%)	4%	3%
Pregão Eletrônico		
TOTAL	34	72
HOMOLOGADOS	26	41
FRACASSADOS	3	9
DESERTOS	1	2
AGUARDANDO ABERTURA	0	2
ARQUIVADOS	1	1
REVOGADOS	3	0
EM ANDAMENTO	0	4
EM ELABORAÇÃO	0	11
EM PROCESSO DE REVOGAÇÃO	0	1
EM PROCESSO DE ANULAÇÃO	0	1
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 13.269.030,32	R$ 25.060.631,30
VALOR TOTAL HOMOLOGADO	R$ 10.403.560,34	R$ 17.380.055,66
ECONOMIA (R$)	R$ 2.765.469,98	R$ 7.680.575,64
ECONOMIA (%)	21%	31%
Total de Licitações	**45**	**80**

Processos Administrativos

Mês	Indicador	2011			2012		
		Digital	Físico	Total	Digital	Físico	Total
jan	ENTRADA	56	41	97	133	145	188
	SAÍDA	21	59	80	151	226	233
	SALDO	78	425	503	195	334	308
fev	ENTRADA	92	57	149	198	109	244
	SAÍDA	62	54	116	184	142	233
	SALDO	78	427	505	208	301	318
mar	ENTRADA	163	52	215	261	64	321
	SAÍDA	151	68	219	246	151	289
	SALDO	80	411	491	220	214	347
abr	ENTRADA	118	52	170	252	81	331
	SAÍDA	80	59	139	297	72	352
	SALDO	110	404	514	168	226	318
mai	ENTRADA	135	45	180	140	80	220
	SAÍDA	105	38	143	150	110	241
	SALDO	137	410	547	156	198	296
jun	ENTRADA	82	31	113	171	80	247
	SAÍDA	51	67	118	171	152	240
	SALDO	162	373	535	152	192	303
jul	ENTRADA	44	37	81	151	97	245
	SAÍDA	64	88	152	152	176	263
	SALDO	138	322	460	144	185	280
ago	ENTRADA	91	75	166	200	81	279
	SAÍDA	83	90	173	188	179	291
	SALDO	139	306	445	152	139	271
set	ENTRADA	148	53	201	121	15	133
	SAÍDA	154	76	230	117	41	152
	SALDO	130	282	412	154	118	254
out	ENTRADA	97	50	147	143	0	143
	SAÍDA	92	64	156	144	5	149
	SALDO	131	268	399	150	101	251
nov	ENTRADA	138	48	186	112	3	115
	SAÍDA	84	91	175	98	31	129
	SALDO	181	225	406	164	80	244
dez	ENTRADA	111	135	246	114	0	114
	SAÍDA	99	242	341	106	20	126
	SALDO	191	118	309	169	60	229

Nota: Informações extraídas diretamente da Base de Dados SAD em 19/10/2012.
Não foram considerados os processos juntados, os arquivados, os da fila "Importados SProc" e aqueles cuja descrição do assunto constasse a palavra "Precatório".



Assessoria Jurídica

Quantitativo De Processos Judiciais Tramitados Na Consultoria Jurídica
Período: 01/02/2011 a 30/09/2012

Mês/Ano	Entrada			Saída		
	Fluxo Digital da Consultoria Jurídica	Fluxo Físico da Consultoria Jurídica	Total	Fluxo Digital da Consultoria Jurídica	Fluxo Físico da Consultoria Jurídica	Total
fev/11	11	26	37	6	24	30
mar/11	18	24	42	18	29	47
abr/11	15	10	25	14	5	19
mai/11	47	22	69	24	13	37
jun/11	25	6	31	13	5	18
jul/11	19	12	31	21	15	36
ago/11	51	19	70	46	32	78
set/11	56	12	68	69	13	82
out/11	58	10	68	52	8	60
nov/11	37	13	50	32	10	42
dez/11	34	11	45	55	14	69
jan/12	39	7	46	14	4	18
fev/12	24	6	30	29	10	39
mar/12	48	9	57	49	10	59
abr/12	50	27	77	43	7	50
mai/12	30	19	49	9	37	46
jun/12	37	12	49	42	9	51
jul/12	71	7	78	54	6	60
ago/12	50	4	54	35	5	40
set/12	87	6	93	19	8	27
out/12	21	2	23	41	3	44
nov/12	28	1	29	20	1	21
dez/12	32	6	38	41	4	45
TOTAL	**888**	**271**	**1.159**	**746**	**272**	**1.018**

Informações extraídas diretamente da Base de Dados do SAJ-SG

Data da Extração das Informações: 18/10/2012 12:15

Regras Utilizadas:

Fluxo Digital da Consultoria Jurídica – foi somado 1 (um) para cada ocorrência do par processo/recurso no mês

Fluxo Físico da Consultoria Jurídica – foi somado 1 (um) para cada ocorrência do processo no mês

Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Criada em 22 de dezembro de 2010 pela Lei nº 14.816/2010, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) apresentem por principal objetivo garantir que as ações desenvolvidas pela Justiça cearense estejam compatíveis com a missão, a visão e os valores institucionais.

Assumindo a responsabilidade de coordenar as atividades pertinentes ao cumprimento do Plano Estratégico (2010-2014) do Judiciário estadual, ao gerenciamento de dados estatísticos e à otimização organizacional, a Seplag funciona com três departamentos específicos: de Estratégia e Projetos (Depro), de Otimização Organizacional (Deorg) e de Informações Gerenciais (Dinger).

Impende ressaltar que os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão têm por desígnio, ainda, o alinhamento estratégico dos projetos, ações e recursos orçamentários do TJCE, como forma de subsidiar a construção de um modelo de Gestão moderna e de qualidade.

CNJ aponta o TJCE como o 4º melhor em adoção de práticas de Gestão estratégica

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) obteve a quarta colocação entre as Cortes estaduais na adoção de práticas de Gestão estratégica. A informação foi divulgada pelo diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ivan Bonifácio,

durante apresentação da prévia do Diagnóstico da Gestão Estratégica Nacional.

O *ranking* foi obtido a partir da análise do envolvimento da alta administração, da Gestão participativa, da estrutura organizacional, do monitoramento e execução da estratégia, entre outros critérios.

O alinhamento das metas estaduais às nacionais e a definição de gestores para impulsionar o alcance dessas metas colaboraram para o êxito do Judiciário estadual alencarino. A capacitação de magistrados e servidores em competências estratégicas foi outro fator relevante.

Desde 2011, ações foram realizadas visando a contribuir para o alcance da posição. Entre elas, a criação do Comitê Estratégico, da Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico, do Escritório Corporativo de Projetos e do blog Plano Estratégico em Ação.

Ações

Estudo para a implantação do Órgão Especial

A Seplag participou ativamente da elaboração do Assento Regimental nº 36, de 05 de maio de 2011, que criou, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Órgão Especial, cuja finalidade precípua reside em conferir celeridade ao exercício de certas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno.

Tal iniciativa está alinhada ao objetivo estratégico "assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva", previsto no Plano Estratégico 2010-2014 do Judiciário cearense.

Implantação e Gestão da Gratificação por Alcance de Metas (GAM)

A Seplag conduziu o processo de implementação da Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas (GAM), coordenando a Comissão Intersetorial de Estudos para sua regulamentação. Nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, além de haverem sido elaboradas as regras para avaliação de desempenho setorial, foram levantados todos os indicadores e metas a serem perseguidas pelas unidades judiciárias e administrativas deste Poder Judiciário.

Após a implantação da gratificação, a Seplag passou a atuar e a coordenar, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Gestora da GAM (COGES), a qual figura como responsável pela administração, controle e acompanhamento da versada gratificação, no sentido de promover seu alinhamento ao Plano Estratégico e de buscar a celeridade e o aumento de produtividade nas unidades judiciárias e administrativas do TJCE.

Cumpre destacar que a COGES atua, ainda, no suporte ao gerenciamento interno de produtividade por parte das unidades e no trabalho de divulgação e engajamento de todos ao modelo de Gestão por resultados a que a GAM se propõe.

Mobilização para cumprimento de Metas do Judiciário Nacional

A Seplag tem capitaneado diversas ações com o objetivo de contribuir para o alcance das Metas Nacionais, monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), quais sejam:

- → Instituição de gestores e cogestores das Metas para o Judiciário Nacional (Portarias nº 998/2011 e nº 757/2012).
- → Reestruturação do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento na Comarca de Fortaleza (Portarias nº 1102/2011 e nº 1287/2011).
- → Reestruturação de Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento nas Comarcas da 8ª Zona Judiciária (Portaria nº 1820/2011).
- → Reestruturação de Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento na Comarca de Maracanaú (Portaria nº 626/2012).
- → Realização, em parceria com a ESMEC, de cursos em Administração Judiciária para magistrados.
- → Celebração de Convênio nº 08/2012 com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para redução do acervo de processos de execução fiscal.
- → Confecção de relatórios gerenciais das metas por unidade nos Sistemas Processual Eletrônicos.
- → Certificação de unidades que alcançaram as metas de litigiosidade do CNJ.
- → Realização de encontros com magistrados, visitas aos gabinetes de desembargadores e demais ações de divulgação.

Projeto Justiça em Movimento

A carência de atualização dos sistemas processuais informatizados é uma realidade que precisa ser modificada no âmbito do Poder Judiciário. Com foco nessa assertiva, a Seplag coordenou, em parceria com a Secretaria Judiciária, o Projeto "Justiça em Movimento",

que buscou a atualização dos sistemas no sentido de possibilitar ao jurisdicionado o acesso a informações processuais precisas, sem a necessidade de seu deslocamento à unidade judiciária, e de conferir, com a redução das demandas de atendimentos nas secretarias, uma maior celeridade ao trâmite processual.

A iniciativa albergou, de igual forma, a priorização do julgamento das ações processuais enquadradas nas Metas de Litigiosidade do CNJ, sem prejuízo do julgamento dos processos com primazia garantida por Lei, e o inventário do acervo processual do Poder Judiciário cearense.

Além dos benefícios já citados, o projeto possibilitou:

→ Extração de estatísticas processuais mais fidedignas;

→ Mensuração do efetivo desempenho das unidades judiciárias;

→ Melhoria da imagem do Poder Judiciário cearense perante a sociedade;

→ Aumento do número de julgamentos dos processos enquadrados nas Metas do Judiciário Nacional.

Estudo para implantação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da Justiça Estadual

A Seplag participou de estudos para implantação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, iniciativa que atende à Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, bem assim ao Provimento nº 3, publicado no DJ de 16 de março 2011.

Capacitação de Unidades Judiciárias da Capital e Interior

Como forma de suprir a carência das Unidades Judiciárias no que pertine às informações inerentes aos Sistemas Processuais eletrônicos, bem assim à necessidade de implementação de rotinas para otimização da produtividade das comarcas, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão designou equipe de servidores ao Fórum Clóvis Beviláqua com o objetivo de inventariar o acervo processual, além de proceder com atualizações de classes e movimentações processuais. Os Juizados Especiais da Capital e Turmas Recursais também foram beneficiados com a iniciativa.

As Unidades do Interior do Estado também estão recebendo a visita de servidores do Tribunal de Justiça, que tem acompanhado os Juízes Auxiliares da Corregedoria no momento das inspeções, capacitando as Unidades para o correto uso das ferramentas de sistemas processuais, cumprimento das Metas de Litigiosidade do CNJ e redução das respectivas taxas de congestionamento. A atividade conta com a parceria da Secretaria Judiciária e o Serviço de Treinamento do Tribunal.

Estudo para a implantação e apoio ao Núcleo de Cooperação Judiciária e Juiz de Cooperação

A Seplag coordenou estudos para, no âmbito do Tribunal de Justiça cearense, implantar o Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura dos Juízes Cooperadores, iniciativa esta que atende à Recomendação nº 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça, bem assim à Meta 4 de 2012 do Judiciário Nacional, da qual a Seplag figurou como Gestora (Portaria nº 757/2012).

Instituído por meio da Resolução nº 08/2012, publicada no DJ de 28 de setembro de 2012, o referenciado Núcleo tem por objetivo institucionalizar meios para dar maior fluidez e agilidade à comunicação entre os Órgãos

Judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para o cumprimento de atos judiciais, mas também para a harmonização e a agilização de rotinas e procedimentos forenses, fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na Gestão judiciária.

O Núcleo de Cooperação é composto por 3 membros, indicados pelo Presidente, conforme a Portaria de nº 1582, de 28 de setembro de 2012, a saber:

→ Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes – Supervisor;

→ Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio – Juiz cooperador da Capital; e

→ Dr. Antônio Pádua Silva – Juiz cooperador do Interior.

Demais disso, a Portaria nº 1987, de 17 de dezembro de 2012, designou o Secretário Especial de Planejamento e Gestão e o Diretor do Departamento de Estratégia e Projetos como responsáveis pelo apoio no desenvolvimento das atividades pertinentes ao versado Núcleo.

Desenvolvimento de sistema de medição de eficiência voltado à promoção de magistrados/acesso ao TJ

A Seplag desenvolveu, em parceria com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos (IEPRO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), um sistema capaz de mensurar a eficiência de magistrados e unidades judiciárias: o Eficiência.jus. A ferramenta tem por base a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), que permite a comparação entre as unidades produtivas que utilizam os mesmos tipos de insumos para obtenção dos mesmos bens e/ou serviços, gerando índices de eficiência relativa.

Para construção da ferramenta, foram empreendidos diversos esforços e estudos no sentido de adaptar as funcionalidades da metodologia DEA às especificidades do Poder Judiciário, de forma a aproximar a aferição das eficiências da realidade dos juízes e das unidades judiciárias.

Implantado o Eficiência.jus, o TJCE passará a contar com um sistema de avaliação isonômica de produtividade, apto a fornecer relatórios sobre a eficiência das unidades jurisdicionais e de seus juízes, dispondo ainda de módulo específico de promoção/acesso de magistrados que viabiliza a atribuição de pontuação quanto à produtividade, em conformidade com os índices de eficiência judicial mensais, todos calculados a partir das variáveis estabelecidas no art. 6º da Resolução nº 106/2010 do CNJ.

Revisão do Plano Estratégico e Instituição do Comitê Estratégico do Poder Judiciário Cearense

Em 2011, sob a coordenação da Seplag, ocorreu a revisão do Plano Estratégico, normatizada pela Resolução nº 13, de 25/11/2011, do Órgão Especial. A revisão procedida foi estruturante, uma vez que restaram atualizados diversos componentes do Plano (indicadores, metas e projetos), relativos à Gestão 2011-2013, visando a uma melhor execução da estratégia elaborada por magistrados e servidores e aprovada pelo Tribunal Pleno.

Atualmente, o Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense é composto por 14 (quatorze) objetivos estratégicos, traduzidos em 40 (quarenta) indicadores de desempenho, aos quais correspondem 40 (quarenta) metas institucionais.

Como forma de monitorar a execução do Plano Estratégico foi instituído, por meio da Resolução do Órgão Especial n.º 13, de 20/12.12, o Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, que procede à análise e ao acompanhamento do Plano trimestralmente, por meio das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia), oportunidade em que também são verificados os resultados das metas institucionais e o desempenho na execução dos projetos estratégicos, bem assim decididas as intervenções pertinentes, a exemplo da requisição de planos de recuperação aos patrocinadores dos projetos e aos gestores das metas institucionais, quando não constatado o alcance dos resultados planejados.

Comunicação do Plano Estratégico do Poder Judiciário Cearense 2010-2014

Para o fim de aprimorar a comunicação da Estratégia do Tribunal para todos os magistrados e servidores, foram realizadas diversas ações, tais como:

→ Criação do Blog "Plano Estratégico em Ação", disponível na internet e intranet do TJCE, por meio da página da Seplag, objetivando a divulgação para magistrados, servidores e jurisdicionados, dos resultados do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense, além de possibilitar, por parte destes, o envio de sugestões e comentários acerca de temas relacionados à estratégia da Justiça cearense.

DIVULGAÇÃO

→ Palestras informativas sobre o Plano Estratégico aos servidores e encaminhamento do Plano Estratégico para os magistrados.

→ Confecção e distribuição de materiais de divulgação (cartazes e *banners*) sobre o Plano para o Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça, Escola Superior da Magistratura, todas as Comarcas do Estado, Juizados Especiais da Capital e, ainda, aos Fóruns de entrância final (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte).

→ Capacitação de servidores em Gestão Estratégica, com o objetivo de nivelar o conhecimento sobre o Planejamento Estratégico e os seus elementos, bem assim envolver os servidores na execução da estratégia deste Poder.

Implantação do Escritório Corporativo de Projetos do Poder Judiciário Cearense

Com o objetivo de conferir sequência ao aprimoramento da Gestão estratégica do Judiciário cearense, que resultará em maior dinamismo nas tomadas de decisão gerenciais e garantirá o alinhamento do portfólio de projetos aos objetivos estratégicos da Instituição, foi implantado o Escritório Corporativo de Projetos do Poder Judiciário cearense (ECP), no âmbito da Seplag, por meio da publicação da Resolução do Órgão Especial nº 13/2011.

Para implantação do ECP, foram empreendidos os seguintes esforços:

→ Elaboração da matriz de priorização dos objetivos estratégicos e construção da régua de medição da contribuição estratégica dos projetos.

→ Implantação de ferramentas e sistemas gerenciais e definição de responsabilidades do Comitê Estratégico, da equipe do ECP e das unidades envolvidas no gerenciamento dos projetos estratégicos.

→ Elaboração do Manual da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do ECP e Elaboração de Manual da Metodologia de Planejamento Estratégico e Gerenciamento de Portfólio.

→ Realização de cursos de capacitação para membros da equipe do ECP e para servidores de outras unidades responsáveis pelo gerenciamento dos projetos estratégicos.

Atualmente, o ECP acompanha projetos, prestando suporte e orientação às unidades na condução das iniciativas e realizando reuniões mensais com os gerentes e bimestrais com os patrocinadores dos projetos (Secretários e Assessores da Presidência).

Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE

Visando ao atendimento integral da Resolução nº 70 do CNJ, de 18 de março de 2009, restou implantada, mediante iniciativa conjunta da Seplag e da Assessoria Especial da Presidência, a Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE, através do Provimento n.º 12/2011, de 06 de junho de 2011, e da Portaria de nº 755/2011, de 17 de junho de 2011.

Contando com o suporte operacional da Seplag, principalmente no tocante à análise de contribuição estratégica das propostas de projetos, a Comissão tem o objetivo de assegurar recursos para a execução dos projetos estratégicos, bem assim de proporcionar a participação efetiva na elaboração da proposta orçamentária de todo o Secretariado do TJCE e de magistrados e serventuários, por meio de membros representantes dos Sindicatos de Servidores e da Associação de Magistrados.

Dentre outras ações desenvolvidas pela Seplag no âmbito da Comissão Participativa, merecem destaque a consolidação da proposta orçamentária relativa aos exercícios de 2012 e 2013 e o controle do desembolso financeiro dos projetos, ambas realizadas em parceria com a Secretaria de Finanças, bem assim a construção e a revisão do Plano Plurianual (PPA) 2012 -2015.

Instituição do Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário Cearense

Com o objetivo de conhecer, catalogar e disseminar as boas práticas de Gestão deste Poder, bem assim possibilitar a troca das experiências de trabalho entre os servidores e as unidades desta Instituição, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão implantou o Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário cearense.

Tendo como objetivo o incentivo à socialização do Capital intelectual do Judiciário cearense e o aprimoramento das práticas de Gestão, foram estabelecidos, por meio do Provimento nº 12, de 7 de Maio de 2012, os critérios para premiação e reconhecimento institucional dos magistrados e servidores que desenvolverem melhores práticas de Gestão.

Demais disso, prática relevante de Gestão (administrativa ou judicial) oriunda de outras instituições é mensalmente disponibilizada no Portal das Boas Práticas e enviada aos e-mails de todos os membros da Justiça cearense, para o conhecimento dos magistrados, servidores e demais colaboradores.

Premiação das Melhores Práticas de Gestão do Poder Judiciário cearense

Em janeiro de 2013, foi realizada a Eleição das Melhores Práticas de Gestão do Poder Judiciário cearense no ano de 2012, por parte dos magistrados e servidores, através de sistema disponibilizado na intranet, de acordo com o Provimento nº 12, de 07 de maio e 2012.

As práticas foram selecionadas pelo Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, havendo sido pré-selecionadas pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, com base nos critérios de originalidade, resultados alcançados, alinhamento à estratégia e abrangência de replicação em outras unidades.

As três melhores práticas, segundo os eleitores foram:

Coloc.	PRÁTICA	AUTOR (ES)	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR
1º	Comunicações entre Comarcas do País	Sr. José Nicodemos Neto - Servidor	*Local de implantação:* COMARCA DE BREJO SANTO *Resumo:* Trata-se de comunicação (ofícios e precatórias) entre as Comarcas por meio do correio eletrônico. A ação permite economia nos custos, incluindo gastos com papel; e tornando o processo mais ágil.
2º	O Judiciário na Escola	Dr. César Morel Alcântara - Magistrado Sr. Luiz Artagnan Torres - Servidor	*Local de implantação:* VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA *Resumo:* A prática acontece todas as últimas sextas-feiras de cada mês. Na ocasião, o magistrado local desenvolve um tema, proferindo palestras com duração de 1 (uma) hora, tendo como público alunos do ensino fundamental II e médio.
3º	Núcleo de Apoio Jurisdicional	Dr. Antônio Josimar Almeida Alves - Magistrado	*Local de implantação:* COMARCA DE CANINDÉ *Resumo:* Trata-se da instituição do Núcleo de Apoio Jurisdicional, unidade que tem como finalidade o atendimento direto ao cidadão e a participação em programas sociais desenvolvidos pela comarca (Pai Presente, Semana da Conciliação etc.).

Otimização de Rotinas de Trabalho

Elaboração do Diagnóstico Situacional do Fermoju, em maio de 2011, que ensejou o estudo de Reestruturação do Departamento de Gerência Executiva, este último desenvolvido por consultoria externa em parceria com o Departamento de Otimização Organizacional, compreendendo uma nova arquitetura organizacional, o mapeamento, o redesenho e a racionalização de 07 processos com fluxogramas e mapas de especificação e monitoramento.

Ainda no âmbito do mapeamento e otimização de fluxos processuais, restaram implantados os seguintes esforços:

→ Elaboração do Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário e sua consequente implantação nas secretarias de varas da Capital e do Interior do Estado, em atendimento à Meta 05 de 2010 estabelecida pelo CNJ para o Judiciário brasileiro. O documento, construído em oficinas promovidas pela Seplag, contou com a participação de juízes e diretores de secretaria das varas cíveis e foi aprovado por meio da Resolução do Órgão Especial nº 16, de 16 de dezembro de 2011.

→ Aplicação das ferramentas de Gestão do Gespública:

- ✓ Guia "d" Simplificação, que se baseia no estudo e melhoria dos processos de trabalho, norteou o Diagnóstico Situacional do Processo "Construção de Fóruns do Poder Judiciário do Estado do Ceará", abrangendo as áreas de Projeto, Orçamentação e Fiscalização, bem como os desenhos das rotinas "Descarte de Documentos", "Levantamento de Débitos Remuneratórios", "Mandado de Segurança" e "Habeas Corpus".
- ✓ Avaliação contínua que concedeu à Setin o Prêmio Ceará Gestão Pública 2012.

Programa Justiça e Cidadania

Buscando uma maior proximidade entre o judiciário e a sociedade, foi instituído, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05, publicada no Diário da Justiça em 02/09/11, o Programa "Justiça e Cidadania", composto pelas seguintes iniciativas:

→ Elaboração da Cartilha "Conhecendo o Judiciário", com o fim precípuo de divulgar, em linguagem acessível, as atividades desenvolvidas pelo Judiciário cearense.

→ "Conhecendo o Judiciário e sua História", por meio de visitas orientadas ao Tribunal de Justiça e ao Fórum Clóvis Beviláqua de alunos universitários, do ensino médio e fundamental das redes pública e privada de ensino.

→ "O Judiciário na Escola e na Comunidade", consiste na realização de palestras educativas proferidas por magistrados em comunidades e estabelecimentos de ensino que versam sobre direitos, deveres, estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, entre outros temas significativos relativos à cidadania, além da participação em eventos abertos à comunidade.

Referido Programa, que vai ao encontro do objetivo "informar para conscientizar" do Plano Estratégico e da Meta 04 de 2011 do CNJ, a qual consiste em "implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos", contemplou, em 2011 e 2012, respectivamente, 2.529 e 5.340 alunos.

Ciclo de Palestras sobre Gestão Organizacional

A Seplag também capitaneou a realização, com o apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas, do Ciclo de Palestras sobre Gestão Organizacional – Um Novo Olhar para o Judiciário, que se propôs a trabalhar temáticas relacionadas às áreas de

competência da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão. Seguem os temas, datas e número de participantes:

→ Modelo de Excelência em Gestão Pública – 02/05/2012 – 121 participantes
→ Gestão Eficiente de Projetos – 23/05/2012 – 117 participantes
→ Gestão de Processos: contribuindo para a sustentabilidade e aprendizagem - 20/06/2012 – 94 participantes.
→ Gestão da Inovação: uma visão sistêmica e a importância para a tomada de decisões – 07/08/2012 - 86 participantes
→ Gestão do Conhecimento – 26/09/2012 - 92 participantes.
→ Nova Gestão em Pessoas – 31/10/2012 - 83 participantes.
Tota de participantes: 593

Implantação do Programa Jovem Aprendiz no TJCE

A Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, em parceria com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e com o apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas, implantou o Programa Jovem Aprendiz, que tem por escopo a criação de oportunidades de estágio para alunos da Rede Pública de Ensino.

Inicialmente, 20 estudantes foram selecionados, treinados e já engajados em diversas unidades funcionais do Tribunal de Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua.

Oportuno ressaltar que a adesão ao Programa Primeiro Passo representa expressiva ação

direcionada ao cumprimento de um dos objetivos positivados no Plano Estratégico 2010-2014, qual seja, o exercício da responsabilidade socioambiental. De igual forma, a iniciativa alinha-se, ainda, à Meta Nacional 04 de 2011(Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos), estabelecida pelo CNJ, haja vista que o estudante, por meio das atividades desenvolvidas no decorrer de seu estágio, passará a conhecer um Judiciário em efervescente processo de modernização.

Outras ações

→ Coordenação do SAJ ADM (Sistema de Automação da Justiça para a virtualização de processos administrativos).

→ Elaboração do Projeto Político Pedagógico da Creche-Escola do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e sua regularização junto ao Conselho de Educação do Município.

→ Atualização contínua do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará e do Regimento Interno do TJCE.

→ Elaboração do Manual de Atribuições das Unidades Organizacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, instrumento de pesquisa que possibilita a consulta rápida das atividades pertinentes a cada um dos setores, observadas as modificações da legislação esparsa vigente.

→ Elaboração do Organograma Dinâmico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que disponibiliza, no Portal do TJCE, acesso fácil às atribuições das unidades funcionais do TJCE.

→ Elaboração e publicação, pela editora do TJCE, do Ementário dos Atos Normativos atinentes à Gestão 2011-2013.

→ Sistematização, com atualização diária, do Banco de Atos Normativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a partir de fevereiro de 2011, disponível para consultas rápidas na intranet e internet.

→ Realização de Curso Prático de Metodologia de Gestão por Processos, que capacitou 27 servidores do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua em Mapeamento, Desenho e Redesenho dos Processos de Trabalho, preparando-os para a implantação de um provável Escritório de Processos.

Resultados

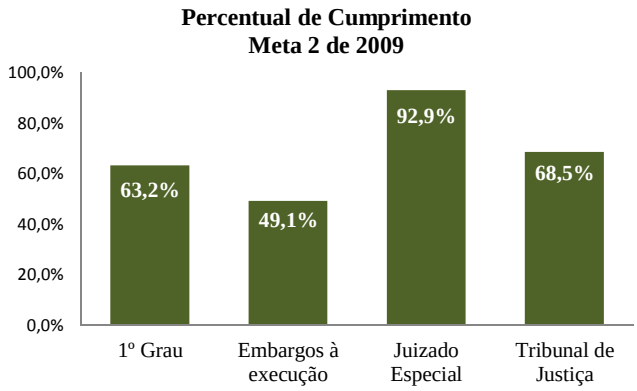
Como saldo das ações encampadas pela Seplag nas áreas de Gestão do planejamento, incluindo o monitoramento de projetos estratégicos, o acompanhamento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça e o desenvolvimento de projetos relacionados à otimização organizacional e ao aperfeiçoamento de informações gerenciais, destacam-se:

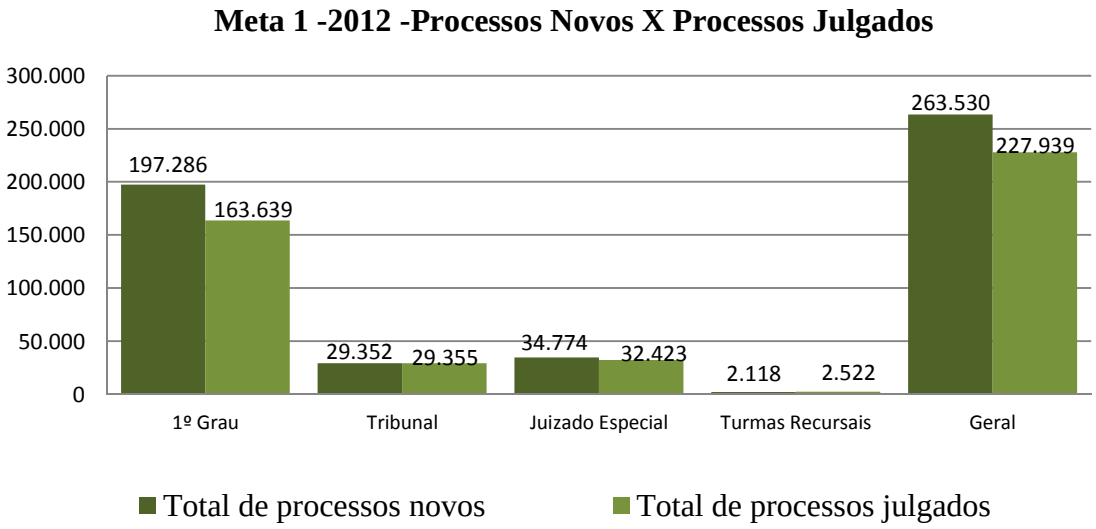
→ Cumprimento de 09 (nove) Metas do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam:

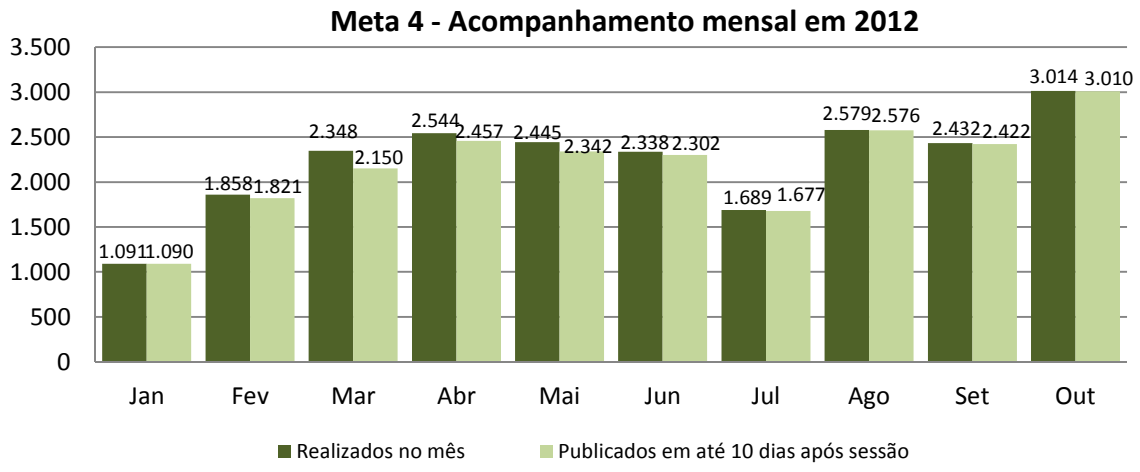
- ✓ Metas 4 de 2010: Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.
- ✓ Meta 5 de 2010: Implantar método de gerenciamento de rotinas (Gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.
- ✓ Meta 7 de 2010: Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.

- ✓ Metas 1 de 2011: Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da Gestão estratégica.
- ✓ Meta 2 de 2011: Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.
- ✓ Meta 4 de 2011: Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.
- ✓ Meta 3 de 2012: Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça.
- ✓ Meta 4 de 2012: Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.
- ✓ Meta 5 de 2012: Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

→ Progressão contínua nos percentuais de cumprimento das metas relacionadas aos julgamentos processuais: o acompanhamento permanente das metas cujo atendimento se entremostrou mais árduo, inclusive daquelas egressas de anos anteriores, proporcionou avanços consideráveis em seus percentuais de cumprimento, a exemplo da Meta 1 de 2012 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012), que registrou, até novembro de 2012, cumprimento parcial de 86%, e da Meta 2 de 2009 (Identificar e julgar todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005), cujo monitoramento permitiu que se constatasse o montante de 110.639 julgamentos, frente às 170.584 ações que se encontravam pendentes no ano de implantação da meta.





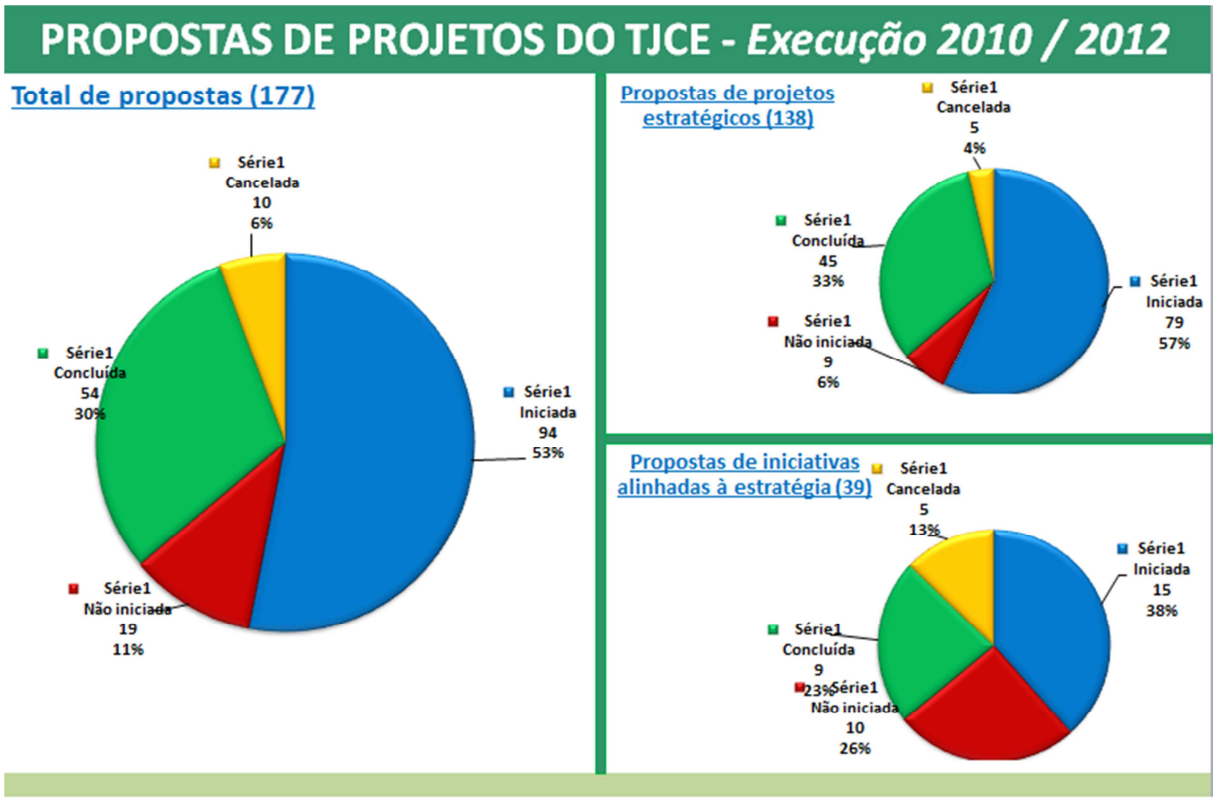


→ Inventário de 969.470 processos nas unidades judiciárias do Interior, Turmas Recursais, Juizados Especiais e 2º grau, pelo Projeto Justiça em Movimento, encontrando-se em andamento os inventários nas unidades do Fórum Clóvis Beviláqua. Como resultado direto do projeto, totalizaram-se, até a data de 30 de junho de 2012, 173.809 baixas processuais.

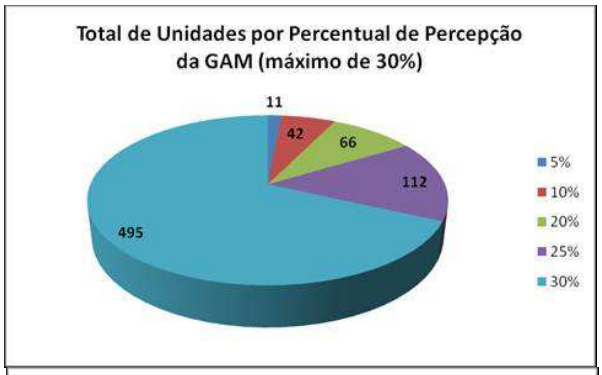
→ Capacitação de cerca de 40 comarcas do Interior do Estado, bem com das Varas de Sucessões, Recuperação de Empresas e Falências, Delitos de Tráfico, Júri, Registros Públicos, Trânsito e Auditoria Militar da Comarca de Fortaleza. A equipe da Seplag responsável pela capacitação já contabilizou 5.854 baixas processuais e promoveu, em média, com a reclassificação processual, uma redução de 34% no número de classes processuais que vinham sendo utilizadas nas unidades.

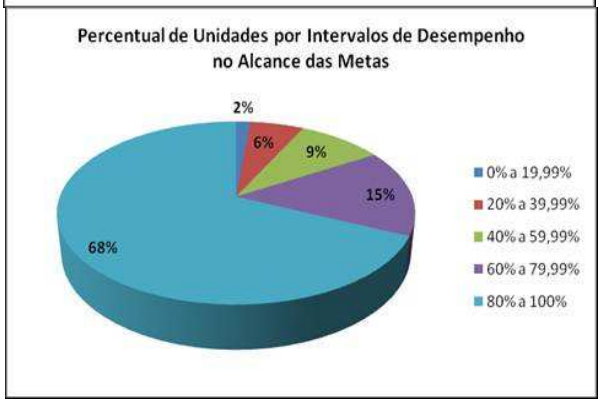
→ Bom desempenho na execução do Plano Estratégico 2010-2014:

- ✓ Os resultados alcançados pelo Poder Judiciário cearense, atinentes ao ano de 2012 (atualizados até o mês de agosto), revelam que, das 40 (quarenta) metas estratégicas, 53% apresentam boa progressão, estando em vias de serem cumpridas. Ao ser analisado o período de julho de 2011 a agosto de 2012, os números mostram que a taxa de congestionamento diminuiu para 41% no 2º Grau e 64% no 1º Grau, em contraste, respectivamente, às taxas de 54% e 74% registradas em 2011.
- ✓ Alcance das metas estratégicas:
  - → Divulgação do papel e funcionamento do Judiciário.
  - → Implantação de boas práticas de Gestão administrativa.
  - → Índice de utilização de banda larga.
- ✓ Garantia de estações por posto de trabalho.
- ✓ Acompanhamento, pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), de 73 projetos estratégicos, dos quais 40% estão nas fases de aquisição ou realização, encontrando-se os demais projetos nas fases de preparação e concepção. Ressalte-se, ainda, que, dentre o total de projetos estratégicos, 96% estão em conformidade com a Metodologia de Gerenciamento de Projetos adotada pelo Poder Judiciário cearense.



→ Realização tempestiva e plena da 1ª avaliação desempenho da GAM, prevista no §3º, art. 11, da Portaria nº 1616/2011, cujos resultados foram objeto de divulgação mediante Portaria nº 1345, de 13 de agosto de 2012. Em observância estrita aos parâmetros e regras estabelecidos por todas as Portarias disciplinadoras da GAM, foram avaliadas 495 unidades judiciárias e administrativas do TJCE, a partir da aferição de 185 variáveis objetivas e 250 indicadores. Seguem gráficos sintéticos dos desempenhos obtidos pelas unidades judiciárias e administrativas do TJCE em relação ao alcance das metas estabelecidas para o 1º semestre de 2011:





Secretaria Geral

A Secretaria Geral do Tribunal de Justiça tem sua estrutura e atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará e na Lei de Organização do Poder Judiciário.

Além das funções de secretariado ao Tribunal Pleno, Órgão Especial e ao Conselho Superior da Magistratura, incumbe à Secretaria Geral exercer as atribuições de gerenciamento superior das demais unidades administrativas do Poder Judiciário que não sejam diretamente supervisionadas pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e demais magistrados.

Tribunal Pleno

Realizadas em de 2011 vinte sessões ordinárias e vinte e duas extraordinárias e em 2012, quinze sessões, em que foram julgados processos judiciais e administrativos, conforme quantificados na tabela ao lado:

Julgamentos	2011	2012
Arguição de Inconstitucionalidade	2	-
Ação Direta de Inconstitucionalidade	4	-
Ação Rescisória	1	-
Agravo Regimental	91	-
Cautelar ADIN	1	-
Comunicação Administrativa	1	-
Conflito Negativo de Competência	11	-
Embargos de Declaração	67	-
Embargos à Execução	14	-
Habeas Corpus	4	-
Inspeção Administrativa	1	-
Inspeção Correicional	1	-
Mandado de Segurança	268	-
Processado de Reclamação	1	-
Processo Administrativo/Recurso	10	3
Processo de Sindicância	1	1
Representação Administrativa	2	3
Providência Administrativa	-	2
Processo Administrativo Disciplinar	-	9
Total de Julgados	**480**	**18**

Órgão Especial

Realizadas em 2011 vinte e quatro sessões ordinárias e em 2012, quarenta e quatro sessões extraordinárias, em que foram julgados processos judiciais e administrativos, conforme quantificado a seguir:

Julgamentos	2011	2012
Ação Direta de Inconstitucionalidade	3	10
Agravo Regimental	143	170
Embargos de Declaração	64	176
Mandados de Segurança	169	330
Processado de Reclamação	2	1
Processo/Recurso Administrativo	26	17
Habeas Corpus	1	1
Ação Penal	--	1
Arguição de Inconstitucionalidade	--	2
Conflito negativo de competência	--	2
Intervenção estadual	--	1
Inquérito policial	--	1
Embargos infringentes	--	2
Embargos à execução	--	26
Cumprimento provisório de sentença	--	1
Total de Julgados	**408**	**741**

Controle da edição de Atos do Tribunal Pleno ou da Presidência do Tribunal

Em 2011, o Tribunal de Justiça emendou seu Regimento Interno em oito oportunidades, com destaque para a criação do Órgão Especial e da 7ª e 8ª Câmaras Cíveis, e, ademais, modificou dispositivos para que os Acórdãos sejam publicados no prazo de até 10 dias, dando seguimento às recomendações do Conselho Nacional da Justiça para a consecução da Meta 4.

Normativos Editados	2011	2012
Resoluções Órgão Especial	17	8
Resoluções Tribunal Pleno	5	-
Portarias	1.880	1.587
Provimentos	33	38
Assentos Regimentais	8	-

Procedimentos apreciados pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial, referentes a Promoções, Acessos, Remoções, Permutas e a outras movimentações e reconhecimento de direito.

Natureza	2011	2012
Acesso	2	3
Promoção	44	40
Remoção	75	29
Vitaliciedade	22	8
Permuta	1	1
Nomeação de novos juízes	3	1
Atuar por suspeição/impedimento	59	78
Auxiliar comarca	57	30
Responder por motivo de férias	168	150
Responder por motivo de licenças	35	17
Responder por vacância	170	103
Responder por comarca durante ausência	14	7
Afastamentos	9	5
Designação para diretoria de fóruns	24	59
Revogação de Portarias	63	60
Celebração de casamento	25	10

Conselho Superior da Magistratura

Foram realizadas em 2011 vinte e vinte e duas sessões ordinárias e duas extraordinárias e em 2012, dezoito ordinárias e uma extraordinária.

Natureza	2011	2012
Acesso	2	3
Promoção	44	41
Remoção	75	40
Vitaliciedade	22	8
Permuta	1	2
Nomeação de novos juízes	3	3
Atuar por suspeição/impedimento	59	89
Auxiliar comarca	57	37
Responder por motivo de férias	168	193
Responder por motivo de licenças	35	18
Responder por vacância	170	115
Responder por comarca durante ausência	14	7
Afastamentos	9	5
Designação para diretoria de fóruns	24	61
Revogação de Portarias	63	76
Celebração de casamento	25	13

As ações adotadas, especialmente aquelas destacadas ao longo desse relatório, guardaram consonância com as diretrizes e as políticas da atual Administração do Poder Judiciário, permitindo a maximização e otimização na utilização dos recursos disponíveis.

Por fim, os resultados alcançados e aqui relatados revelam os esforços empreendidos pelos que fazem esta Secretaria Geral, conscientes da proposta de prestar um serviço de qualidade, adotando sempre a economicidade e a racionalidade no desenvolvimento dos trabalhos e a estrita observância às normas legais vigentes.

Secretaria de Administração

A Secretaria de Administração (Secad) coordenou, ao longo do biênio, uma série de reestruturações nos departamentos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), bem assim nos Fóruns (Capital e Interior), com o objetivo de gerar economia e prestar melhor atendimento a desembargadores, magistrados, servidores e demais usuários dos serviços prestados pelo TJCE.

Departamento de Manutenção e Serviços Gerais

As informações aqui apresentadas visam demonstrar a evolução do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais (Deseg) durante o biênio, dentro de suas várias áreas de ação, tendo como instrumentos norteadores de suas estratégias, a Visão, Missão e Valores definidos.

O Departamento de Manutenção e Serviços Gerais é uma unidade administrativa criada pela Lei 14.311 de 20/03/09, com responsabilidades específicas de planejamento, direção, coordenação e controle de atividades relacionadas aos serviços de manutenção, transportes, malotes e zeladoria.

A atual Gestão do Departamento adotou uma linha de ação que tem por objetivos a estruturação técnica, a qualificação das atividades, a formação de uma cultura técnica organizacional e a ampliação da presença do Deseg.

As principais vertentes estratégicas adotadas são:

- Terceirização das atividades de manutenção, tanto na Capital como no Interior;
- Estruturação das atividades de gerência de contratos;
- Desenho, otimização e manualização de processos de todas as unidades internas;
- Implantação da Área de Qualidade do DESEG;
- Implantação do Escritório de Projetos do DESEG, consolidação do uso da metodologia e da disseminação de boas práticas de gerência de projetos e processos;
- Implantação do Comitê Técnico do DESEG;

Identidade Organizacional

Missão

"Estar presente em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, de modo a manter disponíveis, com efetividade, as suas instalações e ativos, através de um contato contínuo com seus clientes."

Visão

"Ser, até 2014, uma referência, entre os Tribunais de Justiça Estaduais, em Manutenção Predial."

Valores

"Ética, qualidade, excelência e inovação"

Assessorias

Qualidade

Em fevereiro de 2012 foi criada a Área da Qualidade com o intuito de assessorar a diretoria do DESEG no monitoramento e controle do uso de melhores práticas técnicas e administrativas, bem como na implementação de uma Gestão com base em indicadores.

A Gestão com base em indicadores e consequente execução de planos de ação, associados à otimização e manualização de fluxos operacionais, torna as atividades mais precisas e confiáveis, melhorando o desempenho e a eficiência do Departamento, que tem como visão ser uma referência de manutenção entre os Tribunais Estaduais do país até 2014.

Escritório De Projetos

Implantado em março de 2011, desenvolveu no primeiro ano ações voltadas à sua própria organização como área de Assessoria, a partir da formação de um quadro específico com técnicos servidores efetivos, que foram devidamente treinados e instados ao rigoroso uso da metodologia e de artefatos específicos disponibilizados pela Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag), baseados nas boas práticas de Gerenciamento de Projetos, tendo como referência principal o *PMBOK® – Project Management Body of Knowledge*.

Ainda em 2011, tendo como base os planejamentos estratégicos da Secretaria de Administração e do Tribunal de Justiça, e as principais vertentes estratégicas do Deseg, atuou na definição e na coordenação de um portfólio de projetos, que num primeiro momento priorizou projetos chamados de estruturantes, tais como o de elevação do grau de maturidade em Gerência de Projetos, o de otimização de processos e os de terceirização de serviços de manutenção.

O ano de 2012 teve como principal característica a consolidação do Escritório de Projetos do Deseg, através do envolvimento de todas as suas áreas do nos projetos. Ressalte-se a considerável elevação do nível de maturidade deste Departamento, em Gestão de projetos, na condução dos mesmos, na utilização da metodologia vigente, na utilização dos mecanismos de monitoramento e controle sob sua responsabilidade, e quanto ao aumento da percepção da importância deste instrumento, claramente refletido pela qualidade das entregas dos projetos encerrados e dos projetos em curso.

Projetos Encerrados no Biênio

Identificação	Título	Resumo de resultados já alcançados
PJMAN2011027	Contratação de Manutenção Predial Terceirizada	Projeto estratégico, que teve como objeto a preparação de licitação para contratação de empresas, para prover com manutenções prediais, preventivas e corretivas, 100% das unidades do TJ/CE, em todos os 184 municípios do Estado do Ceará, permitindo que haja um mínimo de atividades de conservação, evitando deterioração precoce do patrimônio público, além da melhoria da qualidade e da disponibilidade das unidades para os jurisdicionados;
PJMAN2011041	Sistema de Atendimento ao Usuário – S A U	Propiciou a automação do atendimento do catálogo de serviços da Zeladoria através da Central de Atendimento - 3277-4800, possibilitando a eliminação de atendimentos sem registro, da obtenção de estatísticas de atendimentos, do estabelecimento de tempos de atendimentos, maior rigor no planejamento e no controle dos contratos de serviços de zeladoria;
PJMAN2011043	Otimização de Processos	Projeto também estruturante que permitiu que fossem identificados, revisados e otimizados os processos da área de manutenção do DESEG, procedimento básico para alcance de maiores performances, através da eliminação de retrabalhos, exclusão de etapas que não agregam valores aos processos, e utilização efetiva dos recursos humanos disponíveis;

Identificação	Título	Resumo de resultados já alcançados
PJMAN2011045	Sistema de Gestão de Veículos	Customização e implantação do sistema de Gestão de veículos, SAJ/SGV da empresa Softplan. Ferramenta de auxílio à uma célere e adequada Gestão de 235 (duzentos e trinta e cinco) veículos, entre locados e próprios da frota do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
PJMAN2012053	Otimização dos contratos de fornecimento de energia elétrica	Revisão das modalidades tarifárias e das demandas contratadas dos contratos de fornecimento de energia de alta tensão, firmados com a empresa COELCE, que propiciou a possibilidade de redução dos gastos diretos com energia elétrica em 2012, em cerca de R$30.000,00 por mês, se comparados com os consumos dos mesmos meses do ano de 2011;
PJMAN2012055	Portal da Manutenção	Projeto estruturante do DESEG com objetivo específico, de disponibilização de um canal de comunicação do DESEG com seus demandantes e colaboradores;
PJMAN2012056	Comitê Técnico Permanente do DESEG	Projeto estratégico que propiciou a criação e implantação do Comitê Técnico Permanente, consultivo do DESEG, que permitirá para suas próprias demandas ou para demandas de terceiros, que o envolvam direta ou indiretamente, por ele provocadas ou não, o estabelecimento de entendimentos pacíficos, e de padrões técnicos de procedimentos, além da formalização, prevista para 2013, de um caderno de encargos com total respaldo técnico quanto a adequação ao uso e a manutenibilidade;

Projetos em Andamento

Identificação	Título	Objetivo
PJMAN2011040	Gestão de Manutenção	Implantação de software de Gestão da Manutenção, para uma efetiva Gestão de ordens de serviços, estatísticas de atendimentos, monitoramento de reserviços, identificação de garantias, estabelecimento de centros de custos, utilização via web, definição e acompanhamento de níveis de serviço, identificação de sistemas construtivos problemáticos, dentre outras funcionalidades
PJMAN2011044	Gestão de Contratos	Implantações no software de Gestão de Contratos, de funcionalidades que permitam além do controle de decadência de datas e saldos financeiros, o estabelecimento, monitoramento e controle de marcos técnicos contratuais;
PJMAN2011047	Grau de Maturidade em GP	Ações para elevação do grau de maturidade em Gerenciamento de Projetos no DESEG: ciclos de palestras e encontros técnicos, monitoramento e controle constante do uso da metodologia e do uso de boas práticas do PMBOK®;
PJMAN2011048	Manutenção de Sistema de Climatização Expansão Direta	Contratação de uma empresa especializada em manutenção de equipamentos de ar condicionado: splits e janeleiros, em todo o Estado do Ceará, e do tipo VRF do terceiro andar do Palácio da Justiça e do Fórum da Comarca de Caucaia;
PJMAN2011049	Segurança Eletrônica no Judiciário	Parte de Projeto Estratégico que permitirá disponibilizar, ata de registro de preços de equipamentos de segurança física: cercas espirais, cercas elétricas, centrais de alarme e Circuitos fechados de TV;
PJMAN2011050	Águas Subterrâneas	Permitirá o aproveitamento de águas subterrâneas (lençol freático), do subsolo do Palácio da Justiça, que após cloração poderão ser utilizadas nos banheiros do Palácio da Justiça, possibilitando ainda uma economia anual, de gastos com fornecimento de água, da ordem de R$120.000,00 por ano;

Identificação	Título	Objetivo
PJMAN2011054	Contratação de Manutenção de Elevadores	Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores do Fórum de Caucaia e do Palácio da Justiça;
PJMAN2012057	Reestruturação do Serviço de Transportes - STRAN	Tem como entregas principais, a revisão, otimização, manualização, regulamentação e estabelecimento de responsáveis por rotinas de cada um dos processos da área de Transportes;
PJMAN2012058	Contrato de Tratamento de Esgoto	Permitirá a contratação de empresa especializada em serviços de operação de estação elevatória e estações de tratamento de esgoto;
PJMAN2012059	Fornecimento de Água	Contratação de empresa para fornecimento de água mineral;
PJMAN2012060	Fornecimento de GLP	Contratação de empresa para fornecimento de GLP, em continuidade ao atendimento hoje existente nas unidades do Poder Judiciário;
PJMAN2012063	Pesquisa de Satisfação da Manutenção	Permitirá identificar a adequação: dos canais de comunicação do DESEG, da forma de apresentação das empresas de manutenção, e avaliação do sentimento de pertença dos responsáveis pelas diversas unidades, dentre outras conclusões;
PJMAN2012067	Otimização dos Processos do Serviço de Malotes	Permitirá a revisão, otimização, manualização, regulamentação e estabelecimento de responsáveis por rotinas dos processos da área de Malotes;
PJMAN2012068	Pesquisa Organizacional da Zeladoria do Interior	Permitirá identificar o perfil dos servidores e o tempo disponibilizado para serviços de Zeladoria nas unidades do Poder Judiciário do Interior.

Operação

Merecem destaque e possuem enorme importância todas as metodologias e conceitos técnico-administrativos adotados, como forma de estruturação, planejamento, organização e condução das atividades dentro do Departamento de Manutenção e Serviços, já demonstradas pelas ações previstas, em curso e resultados obtidos pela Área de Qualidade, Escritório de Projetos e Comitê Técnico. Porém a grande transformação obtida no âmbito da operação que é a maneira pela qual o DESEG interage com seus "clientes", aconteceu graças a um conjunto de estratégias que envolveu mudanças de paradigmas, tanto em relação à logística empregada nos serviços de manutenção, transportes, zeladoria e malotes, quanto ao comprometimento e forma de atuação dos técnicos colaboradores do DESEG, demonstradas nos quadros à seguir:

Principais destaques em relação à logística

Situação de MANUTENÇÃO até fevereiro de 2010	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Apenas duas equipes de manutenção predial com quantidade e tipo de mão de obra fixos, centralizadas no Palácio da Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, para atendimento constante nos dois prédios, e atendimentos corretivos mediante solicitação das demais unidades de Capital e Interior;	Divisão do Estado do Ceará em quatro regiões, com a contratação de uma empresa para cada uma das regiões, mantendo as equipes do Palácio da Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua, porém incrementando uma equipe própria mínima com técnicos de diversas especialidades para o Interior de cada uma das regiões;
Apenas manutenções corretivas e emergenciais, diminuindo a vida útil dos prédios, refletindo em altos custos de reformas, e em alguns casos demandando, pela situação de deterioração, a necessidade de novas construções;	Incremento de uma programação anual de manutenção preventiva para cada unidade do Poder Judiciário, propiciando satisfação dos usuários pela maior disponibilidade de uso, bem como economia em função do aumento da vida útil das construções;

Situação de MANUTENÇÃO até fevereiro de 2010	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Até 2008 utilização de, alguns milhões de reais, de materiais de manutenção predial oriundos de compras semestrais, estocados em almoxarifado em Fortaleza, e a partir de 2009 compra de materiais por atas de registros de preços, porém ainda com elevadíssimo estoque em função da diversidade de sistemas construtivos, do alto grau de imprevisibilidade e da fragilidade das estatísticas de estimativas de uso;	Economia de gastos administrativos com a formalização e realização anual de diversas licitações de compras, guarda, transporte e gerência de estoque, perdas por quebra e obsolência de materiais de manutenção predial, que a partir da nova logística de manutenção passaram a ser fornecidos pelas empresas contratadas com base nos preços das tabelas da SEINFRA/CE;
Extrema ineficiência nos atendimentos de manutenção predial, por falta de quantidade ou especificidade de mão de obra, materiais ou ferramentas, por indisponibilidade de quantidade ou tipo de transporte adequado para material e mão de obra, ou ainda pelo conjunto dos motivos anteriores.	Agilidade e eficiência nos atendimentos pois passaram a ser realizados em cada uma das 4 regiões do estado, por empresas terceirizadas, com possibilidades contratuais de utilização de mão de obra, materiais e ferramentas, adequados em quantidades e especificidades às necessidades de manutenção preventiva e corretiva de cada unidade do Poder Judiciário.

Situação de ZELADORIA até fevereiro de 2010	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Até 2008 utilização de, alguns milhões de reais, de materiais de zeladoria oriundos de compras semestrais, estocados em almoxarifado em Fortaleza, e a partir de 2009 compra de materiais por atas de registros de preços, porém ainda com elevadíssimo estoque em função do alto grau de imprevisibilidade e da fragilidade das estatísticas de estimativas de uso;	Economia de gastos administrativos com a formalização e realização anual de diversas licitações de compras, guarda, transporte e gerência de estoque, perdas por vencimento, quebra e obsolência de materiais de limpeza, que a partir de Jan/2011 passaram para o escopo da fornecedora de serviços,

Situação de TRANSPORTES até setembro de 2011	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Utilização de controles manuais de movimentações de veículos, e falta de regulamentação detalhada de guarda, uso, responsabilidades e movimentações de veículos oficiais;	Outubro/2012 - Implantação de software de Gestão de frota, e proposição de regulamentação detalhada de guarda, uso, responsabilidades e movimentações de veículos oficiais;

Situação de MALOTES até fevereiro de 2010	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Utilização de procedimentos administrativos e de procedimentos jurídicos do tipo citação, intimação e notificação via sistema postal convencional – CORREIOS;	Implantação, treinamento e divulgação do malote digital, que permite o encaminhamento de forma rápida e segura de citações, notificações e intimações sem utilização de postagens;
Manual de orientação para envio de correspondências carente de atualização e divulgação;	Revisão, reestruturação e divulgação da segunda edição do manual de orientação para envio de correspondências;
Falta de um sistema informatizado de Gestão de postagens;	Apresentação de propostas e sugestões para implantação do Sistema de Gerenciamento de Correspondências – SIGEP;

Principais destaques em relação à mão de obra

Situação até fevereiro de 2010	Proposta a partir de mar/10, consolidada em 2011 / 2012
Não havia nem quantidade, nem especificidade de mão de obra, para a adequada Gestão e operação do DESEG, seus contratos e serviços, funcionando através de uma incompreensível mistura de técnicos comissionados, de alguns técnicos do concurso de 2002 e outros anteriores, de técnicos do concurso de 2008 e de mão de obra terceirizada;	Foram apresentadas a todos os servidores do DESEG, as propostas de desenvolvimento de atividades e as propostas de projetos, e a medida que foram surgindo os primeiros resultados da mudança de logística de atuação e de estrutura do DESEG, os técnicos passaram a ser inseridos conforme suas aptidões e ações proativas, nas áreas de fiscalização de contratos, gerência de projetos, qualidade, etc.;
Estrutura organizacional departamentalizada;	Misto de estrutura organizacional departamentalizada e matricial (projetizada) (vide item 2. Estrutura Organizacional);

A partir das mudanças implantadas, demonstradas nos quadros paralelos anteriores, tem se percebido uma clara melhora de qualidade das atividades desenvolvidas, com reflexos diretos aos usuários dos serviços de manutenção e serviços gerais que passam a perceber uma maior disponibilidade dos ativos e serviços geridos pelo Deseg, com reflexos institucionais decorrentes da melhor Gestão dos recursos sob sua responsabilidade, e de forma sustentável em função da cultura técnica organizacional que esta sendo criada.

A operação, gerida, planejada, coordenada, monitorada e fiscalizada pelo Deseg, acontece através de 33 (trinta e três) contratos de prestação de serviços, que geram um montante médio de despesas da ordem de R$26.599.765,60 (vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) por ano.

Departamento de Material e Patrimônio

O Departamento de Material e Patrimônio-(Demap) é a unidade administrativa integrante da Secretaria de Administração responsável pelo planejamento, direção, coordenação e controle das atividades relacionadas com a aquisição, guarda, suprimento e distribuição de materiais, controle de estoques, registro e inventário de bens patrimoniais

A fim de melhor distribuir e gerenciar suas atribuições, o Demap foi segmentado em Divisão de Patrimônio e Divisão de Material, esta última, por sua vez, se subdivide em Serviço de Almoxarifado e Serviço de Compras.

Desempenho Estratégico

O Demap, como principal setor de planejamento das necessidades de materiais e bens permanentes do Poder Judiciário Estadual e como integrante da Comissão Socioambiental estabelecida pela Portaria nº 1617/2011, promoveu a aquisição de lixeiras seletivas para o Fórum Clóvis Beviláqua, assegurando efetividade nas ações da Política Socioambiental do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Ainda no contexto estratégico, o Demap conduziu o projeto PJSECAD2011031, que adquiriu diversos mobiliários, tanto para as unidades administrativas e judiciárias da Capital, como do Interior do Estado, tendo sido finalizado em 14/12/2012.

Segurança dos Magistrados

Está em andamento o processo de aquisição de detectores de metal portátil, os quais serão distribuídos para todas as unidades judiciárias da Capital e do Interior do Estado. Tais aquisições darão maior efetividade a política de segurança dos magistrados, ponto primordial para a efetiva prestação jurisdicional.

Desempenho Operacional

Diante das novas perspectivas administrativas advindas do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Cearense, o Demap reuniu esforços para atingimento das suas metas, principalmente as relacionadas a elaboração de termos de referência e gerenciamento de atas de registro de preços e contratos, cujos resultados são apresentados a seguir:

Desempenho Geral	
Termos de Referência Elaborados	74
Atas Gerenciadas	80
Contratos Gerenciados	4

Termos de Referência Elaborados	
Registro de preços	45
Aquisição imediata	11
Adesão a atas de outros órgãos	17
Contratação de empresa para prestação de serviços especializados	1
Total	**74**

Divisão de Material

Compete à Divisão de Material (Divmat) o gerenciamento das atividades logísticas no suprimento de materiais de consumo em todo o Poder Judiciário do Estado do Ceará. Vale destacar a estratégia de abastecimento nas comarcas do Interior do Estado, que são organizadas através de viagens programadas e de acordo com o perfil de consumo de cada uma.

É responsabilidade, também, da Divisão adotar políticas de materiais que contemplem ao estabelecido no planejamento estratégico, como o de reduzir o nível de estoque em até 50 % até 2014.

Cabe à Divmat a coordenação de 2 (dois) serviços que fazem parte da estrutura organizacional: o Serviço de Almoxarifado e o Serviço de Compras

Serviço De Almoxarifado

O Serviço de Almoxarifado é o setor responsável pelo gerenciamento do processo logístico de armazenagem, distribuição, manuseio e transporte de materiais, processamento de pedidos e controle de estoques. O quadro a seguir demonstra as requisições e transferências atendidas no biênio 2011-2013:

Tipo de Saída	2011		2012	
	Qtde	Valor (R$)	Qtde	Valor
Requisições	6.268	1.691.367,44	4.181	2.186.946,05
Transf. para o FCB	226	435.655,66	107	840.015,83
Valor Total	6.494	2.127.023,10	4.288	3.026.961,88

Nesse período, foram realizadas visitas nas 205 unidades judiciárias do Estado, com o fim de readequar os perfis de consumo e, assim, equacionar as demandas por materiais às atividades rotineiras desses centros de custos. Tal projeto visa corrigir distorções que acarretam sobras e/ou a falta de itens.

Igualmente, ganhou destaque a reestruturação dos layouts das áreas de armazenagem do almoxarifado, possibilitando um armazenamento coerente de acordo com a quantidade de itens e seus gêneros.

Além disso, foram realizadas mudanças nas tarefas de embalagem e acondicionamento dos materiais para os trajetos de entrega, otimizando, assim, a distribuição desses itens para as comarcas do Interior. Ressalte-se ainda, que a fim de melhor acompanhar o estoque, o Serviço de Almoxarifado passou a realizar inventários periódicos parciais mensais, sendo que em dezembro de 2012 foi realizado o inventário geral do ano de 2012.

Diferentemente dos anos anteriores, o inventário geral de 2012 foi realizado por uma comissão de servidores de diversos setores desta Corte de Justiça, atendendo assim, a recomendação da auditoria interna e aos ditames da Lei Federal 4320/64.

Serviço De Compras

Foram registradas nos anos de 2011 e 2012, 984 pesquisas de preços no mercado local e nacional, sendo 600 no ano 2011 e 384 no ano de 2012. Tais pesquisas serviram para instruir os processos de aquisições de materiais através de contratações diretas ou licitações.

Nesse sentido, dentro dos limites estabelecidos pela Lei 8.666/93, foram realizadas 134 (cento e trinta e quatro) contratações diretas, perfazendo um total de R$ R$ 229.410,86 (duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e seis centavos). Todas publicadas no Diário da Justiça deste Poder Judiciário.

Divisão de Patrimônio

Dentre as principais atribuições da Divisão de Patrimônio, está o cadastramento e controle da movimentação de bens patrimoniais móveis do Poder Judiciário, arrolar materiais considerados inservíveis ou de manutenção comprovadamente antieconômica e propor medidas para a baixa e a destinação final desses bens. Nesse período, foram realizados 24.639 incorporações de bens, com origem em aquisições, doações e outros procedimento legais.

Quadro de Incorporação

Descrição/Ano	2011	2012	Total
Entrada por Doação	136	567	703
Entrada por Nota Fiscal	9368	13875	23243
Entrada por Contrato	121	553	674
Ajuste de Inventário Por Implantação	-	3	3
Entrada por Permuta	1	-	1
Entrada por Pendência de inventário	-	15	12
Total	**9.626**	**15.013**	**24.639**

Da mesma forma, a fim de dar mais efetividade à política de Gestão de bens desta Corte de Justiça, foram realizadas 8.039 desincorporações de bens permanentes inservíveis. As baixas foram realizadas por meio de leilão oficial, doação ou inutilização. Os bens postos em leilão resultaram em um ágio de quase 50%, em relação ao valor inicial da avaliação. Já as doações contemplaram bens que não possuíam valor ou características que os tornassem atrativos para serem dispostos em hasta pública.

Quadro de desincorporação

Ano	2011	2012	Total
Baixa por Doação	3.675	1.039	4.714
Baixa por Leilão	3.081	0	3.081
Baixa por Permuta	1	0	1
Baixa por inutilização	0	702	702
Total	**6.757**	**1741**	**8.498**

No cumprimento do seu mister, a Divisão de Patrimônio, no biênio 2011- 2012, executou a distribuição e montagem do mobiliário destinado aos novos Gabinetes dos Desembargadores, localizados no 3ª pavimento do Palácio da Justiça, além de ter iniciado a substituição do mobiliário do Fórum Clóvis Beviláqua por um novo mobiliário, ao passo em que vem realizando uma triagem dos móveis que ainda podem ser utilizados, com a consequente remessa dos mesmos as comarcas do Interior que estejam com déficit desses bens.

Além do inventário anual dos bens permanentes, a Divisão, atendendo a determinação do CNJ, procedeu ao levantamento dos bens doados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará por aquele Órgão. Tal procedimento, resultou na localização de 98,36% dos bens recebidos em doação, ressaltando-se que ainda estão sendo empreendidos esforços para que os trabalhos resultem na localização de 100% dos bens doados pelo CNJ.

Bens Doados		Percentual
Localizados	3434	98,48%
Não Localizados	53	1,52%
Total	**3487**	**100,00%**

Valores Bens Doados (R$)		Percentual
Localizados	5.127.759,09	99,40%
Não Localizados	30.958,92	0,60%
Total	**5.158.718,01**	**100%**

Não obstante, foram realizadas visitas aos cartórios de registro de imóveis em vários municípios do Interior do Estado, a fim de aferir a real situação das escriturações de bens imóveis utilizados pelo Poder Judiciário, já tendo sito regularizada as escrituras de imóveis em 06 comarcas.

Alinhamento Das Atividades ao Planejamento Estratégico Do Poder Judiciário

Diante do planejamento estratégico do Poder Judiciário Estadual 2010-2014, diversos objetivos estratégicos foram definidos, dos quais alguns estão diretamente ligados as atividades desenvolvidas pelo Demap. Nesse sentido, cita-se o objetivo voltado para a "busca pela excelência na Gestão de custos operacionais", cujo um dos indicadores se traduz no índice de redução de estoque de bens de consumo.

Para tanto, este Departamento de Material e Patrimônio reformulou a estratégia de Gestão de recebimento, armazenagem, segurança, controle e distribuição de materiais, a partir de um conjunto de ações planejadas e coordenadas para consecução desse objetivo. Tais ações abrangem principalmente: a) otimização da área de armazenagem, com mudanças no layout; b) avaliação das necessidades de consumo, evitando a aquisição de materiais que não agreguem valor as atividades desenvolvidas pelas unidades do Poder Judiciário; c) readequação do perfil de consumo das comarcas do Interior, possibilitando a redução do envio de materiais que não tinham consumo expressivo por essas comarcas; d) registro permanente de preços, tornando-se desnecessário estoques de grandes quantidades de materiais; e) Interpretação sistêmica dos diversos relatórios gerados pelo sistema informatizado de almoxarifado.

Como resultado, no primeiro semestre de 2012, foi atingida em sua totalidade a meta de redução de estoque, fixada em 10% em comparação com o ano anterior. Para o segundo semestre, a meta é reduzir em 30% do estoque nessa mesma sistemática. Para isso, estão sendo adotadas várias medidas, como novo delineamento dos pedidos feitos através de ordens de fornecimento; atendimento as solicitações de materiais com itens de natureza similar, evitando, assim, compras desnecessárias; separação de materiais inservíveis para este Poder Judiciário, para serem alienados em leilão; entre outras atividades.

Não obstante, a Divisão de Patrimônio tem contribuído para consecução do objetivo estratégico consistente em "garantir a

infraestrutura adequada", uma vez que tem trabalhado para readequar as necessidades de bens permanentes de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário Estadual, melhorando tanto a recepção do jurisdicionado, quanto a prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

Nessa mesma perspectiva, foi criada a Central de Atendimento Patrimonial (CAP), cujo objetivo principal é disponibilizar um canal de comunicação prático e eficiente entre os usuários e a Divpat. Através da CAP, são registradas as solicitações dos usuários, emitidas as ordens de serviços para o setor operacional e registrado o encerramento/atendimento das solicitações, dando assim, mais agilidade à distribuição, recolhimento, montagem e permuta dos bens móveis desta Corte Judiciária. Em pouco mais de 3 meses de operação da Central de atendimento, mais de 400 ordens de serviço foram emitidas e atendidas, conforme segue:

Mês	O.S. Emitidas	O.S. Atendidas
Setembro	72	72
Outubro	120	120
Novembro	130	130
Dezembro	107	107
Total	**429**	**429**

Ressalte-se, que a criação da CAP se coaduna com os objetivos estratégicos definidos para o Poder Judiciário Estadual, uma vez que tem contribuído para o aumento da produtividade dos servidores, além de melhorar a comunicação interna entre as unidades administrativas e judiciárias com a Divisão de Patrimônio do TJCE.

Considerações finais

Apesar das dificuldades enfrentadas, avaliamos como positiva a atuação deste Departamento de Material e Patrimônio, tanto na realização das suas atividades rotineiras, como na contribuição para o atingimento dos objetivos e metas estratégicas traçadas para o Poder Judiciário Estadual. Isso se deve, em grande parte, ao apoio dado pela Secretaria de Administração e pela Presidência do Tribunal de Justiça, que têm percebido o importante papel do DEMAP para o bom funcionamento do Poder Judiciário como um todo.

Não obstante, levantamos as necessidades para melhoramento administrativo e físico do Demap, entre as quais citamos: a) Criação de um catálogo de bens e serviços, com nomeação de um gestor; b) Conclusão do sistema de compras e licitações; c) Mapeamento e automação do processo de solicitação, aquisição e distribuição de bens e serviços pelo Poder Judiciário; d) Melhoramento dos Sistemas de Patrimônio e Almoxarifado; e) Construção urgente de um depósito para armazenamento dos bens permanentes e de consumo (patrimônio e almoxarifado), em face da inadequação das áreas que hoje são utilizadas para essa finalidade.

Departamento de Engenharia

O Departamento de Engenharia, unidade responsável por planejar, coordenar, dirigir, fiscalizar e controlar o sistema de obras frente a demanda de construções e reformas das edificações no âmbito do Poder Judiciário Cearense apresenta um quadro das atividades desenvolvidas no biênio 2011-2013, visando precipuamente assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva, viabilizando instalações adequadas, tanto para recepção dos jurisdicionados, quanto para prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

Alinhamento ao Planejamento Estratégico

Os projetos desenvolvidos no biênio foram baseados no Plano Estratégico 2010-2014 do Poder Judiciário Cearense, mais especificamente no da Secretária de Administração do TJCE, tendo como base as Resoluções Nº 114 do CNJ e Nº 12/2011 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, onde estão detalhados os critérios para a priorização das obras de construções e reformas prediais, considerando o grau de criticidade apresentado por estas

unidades, verificado através da avaliação técnica realizada *in-loco*, por profissionais qualificados e tendo por finalidade avaliar a capacidade do imóvel de responder ao programa de necessidades que lhe é inerente, no que se refere ao dimensionamento e inter-relação dos ambientes, estado de conservação, contex-tualização do imóvel na malha urbana, condição de segurança e acessibilidade. Quando a edificação, por qualquer destes critérios, não permite uma adequação que atenda as necessidades atuais, descaracteriza-se a opção de reforma e configura-se a necessidade de construção de um novo Fórum. Baseado nestes critérios, foi possível determinar um ranking de priorização das obras (reformas e construções).

Projetos em Andamento

Interior – Construção de Fóruns Novos (Valor estimado aprovado no PPE)

Nome do Projeto	Status
Fórum Novo Tabuleiro do Norte	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração.
Fórum Novo Crateús (Banco Brasil – Lei 14.407 – Criação 3ª vara)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Em elaboração.
Fórum Novo Pacajus	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Em elaboração – Fase de Anteprojeto.
Fórum Novo de Quixeramobim	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Elaboração a iniciar.
Fórum Novo Milagres	- Projeto arquitetônico concluído e o estrutural e de instalações em finalização. - Orçamento: Em elaboração
Fórum Novo Itapipoca (Banco Brasil – Lei 14.407 – Criação 3ª vara)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projeto Estrutural – contenção e arrimos em elaboração - Orçamento: Em elaboração
Fórum Novo Cascavel	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Fase de Contratação.
Fórum Novo de Nova Russas	- Estudo do projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Elaboração a iniciar.
Fórum Novo Pereiro	- Projeto arquitetônico concluído. - Projeto Estrutural – contenção e arrimos em elaboração – Fase de Anteprojeto.
Fórum Novo Pedra Branca	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Fase de Contratação.
Fórum Novo Boa Viagem (Banco do Brasil – Lei 14.407 – Criação 2ª vara)	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração.
Fórum Novo Frecheirinha	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração.
Fórum Novo Várzea Alegre (Lei 14.407 – Criação 2ª vara)	- Projeto Arquitetônico em adaptação e os projetos de instalações e estrutural a serem ajustados.
Fórum Novo Assaré (Banco do Brasil)	- Projeto Arquitetônico, instalações, estrutural e orçamento concluídos - Termo de Referência: Em elaboração
Fórum Novo Senador Pompeu (Banco do Brasil)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural: Em elaboração.

Interior - Reformas nos Fóruns (Valor estimado aprovado no PPE)

Nome do Projeto	Status
Reforma Fórum Horizonte	- Contrato Nº 48/2012: assinado 28/09/12 – Valor do Contrato R$ 526.276,35.
Reforma Fórum Russas (Banco do Brasil)	- Projeto arquitetônico concluído. - PROJETO CANCELADO – devido o fórum ser em um prédio do Banco do Brasil.
Reforma Fórum Jaguaruana	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural em elaboração
Reforma Fórum Araripe	- Projeto arquitetônico concluído. - Projeto de instalações e estrutural em elaboração
Reforma Fórum Itapajé (Banco do Brasil)	- Projeto Arquitetônico concluído. - Projeto de instalações, estrutural e orçamento em elaboração.
Novo JECC Aracati (Reforma) (Lei 14.407 – Criação da 3ª vara)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural em elaboração – fase de anteprojeto.
Reforma Fórum Itaiçaba (Lei 14.407 – Implantação Novas Comarcas)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural a iniciar a elaboração.
Reforma Fórum Crato (Lei 14.407 – Criação da 5ª vara)	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração.
Reforma Fórum Jaguaribe	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural a iniciar a elaboração.
Reforma Fórum Campo Sales	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural em elaboração.
Reforma Fórum Cariré	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração
Reforma Fórum Piquet Carneiro (Lei 14.407 – Implantação Novas Comarcas)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural a iniciar a elaboração.
Reforma Fórum Jardim	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento: Em elaboração.
Reforma Fórum Quixadá (Lei 14.407 – Criação da 3ª vara)	- Projeto Arquitetônico: Em elaboração.
Reforma Fórum Quiterianópolis (Lei 14.407 – Implantação Novas Comarcas)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural a iniciar a elaboração.
Reforma Fórum Massapê (Lei 14.407 – Criação da 2ª vara)	- Projeto Arquitetônico: Em elaboração.
Reforma Fórum Eusébio (Lei 14.407 – Criação da 3ª vara)	- Projeto Arquitetônico: Em elaboração.
Reforma Fórum Maracanaú (Lei 14.407 – Criação da 5ª, 6ª e 7ª vara)	- Projeto arquitetônico, instalações, estrutural e orçamento concluídos. - Termo de Referência: Em elaboração.
Reforma Fórum Guaiúba	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural em elaboração.
Reforma Fórum Miraíma	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural a iniciar a elaboração.
Novo JECC Iguatu (Reforma) (Lei 14.407 – Criação da 3ª vara)	- Projeto Arquitetônico: Em elaboração.

Nome do Projeto	Status
Reforma Fórum Maranguape (Lei 14.407 – Criação da 3ª vara)	- Projeto arquitetônico concluído. - Projetos de instalações e estrutural em elaboração – fase de anteprojeto.
Reforma Fórum Caucaia (Lei 14.407 – Criação da 6ª, 7ª, 8ª , 9ª e 10ª vara)	- Projeto Arquitetônico: Em elaboração.
Construção Muro Cond. Judiciário Juazeiro do Norte	- Licitação (retorno Termo de Referência para alterar a modalidade de licitação)
Recuperação Muro e estacionamento Fórum Eusébio	- Licitação (retorno Termo de Referência para alterar a modalidade de licitação)

Capital (Valor estimado aprovado no PPE)

Nome do Projeto	Status
Reforma Auditório Dom Aluísio Lorscheider	- Fase Licitação: Tomada de Preço Nº 05/2012.
Nova Edificação 10ª unidade JECC	- Projetos de instalações e estrutural em elaboração.
Reforma Palácio da Justiça 2º piso	- Projeto arquitetônico, instalações e estrutural concluídos. - Orçamento sendo atualizado. - Termo de Referência em elaboração.
Projeto de Refrigeração do TJCE	- Licitação – Fase de recursos
Reestruturação do SPDA FCB	- Projetos concluídos. - Orçamento em elaboração.
Construção Nova Subestação do TJCE (Grupo Gerador)	- Projetos concluídos. - Orçamento em elaboração.
Construção Galpão Depósito de Bens Apreendidos	- Licitação: Em andamento.
Construção do Galpão TJCE	- Projeto arquitetônico concluído. - Orçamento em elaboração.
Reforma Muro Contorno Depósito Bens Apreendidos	- CT Nº 49/2012 – assinado: 15/10/12 – Empresa Trinfo Comércio e Serviços Ltda. - EPP
Construção da 5ª vara Infância e Juventude	- Projeto Arquitetônico em elaboração.

Projetos em Andamento (Obra ou Serviço em Execução)

Capital (Valor Contratual)

Nome do Projeto	Status
Reforma Fórum Clóvis Beviláqua	- CT's executados: Nº 44/10, 80/10, 20/11, 30/11 e ARP's executadas Nº 86/10 e 90/10 - 107 varas instaladas e 23 salas audiências concluídas. - CT Nº 51/12 (R$ 6.760.120,45) assinado, aguardando emissão Ordem Serviço
Reforma da ESMEC	- 45% do cronograma executado. - Previsão Termino em 28/12/12
Reforma do Fórum das Turmas Recursais	- 61% do cronograma executado - Previsão Termino em 29/11/2012
Persianas e Cortinas Capital e Região Metropolitana	- Metragem Contratada: 16.300,00 m² - Metragem executada: 2.513,17 m²

Interior (Valor Contratual)

Nome do Projeto	Status
Persianas e Cortinas Interior	- Metragem Contratada: 4.700,00 m² - Metragem executada: 45,52 m²

Projetos Encerrados na Capital e Interior

Nome do Projeto	Empresa Executora
Arquivo Deslizantes do TJCE	BPS Serviços Ltda. – CT Nº 24/2011
Arquivo Deslizantes do FCB	Tecnolach Industrial Ltda – CT Nº 23/2012
Reforma da Coberta do FCB	Monte Horebe – CT Nº 88/2009
Construção do 3º Pavimento do TJCE	- Elevadores Otis Ltda. – CT Nº 46/2010 - Thyssenkrupp Elev. – CT Nº 15/2010 - Primare Engenharia Ltda. – CT Nº 49/2010 - Construtora Granito – CT Nº 39/2010 - Projeart – CT Nº 24/2010
Reforma Residência Quixeramobim	Forte Construções – CT Nº 07/2011
Reforma Fórum de Amontada	Coinstel Construção – CT Nº 03/2011
Novo Fórum de Aquiraz	Construtora Castelo Branco - CT Nº 51/2010
Novo Fórum de Mombaça	KVM Serviço e Engenharia – CT Nº 62/2009
Novo Fórum de Limoeiro do Norte	Construtora Nocal Ltda. – CT Nº 34/2009
Novo Fórum de Tauá	ECB Engenharia Ltda. - CT Nº 06/2009

Secretaria de Finanças

A Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Ceará (Sefin) conta, em sua estrutura, com o Departamento Financeiro (Defin), que opera essencialmente com recursos originários do Tesouro, o Departamento de Gerência Executiva do Fermoju (Fermoju), que utiliza recursos oriundos de arrecadação própria (fonte 15) e dos depósitos judiciais para o Programa de Inovação e Modernização do Poder Judiciário (PIMPJ) (fonte 70), além da Divisão de Apoio Administrativo, da Assessoria e do Gabinete. A Secretaria conta com 46 colaboradores.

Departamento Financeiro

Dentro destas atividades está previsto o pagamento de fornecedores e contratos, bem como o pagamento da folha de pessoal dos servidores ativos (desembargadores, secretários, juízes e servidores em geral).

Os duodécimos gerenciados pelo Departamento Financeiro, no valor mensal de R$ 2.769.065,00, destinam-se ao custeio e são aplicados em manutenções, serviços, aquisições de materiais e despesas diversas necessárias à excelência no atendimento e funcionamento do Poder Judiciário.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram desenvolvidas, pelas divisões que compõem este departamento, as seguintes atividades:

Divisão de Contabilidade

- Registro e controle da vigência de convênios e contratos;
- Acompanhamento e controle de planilhas relativas às despesas de água, luz, telefone e de mensalidades contratuais de todo Poder Judiciário;
- Classificação de verbas orçamentárias;
- Elaboração de súmulas (autorizações para pagamento);
- Elaboração de repercussões financeiras e relatórios de Gestão fiscal;
- Elaboração de prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado;
- Elaboração de planilhas e relatórios de prestação de contas de suprimento de fundos;
- Levantamento e divulgação para as comarcas das irregularidades mais comuns na prestação de contas por parte de concessionários de suprimento de fundos, indicando o seu regulamento na legislação pertinente;
- Baixa de responsabilidade, junto à SEFAZ, de concessionários de suprimento de fundos relativos a exercícios anteriores;

→ Divulgação on-line, na internet, de informações importantes (prazos, procedimentos, etc.) sobre prestação de contas de suprimento de fundos direcionadas aos concessionários nas comarcas do Estado;

Divisão de Tesouraria

→ Supervisão, controle e conciliação dos saldos da contas de pessoal do TJ;
→ Realização de pagamentos de despesas liquidadas e autorizadas, bem como consignações averbadas ou não em folha de pagamento, entre outros;
→ Elaboração de planilhas de pagamento da folha de pessoal dos servidores ativos, inativos, desembargadores, secretários, juízes e servidores em geral;
→ Análises de processo para pagamento;
→ Consultas de regularidade das contribuições previdenciárias e do FGTS das empresas credoras do Poder Judiciário;
→ Realização de cálculos de retenção de tributos;
→ Remessa de ordens bancárias às instituições financeiras;
→ Envio de declaração de débitos e créditos de tributos federais;
→ Envio de declaração digital de serviços do Imposto sobre Serviços (ISS);
→ Arquivamento de processos de pagamento.

Divisão de Orçamento

→ Registro e controle dos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Judiciário;
→ Elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário;
→ Elaboração do Plano Plurianual do Tribunal de Justiça;
→ Lançamentos de registros de despesas de exercícios anteriores;
→ Elaboração de informações de diárias no Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal;
→ Envio mensal ao Tribunal de Contas do Estado das cópias de Notas de Empenho;
→ Solicitação de suplementação orçamentária à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado;
→ Levantamento trimestral das dotações orçamentárias para suplementações.

Divisão de Programação de Fluxo de Caixa

→ Elaboração e gerência do fluxo de caixa do Poder Judiciário, solicitando os duodécimos necessários à cobertura de despesas em geral;
→ Controle e registro das transferências de recursos recebidos;
→ Realização de registros de despesas realizadas através de empenho global e estimativo;
→ Emissão de notas orçamentárias autorizadas pelo ordenador de despesas, bem como respectivas anulações de empenho;
→ Emissão de demonstrativos mensais dos recursos orçamentários recebidos, empenhados e existentes nos diversos elementos de despesas.

As ações desenvolvidas, no período de janeiro a dezembro de 2012, pelo Departamento Financeiro, resultaram em termos quantitativos, nas seguintes atividades:

Descrição	Quantidade Tesouro
Guia de Lançamento	0
Nota de Crédito	515
Nota de Empenho	3.321
Liquidação de Empenho	3.730
Nota de Pagamento	7.064
Relatório de Gestão Fiscal	5
Informações de Classificação Orçamentária	2.374
Súmulas de Pagamento	520

Fonte: SIC/ S2GPR

Gestão Orçamentária

O orçamento previsto inicialmente para o TJCE na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R$ 528,46 milhões. Com os créditos adicionais e supressões autorizados através da Lei Nº 15.131,

de 28 de março de 2012, Decreto Nº 30.969, de 27 de julho de 2012, Decreto nº 30.997, de 12 de setembro de 2012, Decreto nº 31.045 de 12 de novembro de 2012 e Decreto nº 31.075 de 11 de dezembro de 2012, o orçamento atingiu, ao fim do exercício, a importância de R$ 673,89 milhões, representando um incremento de R$ 145,42 milhões (27,5%). Ressalte-se que deste montante o crédito adicional especial da ordem de R$63.711.748,00, bem como o crédito adicional suplementar da ordem de R$19.491.048,70, correspondem à dotação orçamentária para o pagamento da Contribuição Patronal ao SUPSEC antes consignada no orçamento consolidado do Estado do Ceará como "Encargos Gerais do Estado".

A despesa com pessoal teve um acréscimo de 29,4% (fontes TESOURO) e de 0,03% para despesas correntes (fontes TESOURO), enquanto houve redução de 3,3% no orçamento para investimentos.

A execução do orçamento alcançou R$ 662,43 milhões em valores empenhados (98,37% do orçamento). As despesas com pessoal realizaram 98,34% do seu orçamento e as despesas correntes 98,35%.

Gestão Financeira

Dos 662,43 milhões, foram pagos 98,73%, ou seja, restou honrado no mesmo exercício a importância de R$ 653,99 milhões. O valor de restos a pagar foi de R$ 8,44 milhões (1,27% do total empenhado).

Despesa com Pessoal (TESOURO)

O percentual de comprometimento da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida do Estado relativamente ao 2º quadrimestre de 2012 foi de 5,03%, abaixo dos limites prudencial e máximo. As despesas com pessoal concentram-se em "Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil", que representou 80,50% do total empenhado.

Despesa com Custeio (TESOURO)

Dos recursos de custeio oriundos do TESOURO, R$ 8,79 milhões, 51,53% foram concentrados nas despesas de locação de mão-de-obra e auxílio alimentação.

Orçamento 2012 (R$)

Grupo de Despesa	Lei	Lei + Créditos	Incremento	
			Em Valor	Em %
Pessoal e Encargos Sociais	494.508.783,00	639.930.579,70	145.421.797	29,41%
Outras Despesas Correntes	33.663.709,00	33.673.709,00	10.000	0,03%
Investimentos	296.079,00	286.079,00	-10.000	-3,38%
Total Tesouro	**528.468.571,00**	**673.890.367,70**	**145.421.796,70**	**27,52%**

Fonte: http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx

Restos a Pagar em Dez/2012 – Ref. Execução do Orçamento de 2012 (R$).

Grupo de Despesa	Lei	Lei + Créditos	Incremento	
			Em Valor	Em %
Pessoal e Encargos Sociais	629.323.283,26	620.921.023,61	8.402.260	29,41%
Outras Despesas Correntes	33.116.679,51	33.078.649,85	38.030	0,03%
Investimentos	0,00	0,00	0,00	-3,38%
Total Tesouro	**662.439.962,77**	**653.999.673,46**	**8.440.289,31**	**27,52%**

Fonte: http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx

Despesa do Tesouro em 2012 – Pessoal e Encargos Sociais (R$)

Despesa	Empenhado	%	Pago	Restos a Pagar	%
Pensões, exclusive do RGPS	3.790.500,34	0,60%	3.790.500,34	0,00	0,00%
Outros benefícios assistenciais	118.530,37	0,02%	118.530,37	0,00	0,00%
Venc. E vantagens fixas - Pessoal Civil	506.604.905,00	80,50%	506.604.905,00	0,00	0,00%
Venc. E vantagens fixas - Pessoal Militar	3.424.421,35	0,54%	3.424.421,35	0,00	0,00%
Obrigações patronais RPPS	6.347.063,23	1,01%	6.347.063,23	0,00	0,00%
Outras desp. Variáveis - Pessoal Civil	11.040,00	0,00%	11.040,00	0,00	0,00%
Despesas de exerc. Anteriores	25.820.478,10	4,10%	24.078.852,69	1.741.625,41	20,73%
Indecisos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Ressarc. De desp. De pessoal requisitado	309.158,97	0,05%	309.158,97	0,00	0,00%
Obrigações patronais RGPS	82.897.185,90	13,17%	76.236.551,66	6.660.634,24	79,27%
Total Geral	**629.323.283,26**	**100,00%**	**620.921.023,61**	**8.402.259,65**	**100,00%**

Fonte: http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx

Despesa com Pessoal (R$) para fins de Apuração do Limite Estabelecido pela LRF
Período de Referência – Setembro/2011 a Agosto/2012

LRF, art. 48 – Anexo VII

Despesa com Pessoal	Valor	%Sobre a RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	576.067.785,00	5,03%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	686.596.533,00	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	652.266.706,00	5,70%

Despesa do Tesouro em 2012 – Outras Despesas Correntes (R$)

Despesa	Empenhado	%	Pago
Diárias - civil	966.324,13	2,92%	965.522,85
Diárias - militar	36.350,00	0,11%	36.350,00
Material de consumo	154.863,46	0,47%	153.403,34
Passagens e despesas de locomoção	915.418,63	2,76%	915.418,63
Outros serviços de terceiros - Pessoa Física	4.734.036,96	14,30%	4.734.036,96
Locação de mão-de-obra	8.795.125,74	26,56%	8.795.125,74
Outros Serv. De Terc. - Pessoa Jurídica	8.089.085,18	24,43%	8.086.125,18
Auxílio-alimentação	8.268.530,00	24,97%	8.268.530,00
Obrigações tributárias e contributivas	31.527,34	0,10%	31.527,34
Despesa de exercícios anteriores	502.851,57	1,52%	470.761,23
Indenizações e restituições	622.566,50	1,88%	621.848,58
Total Geral	**33.116.679,51**	**100,00%**	**33.078.649,85**

Fonte: http://web.seplag.ce.gov.br/siofweb/siofweb.execucao.aspx

Departamento de Gerência Executiva do Fermoju

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – Fermoju tem por finalidade garantir ao Poder Judiciário o complemento das dotações orçamentárias que o Estado constitucionalmente repassa ao Tribunal de Justiça para corrigir satisfatoriamente as deficiências eventualmente existentes no âmbito do Poder Judiciário.

O Fermoju, instituído pela lei nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, passou a ser regido pelas disposições estabelecidas pela lei nº 14.605 de 05 de janeiro de 2010, a qual consolidou todas suas as normas, bem como a Lei nº 14.916, de 03/05/2011, que transferiu o Fermoju para a Secretaria de Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

O Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria do Poder Judiciário do Estado (PIMPJ), criado através da Lei Estadual nº 14.415/2009, constitui-se na principal fonte de captação de recursos para a modernização do Poder Judiciário.

Uma importante ferramenta para captação de mais recursos para investir na modernização da instituição foi a celebração de convênio com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, que agora é o responsável pelo gerenciamento da conta única dos recursos dos depósitos judiciais. Neste período ocorreu a operacionalização financeira e contábil pelos recursos provenientes do PIMPJ.

Aliado a essa importante medida, o suporte financeiro representado pela aplicação das receitas do Fermoju, possibilitou conquistas significativas, como o início da virtualização dos processos do TJCE, a construção do 3ª andar do prédio sede, a ampliação e reformas de fóruns, a manutenção da moderna tecnologia, além do custeio das despesas de energia, telefone e correios.

Fianças Criminais

As receitas oriundas das fianças criminais são recolhidas sob a administração do Fermoju, fundamentado no dispositivo legal do § único do Art. 3º, alínea "a", da Lei nº 11.891 de 20/09/1991.

No período de 01/01/2011 a 30/11/2012, foram obtidos os seguintes números de depósitos de fiança criminal:

Saldo em 31/12/2010	**13.793.323,72**
Depósitos	7.592.278,33
Restituições	-65.898,92
Rendimentos	2.885.811,84
Saldo em 30/112012	**24.205.514,97**

Conta Única de Depósitos Sob Aviso à Disposição da Justiça do Poder Judiciário

Com a venda do Banco do Estado do Ceará S/A (Bec), o montante dos recursos dos depósitos judiciais foi transferido para o Banco do Brasil S/A e os arquivos das contas-correntes enviados para o controle do Fermoju, que tem a responsabilidade de liberar as Guias de Levantamento de Depósitos Judiciais, mediante autorização da administração superior. Até 31.11.2012 foi liberado o montante de R$ 10.781.123,04 (dez milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e vinte e três reais e quatro centavos), referente a 349 guias de depósitos judiciais pagas.

Em novembro/2009 foi firmado contrato com o Banco do Nordeste para gerenciamento da conta única dos depósitos judiciais, dessa forma, a partir de 27/11/2009 todas as contas referentes aos depósitos judiciais migraram do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para o Banco do Nordeste, bem como todos os novos depósitos já estão sendo realizados nessa instituição.

A liberação destes recursos é realizada por meio de alvará expedido pelo juiz, onde valores abaixo de R$ 50.000,00 são liberados diretamente pelo Banco do Nordeste, e os

alvarás com valores acima de R$ 50.000,00 passam pela anuência da Consultoria Jurídica e da Presidência do TJCE.

Arrecadação e Cobrança

Durante o biênio, as seguintes atividades foram realizadas:

- Com a cobrança e o monitoramento efetuados pelo Fermoju aos 632 Cartórios do Ceará, obteve-se uma adimplência de 97 %, estando somente 3% das serventias inadimplentes, das quais parte está cumprindo acordos e as demais não recebem selos extrajudiciais distribuídos pelo próprio Fundo, estando impossibilitadas de desenvolverem suas atividades;
- Manutenções e melhorias no sistema de controle de selos judiciais utilizado pelas serventias judiciais;
- Agilidade, praticidade e eficiência na distribuição e cobrança dos selos extrajudiciais;
- Atendimentos diversos aos usuários do Sistema de Selos Judiciais da Capital e do Interior, incluindo o cadastro de usuários e esclarecimentos de dúvidas quanto à utilização do referido sistema;
- Controle da arrecadação mensal do Fermoju junto às serventias extrajudiciais através de relatórios gerenciais, Possibilitando otimização da cobrança mensal, bem como possíveis períodos pendentes, garantindo a redução da inadimplência e consequente aumento da arrecadação;
- Atendimentos diversos aos usuários do Sistema SisGuias Judicial e usuários externos quanto à emissão da guia do Fermoju, esclarecimento de dúvidas sobre custas judiciais, utilização do Sistema e outras atividades;
- Monitoramento diário da movimentação financeira: arrecadação e aplicações;
- Aplicação de recursos com novas taxas de rendimentos;
- Cobrança sistemática das serventias extrajudiciais, junto à Corregedoria Geral da Justiça;
- Acompanhamento diário das receitas de custas processuais;
- Fluxo de caixa diário e acompanhamento dos índices de aplicação financeira;
- Elaboração de balancetes mensais.
- Implantação de melhorias de várias funcionalidades do *SisGuias On Line*.
- Implantação de relatório dos atos gratuitos enviados pelos catórios *on line*;
- Integração com a empresa vencedora da implantação de sistemas informatizados do TJCE.
- Projeto Selo Digital: foram feitos os censos nos 06 Cartórios considerados do Projeto-Piloto.
- Definição e geração da documentação de padrões de dados

No período de junho a setembro/2012 foram inspecionadas 27 Comarcas, 38 Secretarias de Vara e 62 Cartórios.

Distribuição dos selos

Selos Judiciais

Os selos judiciais de certidão e autenticação são controlados e distribuídos pelo Fermoju para todas as Diretorias de Fóruns do Estado do Ceará. No período de fevereiro/2011 a novembro/2012 foram distribuídos 2.725.278 selos judiciais, dos quais 1.971.830 foram de Autenticação e 753.448 de Certidão.

Selos Extrajudiciais

Com a extinção do Fundo Especial de Registro Civil – FERC, o Fermoju passou a realizar a distribuição (venda) dos selos extrajudiciais aos cartórios, arrecadando no período de fevereiro/2011 a novembro/2012 o montante de R$ 39.430.747,38 (trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos). Vale salientar, que do valor mensal arrecadado com a venda dos selos, 85% é utilizado para ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelos Cartórios de

Registro Civil e 15% para custeio administrativo do TJCE.

No período de fevereiro/2011 a novembro/2012 foram distribuídos 41.881.600 selos para os diversos cartórios do Estado do Ceará, conforme demonstrativo abaixo:

Tipo de Selo	Quantidade Distribuída
1. Registral de Distribuição	467.359
2. Reconhecimento de Firma	8.490.903
3. Autenticação	26.545.257
4. Certidão/2ª Via/Segundo Traslado	1.379.093
5. Notarial I	947.475
6. Notarial II	487.409
7. Notarial III	59.000
8. Registro Civil, Nascimento e Óbito	366.823
9. 2ª Vias de Nasc./Óbito e Averb. Gratuitas	253.621
10. Registral Casamento	97.250
11. Registral – Registro de Títulos, Doc. Civil e PJ	1.343.055
12. Registral Imóveis I	164.580
13. Registral Imóveis II	157.330
14. Reconhecimento de Firma – Transf. De Veículo	1.107.595
15. Notarial IV – Selo Especial	14.850
TOTAL	**41.881.600**

Desempenho Orçamentário e Financeiro

Do Orçamento

O orçamento do Fermoju, instituído pela Lei nº 14.827, D.O 29/12/2010, para o exercício de 2011 constou o montante de R$ 185.720.167,00 (cento e oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte mil, cento e sessenta e sete reais), destinado aos projetos/atividades, conforme demonstrado a seguir:

Balancete Orçamentário – 2011

Dotação Inicial 2011	Fontes de Recursos	Total
185.720.167,00	15 – Depósitos Judiciais (PIMPJ)	127.335.907,00
	70 – Recursos Arrecadados	66.384.260,00

Balancete Orçamentário – 2012

Dotação Inicial 2012	Fontes de Recursos	Total
195.589.110,05	15 – Depósitos Judiciais (PIMPJ)	126.058.021,52
	70 – Recursos Arrecadados	69.531.088,53

Balancete	2011	2012
Dotação inicial + Suplementação	193.720.167,00	200.308.930,60
Despesa empenhada	102.222.556,64	92.907.829,85
Despesa Realizada	100.398.430,49	79.545.064,70
A pagar	1.824.126,15	13.362.764,15
Saldo	91.497.610,36	107.401.101,75

Da receita Orçamentária

No período de 01/02/2011 a 30/11/2012, o Fermoju obteve uma arrecadação de R$ 130.522.978,72 (cento e trinta milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), assim distribuídos:

Receitas Arrecadadas - Fonte 70

Descrição das Receitas	Valores Arrecadados fev/2011 a nov/2012
Custas Processuais	53.553.567,29
Receitas sobre Emolumentos	28.325.250,79
Selos Extrajudiciais	39.629.255,59
Receitas Eventuais	4.024.492,80
Juros e Títulos de Renda	2.831.918,00
Multa e Juros de Mora	677.815,65
Indenizações	214.073,84
Aluguéis	121.934,84
Fianças Criminais Revertidas	3.746,93
Convênio	1.118.644,07
Serviços de Comunicação	22.278,47
TOTAL	**130.522.978**

Receitas de Depósitos Judiciais – PIMPJ – Fonte 15
Fevereiro/2011 a Novembro de 2012

Mês	2011			2012		
	Receita Depósito Judicial	Rendimentos	Total	Receita Depósito Judicial	Rendimentos	Total
Jan	1.322.011,05	237.111,76	1.559.122,81	0,00	434.255,58	434.255,58
Fev	5.919.062,59	233.883,21	6.152.945,80	23.749.153,40	529.380,06	24.278.533,46
Mar	2.116.466,62	284.766,03	2.401.232,65	7.545.114,88	638.411,55	8.183.526,43
Abr	2.928.669,48	233.888,18	3.162.557,66	9.969.664,68	601.585,62	10.571.250,30
Mai	28.086.104,28	432.270,51	28.518.374,79	5.112.041,92	636.833,63	5.748.875,55
Jun	3.632.052,04	534.490,13	4.166.542,17	862.975,04	566.532,29	1.429.507,33
Jul	3.760.860,92	546.774,50	4.307.635,42	8.649.693,41	524.281,91	9.173.975,32
Ago	663.059,58	471.197,48	1.134.257,06	4.325.305,32	636.585,32	4.961.890,64
Set	9.596.002,49	672.476,00	10.268.478,49	6.543.058,95	504.858,19	7.047.917,14
Out	7.796.715,87	505.676,03	8.302.391,90	798.118,61	582.001,65	1.380.120,26
Nov	0,00	504.844,50	504.844,50		478.608,81	478.608,81
Dez	-1.928.154,67	486.984,82	-1.441.169,85			0,00
Total	63.892.850,25	5.144.363,15	69.037.213,40	67.555.126,21	6.133.334,61	73.688.460,82

Desempenho Financeiro

Receitas sobre Emolumentos

Mês	2010	2011	Δ% 2010x2011	2012	2011x2012
Jan	909.223,62	889.737,76	-2%	1.153.349,57	30%
Fev	832.155,35	981.746,90	18%	1.304.316,41	33%
Mar	1.201.345,98	1.188.873,73	-1%	1.345.342,94	13%
Abr	1.059.267,56	1.023.487,31	-3%	1.186.531,13	16%
Mai	986.309,26	1.151.986,24	17%	1.553.779,07	35%
Jun	946.869,89	1.357.537,04	43%	1.271.018,76	-6%
Jul	1.155.671,56	1.172.525,69	1%	1.379.441,46	18%
Ago	944.107,77	1.205.548,16	28%	1.644.143,60	36%
Set	1.186.069,18	1.412.787,00	19%	1.251.320,04	-11%
Out	895.702,04	1.161.052,41	30%	1.351.607,41	16%
Nov	848.163,46	1.176.495,95	39%	1.502.914,36	28%
Dez	1.229.936,15	1.549.445,55	26%	-	
TOTAL	**12.194.822**	**14.271.224**	17%	**14.943.765**	5%

Receitas de Custas Processuais

Mês	2010	2011	Δ% 2010x2011	2012	Δ% 2011x2012
Jan	1.174.662,68	1.702.193,39	45%	1.977.310,34	16%
Fev	1.408.834,46	2.193.670,33	56%	2.097.778,81	-4%
Mar	1.680.005,04	2.228.444,17	33%	2.218.511,88	0%
Abr	1.639.452,21	1.942.912,19	19%	2.421.748,97	25%
Mai	1.779.293,76	2.413.340,94	36%	3.165.735,64	31%
Jun	1.314.430,01	2.357.517,44	79%	2.686.068,51	14%
Jul	1.940.293,68	2.361.107,24	22%	2.786.185,40	18%
Ago	1.955.439,04	2.322.207,32	19%	3.041.594,30	31%
Set	1.929.039,04	2.494.729,26	29%	2.422.333,56	-3%
Out	1.687.270,49	2.370.574,62	41%	3.233.624,21	36%
Nov	1.747.718,45	2.088.429,92	19%	2.768.480,64	25%
Dez	1.445.828,27	1.961.261,60	36%		
TOTAL	**19.702.327**	**24.436.388**	24%	**28.819.372**	18%

Custas X Emolumentos 2012

Mês	Custas	Emolumentos	%
Jan	1.977.310,34	1.153.349,57	71%
Fev	2.097.778,81	1.304.316,41	61%
Mar	2.218.511,88	1.345.342,94	65%
Abr	2.421.748,97	1.186.531,13	104%
Mai	3.165.735,64	1.553.779,07	104%
Jun	2.686.068,51	1.271.018,76	111%
Jul	2.786.185,40	1.379.441,46	102%
Ago	3.041.594,30	1.644.143,60	85%
Set	2.422.333,56	1.251.320,04	94%
Out	3.233.624,21	1.351.607,41	139%
Nov	2.768.480,64	1.502.914,36	84%
Dez			
TOTAL	28.819.372,26	14.943.764,75	

Contrato de Gestão Nº 01/2009 – TJ x CGDT

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará visando proporcionar maior segurança e rapidez usando os recursos de tecnologia e informação ao usuário, idealizou o projeto de implantação do processo judicial e administrativo eletrônicos e a digitalização de todos os processos que tramitam nas diversas unidades judiciárias do Estado.

Para atingir o desenvolvimento do Projeto foi celebrado, com recursos do Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará (PIMPJ), instituído pela Lei Nº14.415, de 23 de julho de 2009, o Contrato de Gestão Nº 01/2009 entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT), associação civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social, que tem por finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O referido contrato de gestão foi celebrado em 06/10/2009, findando em 06/08/2011, tendo como entidade supervisora a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (Seplag), como interveniente técnica a Etice, contando também com uma Comissão de Avaliação responsável pela fiscalização, avaliação e acompanhamento dos resultados, composta por membros da Seplag, Etice, CGDT e TJCE.

O valor previsto para desembolso, de acordo com o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão Nº 01/2009, celebrado em 27/10/2010 foi de R$ 61.706.211,99 (sessenta e um milhões, setecentos e seis mil, duzentos e onze reais e noventa e nove centavos), tendo sido repassada a importância de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), em 2009 e R$ 37.252.089,62 em 2010. Não houve repasse durante o exercício financeiro de 2011.

No exercício de 2012 foi realizada avaliação pela Comissão de Avaliação, considerando concluídas as atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 463/2011 da Presidência deste Tribunal de Justiça.

Considerações Finais

O Fermoju é uma entidade própria, juridicamente independente, com registro de CNPJ e CGF, não recebendo transferência de recursos institucionais de nenhum órgão. Tem como fontes de arrecadação: 100% das taxas judiciárias, receitas de custas judiciais e percentual dos emolumentos de protestos, escrituras e registros públicos; multas aplicadas pelos juízes nos processos cíveis; taxas de inscrição em concursos públicos realizados pelo Poder Judiciário, recursos originários da área judicial, entre outras.

Também administra, fiscaliza e recupera recursos variáveis arrecadados, com acompanhamento de 632 cartórios ativos no Estado. Anualmente, elabora relatório de sua Gestão que, por sua vez, é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), pela Assembleia Legislativa e pelo próprio TJCE. Ressalte-se que o Fermoju realiza, ainda, o controle de custeio e investimento (empenhos, pagamentos, balancetes) através do Sistema Integrado de Contabilidade (SIC) da Secretaria da Fazenda Estadual (até 31.12.2011) e pelo S2GPR (Sefaz)em 2012.

Para concepção do desenvolvimento do Poder Judiciário cearense, foi instituído PIMPJ, criado pela Lei nº 14.415, de 23/07/2009, com a finalidade de otimizar os gastos e as receitas, aumentar a capacidade de investimento, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados e o desempenho dos resultados institucionais, por meio de atividades inerentes ao PIMPJ, notoriamente com automatização e informatização dos procedimentos.

No exercício de 2011, o Fermoju iniciou a Gestão com um saldo financeiro de R$ 7.363.881,68 (sete milhões, trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos), decorrente de méritos próprios e de R$ 50.976.844,13 (cinquenta milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), referente aos depósitos judiciais do PIMPJ.

O PIMPJ foi operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil, mediante o contrato nº 79/2009, e os recursos eram 100% aplicados em investimentos e virtualização do Poder Judiciário, contudo o BNB manifestou desin-teresse na manutenção do contrato o qual expirou em 27.11.2012. Assim, o TJCE está providenciando junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal propostas para assumirem a administração financeira da Conta Única dos Depósitos Judiciais. Com término do Convênio com o Banco do Nordeste, houve a transferência do montante de R$ 7.588.672,52 (sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) em 27.11.2012 para a Conta Gestão do Fermoju para pagamentos de despesas já comprometidas.

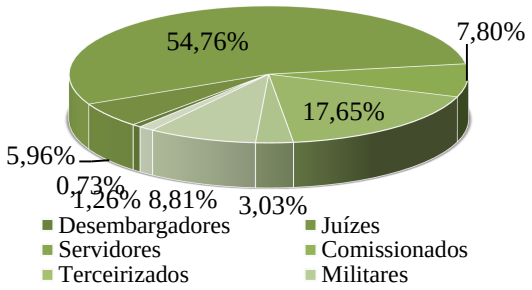
Secretaria de Gestão de Pessoas

As competências da Secretaria de Gestão de Pessoas estão expressas na Portaria nº 722/2011 de 30/05/2011, publicada no Diário da Justiça de 31/05/2011.

Composição do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário

O Poder Judiciário do Estado do Ceará conta com um total de 384 magistrados ativos, dentre os quais 42 são desembargadores e 342 são juízes. Além destes, fazem parte do quadro do Tribunal 3.140 servidores efetivos ativos, 447 exclusivamente comissionados, 1012 terceirizados, 505 estagiários, além de 174 militares e 72 servidores à disposição deste Poder, com posição em 26/12/2012.

Proporção de Pessoal do Poder Judiciário do Ceará



Estagiários

A Resolução n° 06/2010, de 25/03/2010, publicada no DJE em 26/03/2010, dispõe sobre o valor da bolsa concedida aos estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário. A partir de 1º de janeiro de 2011, com o reajuste dos servidores de 5% (cinco por cento), o valor da bolsa foi alterado para R$ 688,44 (seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos). Com base na antecidada Resolução, foi concedido, ainda, o auxílio-transporte no valor de R$ 4,00 (quatro reais) por dia efetivamente estagiado. A partir de janeiro de 2012, com o reajuste de 7% aplicado à remuneração do servidor, o valor da bolsa passou para R$ 736,63 (setecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

Somando-se ao valor da bolsa de R$ 736,63 (fixo) o valor do auxílio-transporte (variável), o total percebido pelos estagiários de nível superior do TJCE fica em torno de R$ 824,63, conforme a frequência do estagiário e tendo por base 22 dias úteis no mês. Até o momento, já foram celebrados convênios com 16 (dezesseis) Instituições de Ensino Superior da Capital e do Interior do Estado, a fim de suprir parte da demanda das unidades jurisdicionais e promover a formação dos estudantes, preparando-os para atender às reais necessidades do mercado de trabalho.

Vale salientar, ademais, a existência do Convênio de nº 38/2010 celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Universidade de Fortaleza (Unifor), o qual viabiliza, para os servidores do TJCE que estejam regularmente matriculados na Universidade, a realização de estágio obrigatório e não remunerado junto ao TJCE, propiciando-lhe adequada formação profissional teórico-prática.

O Poder Judiciário cearense conta, hoje, com universitários dos cursos de Direito, Administração, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Jornalismo, Ciências Contábeis, Engenharia

Elétrica e Arquitetura, atuando nos fóruns do interior do estado, Fórum da capital, Juizados Especiais, Fórum das Turmas Recursais, Tribunal de Justiça e Escola Superior da Magistratura.

Relação dos convênios celebrados entre o TJCE e as Instituições de Ensino

Instituição de Ensino Superior
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Faculdade Católica Rainha do Sertão
Faculdade Luciano Feijão (FLF)
Fac. de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC)
Faculdade Grande Fortaleza (FGF)
Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE)
Faculdade Cearense (FAC)
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Unifor (Servidores)
Faculdades Nordeste (FANOR)
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Faculdade Sete de Setembro (FA7)
Faculdade Integrada do Ceará (FIC)
Faculdade Christus
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Faculdade Farias Brito (FFB)

Número de Estagiários e valor gasto com as Bolsas no biênio

Mês	2011		2012	
	Qtde	Valor (R$)	Qtde	Valor (R$)
Jan	458	325.382,32	456	376.655,23
Fev	450	372.510,47	457	363.973,72
Mar	430	360.761,53	482	407.383,89
Abr	435	361.216,97	469	378.557,45
Mai	457	364.943,02	479	396.468,09
Jun	471	369.974,90	471	389.307,95
Jul	480	383.296,71	476	394.658,55
Ago	482	380.582,16	464	386.457,80
Set	491	390.191,51	499	406.644,96
Out	470	358.327,95	509	412.566,24
Nov	470	361.288,12	511	400.346,97
Dez	494	397.902,02	505	399.327,14
Total	**-**	**4.426.378,68**	**-**	**4.712.347,99**

Nos termos do Convênio de Cooperação Técnica nº 04/2011 (Projeto Primeiro Passo), celebrado entre a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), por seu Núcleo de Iniciação Profissional (NIPRO) e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), publicado do DJ de 19/09/2011 – pág. 8, cujo objeto é proporcionar estágio aos alunos com idade mínima de 16 anos e máxima de 21 anos, regularmente matriculados no ensino médio de escola pública e dos anos finais da educação de jovens e adultos, o TJCE concede diretamente aos vinte estagiários, a título de bolsa, a importância mensal de R$ 291,37 (duzentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos) mais auxílio-transporte no valor de R$ 2,00 (dois reais) por dia estagiado.

Terceirização

O Núcleo de Terceirização faz parte da Divisão de Pessoal do Departamento de Gestão de Pessoas, sendo responsável por auxiliar na Gestão de contratos de prestação de mão-de-obra celebrados entre as empresas terceirizadas e o Tribunal de Justiça.

As atividades que são desenvolvidas pelo setor são: acompanhamento dos contratos, controle e informação de solicitações de pagamento e pedidos de ressarcimento de diárias conforme as informações das unidades competentes, bem como encaminhamento para as empresas, emissão de planilhas referentes ao pagamento dos faturamentos mensais dos contratos vigentes, cadastro de novos terceirizados no SIRH, informação sobre multas de trânsito dos condutores de veículos de acordo com informações prestadas pela Secretaria de Administração, expedição de ofícios, memorandos e informações, acompanhamento de limite contratual, elaboração de relatórios e atendimento ao público.

Rescisão dos funcionários da CRR

A empresa CRR Construções e Serviços Ltda., detentora dos contratos nº 29/2007 (Administrativo) e nº 97/2005 (Asseio), decretou falência no final do ano de 2010, deixando de cumprir com todas as obrigações trabalhistas de seus

funcionários que ora prestaram serviços no TJCE. Em virtude disso, entre o final de 2010 e o início de 2011, o TJCE procedeu com o pagamento da multa dos 40% do FGTS para os ex-funcionários da CRR lotados no TJCE, homologação da rescisão dos ex-funcionários da CRR, pagamento das verbas rescisórias dos funcionários da CRR lotados no DER, Idace, Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Cagece e Sohidra.

Rescisão do Contrato de condutores de Veículos mantido com a empresa Captar Serviços Técnicos

Devido ao descumprimento de cláusulas contratuais, o TJCE procedeu com a rescisão do contrato de Condutores de Veículos, realizando o pagamento de todas as verbas rescisórias relativas a esse contrato, cujo encerramento ocorreu em setembro de 2011.

Licitações

No decorrer do biênio 2011-2013 foram realizadas licitações para prestação de serviços de mão-de-obra especializada nas áreas de Educação, Apoio Operacional e Condutores de Veículos.

Gestão de Contratos

Durante o biênio 2011-2013, foram realizadas as seguintes ações no que diz respeito à Gestão de contratos:

- Aditivo alterando números de vagas dos contratos de Asseio e Conservação, Apoio à Gestão e Auxiliar de Apoio Administrativo;
- Aditivo prorrogando os contratos de Asseio e Conservação, Cerimonial, Saúde, Informática, Apoio à Gestão e Auxiliar de Apoio Administrativo;
- Reajuste e reequilíbrio dos contratos de Apoio à Gestão, Auxiliar de Apoio Administrativo e Informática;
- Solicitação de reajuste dos contratos de Asseio e Conservação, Cerimonial e Saúde;
- Solicitação de reajuste para contrato relativo à dispensa de licitação de Apoio Operacional e Educação;
- Readequação das funções de Condutores de Veículos;
- Aditivo alterando número de vagas dos contratos de Condutores de Veículos a fim de adequar nova necessidade;
- Recebimento e encaminhamento de no mínimo 80% dos processos no CPA em, no máximo, 5 dias úteis;
- Acompanhar os pagamentos das faturas das empresas terceirizadas;
- Monitorar as vigências de contratos de terceirizados, assim como aditivos;
- Controle de diárias, bem como elaboração de ofícios para as empresas solicitando pagamento das mesmas;
- Controle de multas, bem como elaboração de ofícios para as empresas solicitando pagamento das mesmas;
- Cálculo de retenções a fim de dar andamento aos processos de Liberação de Retenções.

Termos de Referência

Elaboração do Termo de Referência para contratação de Assessor Jurídico e Estatístico para o PRONASCI, bem como para processo de licitação dos contratos de Apoio Operacional, Educação e Condutores de Veículos. Além disso, houve a elaboração do modelo padrão dos Termos de Referência.

Posse de Concursados

O Serviço de Recrutamento e Seleção é uma unidade integrante do Departamento de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, ao qual compete acompanhar os concursos públicos para o provimento de cargos ou funções. Em 2011, foram nomeados 185 (cento e oitenta e cinco) candidatos com lotação no Tribunal de Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua e nas Comarcas do Interior do Estado, distribuídos entre os cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária, Analista Judiciário – Execução de Mandados, Técnico Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário – Área Técnico - Administrativa, Técnico Judiciário – Área Técnico – Administrativa. Na atual Gestão, 117 (cento e

dezessete) servidores tomaram posse iniciando efetivamente o pleno exercício de suas funções, conforme discriminação na tabela que segue:

Servidores Empossados

Área	Lotação	2011	2012
Analista - Área Judiciária			
Judiciária	Interior	29	7
Execução de Mandados	Interior	33	21
Analista - Área Técnico-Administrativa			
Administração	Capital - TJ	9	-
Arquitetura	Capital - TJ	1	-
Computação	Capital - TJ	9	7
Engenharia Mecânica	Capital - TJ	1	1
Engenharia Civil	Capital - TJ	1	
Engenharia Elétrica	Capital - TJ	1	4
Ciências Contábeis	Capital - TJ	1	-
Psicologia	Capital - TJ	4	1
Jornalismo	Capital - TJ	1	3
Pedagogia	Capital - TJ	-	7
Técnico - Área Judiciária			
Judiciária	Interior	21	
Técnico - Área Técnico-Administrativa			
Desenho Auxiliado por Computador	Capital - TJ	1	6
Manutenção	Capital - TJ	3	16
Hardware e Software	Capital - TJ	2	13
Total	**-**	**117**	**86**

Em 2012, foram nomeados 148 (cento e quarenta e oito) candidatos com lotação no Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua e nas comarcas do interior do Estado, sendo que 86 (oitenta e seis) servidores tomaram posse iniciando o pleno exercício de suas funções.

Está em vigência o Concurso Público para provimento de vagas em cargos de nível superior e médio, conforme Edital nº 1, de 31 de julho de 2008, publicado no Diário da Justiça do dia 1º de agosto de 2008, retificado pelo Edital nº 2, de 04 de agosto de 2008, publicado no Diário da Justiça do dia 05 de agosto de 2008 e homologado em sessão realizada no Tribunal Pleno de 13 de agosto de 2009, publicado no Diário da Justiça de 18 de agosto de 2009, republicado no Diário da Justiça do dia 26 de agosto de 2009, prorrogado por 02 (dois) anos, conforme Sessão Ordinária nº 05/2011, do Órgão Especial, publicada no Diário da Justiça do dia 05 de agosto de 2011.

As 200 (duzentas) vagas que foram computadas para o concurso público, cujas regras foram definidas pelo supracitado edital, bem como as 600 (seiscentas) vagas criadas pela Lei estadual nº 14.786/2010, de 17 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 17 de agosto de 2010 foram preenchidas conforme a seguinte tabela:

Cargo	2011	2012	Posse / Exercício
Analista Judiciário	545	717	445
Técnico Judiciário	255	272	141
Total	**800**	**989**	**586**

Conforme determinação do art. 5º, § 1º da Lei nº 14.128, de 6 de junho de 2008, a lotação básica das Unidades Judiciárias das Comarcas do Interior do Estado será composta, no mínimo, por 04 (quatro) servidores, bem como da Capital que será composta, no mínimo, por 08 (oito) servidores. Ressalta-se que os critérios para lotação dos novos servidores baseou-se no cumprimento da Lei nº 14.128/2008, bem como priorizar as Comarcas que não tinham Oficial de Justiça/Analista Judiciário - Execução de Mandados. Embora o referido concurso ainda esteja vigente, não há mais nenhum candidato para ser convocado, pois todo o cadastro de reserva foi exaurido, inclusive com as convocações daqueles que solicitaram a inclusão de seus nomes nos finais das várias listas.

Assim, diante deste cenário, foram mapeadas as vagas existentes a partir de aposentadorias, exonerações e falecimentos, as quais deverão ser providas por um novo concurso, cujo projeto já foi aprovado, mas que depende de liberação orçamentária para o ano de 2013, visto que serão ofertadas, aproximadamente, 360 (trezentos e sessenta) vagas.

Portaria	Publicação	Promoção	Progressão por Antiguidade	Progressão por Desempenho	Implantação
342/2012	07/03/2012	39	-	-	
343/2012	07/03/2012	-	121	-	R$ 2.592.786,50
386/2012	13/03/2012	-	631	-	
995/2012	18/06/2012	-	-	532	R$ 1.214.898,58
1444/2012	30/08/2012	69	-	-	-
Total		108	752	532	R$ 3.807.685,08
			1392		

Ascensão Funcional

Consiste na implantação em folha de pagamento de ascensão funcional pelos critérios de promoção e de progressão por antiguidade e desempenho, com uma repercussão de R$ 3.807.685,08 (três milhões, oitocentos e sete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oito centavos) relativas ao interstício 2010-2011, contemplando 1.392 (um mil, trezentos e noventa e dois) servidores efetivos do Tribunal de Justiça, distribuídos conforme tabela acima.

Adicional de Qualificação

Instituído pela Lei nº 13.838, de 24/11/2006, o Adicional de Qualificação se constitui em um acréscimo de 60% sobre o vencimento-base dos servidores com diploma em nível de especialização, 80% em nível de mestrado e 100% em nível de doutorado. No ano de 2011, foram concedidos 46 (quarenta e seis) novas gratificações a título de Adicional de Qualificação no percentual de 60%, através da Portaria 496/2011. Atualmente, 207 (duzentos e sete) servidores percebem o referido adicional.

Adicional de Especialização

A lei nº 14.86, de 13 de agosto de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do Quadro III - Poder Judiciário do Estado do Ceará, no Art. 9 determina que o Adicional de Especialização (AE), incidirá, exclusivamente, sobre o vencimento-base do servidor, da seguinte forma: 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento), em se tratando de título de Doutor, 10% (dez por cento), em se tratando de título de Mestre e 7,5% (sete vírgula cinco por cento), em se tratando de Certificado de Especialização. Atualmente, 334 (trezentos e trinta e quatro) servidores percebem a referida gratificação.

Auxílio Alimentação

Nos termos da Lei estadual nº 13.363/2003, disciplinada no âmbito do Poder Judiciário pelas Resoluções de nº 17/2007, 13/2009 e 15/2009, foi concedido aos servidores lotados no Tribunal de Justiça, comarcas do Interior e Fórum Clóvis Beviláqua auxílio-alimentação no valor de R$ 15,00 por dia útil trabalhado para servidores que percebem remuneração bruta mensal de até R$ 4.240,00 e R$ 10,00 para aqueles servidores com remuneração mensal acima deste valor, conforme segue:

Mês	2011		2012	
	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)
Jan	3162	650.465,00	3276	632.580,00
Fev	3332	719.030,00	3341	616.615,00
Mar	3395	801.625,00	3355	756.720,00
Abr	3386	734.085,00	3388	666.960,00
Mai	3344	841.320,00	3390	769.405,00
Jun	3353	798.170,00	3342	708.040,00
Jul	3191	656.735,00	2294	621.710,00
Ago	3404	831.285,00	3501	754.470,00
Set	3369	798.060,00	3398	645.920,00
Out	3290	698.610,00	3435	741.030,00
Nov	3738	736.895,00	3427	669.490,00
Dez	3379	765.915,00	3415	678.645,00
Total	**9.032.195,00**		**8.261.585,00**	

Vale-Transporte

Em consonância com a Lei estadual nº 11.601/89, regulamentada pelas Portarias nº 322/2007 e nº 1.459/2008, foi concedido, aos servidores lotados no TJCE, comarcas do Interior e Fórum Clóvis Beviláqua, o benefício do vale-transporte, excetuados aqueles contemplados por rotas custeadas pelo Poder Judiciário.

Mês	2011		2012	
	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)
Jan	301	18.883,20	240	16.290,00
Fev	295	18.792,00	238	18.271,00
Mar	269	22.962,50	235	20.675,00
Abr	257	20.447,10	227	18.755,00
Mai	253	22.776,80	226	19.547,00
Jun	263	22.994,40	224	17.880,00
Jul	267	20.505,40	223	18.114,00
Ago	267	23.122,40	223	20.184,00
Set	268	22.751,40	141	10.815,00
Out	262	20.687,00	149	13.957,00
Nov	256	20.385,00	148	12.456,00
Dez	250	20.936,00	156	12.912,00
Total	**255.243,20**		**199.856,00**	

Diferença de Entrância

Pagamento de diferença remuneratória pela respondência por Secretaria de Vara em comarca de entrância superior. No exercício de 2011, foram implantados em folha 195 pagamentos, totalizando um montante de R$ 261.607,87 (duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e sete reais e oitenta e sete centavos). No exercício de 2012, foram implantados em folha 49 pagamentos, totalizando um montante de R$ 101.907,93 (cento e um mil, novecentos e sete reais e noventa e três centavos).

Substituição de Cargo Comissionado

Regulamentada no âmbito do Poder Judiciário pela Resolução 10/2008, de 24/04/2008, a gratificação por substituição de cargo comissionado é paga por ocasião de substituições nos casos de afastamentos e impedimentos legais. No período de janeiro a dezembro de 2011, foram implantadas em folha 609 (seiscentos e nove) gratificações de substituição de cargo em comissão em decorrências de afastamento de seus titulares por motivo de férias e demais afastamentos superiores a 30 dias que totalizaram em R$ 1.756.735,45 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), incluindo valores referentes a exercícios anteriores. Já em 2012, foram implantadas em folha 647 (seiscentos e quarenta e sete) gratificações que totalizaram em R$ 1.960.339,63 (um milhão, novecentos e sessenta mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos).

Gratificação por Alcance de Metas (GAM)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará regulamentou os critérios para concessão da Gratificação por Alcance de Metas (GAM). As normas constam da Portaria nº 1616, publicada em 08.11.2011 e Portaria nº 1746, publicada em 29.11.2011, no Diário da Justiça Eletrônico.

Mês	2011 - Institucional		2011- Unidades		2012 - Institucional		2012- Unidades	
	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)
Jan	3063	2.774.152,41	-	-	3418	3.486.632,07	3034	1.867.728,07
Fev	3129	2.970.806,64	-	-	3417	3.483.924,15	3034	1.866.935,06
Mar	3168	2.993.558,10	-	-	3425	3.482.697,27	3049	1.871.395,09
Abr	3172	2.998.804,65	-	-	3427	3.520.669,87	3054	1.896.563,91
Mai	3173	2.987.572,15	-	-	3460	3.541.924,85	3079	1.907.375,88
Jun	3185	2.994.233,49	-	-	3465	3.545.890,50	3087	1.910.078,27
Jul	3192	2.994.777,54	-	-	3488	3.574.315,96	3100	2.215.843,01
Ago	3198	3.003.811,54	-	-	3502	3.591.089,39	3109	2.896.816,91
Set	3197	2.996.625,19	-	-	3501	3.594.937,44	3108	2.911.931,56
Out	3192	2.995.448,83	-	-	3499	3.591.958,64	3105	2.911.132,65
Nov	3418	3.256.997,00	3030	1.678.743,49		-	-	-
Dez	3415	3.257.283,23	3031	1.679.099,95		-	-	-
Total	**36.224.070,77**		**3.357.843,44**		**35.414.040,14**		**22.255.800,41**	

Tem direito à GAM os servidores efetivos, que se encontram no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do Quadro III do Judiciário do Ceará e os ocupantes de cargos em comissão. Ainda de acordo com a Portaria, a Gratificação será baseada na avaliação dos resultados alcançados pelo Poder Judiciário, a partir da perseguição dos objetivos estratégicos e do alcance das metas da unidade judiciária ou administrativa a que o servidor esteja vinculado. A Comissão Gestora da GAM (Coges), foi instituída através da Portaria nº 1748/2011, de 29 de novembro de 2011. Os valores pagos aos servidores com a instituição da GAM encontram-se na tabela acima.

Gratificação de Estímulo à Interiorização

Criada com o objetivo de estimular a lotação de servidores em comarcas do Interior do Estado que apresentam condições menos favoráveis, oferecendo-lhes compensação financeira, fortalecendo a estrutura de pessoal dessas unidades e otimizando a entrega da prestação jurisdicional à sociedade. O pagamento da Gratificação de Estímulo à Interiorização é disciplinada pela Portaria nº 1246/2011, de 1/10/2011, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 9/9/2011.

Mês	2011		2012	
	Qtde	Valor Pago (R$)	Qtde	Valor Pago (R$)
Jan	-	-	419	247.495,17
Fev	-	-	418	247.127,08
Mar	-	-	429	252.044,65
Abr	-	-	429	258.730,81
Mai	-	-	428	257.888,60
Jun	-	-	423	255.131,78
Jul	-	-	429	259.074,81
Ago	-	-	429	259.071,81
Set	-	-	428	259.889,99
Out	378	202.025,22	432	262.041,41
Nov	376	201.406,69	-	-
Dez	418	221.353,28	-	-
Total	**624.785,19**		**2.558.496,11**	

Enquadramento ao Novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração

Através da Lei estadual nº 14.982/2011, houve a alteração da Lei nº 14.786/2010, que dispôs sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração, prorrogando por 60 dias, após a

data de sua publicação, o prazo para manifestação de opção pelas regras do novo PCCR. Tal iniciativa se justificou pela demanda significativa de servidores que, após o prazo estabelecido em lei, tiveram suas solicitações de desistência do termo de não opção indeferidas por falta de amparo legal.

Em outubro, houve a implantação do enquadramento de 265 (duzentos e sessenta e cinco) servidores, com uma repercussão de R$ 1.426.886,45 (um milhão, quatrocentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), valor correspondente às diferenças do período de janeiro a outubro de 2011. Já a diferença relativa ao período de junho a dezembro de 2010, importou em R$ 1.189.830,06 (um milhão, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta reais e seis centavos), incluindo décimo terceiro salário.

Débitos Remuneratórios

Em 2012, a Secretaria de Gestão de Pessoas colocou em prática medidas que resultaram numa substancial diminuição na geração de novos débitos, bem como perceptível redução de débitos antigos para com erário, quais sejam:

1) Os processos com situações que potencialmente podem gerar novos débitos (exonerações, suspensões de vínculos, licenças para trato de interesse particular, dentre outros), são encaminhados diretamente do Serviço de Protocolo ou da Unidade Administrativa do Departamento de Gestão de Pessoas, para a Divisão de Folha de Pagamento, para fins de exclusão imediata de folha, em observância à Portaria nº 1.407 /97;

2) Nas situações em que os ex-servidores com prováveis débitos remuneratórios fazem jus a verbas rescisórias/saldo remuneratório são efetivadas as devidas compensações, conforme a peculiaridade de cada situação, proporcionando a redução dos débitos;

3) Com relação aos débitos de pessoas convocadas por Edital e que ainda não ressarciram ao Tribunal de Justiça, os processos estão sendo encaminhados à SEFIN, para inscrição na dívida ativa, observando-se as peculiaridades de cada situação, tendo em vista que alguns solicitaram parcelamento ou que o devedor entrou com pedido de reconsideração;

4) Convocação periódica, por meio de Edital, das pessoas comunicadas por ofício e após decorrido o prazo para manifestação, a realização da inscrição na dívida ativa, observando as peculiaridades de cada situação, pelos fatos descritos anteriormente;

5) A partir de outubro/2012 o pagamento dos débitos está sendo realizado por meio da emissão de DAE, com um código de receita (nº 7510) criado exclusivamente pela Secretaria da Fazenda, para restituição de débitos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, proporcionando a conferência dos pagamentos de débitos realizados;

6) Tendo em vista as mudanças ocasionadas no processo de restituição de débitos remuneratórios, o Departamento de Gestão de Pessoas criou um novo ofício para comunicação dos possíveis devedores, a fim de restituir os valores pagos indevidamente, com as orientações sobre a forma de quitação de débitos;

7) Em outubro de 2012 foi iniciado um Projeto de redesenho do processo de débitos remuneratórios, composto por membros da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão visando a alcançar o objetivo estratégico de “Buscar a Modernização Contínua”, promovendo a celeridade na recuperação dos valores pagos indevidamente.

Parcela Autônoma de Equivalência

A Resolução nº 16, de 09 de dezembro de 2010, disciplinou o pagamento de diferenças remuneratórias relativas à Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), devidas a magistrados ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem assim às pensionistas de montepio.

Conforme art. 1º, alterado pela Resolução nº 06/2011, de 15 de setembro de 2011, o pagamento do valor devido será realizado em 56 (cinquenta e seis) parcelas, com início em fevereiro de 2011 e término em março de 2016.

Parc	Mês	Beneficiários	Valor Pago (R$)
1ª	fev/11	475	1.816.192,04
2ª	out/11	469	1.678.540,61
3ª	nov/11	442	1.485.805,93
4ª	dez/11	461	1.649.885,33
5ª	dez/11	468	1.580.571,22
6ª	jan/12	475	1.667.480,72
7ª	fev/12	483	1.797.110,60
8ª	mar/12	487	1.699.484,98
9ª	abr/12	486	1.642.636,19
10ª	mai/12	486	1.646.390,48
11ª	jun/12	486	1.655.817,58
12ª	jul/12	487	1.662.588,31
13ª	ago/12	487	1.667.261,17
14ª	set/12	490	1.871.399,16
15ª	out/12	490	1.700.932,95
16ª	nov/12	490	1.713.009,81
17ª	dez/12	490	1.722.260,20
Total			**28.657.367,28**

No exercício de 2011, por intermédio das Leis Estaduais nº 15.007 e 15.008, de 04 de outubro de 2011, foram autorizados os pagamentos de 05 (cinco) parcelas da PAE, resultando em um montante de R$ 8.210.995,13 (oito milhões, duzentos e dez mil, novecentos e noventa e cinco reais e treze centavos).

Nova Jornada de Trabalho

Com a Lei Estadual nº 14.786/2010, a jornada de trabalho para os ocupantes dos cargos efetivos e de funções foi fixada em 40 (quarenta) horas semanais, entretanto sua implantação ficou condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

A administração do TJCE envidou todos os esforços para garantir a implantação das 40 horas, negociando, com os Poderes Legislativo e Executivo, a disponibilidade orçamentária e financeira, mesmo após corte por parte da Assembleia Legislativa no Orçamento do Judiciário cearense, no montante de R$ 129.171.000,00 (cento e vinte e nove milhões, cento e setenta e um mil reais).

O TJCE, em março de 2012, encaminhou a Mensagem nº 04, de 15 de abril de 2011, visando à adequação da implantação das 40 horas às condições orçamentárias disponíveis, que foi convertida na Lei nº 15.146, em 14 de maio de 2012, e autoriza a implantação das 40 horas em 2012, atendidas as condições de parcelamento e assegurando os recursos financeiros necessários à adoção da nova jornada de trabalho, integralmente, até julho de 2014, importando em, aproximadamente, R$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais).

A Resolução nº 03/2012, do Órgão Especial, regulamentou a jornada de trabalho no âmbito do Judiciário cearense e a Portaria nº 903/2012, em consonância com a Lei nº 15.146/2012, disciplinou a nova carga horária, com início a partir de 1º de julho de 2012 e implantação definitiva do regime de 40 horas a partir de 1º de julho de 2014.

Banco de Horas

O Banco de Horas previsto no § 5º do art. 6º da Lei nº 14.786/10, instituído como forma de compensação para trabalhos realizados que excederem a carga horária padrão, foi disciplinado pela Portaria nº 903/2012 e suas alterações, com efeitos a partir de 1º de julho de 2012.

Comissão Permanente de Aposentadoria, Pensão e Abono de Permanência no Serviço Público dos Servidores, Serventuários e Magistrados do Poder Judiciário

A referida Comissão foi instituída pela Portaria Nº 1480/2009, de 16 de novembro de 2009, com o objetivo de desenvolver uma sistemática de ações padronizadas e contínuas, possibilitando agilidade e eficácia da instrução dos processos de aposentadoria e pensões dos servidores,

serventuários e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Tem como principais atribuições:

- identificação, separação e catalogação (atualização) dos processos de aposentadoria e pensões existentes e futuros;
- instrução e análise dos referidos processos, bem como todos os expedientes necessários (ofícios, atos, informações, despachos);
- encaminhamento e acompanhamento dos processos junto ao Tribunal de Contas do Estado, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado e Procuradoria-Geral do Estado.

No biênio, foram expedidos e publicados 186 (cento e oitenta e seis) atos de aposentadoria, dos quais 79 (cento e quarenta e cinco) relativos a servidores, 29 (vinte e nove) a magistrados e 12 (doze) a serventuários da Justiça.
Do total de Atos de Aposentadoria publicados, 29 (vinte e nove) foram revisionais com base na Emenda Constitucional nº 70/2012.
A Emenda Constitucional n°. 41/2003, de 9/12/2003, assegurou 3 situações de concessão de abono de permanência, em que o Estado passa a arcar com a contribuição previdenciária do servidor/magistrado. A primeira nos termos do §1º do artigo 3º; a segunda, citada nos termos do §5º, artigo 2º; e a terceira, nos termos do §9º, acrescentado ao artigo 40 da Constituição Federal, pela citada Emenda. No período de 2011 a 2012, foram emitidos 149 (cento e quarenta e nove) pareceres pela Comissão referentes à concessão de abono permanência, sendo 108 (cento e oito) favoráveis e 41 (quarenta e um) desfavoráveis.

Projetos

Buscando atender às diretrizes do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014 e em consonância com os objetivos estratégicos "Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços" e "Garantir a valorização dos magistrados e servidores", a Secretaria de Gestão de Pessoas planejou, executou e acompanhou, no período de 2011-2013, 10 (dez) projetos de estratégicos ou alinhados à Estratégia, acompanhados pelo escritório de projetos da Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, a saber:

- Plano de Capacitação de Servidores;
- Núcleo de Educação a Distância;
- Concessão de Bolsa de Estudos
- Programa de Valorização do Servidor;
- Pesquisa de Clima Organizacional;
- Solução Integrada em mapeamento de Competências, Avaliação de Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação;
- Ingresso de Novos Servidores;
- Garantir a Correção das Distorções Vencimentais entre Servidores da Capital e Interior;
- Implantação das novas Unidades Jurisdicionais no Fórum Clóvis Beviláqua;
- Implantação das 40 (quarenta) horas, parceladamente.

Dessa forma, apresenta-se, no presente relatório, as ações realizadas, os resultados alcançados e as atividades previstas em alguns dos citados projetos.

Plano de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário 2011-2013

Por meio desse projeto, foi possível executar ações para desenvolver as competências dos servidores do TJCE, integrando capacitação, aperfeiçoamento e qualidade de vida, a fim de promover o crescimento pessoal e profissional necessários à melhoria da prestação jurisdicional, por meio de cinco áreas do conhecimento: jurídica, técnico-administrativa, tecnológica, educação e comportamental, Gestão e qualidade.

Esse trabalho teve como base o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), disponibilizado, pela primeira vez, em formato de formulário eletrônico na intranet, em junho de 2011, divulgado por meio de cartazes, e-mail, *banner* virtual, sistema de som, contatos telefônicos e pessoais, palestras de sensibilização com gestores, gravação em mídia (DVD) da referida

palestra, bem como das orientações de utilização do sistema e seu envio a todos os gestores do Interior do Estado.

O resultado do LNT foi a participação de 86 unidades do Poder Judiciário cearense e o preenchimento do formulário por 1.477 servidores, representando, aproximadamente, 40% do público-alvo (servidores efetivos, à disposição e comissionados), bem como a demanda de 27.245 solicitações de participações em 177 cursos registrados.

A proposta apresentada para o Plano de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário alberga, além dos resultados obtidos com o LNT, projetos relevantes encaminhados por diversas unidades judiciárias do Tribunal e do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como as Resoluções nºs 125 e 126 do Conselho Nacional de Justiça.

Após 14 meses da aprovação do Plano, foram treinados 1.637 servidores, o que representa 43% do total de pessoas dessa Corte de Justiça, envolvendo comarcas do Interior, Corregedoria e o Tribunal do Povo, dentre eles, 238 pessoas foram alcançadas pelos treinamentos oferecidos na modalidade a distância, pelo TJCE e Escola de Gestão Pública, 319 servidores capacitados na área de Gestão estratégica e 91 na área de Gestão de processos.

Cabe destacar que o Núcleo de Educação a Distância do Poder Judiciário cearense oferece, por meio do Unisaj, 53 (cinquenta e três) cursos, sem tutoria, aos servidores, buscando capacitá-los em várias áreas, tais como: Introdução ao Processo Digital (1º e 2º Graus), Infrações Penais, Cadastro de Processos, Digitalização de Processos, etc.

Por fim, nesse período, foram oferecidas 146 (cento e quarenta e seis) oportunidades de treinamento, perfazendo 82% do total de cursos sugeridos no LNT, dos quais 10 na modalidade a distância, 22 na área de Gestão estratégica e 4 na área de Gestão de processos.

Concessão de Bolsa de Estudos

Esse projeto busca atender ao objetivo estratégico "Garantir a valorização dos magistrados e servidores", no intuito de conferir-lhes oportunidades e capacitação de excelência, a fim de que se sintam efetivamente afiliados à Instituição e de que sejam dotados de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários ao bom funcionamento da Entidade.

Ressalte-se que se encontra em fase final de avaliação a proposta de implantação desse projeto.

Programa de Valorização dos Servidores

Em setembro de 2012, foram iniciadas algumas ações do Programa de Valorização do Servidor, voltadas para a prática de atividades que visam à convivência, à integração e ao aumento da qualidade de vida no trabalho, com destaque para a viabilização, através da divulgação, inscrição e acompanhamento das atividades, da participação de mais de 120 colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Ceará em dois grandes eventos realizados pelo Secretaria de Esporte do Estado do Ceará: "X Jogos de Integração do Servidor Público Estadual" e "II Corrida do Servidor Público Estadual".

Além dessas atividades, o projeto visa a realizar ações que auxiliem na preparação do servidor para a aposentadoria, integrem novos servidores, mantenham atividades indicadas em pesquisa a ser realizada, além de apoiar iniciativas como a Semana da Saúde, patrocinada pelo Serviço Médico, bem como realizar evento de comemoração pelo dia do servidor.

Pesquisa de Clima Organizacional

Tendo em vista o indicador do Planejamento Estratégico "Índice do Clima Organizacional" proposto pelo Conselho Nacional de Justiça, que tem como objetivo medir anualmente o percentual de magistrados e servidores satisfeitos com o Órgão, a Secretaria de Gestão de Pessoas realizou a Pesquisa de Clima Organizacional, no Poder Judiciário cearense.

A Pesquisa desenvolveu-se nas seguintes fases:

- → Estruturação: Realizada por meio de *benchmark* com órgãos públicos e empresas privadas;
- → Sensibilização: utilização de vários instrumentos e formas de comunicação, com o intuito de despertar nos colaboradores o interesse em participar da pesquisa;
- → Coleta de Dados, Relatório e Plano de Ação.

Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação de Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) tem buscado implantar ações e introduzir novas práticas que corroborem com a missão estratégica do Poder Judiciário cearense. Uma das formas é o reconhecimento e estímulo pelo desempenho obtido, por meio da avaliação e Gestão do desempenho, bem como a ascensão funcional e a capacitação das pessoas.

Este conceito envolve práticas de identificação de perfil de competências, de avaliação de desempenho com base em competências e de mapeamento de competências em diversos níveis (organizacional, gerencial, individual e técnica, conforme a nomenclatura adotada em cada organização). Estas práticas são constantemente revistas e ajustadas para melhor atender às necessidades estratégicas do ambiente organizacional.

Nesse contexto, está em processo de licitação a contratação de consultoria com o intuito de desenvolver solução integrada em mapeamento de competências, avaliação de desempenho, inclusive de servidores em estágio probatório, avaliação funcional e plano de capacitação, visando à reorientação da política de Gestão de pessoas, alinhando-a aos objetivos estratégicos institucionais, à integração dos subsistemas de recursos humanos e ao aprimoramento dos servidores e gestores do Poder Judiciário cearense.

Secretaria em Números

Em sintonia com o Projeto de Virtualização do Judiciário cearense e com o objetivo de oferecer maior agilidade nos trabalhos envolvendo os processos administrativos, no período em destaque, verificou-se uma significativa redução dos processos administrativos físicos e digitais, 16.100 (dezesseis mil e cem) processos foram solucionados, inclusive arquivados, reduzindo assim em 89,44% do acervo de processos desta secretaria.

Secretaria Judiciária

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é a unidade administrativa encarregada do planejamento, da organização, da direção e do controle das atividades auxiliares desta Corte na distribuição dos feitos; no preparo dos processos para julgamento; emissão, divulgação e publicidade dos despachos, acórdãos e decisões monocráticas, resoluções e outros atos processuais e administrativos; elaboração de cálculos aritméticos e judiciais informações e relatórios aos julgadores, partes e advogados e a elaboração da estatística judiciária que é publicada periodicamente no Diário da Justiça, conforme art. 13, caput da Lei nº 13.956/2007.

Ademais, compete à Secretária Judiciária fornecer subsídios ao Presidente desta Corte para a organização e modernização dos serviços judiciários do Estado.

Organização, Modernização e Racionalização dos Serviços Judiciários do Estado

Dentre as diversas incumbências da Secretaria Judiciária (Sejud), destaca-se o fornecimento de subsídios ao Presidente do TJCE para organização e modernização dos Serviços Judiciários do Estado.

Nesse contexto, visando contribuir com o processo de modernização, ora vivenciado pelo Judiciário do Estado do Ceará, bem como para atender as exigências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Secretaria Judiciária traçou, no biênio, as seguintes a seguir descritas.

Organização

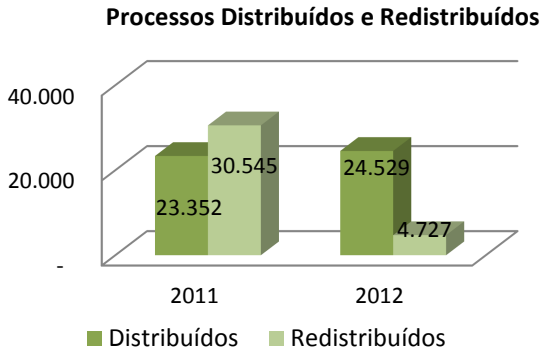
Criação de Grupos de Trabalho para diminuição da Taxa de Congestionamento

Grupo composto por 20 servidores, trabalhando em horário extraordinário, inclusive aos sábados, com o escopo de atualizar as movimentações processuais, publicar despachos, expedir ofícios, mandados e cartas de intimações, decorrer prazo, certificar trânsito em julgado e encaminhar processos para a origem ou para o arquivo, contribuindo, portanto, com uma das missões do Poder Judiciário Cearense: a prestação jurisdicional célere.

Criação de Grupos de Trabalho de Redistribuição

A criação desse grupo deu-se pela necessidade de promover a composição do acervo inicial do Órgão Especial e das 7ª e 8ª Câmaras Cíveis Isoladas. Como estratégia, a Sejud definiu que o acervo desses órgãos julgadores seria recadastrado no novo sistema de virtualização SAJ-SG. Além disso, foram redistribuídos processos em função de aposentadorias e remoções de desembargadores. Como resultado, verificou-se a distribuição de 23.352 processos

novos, no ano de 2011, e 24.523 em 2012. No que concerne a redistribuição dos processos já existentes somou-se em 2011 um volume de 30.545 processos, em função da criação da 7ª e 8ª Câmara Cível. Já em 2012, esse volume assumiu sua normalidade em 4.727.



Criação do Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais

O Provimento nº 27/2011, com as designações contidas na Portaria nº 1378/2011, criou, em caráter permanente, o Grupo Gestor do Acervo de Processos Judiciais com o objetivo de propiciar um melhor acompanhamento das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça, com vistas, ainda, à fidedignidade das estatísticas elaboradas por esta Corte, a partir da adequada extração de indicadores, os quais serão utilizados na elaboração do Plano Estratégico do TJ/CE e do Relatório Anual "Justiça em Números", do CNJ. Importa destacar a parceria havida entre a Secretaria Judiciária, a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão nos trabalhos relacionados à correção e à atualização de dados e movimentações processuais, os quais, vale dizer, resultaram na "baixa definitiva", nesta instância, de cerca de 5.000 (cinco mil) feitos, no ano de 2011, e 37.204 (trinta e sete mil, duzentos e quatro) feitos no ano de 2012.

Modernização

Estruturação do Núcleo de Digitalização de Processos

Com a implantação do processo eletrônico no âmbito da 2ª Instância, sobreveio a necessidade de promover a digitalização dos processos e das petições que tramitavam na forma física. Para tanto, foi criado, no Serviço de Protocolo Geral, um espaço físico, além da formação de uma equipe de servidores, terceirizados e conveniados da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (Apada), para a realização de atividades de higienização, digitalização e indexação de peças processuais recebidas diariamente no Serviço de Protocolo, num total de 107.607, no biênio 2011-2013.

Peça	2011	2012
Petições cadastradas no SPROC	18.795	8.948
Petições cadastradas no SAJ-PRO	24.694	25.110
Processos (documentos) administrativos cadastrados no CPA	19.038	11.022
Total	**62.527**	**50.835**

Estruturação do Plantão Judiciário

A Sejud designou um grupo específico de servidores devidamente capacitados para desenvolvimento das atividades nos plantões realizados nos finais de semana e feriados, procedendo ao recebimento manual da peça inicial, numerando as folhas, fazendo uma análise superficial de prevenção e cumprindo expedientes de urgência. Foram recebidos durante o Plantão Judiciário 234 processos, no ano de 2011, e 189 processos, no ano de 2012 (até outubro).

Implantação do Peticionamento Eletrônico através do Portal e-SAJ

Através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o advogado/procurador pode promover o peticionamento diverso de ações originárias e recursos, através do sistema de tramitação de processo eletrônico, tornando, assim, mais célere a prestação jurisdicional e trazendo uma redução considerável no número de processos recebidos no Serviço de Protocolo, conforme se demonstra abaixo :

Tipo de Protocolo	Quantidade de peças
Físico - Balcão	8.948
Digital - Portal internet	25.110

Racionalização e Contenção de Gastos

Racionalização de procedimentos internos

Deliberou-se que as decisões que ensejam a elaboração de expedientes devem ser assinadas diretamente pela Secretária Judiciária, de ordem do Desembargador Relator, a exemplo do que ocorre no STJ, como forma de dar maior celeridade ao cumprimento desses. Neste contexto, foram expedidos, de ordem, a quantidade de expedientes discriminados na tabela abaixo.

Expedientes em Processos	2011	2012*	Total
Cartas de intimação cíveis expedidas	966	929	1.895
Mandados cíveis expedidos	1.908	2.849	4.757
Ofícios cíveis expedidos	6.035	7.047	13.082
Certidões cíveis expedidas	445	361	806
Mandados criminais expedidos	301	308	609
Ofícios criminais expedidos	4.549	3752	8.301
Certidões criminais expedidas	567	1621	2.188
Total	**14.771**	**16.867**	**31.638**

*Dados referentes até o mês de outubro de 2012

Celeridade no envio de processos para Tribunais Superiores

Foram alocados dois servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de Recursos Especial e Extraordinário.

Discriminação	2011	2012	Total
Recursos para STF (digitais e físicos)	110	26	136
Recursos para STJ (digitais e físicos)	329	703	1.032
Total	**439**	**729**	**1.168**

Contenção de Gastos

Visando a redução de custos e o cumprimento da Meta 10 de 2010 do CNJ, a qual estabelece que 90% (noventa por cento) das comunicações oficiais entre os órgãos de Poder Judiciário devem ser realizadas por meio eletrônico, foram observadas as seguintes medidas:

Implantação do Malote Digital disponibilizado pelo CNJ

A SEJUD, por orientação dos Tribunais Superiores, iniciou, no ano de 2011, o envio de documentos e expedientes para órgãos externos ao Tribunal de Justiça, bem como no âmbito interno, de forma eletrônica, diminuindo dessa forma custos operacionais, como por exemplo, postagem pela ECT.

Incremento no uso do serviço externo

Para entrega de autos e ofícios junto às demais unidades do Poder Judiciário e outros órgãos localizados nas circunscrições de Fortaleza, o Serviço de Malote do TJCE disponibilizou um servidor para trabalho externo, a partir do ano de 2011, tendo como resultados uma redução de cerca de 8% (oito por cento) no uso do Serviço dos Correios, para despacho de objetos oriundos das unidades jurídicas e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no interstício de 2011-2013.

Expedição de Mandados

Durante o exercício de 2011, foram encaminhados, 6.974 mandados, sendo que, destes, 6.925 mandados foram devolvidos cumpridos, findando o mês de dezembro/2011 com apenas 49 (quarenta e nove) mandados em cumprimento, enquanto que no exercício de 2012, foram encaminhados, até a data de 10/10/2012, 7.291 mandados sendo que destes,

7.233 mandados foram devolvidos cumpridos, restando no mês de outubro/2012 apenas 58 (cinquenta e oito) mandados em cumprimento.

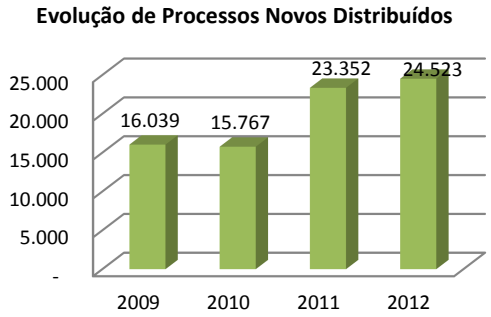
Ressalte-se que, para o cumprimento de despachos, visando a intimação pessoal da parte, e, também, a redução de custos, a Secretaria Judiciária tem expedido Mandado de Intimação ao invés de Carta de Intimação, dentro da Cidade de Fortaleza.

Custos com Telefonia

A Secretaria Judiciária tem diminuído os custos com telefonia, orientando os Diretores de Departamento que façam a análise mensal das ligações telefônicas efetuadas, estimulando, ainda, o uso de correio eletrônico para comunicações, em atenção à Meta 6 e 10 de 2010 estipuladas pelo CNJ.

Da Distribuição dos Feitos – Divisão de Distribuição

Cabe à Divisão de Distribuição promover o cadastro, a análise de prevenção e a distribuição dos feitos ingressos nesta eg. Corte de Justiça, pela via originária e recursal, além daqueles redistribuídos por diversas razões, como a criação de órgãos e aposentadorias e remoções de Desembargadores. Assim, somam-se 23.352 processos distribuídos, no ano de 2011 e 24.523 processos distribuídos, no ano de 2012.



*Informações de 2009 e 2010 coletadas da Revista Judiciário em Foco 2009-2011

Preparo de Processos para Julgamento

Compete à Sejud fazer o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, ou seja, a elaboração de pautas e certidões de julgamento.

Sessões de Julgamento	2011	2012	Total
Nas câmaras cíveis Reunidas	13	9	22
Nas câmaras Criminais Reunidas	14	8	22
Julgamentos	**2011**	**2012**	**Total**
Processos julgados nas câmaras Cíveis Reunidas	112	71	183
Processos julgados nas câmaras Criminais Reunidas	39	69	108
Processos julgados nas câmaras cíveis Isoladas	13.962	9.045	23.007
Processos julgados nas câmaras criminais Isoladas	4.915	4.324	9.239
Total	**18.989**	**13.509**	**32.537**

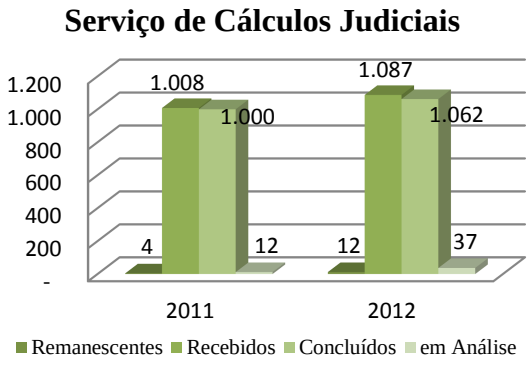
Decisões judiciais e atos processuais administrativos

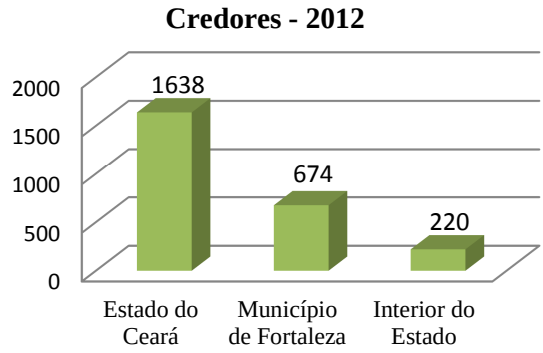
Os Departamentos Cível e Criminal são unidades administrativas da Secretaria Judiciária às quais compete o recebimento e preparo dos processos cíveis e criminais, elaboração de expedientes, remessa de processos ao relator, à distribuição, à origem, ao arquivo e aos Tribunais Superiores.

Publicação de Acórdãos

Em cumprimento à meta 4 do CNJ, que fixa o prazo de 10 (dez) dias para publicação de acórdãos, após a sessão de julgamento, foi realizado um trabalho de sensibilização junto aos gabinetes dos eminentes relatores e às unidades que cuidam da publicidade dos julgamentos, observando-se uma crescente adequação ao parâmetro fixado, chegando, no mês de dezembro/2011, a 99,59% de cumprimento da referida meta. Vale consignar, ainda, que o cômputo de publicações de acórdãos, durante o exercício de 2011, totaliza 19.193 acórdãos, e, no ano de 2012, foram publicados 16.815 acórdãos.

Publicação	2011	2012	Total
Despachos/ Decisões Cíveis	16.091	21776	37.867
Despachos/ Decisões Criminais	926	5.361	6.287





Elaboração de Cálculos Aritméticos e Judiciais

Serviço de Cálculos

No ano de 2011, este setor realizou atualizações de valores em processos administrativos e processos cíveis, além de precatórios requisitórios do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza e demais municípios deste Estado, perfazendo um total de 2.024 cálculos judiciais Já em 2012 foram realizados 1.062 cálculos.

Prestação de Informações a outros Órgãos

Cabe à Sejud fornecer à Presidência desta Corte subsídios para elaboração de informações inerentes aos processos judiciais e administrativos em trâmite nesta instância, solicitadas por outros órgãos públicos e privados, cujos Relatores se encontram afastados de suas funções jurisdicionais.

Discriminação		2011	2012	Total
Telegramas oriundos do STF e ao STJ encaminhados aos relatores		387	275	662
Telegramas – respostas ao STF, STJ e ao CNJ		129	50	179
Informações processuais prestadas à Presidência, Vice-Presidência, Desembargadores, Juízes e Corregedoria	Físico	155	64	219
	Digital	109	131	240
Ofícios diversos		398	437	835
Ofícios Circulares		107	35	142
Informações em processos administrativos - CPA		310	599	909

Elaboração de Estatísticas Judiciais

Mensalmente, este setor disponibiliza para a Presidência do TJCE demonstrativos das prestações jurisdicionais prestadas no âmbito desta eg. Corte. Além disso, tem procurado traçar ações para que possamos atingir o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e realizar uma prestação jurisdicional mais célere.

Projetos da Secretaria Judiciária

Durante o exercício de 2011 a Secretaria Judiciária encaminhou à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão deste Tribunal 3(três) propostas de projetos, as quais foram aprovadas, estando concluídos o projeto de Implantação do Sistema de Malote Digital e o projeto Grupo de Trabalho para Agilização da Certificação do Trânsito em Julgado, já o projeto Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais está em andamento.

No ano de 2012 foram encaminhadas três propostas de projetos para o ano de 2013, denominadas de Criação de Serviço de Certidão, Criação de Cargo de Assessor Técnico da Secretaria das Câmaras Reunidas e Criação de Dois Cargos de Chefe de Serviço nas Câmaras Cíveis.

Durante a Gestão 2011-2013, a Sejud trabalhou no sentido de perseguir o cumprimento das metas fixadas por esta Corte e pelo CNJ, sem olvidar da importância do atendimento dispensados aos jurisdicionados caso a caso, almejando, sempre, o nobre propósito de contribuir para a construção de uma Justiça célere e eficaz.

Cônscia da importância de que cada situação posta à apreciação do Poder Judiciário se traduz na perspectiva de paz e harmonia social, a Secretaria Judiciária vislumbra, sob prisma das intensas modificações do TJCE, a maior proximidade com os objetivos traçados no Planejamento Estratégico 2010-2014, especialmente quanto à visão de “Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania.”

Secretaria de Tecnologia da Informação

Em 2012, o Tribunal de Justiça do Ceará alcançou o 7º lugar em Tecnologia da Informação (TIC), em relação aos Tribunais estaduais do país.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2011, o TJCE obteve a pontuação equivalente a 65,82%, sendo classificado com o nível médio, ocupando a 20ª posição. Já em 2012, a Justiça cearense obteve pontuação 78,05%, alcançado o nível satisfatório. Os dados, de acordo com a pesquisa realizada pelo Conselho, deixam o TJCE muito próximo de atingir o "nível aprimorado", que equivale ao percentual de 80% a 94%.

A implantação do processo eletrônico trouxe celeridade processual, criando uma dependência mais forte entre a atividade fim do Judiciário e a área de tecnologia, visto que o andamento do processo eletrônico está ligado à disponibilidade dos sistemas. O apoio total da atual Gestão aos projetos e procedimentos da área de tecnologia permitiu que a Tecnologia da Informação (TI) do O CNJ coleta, anualmente, informações de todos os Tribunais por meio de questionários. A análise desses dados forma o ranking nacional. De acordo com o Conselho, a pontuação é baseada no porte do tribunal em relação às áreas de pesquisa (Tecnologia, Força de Trabalho Mínima de TIC, Automação, Governança e Capacitação).

Cada quesito representa até 20% da pontuação total, que pode chegar no máximo a 100%.

Quando trabalhamos em equipe, com dedicação, profissionalismo e comprometimento, invariavelmente, os bons resultados aparecem. (Dilthey Pontes Forte)

Pessoas

Para o TJCE, a força de trabalho mínima na área de TI recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista a resolução nº. 90, de 29 de setembro de 2009 e o número atual de usuários de recursos de TIC, é de 150 profissionais do quadro permanente. A SETIN iniciou o ano de 2011 com 40 servidores e 7 comissionados e encerra o ano de 2012 com um quadro total de 70 servidores efetivos, 5 servidores comissionados.

Ativos de Tecnologia da Informação

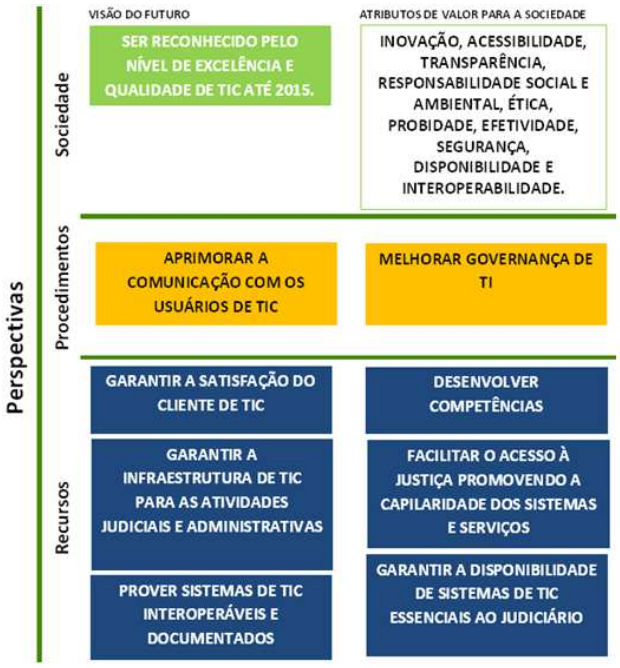
Ativo	Quantidade
Estações de trabalho	6.430
Notebooks	372
Impressoras	1.892
Scanners	550
Sistemas	77
Usuários com acesso a rede interna	6.552

Plano Estratégico da Tecnologia da Informação e Comunicação 2011-2015

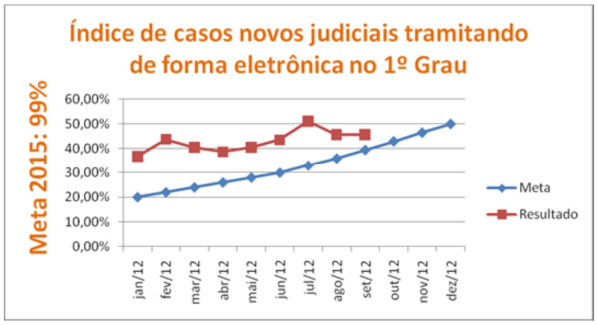
A Resolução nº 99 do CNJ, de 24 de novembro de 2009, institui o Planejamento Estratégico de TIC para os tribunais. Nesse sentido, a partir da conscientização e do entendimento acerca da importância da ferramenta de Planejamento Estratégico, como forma de viabilizar uma administração com qualidade, a Setin trabalhou, em 2011, na elaboração do seu Plano Estratégico de TI, tendo sido o mesmo publicado no Diário da Justiça Eletrônico, dia 11 de novembro de 2011, por meio da Res. nº 11.

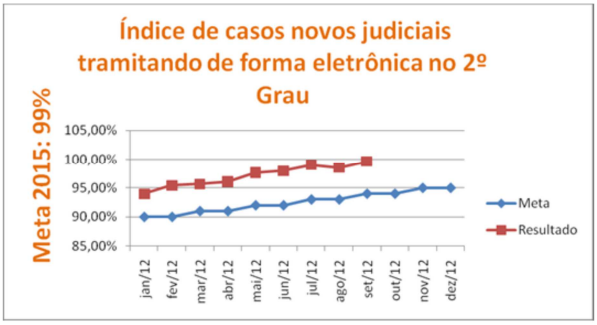
A missão da Setin, definida no Plano, é "Prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) efetivas auxiliando o Judiciário Cearense no cumprimento de sua função institucional".

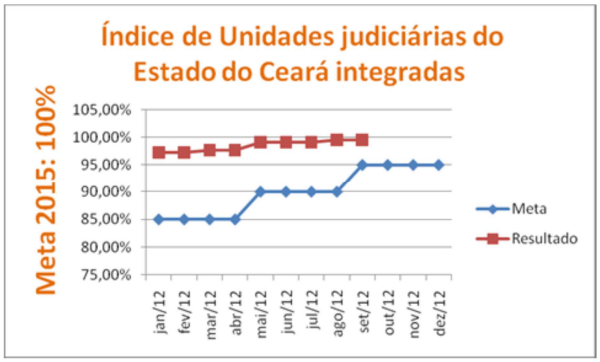
Em 2012 foram intensificadas ações para cumprir o Plano Estratégico. Ao todo, são 31 indicadores, com uma meta cada, associados a pelo menos um objetivo. A Setin vem cobrando e acompanhando a evolução dos indicadores através de reuniões de análise e da atuação efetiva do Escritório de Projetos. Os encontros são realizados mensalmente, sendo específicos para os servidores de cada área, quais sejam: Infraestrutura, Sistemas, Governança Corporativa e Gerência de Projetos.

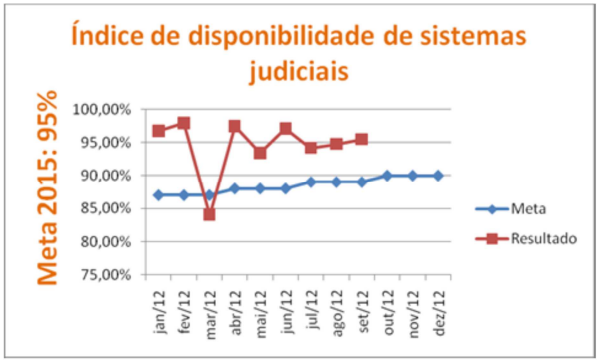


Alguns Indicadores:









Implementando ações de Governança de TI

Buscando sempre a evolução da área de Tecnologia da Informação do TJCE, estamos implementando práticas de Governança de TI, dentre as quais:

→ Melhoria e implantação de processos de Gestão da infra-estrutura de tecnologia da informação utilizando modelos internacionalmente reconhecidos como o Information Technology Infrastructure Library (ITIL).

→ Implantação do modelo de contratação de bens e serviços de tecnologia da informação baseado na Instrução Normativa n° 04/2010, publicada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

→ Governança de projetos através da implantação da metodologia de gerenciamento de projetos regulamentada pela Res. nº 13/2011 do TJCE, visando garantir o alinhamento entre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e os esforços gerenciais para a realização de projetos.

Reestruturação dos Grupos de Trabalho

Objetivando o aperfeiçoamento da implantação do processo eletrônico, bem como assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva e conferir continuidade ao Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foram reformulados os Grupos de Trabalho dentro da Setin, de acordo com as Portarias nº 1.767/11, que trata do perfil de Especialista, nº 1.768/11, que versa sobre a função de Técnico, nº 1.769/11, que abrange o perfil de Analista de Negócios, e por fim, a Portaria nº 1.770/11 que trata dos Gerentes de

Projetos, todas publicadas no Diário da Justiça Eletrônico.

Setin gerando Economia para o Judiciário cearense

No biênio 2011 - 2012, a Gestão de Contratos, atividade da Divisão de Apoio da SETIN, obteve sucesso na negociação e renegociação dos contratos de TI, possibilitando uma considerável economia para o Poder Judiciário no montante de R$ 806.069,04.

Projetos da Setin

O ano de 2011 foi iniciado com 36 projetos em andamento. Durante o biênio foram concluídos 32 e acrescidos 76 novos projetos, alinhados ao Planejamento Estratégico de TIC. A Setin chega ao quarto trimestre de 2012 com 44 projetos ativos no seu portfólio, que estão sendo conduzidos de acordo com a metodologia de Gerenciamento de Projetos do TJCE.

Os projetos concluídos no biênio trouxeram benefícios, tais como: profissionais devidamente habilitados e capacitados, maior Gestão da qualidade e desempenho dos serviços de TI, bem como infraestrutura adequada, automatizada e integrada aos procedimentos e sistemas.

Projetos concluídos no biênio

Código	Projeto
PJSETIN2009003	Central de Serviço
PJSETIN2009005	Rede Corporativa de Voz TJCE - Capital e Interior
PJSETIN2009009	Integração à Gigafor
PJSETIN2009011	Otimização do Correio Eletrônico Corporativo
PJSETIN2009012	Certificação Digital
PJSETIN2009014	Implantação do Autômatos
PJSETIN2009016	DataCenter - Tribunal e Fórum Capital
PJSETIN2009017	Impressoras e Multifuncionais - Serviços de Impressão
PJSETIN2009024	Atualização do Ponto Eletrônico
PJSETIN2010047	Rede WAN MPLS
PJSETIN2010059	Solução CAS - Oracle Rack
PJSETIN2010065	Implantação de Balanceadores de Carga
PJSETIN2011067	Storage SAN
PJSETIN2011068	VPN Corporativa
PJSETIN2011069	Novos Notebooks para Modernização do Judiciário
PJSETIN2011070	Atualização do Autômatos
PJSETIN2011072	Aquisição de Projetores Multimídia
PJSETIN2011073	Aquisição de Estação Gráfica
PJSETIN2011074	Aquisição de Impressoras Matriciais Não Fiscais
PJSETIN2011075	Solução de Armazenamento e Recuperação de Cópias de Segurança
PJSETIN2011086	Aquisição de Servidores de Rede de Médio e Avançado Desempenho com Software de Virtualização
PJSETIN2011087	Aquisição de Nobreaks para Estações de Trabalho do Interior
PJSETIN2011088	Aquisição de Leitores de Código de Barras
PJSETIN2011089	Extensão do 2º Monitor – Sistemas Judiciais - Capital

Código	Projeto
PJSETIN2011090	Implantação da Fábrica Interna de Software
PJSETIN2011095	Fábrica Externa de Software
PJSETIN2011097	Sistema de Precatórios
PJSETIN2011103	Ampliação dos Links de Comunicação (2 Mbps)
PJSETIN2011104	Ferramentas de Gerenciamento / Performance e Tuning de Banco de Dados
PJSETIN2012002	Virtualização da Justiça de 1º Grau na Comarca de Fortaleza
PJSETIN2012014	Ampliação de Servidores Para os Sistemas Virtuais (Redundância e Tolerância a Falha dos Sistemas Judiciais)
PJSETIN2012019	Contratação de Ferramentas Oracle

Dentre os projetos concluídos, vale destacar:

Central de Serviço

Cenário Anterior	Cenário Posterior
Alto nível de retrabalho	-Profissionais devidamente habilitados e capacitados -Infraestrutura de Hardware e Software para automatização dos processos implantados
Considerável nível de indisponibilidade de serviços	-Pontos de interface entre os processos de TI e as áreas judiciais e administrativas -Gestão da qualidade e desempenho dos serviços de TI
Ausência de catálogo de Serviços claros e objetivos	-Capacitação de Gestores e equipe em suas respectivas áreas de atuação -Central de Serviços implantada e divulgada dentro do contexto de TI e do Judiciário cearense

Integração à Gigafor

Cenário Anterior	Cenário Posterior
Utilização da Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) apenas no âmbito das instituições de ensino, acarretando em um desperdício de capacidade da rede implantada	-Integração de todas as regiões da Justiça de Fortaleza, por meio da construção de trechos de redes ópticas conectando 28 pontos (totalizando 42 km de cabos) -Novos equipamentos comutadores de acesso -Tecnologia VPN para acesso remoto implantada, aumentando a agilidade de atendimento e resolução de problemas -Firewalls e IPS (Intrusion Prevention Systems) implantados através do estabelecimento de solução de segurança de TIC -Suporte técnico instalado -Usuários e administradores do serviço devidamente treinados

DataCenter – Tribunal e Fórum Capital

Cenário Anterior	Cenário Posterior
Datacenter não conforme com a lei 11.497/07	-Datacenter em conformidade com a Lei 11.497/07 -Informações redundantes e confiáveis -Produtos utilizados integrados -Espaço físico dos Datacenters adequado
Datacenter com pontos de falhas na redundância e na confiabilidade das informações armazenadas	-Controles de acesso e portas corta fogo instaladas -Sistemas de detecção de fumaça e combate a incêndio instalados -Sistemas de Ar condicionado instalado -Rede Estruturada dos datacenters instalada
Produtos utilizados não integrados	-Geradores e nobreaks instalados -Sistemas de CFTV instalado

Novos Notebooks para Modernização do Judiciário

Cenário Anterior	Cenário Posterior
Reduzida infraestrutura de equipamentos móveis para acesso aos serviços eletrônicos disponíveis	-Infraestrutura melhorada, viabilizando utilização adequada para recepção do jurisdicionado para a prestação de seus serviços, almejando modernizar o Judiciário Cearense através da aquisição dos Notebooks
Necessidade de alinhamento ao Programa de Inovação e Modernização do Judiciário Cearense, buscando proporcionar aos magistrados, assessores e secretários acesso às informações virtualizadas, facilitando e melhorando a prestação jurisdicional Necessidade de disponibilizar para as Unidades Organizacionais do TJCE uma infraestrutura tecnológica compatível com as atividades desempenhadas no atendimento ao público interno e externo e nos controles administrativos, de modo que seus processos e sistemas possam ser operados com níveis de produtividade, qualidade de serviço e segurança adequados, com a determinada Mobilidade Tecnológica	-Notebooks adquiridos foram destinados a utilização nas Salas de Sessões de Julgamentos das Câmaras Isoladas – Cíveis e Criminais, Salas de Sessões de Julgamento das Câmaras Reunidas, Sala de Sessão do Tribunal Pleno, Salas de Audiências de Instrução, Conciliação e Mediação do Fórum Clóvis Beviláqua e Unidades Organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Ceará, de acordo com Programa de Inovação e Modernização do Judiciário Cearense – Projeto de Virtualização Judicial e Administrativa do Judiciário Cearense

Extensão do 2º Monitor – Sistemas Judiciais – Capital

Cenário Anterior	Cenário Posterior
Visando a utilização dos Sistemas de Gestão Integrada dos Processos Judiciais, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará adquiriu novos computadores para promover a manipulação de peças processuais em meio digital, visto que está sendo implantada a virtualização de processos. Para dotar os usuários desses sistemas de recursos necessários para sua operação, surgiu a necessidade da instalação de um segundo monitor	-Facilitando o trabalho e aumentando a eficiência dos servidores e magistrados, com o objetivo de atender, *a priori*, às comarcas de entrância final, à Corregedoria de Justiça e à sede do TJCE, de acordo com a demanda -Ganho de produtividade com tarefas orientadas -Aquisição por meio de licitação, através de pregão eletrônico de 1500 monitores e 1500 placas de vídeo para atender as necessidades de acordo com as demandas das unidades do Poder Judiciário

TJCE e outros órgãos

Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

Em 27 de setembro de 2012, o TRE e o TJCE firmaram convênio de cooperação técnica (CV nº 96/2012) para dar maior agilidade à transmissão de dados eleitorais. O termo permite que a Justiça Eleitoral do Estado utilize a infraestrutura tecnológica do Tribunal de Justiça para transmitir os dados das urnas das zonas eleitorais do Interior para a sede do TRE, em Fortaleza.

Integra

O Projeto envolve o TJCE, a Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), para atender ao Convênio nº 20/2011, que tem como objetivo viabilizar a integração dos sistemas de informações da SEJUS, SSPDS e TJCE, proporcionando a troca de informações da área criminal entre os partícipes e uma melhor execução das respectivas atividades.

Comissão Interinstitucional Permanente Para o Processo Eletrônico na Justiça do Estado do Ceará (Coint)

Com o objetivo de tornar a prestação jurisdicional mais célere e efetiva, através das inovações trazidas com a implantação do Processo Eletrônico da Justiça do Estado do Ceará, a Portaria nº 1.104/2011, publicada em 16 de agosto de 2011, instituiu a Coint. A Comissão é formada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual. Tendo em vista que a Procuradoria Geral do Município de Fortaleza e a Procuradoria Geral do Estado do Ceará são órgãos cuja relevância de funções ostenta interesse na implantação da virtualização, em setembro de 2012 estas Procuradorias também foram incluídas na Coint.

Setin fomentando doações

Conselho Nacional de Justiça – CNJ

Em fevereiro de 2011 o TJCE recebeu do CNJ uma solução de armazenamento de dados, composta dos itens descritos na tabela abaixo.

Com esta solução, o TJCE ganhou uma maior capacidade de armazenamento de dados digitais e uma maior velocidade no acesso aos seus processos virtuais.

Durante a inspeção realizada pelo CNJ, em novembro de 2011, foi identificada a "não localização" de 3.487 bens doados pelo referido órgão, no valor total de R$ 5.087.626,65. Em virtude desta não conformidade, o TJCE foi impedido de receber novas doações.

A Setin, em parceria com a Secad, percorreu todas as Comarcas (Fóruns e Juizados) com a finalidade de localizar estes bens. Com esta ação foram localizados 3.430 bens, restando R$ 35.202,06, o que acarretou a liberação por parte do CNJ de novas doações para o TJCE em 2012:

Solução	Equipamentos	Quantidade	Local de Instalação
Armazenamento de Dados	Equipamento de Conectividade de Alta Velocidade	2	TJCE
	Equipamento de Armazenamento de Dados de Alta Performance	1	TJCE

Equipamentos	Benefícios	Qtde	Local de instalação
Aceleradores de link de comunicação	Com os referidos equipamentos, o TJCE teve um ganho na velocidade dos links dessas comarcas	7	Comarcas de Juazeiro do Norte, Eusébio, Caucaia, Maracanaú e Sobral
Equipamento de gerência para os aceleradores de link de comunicação	Com os referidos equipamentos, o TJCE teve um ganho no gerenciamento dos aceleradores e dos links dessas comarcas	2	TJCE

Após aplicação do Questionário de Governança em 2012, consolidação dos resultados e confronto com os critérios de doação estabelecidos pela Comissão Nacional de Gestão de TIC do Poder Judiciário, o CNJ realizou doação de 500 *nobreaks*. Existe, ainda, a previsão de doação de 500 microcomputadores do CNJ ao TJCE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Foram doados pelo IBGE 511 PDA's. Os aparelhos serão utilizados pelos Oficiais de Justiça, para auxiliar no cumprimento de mandados, tendo em vista que os PDA's são providos de GPS.

Ilha de Peticionamento

Criada em 23 de dezembro de 2011, a Ilha de Peticionamento é mais um novo serviço oferecido pelo TJCE aos advogados, peticionantes de ações eletrônicas, auxiliando cada vez mais o acesso ao processo eletrônico a quem dele necessite.

Contando com equipamentos especialmente configurados para prover o acesso ao peticionamento eletrônico, a Ilha de Peticionamento conta com computadores e *scanners* de última geração que estão disponíveis 24h, de segunda a segunda ininterruptamente. No átrio da entrada principal do Fórum Clóvis Beviláqua encontram-se 04 microcomputadores e 03 scanners e na sede do TJCE, a Ilha de Peticionamento, localizada ao lado do Serviço de Protocolo, conta com 02 microcomputadores e 02 scanners. O serviço conta ainda com a presença de 03 monitores de segunda a sexta, nos horários de 08 às 18h, aptos a auxiliar os usuários.

Até o momento já foram contabilizados 4.316 atendimentos/peticionamentos desde sua criação, consolidando a preferência e a excelência deste serviço.

Acesso das comarcas vinculadas à rede

O TJCE possui 45 comarcas vinculadas. Em 2011, nenhuma destas comarcas estava interligada ao TJCE através da rede de dados desta Corte. Fruto de um trabalho árduo, durante o biênio, foi implementada uma rede moderna, confiável e com possibilidade de priorização das informações trafegadas pelos links de comunicação que resultaram na interligação de 44 Comarcas.

Digitalização dos processos judiciais

Em Fevereiro de 2011, o TJCE possuía contrato com o Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico (CGDT) para gerir a implantação do processo virtual e a digitalização dos processos judiciais ativos desta Corte.

Com o intuito de dar maior celeridade ao processo, reduzir custos e aumentar a efetividade, o TJCE não renovou o contrato com o CGDT em Agosto de 2011, tomando para si a responsabilidade, o direcionamento e encaminhamento necessário para as ações de implantação do sistema virtual.

Através de ações como aquisição de scanners de alta produtividade (15 scanners), treinamento,

capacitação e criação de núcleos fixos e móveis de digitalização, deu-se continuidade à implantação do processo virtual no Judiciário Cearense.

O TJCE passou a dispor de uma estrutura própria, em termos de pessoal e equipamentos, para digitalizar e indexar processos do acervo em tramitação, assim como as petições iniciais e intermediárias, chegadas ao protocolo, viabilizando, desta forma, a tramitação do processo eletrônico.

Foram criados os Núcleos de Digitalização Móveis, compostos de equipes que se deslocam até as varas (1º Grau) e gabinetes (2° Grau) para executar os serviços sem a necessidade de movimentar os processos fisicamente para outras instalações.

Premiações

Ceará Gestão Pública Ciclo 2012 (250 Pontos)

A Setin concorreu ao Prêmio Ceará Gestão Pública 2012, categoria 250 pontos, e conquistou a faixa prata.

O prêmio é promovido pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, por meio da Escola de Gestão Pública (EGP). Instituído por lei, em 24 de abril de 2009, com base no Prêmio Nacional de Gestão Pública, o referido prêmio mantém as características universais da Gestão de excelência.

Para concorrer ao prêmio a Setin cumpriu as etapas de participar de uma oficina de auto-avaliação composta por 29 servidores de sua Secretaria; elaborou e entregou o Relatório da Gestão de acordo com os preceitos do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública e foi submetida à visita da Banca Examinadora para verificação, in loco, das práticas de Gestão e resultados identificados por ela.

Prêmio Ceará de Cidadania Eletrônica 2012

A Setin foi contemplada com o Prêmio Ceará de Cidadania Eletrônica 2012, obtendo a terceira colocação na categoria Inovação, com o projeto de virtualização do Poder Judiciário estadual.

O prêmio é iniciativa da Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará, sendo voltado para a área de Tecnologia da Informação (TI). O objetivo é divulgar e reconhecer a qualidade dos projetos, bem como os benefícios da aplicação da Tecnologia da Informação na administração pública.

Implantação do acesso à rede sem fio

A Setin implantou, em agosto de 2012, o acesso sem fio à intranet e internet no Fórum Clóvis Beviláqua, no Tribunal de Justiça, na Corregedoria e nos prédios da Escola Superior da Magistratura do Ceará (ESMEC), das Comarcas de Caucaia, Maracanaú e Sobral. A rede disponibilizada facilitou o acesso ao Sistema Processual Eletrônico, permitindo que advogados e jurisdicionados realizem consultas aos processos por meio de dispositivos móveis.

Para otimização da utilização da rede sem fio, os magistrados da Capital receberam computadores portáteis, podendo continuar trabalhando nos autos eletrônicos mesmo durante viagens ou eventos externos. Os notebooks institucionais dão maior segurança e praticidade aos trabalhos, pois são equipados com sistemas de proteção antivírus e leitor de certificado digital interno. Os juízes das comarcas do Interior também serão contemplados.

Contribuindo para o alcance de Metas Prioritárias do CNJ

Meta 9 de 2010 – Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na Capital e, no mínimo, 20% das unidades do Interior

Em 2011, a Setin finalizou a migração dos links de dados da tecnologia Frame-Relay para MPLS. Esta melhoria possibilitou o aumento de 5 a 10 vezes a velocidade dos links de comunicação, passando de links de baixas velocidades (128 Kbps e 256 Kbps) para velocidades de 1 Mbps a 2 Mbps, permitindo ao TJCE implementar qualidade de serviço, além de tornar possível uma maior e melhor gerência nos links de dados, quanto a sua disponibilidade, diminuindo assim o tempo de parada.

Ademais, foi implementada a interligação do Tribunal de Justiça e do Fórum Clóvis Beviláqua à rede de dados Gigafor – Etice através da ativação e interligação com tecnologia de fibra ótica, em 26 pontos de acesso, aumentando a velocidade em 50.000%, passando de 2 Mbps para 1Gbps (1.000Mbps). Com isso, foi possível também a redundância de comunicação, isto é, alguns pontos de acesso da Comarca de Fortaleza possuem um link de dados secundário, caso ocorra algum incidente com a Rede Gigafor.

Meta 3 (2012): Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça

Através da consulta processual, disponível no sítio do TJCE, o cidadão tem acesso ao andamento atualizado de todos os processos em tramitação no Poder Judiciário, inclusive com a transcrição da parte dispositiva dos despachos, das decisões interlocutórias e dos acórdãos, além das movimentações ocorridas de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ (Resolução nº 46/2007).

Meta 5 (2012): Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) cumpriu a Meta 5 de 2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da qual a Secretaria de Tecnologia da Informação é co-gestora, que consiste na implantação de sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.

A medida proporcionará comodidade e economia de tempo aos operadores do Direito e às partes interessadas, já que poderão utilizar o serviço a partir de suas residências ou escritórios. Além disso, o acesso se dá por meio de ferramenta eletrônica prática, eficaz e de fácil uso.

Virtualização Processual

1º Grau

No início da Gestão o Fórum Clóvis Beviláqua encontrava-se com apenas quatro especialidades virtualizadas. De fevereiro de 2011 a outubro de 2012 foram distribuídos no Fórum Clóvis Beviláqua 184.661 processos, sendo 155.838 digitais e 28.823 físicos. Todas as varas da Comarca de Fortaleza já funcionam com processo eletrônico. Dessa forma, todas as novas ações tramitam eletronicamente.

No dia 15.10.2012, foram concluídas as etapas de implantação do peticionamento eletrônico obrigatório para a Comarca de Fortaleza, nos termos da Portaria nº 1.163/2012. Assim sendo, o peticionamento, tanto inicial quanto intermediário, passou a se dar exclusivamente de forma eletrônica através do Portal de Serviços do TJCE <http://esaj.tjce.jus.br>.

Gravação de Audiências

As audiências dos processos eletrônicos já estão sendo gravadas através do Sistema Processual Eletrônico. Para tanto, os magistrados e servidores estão sendo capacitados no módulo de gravação de audiências do referido sistema.

2º Grau

- Implantação do processo eletrônico em todos os órgãos julgadores do Tribunal de Justiça (Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Câmaras Cíveis Reunidas, Câmaras Criminais Reunidas e Tribunal Pleno);
- Implantação do SAJSG nas 7ª e 8ª Câmaras Cíveis e Órgão especial, com a migração e redistribuição de todo o acervo respectivo;
- Implantação do Núcleo de Digitalização Interno no Serviço de Protocolo do Tribunal de Justiça;
- Prestação de suporte remoto aos usuários;
- Implantação do Peticionamento Eletrônico através do Portal e-SAJ.

Ações relevantes e Resultados

- Implantação da funcionalidade "Perfil de Assessor" no Portal de Serviços;
- Implantação do PROJUDI no Juizado Móvel;
- Desenvolvimento de módulo para cadastro de mandados de prisão no Banco Nacional de Mandado de Prisão (BNMP-CNJ);
- Disponibilização de módulo Central de Mandados no sistema SPROC para Comarcas do Interior do Estado.

O Contrato firmado entre TJCE e Softplan (CT-26/2011), elaborado pela Setin está sendo utilizado como referência pelos diversos Tribunais Estaduais que possuem a mesma solução de virtualização implantada. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Des. Cláudio Barreto Dutra, solicitou cópia do referido contrato, afirmando que:

> "*em recentes pesquisas em diversos Tribunais de Justiça do Brasil, constatou-se que a minuta ora solicitada ostenta qualidade técnica elogiável, uma vez que exaure o objeto destacado, adentrando de forma exaustiva em especificações com nível de detalhamento técnico desejado, o que evita, ou pelo menos minimiza, o inadimplemento contratual total ou parcial por parte da empresa contratada*".

Administrativa

No biênio 2011-2013 foram implantados novos módulos integrantes do Projeto de Virtualização Administrativa do Poder Judiciário Estadual: Gestão de Patrimônio (SIP), Medição de Obras Civis (SMO), Custas e Orçamentação de Obras Civis (SCO) e Portal das Serventias Extrajudiciais (PEX).

Atualmente a SETIN está trabalhando na implantação de novos sistemas pertencentes ao Projeto de Virtualização Administrativa, a saber: Portal das Serventias Extrajudiciais (PEX), Sistema de Compras e Licitação (SCL), Gestão de Recursos Humanos (GRH) e Promoção, Designação e Benefícios (PDB).

Fábrica de *Software*: mais produtividade, mais qualidade

Durante essa Gestão, a Setin passou por uma mudança significativa na forma de trabalho, em que grande parte da sua mão de obra terceirizada foi substituída pela contratação de serviços de uma fábrica de software, conforme Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009, do CNJ, que determina que a força de trabalho terceirizada nas funções de TI seja gradualmente substituída até dezembro de 2014.

Essa contratação representou melhoria no controle das demandas dos usuários, que passaram a ser encaminhadas para a fábrica, que por sua vez produz respeitando os prazos de entrega e os níveis de qualidade dos artefatos estabelecidos em acordo de níveis de serviço do contrato. O modelo de fábrica de software adotado permite, ainda, um crescimento na produtividade da TI, podendo atender a uma quantidade maior de demandas dos usuários do TJCE.

Para organizar os processos internos de desenvolvimento de software foi contratada a implantação de um processo de software, que obedece a padrões nacionais e internacionais de qualidade, como Mps.Br e CMMI e visa padronizar e definir claramente os papéis e

artefatos que devem existir na criação de um sistema, bem como as etapas que devem ser seguidas.

Finalmente, para capacitar os diversos envolvidos na implantação de processos e nas inúmeras etapas do desenvolvimento de software que não são realizadas pela fábrica, como a análise de negócio, foram contratados também vários treinamentos, sendo que as três primeiras turmas de Levantamento e Gerência de Requisitos já aconteceram nos meses de setembro e outubro de 2012.

Contratos Setin

OBJETO			
CONTRATO	**EMPRESA**	**VIGÊNCIA**	**VALOR (R$)**
Aquisição de licenças de uso permanente de softwares de apoio para gerenciador de banco de dados relacional Oracle 11g ou superior, incluindo, administração, com garantia de atualização de versões e suporte técnico pelo período de 12 meses, visando a continuidade dos serviços vinculados a estes produtos.			
CT-22/2011	Ação informática	24/07/2012	449.932,48
Aquisição de 13 licenças para gerenciamento de banco Oracle, com licenciamento perpétuo, na versão Entrerprise Edition, na modalidade por processador, com suporte via internet e atualização do produto por 16 meses, e aquisição de 16 licenças para Oracle Real Application Cluster, com licenciamento perpétuo, na modalidade por processador, com suporte via internet e atualização do produto por 16 (dezesseis) meses.			
CT-36/2010	Ação Informática	27/09/2011	2.771.905,00
Aquisição de licenças para software de virtualização de servidores de rede, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT-42/2012	Ação Informática	19/08/2015	508.000,00
Prestação dos serviços de fornecimento de mão-de-obra, em um total de 51 pessoas, sendo 47 portadoras de deficiência auditiva, na função de digitadores, e 4 na função de intérpretes , para atuação no projeto de virtualização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT-17/2011 (AD2)	APADA (Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo)	16/05/2013	840.156,24
CT-17/2011	APADA	16/05/2012	751.605,96
Aquisição de 42 (quarenta e duas) estações de trabalho Workstation de alta performance para desempenhar serviços gráficos.			
CT - 31/2011	Auriga	09/09/2012	247.800,00
Registro de preços para aquisições de componentes consumíveis para os scanners, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceara.			
	BBR Soluções Comércio e Serviços LTDA.		
Aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para SAN incluindo garantia on-site.			
CT- 21/2011	CIMCORP Comércio Internacional e Informática S/A	24/05/2012	316.077,44
Contratação dos serviços especializados em Tecnologia da Informação, para atender as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) - Lote I			
CT - 32/2012	CMP BRAXIS OUTSOURCING S.A	31/07/2013	3.564.970,00
Aquisição de 360 (trezentos e sessenta) leitores ópticos de código de barras para agilizar, melhorar e modernizar atividades relacionadas ao manuseio de processos.			
CT - 32/2011	COMPEX	30/12/2011	47.880,00

OBJETO			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR (R$)
Aquisição de 360 (trezentos e sessenta) leitores ópticos de código de barras para agilizar, melhorar e modernizar atividades relacionadas ao manuseio de processos.			
CT - 32/2011	COMPEX	30/12/2011	47.880,00
Execução dos serviços de engenharia para instalação, manutenção e suporte de ambientes de data center do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Fórum Clóvis Beviláqua, ambos localizados nesta Capital.			
CT-04/2010	Consórcio Legal - Trana Construções Ltda. e JFJ Tecnologia em Instalações Elétricas Ltda.	29/10/2013	591.344,20
Prestação de serviços de gerenciamento de projetos de tecnologia, funcionando como um escritório de projetos temporário, disponibilizando recursos de pessoal, metodologia e ferramentas, e transferência de tecnologia para a equipe do tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE			
CT-53/2010	Consórcio LinkP4 (Lanlink Informática Ltda. e P4PRO Projetos de Tecnologia e Gestão Eempresarial Ltda.)	13/02/2013	362.859,60
Aquisição de 20 (vinte) projetores multimídia, novos e de primeiro uso, destinados a modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT - 36/2011	Convergência Informática Ltda.	30/10/2012	29.320,00
Contratação dos serviços especializados em Tecnologia da Informação, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) - Lote I.			
CT - 36/2012	CPM Braxis Outsourcing S.A.	30/07/2013	3.564.970,00
Fornecimento de 05 (cinco) servidores de rede, sendo 03 (três) servidores de alto desempenho (POWEREDGE 910) E 02 (dois) servidores de médio desempenho (POWEREDGE 710), bem como na prestação de serviços de assistência técnica da garantia, conforme disposições, especificações técnicas e quantitativos constantes neste contrato e seu anexo único, parte integrante do mesmo.			
CT-47/2011	Dell Computadores do Brasil Ltda.	23/03/2017	254.197,00
Aquisição de 500 (quinhentos) Monitores Multimídia de 18,5 polegadas Widescreen para atender às necessidades do Parque Tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Lote II).			
CT-21/2012	EPI - Empresa de Produtos de Informática LTDA.	07/05/2015	42.830,00
Aquisição de 500 (quinhentas) Placas de Vídeo PCI Experss x16 para atender às necessidades do Parque Tecnológico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Lote I).			
CT-22/2012	Exclusiva Elétrica e Informática LTDA.	27/05/2014	42.830,00
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados na análise de pontos de função (APF), conforme padrão do IFPUG, para o Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT - 44/2011	FATTO Consultoria e Sistemas Ltda.	02/12/2012	49.350,00
Prestação dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos IBM, de propriedade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT-51/2011	IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	03/01/2013	224.037,00

OBJETO			
CONTRATO	**EMPRESA**	**VIGÊNCIA**	**VALOR (R$)**
Registro de preços para contratação dos serviços especializados em Tecnologia da Informação, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Lote II)			
CT - 38/2012	IVIA Serviços de Informática LTDA	15/07/2013	364.350,00
Aquisição de 06 (seis) impressoras multifuncionais jato de tinta para o reaparelhamento do Juizado Especial Móvel.			
CT-18/2011	Laerton Marques de Figueiredo	04/09/2012	1.645,20
Ampliação de solução, armazenamento e recuperação de cópias de segurança e serviços de instalação, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará			
CT-43/2012	Lanlink Informática Ltda.	23/08/2015	627.255,14
Aquisição de solução de plataforma composta de sistema de armazenamento e recuperação de dados e aquisição de plataforma RISC/EPIC, instalação, treinamento e suporte.			
CT-96/2008	Lanlink Informática Ltda.	12/03/2012	1.455.000,00
Aquisição de solução de segurança de TIC visando interligar as unidades do PJ, incluindo equipamentos destinados ao TJ e FCB e 209 unidades judiciárias, gerenciamento, suporte, atualização, implantação e treinamento da solução			
CT-73/2010	Lanlink Informática Ltda.	13/03/2014	1.302.271,86
Aquisição de solução de armazenamento de longa duração com conteúdo fixo, com capacidade equivalente a soluções WORM, composta de equipamentos e softwares, instalação, configuração, homologação, testes e transferência de tecnologia e garantia de 36 meses para os produtos.			
CT-70/2010	Lanlink Informática Ltda.	16/11/2013	1.989.010,56
Aquisição de licenças, implantação, customização, treinamento, atualização e suporte técnico para software de gerenciamento e inventário de hardware e software			
CT-55/2009	Lanlink Informática Ltda.	29/09/2012	387.169,23
Aquisição de equipamentos RISC e componentes para ampliação de solução de alta disponibilidade para ambiente Oracle da marca IBM			
CT-43/2010	Lanlink Informática Ltda.	28/06/2013	1.220.752,98
Aquisição de equipamentos comutadores (switches) de acessos e de distribuição, com serviço de implantação e gerenciamento, suporte de rede e treinamento			
CT-32/2010	Lanlink Informática Ltda.	17/08/2013	758.666,35
Serviços de aquisição de equipamentos comutadores (switches) com serviços de implantação e o fornecimento de solução tecnológica para prestação dos serviços de manutenção e suporte dos equipamentos ativos que compõem a infraestrutura de rede do Poder Judiciário, incluindo treinamento, suporte, assistência técnica e os recursos de hardware e software necessários a prestação destes serviços.			
CT-103/2008	Lanlink Informática Ltda.	04/03/2012	186.377,40
Contratação dos serviços especializados em tecnologia da informação, englobando processos de atendimento aos usuários e Gestão de serviços TI, segundo as recomendações do ITIL (Information Technology Infrastructure Library), bem como, locação de produtos necessários à prestação dos serviços para a equipe do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.			
CT-79/2010	Lanlink Informática Ltda.	23/11/2012	282.561,59
CT-87/2009	Lanlink Informática Ltda.	29/12/2012	3.810.969,22
CT-61/2010	Lanlink Informática Ltda.	29/09/2012	1.994.477,04
Aquisição de plataforma tecnológica para chassis, switches lan e san e servidores do tipo blade, além de serviços de instalação.			
CT-10/2012	Lanlink Informática Ltda.	30/03/2015	895.879,64
Ampliação de comutadores de núcleo e de acesso, seus componentes, acessórios e garantia, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Lote I, II).			
CT-41/2012	Lanlink Informática Ltda.	19/08/2015	1.770.485,16

OBJETO			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR (R$)
Aquisição de 669 notebooks, incluindo a confecção e fixação da plaqueta com o número do tombamento, garantia e o fornecimento de todas as peças de reposição e suporte técnico necessário para atender as necessidade do contratante.			
CT- 16/2011	Lenovo Tecnologia Brasil Ltda.	17/06/2015	2.073.900,00
Aquisição de 1.000 (mil) microcomputadores de médio desempenho para equipar o parque tecnológico do Tribunal de Justiça do Ceará			
CT-24/2012	Lenovo Tecnologia Brasil Ltda.	16/08/2015	1.808.000,00
Prestação de serviços de informática para desenvolvimento e manutenção de rotinas de migração de dados dos sistemas CRIME, CRIMINAL, PROF, SINJ, SINJ-1, SINJ-2 e JPC			
CT-57/2010	MPS Informática Ltda.	26/08/2012	69.000,00
Prestação de serviços de locação de multifuncionais lasers monocromáticas e impressoras lasers monocromáticas, incluídos a entrega, a instalação, o suporte técnico e operacional, a manutenção e o fornecimento de suprimentos, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT-93/2009	MR Computer - Informática, Comércio e Importação Ltda.	23/12/2012	5.206.541,79
Aquisição de solução de segurança de e-mail e antispam com suporte e treinamento técnico.			
CT-69/2008	OER Informática Ltda.	04/09/2012	55.330,00
A cooperação técnica entre os participes, visando a integração e compartilhamento dos serviços da Rede Governamental, contratados pela ETICE, correspondente à comunicação de cooperação técnica entre os participes, visando a integração e compartilhamento dos serviços da Rede Governamental, contratados pela ETICE, correspondente à comunicação de Dados, internet e imagens. Dados, internet e imagens.			
CV-32/2010	Empresa de Tecnologia do Ceará – ETICE (OI TNL PCS S/A)	05/04/2013	5.824.805,80
Prestação dos serviços de suporte e atualizações de licenças de software de banco de dados Oracle para os servidores de banco de dados do Tribunal de Justiça.			
CT-37/2010	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	14/05/2013	63.278,40
Prestação de serviços de suporte técnico e atualização/renovação da versão de licenças de software de banco de dados Oracle designados aos servidores de banco de dados deste Poder Judiciário			
CT-38/2011	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	17/10/2013	417.105,12
Serviços de suporte técnico e atualização/renovação da versão de licenças de software de ferramentas de banco de dados Oracle diagnostics pack e tuning pack, designadas aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.			
CT-31/2012	Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	27/07/2013	86.061,24
Aquisição de 2.000 (dois mil) no-breaks para as Comarcas do Interior do Estado do Ceará, conforme especificações no Anexo Único do Contrato			
CT-33/2011	SMS Tecnologia Eletrônica LTDA	16/11/2014	940.000,00
Prestação dos serviços de suporte técnico local, suporte técnico remoto, garantia de evolução tecnológica continuada, protocolação eletrônica, monitoria de ambiente e serviços sob demanda para atender à solução de virtualização judicial e administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.			
CT-26/2011 (AD2 e AD3)	SoftPlan Planejamento e Sistema LTDA (AD2 e AD3).	08/08/2013	14.854.675,18
CT-26/2011	Softplan Planejamento e Sistema Ltda.	08/08/2012	13.254.538,00
Contratação dos serviços especializados em Tecnologia da Informação, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) (Lote III).			
CT-37/2012	Synapsis Brasil Ltda.	29/06/2013	166.666,67

OBJETO			
CONTRATO	EMPRESA	VIGÊNCIA	VALOR (R$)
Manutenção de caráter preventivo e corretivo, dos equipamentos de comutação instalados nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua, abrangendo o equipamento da central, os aparelhos telefônicos dos ramais e os equipamentos que servem como fonte de alimentação de energia.			
CT-94/2005	Telelink	04/11/2006	3.432,90
Aquisição da infraestrutura de rede Wireless, incluido treinamento e serviços de implantação, assistência e suporte técnico.			
CT-08/2012	TELTEC Networks Ltda.	04/09/2012	1.053.355,00
Aquisição de 02 (dois) Tranceiver Mini GBIC Mult-Modo/Mono-Modo 1000 Base LX para o Fórum Clóvis Beviláqua			
CT-18/2012	Teltec Networks Ltda.	19/06/2015	2.860,00

Auditoria Administrativa de Controle Interno

A Auditoria Administrativa de Controle Interno, unidade de controle vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), tem como objetivo precípuo contribuir, de forma efetiva e diferenciada, para a consecução dos objetivos institucionais.

Busca, ainda, respeitada sua área de atuação e competência, contribuir para a melhoria dos serviços, para a racionalidade dos gastos públicos e combate ao desperdício, à medida que oferece resposta aos gestores quanto à adequação dos controles por eles adotados.

Sua missão é: contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controles internos. Por sua vez, a sua visão de futuro é: ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário.

Pessoas

Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento

- → elaboração dos Planos Anuais de Auditoria;
- → elaboração dos Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria;
- → análise e certificação das Prestações de Contas do Fermoju e do TJCE;
- → acompanhamento da Execução Orçamentária;
- → análise e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal;
- → monitoramento das recomendações formuladas em relatórios de auditoria;
- → análise e pareceres sobre projetos básicos e termos de referência;
- → emissão de pareceres sobre atos administrativos;
- → participação nas reuniões do Comitê de Gestão e Programação Financeira;
- → participação na Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- → análise de cálculos pertinentes a verbas trabalhistas indenizatórias;
- → monitoramento do Portal da Transparência;
- → apoio aos Órgãos de Controle Externo.

Atividades de Auditorias Planejadas

Auditorias de Processos Operacionais e de Regularidade

No biênio em foco foram realizadas 22 auditorias operacionais ou de regularidade, compreendendo objetos e recursos vinculados às Secretarias de Finanças, de Gestão de Pessoas, de Administração e Consultoria Jurídica e ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju).

Auditorias de Contratos

Realizados trabalhos de auditoria em 36 contratos e em eventuais termos aditivos, contemplando serviços de engenharia; locação de mão-de–obra; locação de veículos; serviços de manutenção; aquisição de bens e serviços de informática; fornecimento de energia elétrica, entre outros.

Auditorias Especiais

Foram realizadas 19 atividades especiais de auditoria, contemplando trabalhos de auditorias

extraordinárias; compartilhadas com o Conselho Nacional de Justiça; permanentes e concomitantes, no âmbito das Secretarias de Administração, de Gestão de Pessoas, de Tecnologia da Informação, Judiciária e Consultoria Jurídica.

No contexto, e com o objetivo de atender determinações das Resoluções 114/2010 do CNJ, que dispõe sobre obras de engenharia, e a 3550/2010, do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, sobre a realização de auditoria em Tecnologia da Informação, este Controle Interno recrutou para seu quadro de pessoal dois servidores com adequado conhecimento técnico para desenvolverem trabalhos nestas áreas, com atividades já iniciadas em caráter experimental.

Atividades Complementares

Palestras sobre Controle na Administração Pública

Por iniciativa da AUDIN e apoio de órgãos do TJCE, foi promovido em 2011 o I Ciclo de Palestras sobre Controle na Administração Pública, contemplando cinco eventos sobre questões de controle no setor público. Renomados expoentes das áreas de controle da União e do Estado do Ceará foram os expositores, que, com desprendimento e compromisso com o Serviço Público, compartilharam com os presentes seus conhecimentos e experiências.

As palestras foram exitosas em termos de público e contaram com as presenças de representantes dos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, do Tribunal Regional do Trabalho, da Procuradoria Geral de Justiça e da diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

Ressalte-se que na palestra da Secretária de Controle Interno do CNJ este Controle Interno foi referenciado como sendo “um dos mais atuantes e eficientes dos Tribunais do País". Na oportunidade a palestrante destacou que na atual Gestão o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará se tornou um dos grandes parceiros daquele Conselho.

É oportuno lembrar que em 2007, por ocasião da reestruturação da área de controle interno do Tribunal de Justiça a visão de futuro desta Auditoria Administrativa de Controle Interno foi definida como “ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário”.

Ainda para disseminar a cultura do controle e da transparência, promoveu-se, em parceria com a Ouvidoria Geral do Poder Judiciário do Estado do Ceará, palestra abordando o teor da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobre acesso a informações, conduzida pelo Controlador e Ouvidor Geral do Estado do Ceará.

Intercâmbio de Conhecimentos

Como consequência do bom relacionamento que deve existir entre os órgãos de controle na disseminação de conhecimentos, em 2011 dois servidores deste Controle Interno foram treinados pelo CNJ para a realização de auditoria compartilhada e simultânea em Folha de Pagamento dos Tribunais de Justiça.

Ainda neste contexto, em 2012 quatro servidores receberam treinamento do CNJ, dois em atividades relacionadas com contratos de Tecnologia da Informação (TI) e dois em questões de auditoria relativas a Obras de Engenharia.

No tocante ao treinamento em auditoria de contratos de TI, este Controle Interno promoveu, em setembro de 2012, seminário para capacitar servidores da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, ocasião em que foram a eles repassados conhecimentos adquiridos nos treinamentos do CNJ, constituindo-se o fato como reconhecimento de boas práticas na Gestão pública.

Por demanda desta Unidade de Controle e interveniência da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará, em 2011 o Tribunal de Justiça celebrou com o Governo do Estado do Ceará um Acordo de Cooperação Técnica para a

promoção e integração institucional por meio do intercâmbio de informações, desenvolvimento de tecnologias de controle e de competências profissionais.

Apoio ao Controle Externo

A convite da Secretaria de Controle Interno do CNJ, a Auditora–Chefe de Controle Interno do TJCE proferiu, em setembro de 2011, palestra sobre o tema "O Controle Interno na Justiça Estadual", como parte dos painéis do "I Encontro das Unidades de Controle Interno do Poder Judiciário Estadual", sedimentando intercâmbio de informações e colaboração com o controle interno daquele Conselho e dos demais Tribunais de Justiça presentes.

Destaque-se que este Controle Interno foi convidado pelo CNJ para participar de inspeção no judiciário do 1º e 2º graus do Estado de São Paulo, oportunidade em que foram cedidas duas servidoras para compor a equipe de inspeção, cuja contribuição foi reconhecida pela Corregedora Nacional de Justiça por meio da Portaria Nº 118, de 05/09/2012, publicada na edição Nº 168/2012 do DJE, de 13/09/2012, do Conselho Nacional de Justiça.

Ressalte-se que, como atribuição normativa, cabe, ainda, a esta unidade de Controle Interno prestar apoio e assessoramento aos órgãos de controle externo em suas visitas de inspeção aos órgãos do judiciário cearense, bem como monitorar o atendimento de suas demandas junto às unidades administrativas do TJCE .

Seminário Interno de Auditoria

Para nivelar a equipe sobre os procedimentos de auditoria, integração, postura de abordagem e melhoria na comunicação escrita, implantou-se sistemática com realização em dezembro de 2011 do I Seminário Interno de Auditoria, quando foram discutidas ações e procedimentos a serem implementados ou aprimorados e assuntos de interesse, entre os quais:

- → pesquisa "Percepção dos Auditados" sobre os trabalhos da Auditoria Interna;
- → apresentação de fatores que contribuem para uma redação eficiente;
- → repasse de conhecimentos adquiridos em treinamento realizado pelo CNJ;
- → redefinição e padronização dos papéis de trabalho;
- → nova sistemática de acompanhamento das recomendações de auditoria.

Quanto à pesquisa de "Percepção dos Auditados", entende-se como recompensados os esforços deste Controle Interno na busca da melhoria de qualidade dos trabalhos, pois 86% do universo pesquisado avalizaram e reconheceram como efetivas as atividades de auditoria, com evidência para a proficiência técnica e a confiança, ambas com aprovação de 96%.

Esses resultados denotam que disseminar entre os gestores e servidores a necessidade de controles eficazes é um imperativo a perseguir, e revela que os trabalhos de auditoria têm gerado frutos que sedimentarão no TJCE, em bases sólidas, a cultura do controle.

Atividades Estruturantes

Indispensáveis se tornam ações que orientem os servidores deste Controle Interno e dos demais órgãos do Poder Judiciário para a consecução dos objetivos institucionais. Neste sentido, elaborou-se o Regulamento Geral deste Controle Interno, entregue à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão (Seplag) para a formalização devida. Igualmente, formatou-se, para disponibilização no presente exercício, o Portal de Comunicação da Auditoria na *Intranet*, de sorte que, com isto, as atividades estejam revestidas da transparência necessária e propicie maior interação com as demais Unidades deste Poder.

De outro modo, encontra-se em elaboração o Manual de Procedimentos de Auditoria Interna, visando à padronização e à otimização dos procedimentos de auditoria, contendo também os papéis de trabalho mais importantes para as atividades de auditoria, com finalização, aprovação e publicação previstas ainda para o corrente exercício.

Capacitação e Autodesenvolvimento

Para o exercício eficaz de suas atividades, o cumprimento de sua missão institucional e o apoio aos órgãos de controles externos, capacitar é uma imperiosa necessidade. Assim, afora os eventos já referidos que se constituem por si oportunidades de capacitação, buscou-se propiciar oportunidades de treinamento, envolvendo conhecimentos nas áreas de auditoria, controles, Gestão de contratos, planejamento, contabilidade pública, gerenciamento de projetos, entre outras, totalizando no biênio 488 horas/aula em cursos internos e externos.

Há de se destacar, como esforço de autodesenvolvimento da equipe deste Controle Interno, os cursos de especialização em Auditoria e em Controladoria, patrocinados pelo Tribunal de Justiça, contemplando 03 servidores e o de Auditoria Governamental capacitando 06 servidores.

Ressalte-se que um dos servidores desta equipe concluiu em 2012 o mestrado na área de Engenharia de Transportes e outra servidora logrou aprovação no mestrado em Economia para o Setor Público, em realização pela Universidade Federal do Ceará/CAEN.

Considerações Gerais

Controles Internos

As ações desenvolvidas refletem a evolução do processo de consolidação do sistema de controles internos administrativos do Poder Judiciário e sinalizam grandes desafios diante das inúmeras iniciativas que se mostram necessárias para a criação e manutenção das condições básicas para um eficaz Sistema de Controle Interno.

Monitoramento

É relevante argumentar sobre a importância de que se reveste o acompanhamento pelos gestores

das recomendações feitas por este Controle Interno visando a uma maior efetividade na sua implementação, porquanto os resultados das ações certamente refletem melhorias significativas nos processos operacionais, administrativos e de Gestão.

Gerenciamento de Riscos

Um Sistema de Controle é composto de cinco elementos relacionados entre si e presentes em:

→ apresentação de fatores que contribuem para ambiente de controle;
→ ambiente de controle;
→ atividades de controle;
→ avaliação e gerenciamento de riscos;
→ informação e comunicação;
→ monitoramento.

Entre estes, são de essenciais importâncias a disseminação da cultura do controle e do gerenciamento sistemático de riscos operacionais, como prevenção da possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas.

Na oportunidade das reuniões de encerramento dos trabalhos de auditoria, as falhas e as atecnias porventura observadas são discutidas com os gestores e com os responsáveis pelos processos auditados, com o objetivo precípuo de se identificar ações que impeçam a repetição dos fatos, minimizando riscos e aprimorando controles.

Assessoria de Cerimonial

A Assessoria de Cerimonial apresenta como principal objetivo planejar, coordenar e executar as atividades de cerimonial no âmbito do Judiciário cearense, prestando, ainda, assessoramento qualificado ao Presidente do TJCE nos assuntos de cerimonial.

Destaque-se os seguintes eventos:

2011

- Transmissão do Cargo da Corregedoria

- Posse Novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua
- Posse de seis novos Desembargadores:
  - Francisco José Martins Câmara
  - Valdsen da Silva Alves Pereira
  - Francisco Darival Beserra Primo
  - Francisco Bezerra Cavalcante
  - Inácio de Alencar Cortez Neto
  - Washington Luis Bezerra de Araújo
- Posse Dr. Carlos Alberto Mendes Forte

- Sessão de Instalação da 7ª Câmara Cível;
- Audiência Pública de apresentação do resultado da 2ª fase concurso público dos notarial
- Posse do Procurador de Justiça Teodoro Silva Santos como Desembargador
- Solenidade de Posse Juiz Substituto da Comarca de Jucás, de Entrância Inicial Dr. Herick Bezerra Tavares
- 20 anos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança: As diretrizes indicativas do melhor interesse da Criança no STJ
- Palestra "A Interação entre o Sistema Judicial e a Mediação" com Juan Carlos Vezzulla
- Posse Des. Carlos Rodrigues Feitosa como Desembargador
- Sessão de Instalação da 8ª Câmara Cível

- Solenidade de Instalação e Posse do Órgão Especial TJCE;
- Visita do Embaixador da Áustria no Brasil, Hans-Peter Glanzer e do Cônsul da

Alemanha no Brasil Thomas-Wulfing

→ Posse da Magistrada Maria Iraneide Moura Silva como Desembargadora;

→ Inauguração do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte

→ II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e Juventude do Estado do Ceará

→ Reunião da Comissão de Segurança Permanente do TJCE com a cúpula da Segurança do Estado sobre o Tema "Segurança dos Magistrados da Capital e Interior

→ Ciclo de Palestras da Auditoria do TJCE "Controle da Administração Pública" com Min. Ubiratan Aguiar

→ Inauguração do Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Juazeiro do Norte

→ II Encontro da Magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública da Infância e Juventude do Estado do Ceará

→ Reunião da Comissão de Segurança Permanente do TJCE com a cúpula da Segurança do Estado sobre o Tema

"Segurança dos Magistrados da Capital e Interior"

→ Ciclo de Palestras da Auditoria do TJCE "Controle da Administração Pública" com Min. Ubiratan Aguiar

→ Ciclo de Palestra da Auditoria "O Papel do Controle Externo" - Conselheira Soraya Victor

→ Lançamento "Código de Divisão e Organização Judiciária"

→ Workshop: ENASP Mecanismos de Gestão e Planejamento de Metas

→ Ciclo de Palestra da Auditoria "Transparência e Controle Social" com Ministro Valmir Campelo

→ Visita de Estudantes do Curso de Direito da FA7

→ I Seminário de Estudos sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos

→ Ciclo de Palestra: "A Importância do Controle Interno no Âmbito do Judiciário" com Conselheira Gláucia Elaine de Paula –

Secretária de Controle Interno do CNJ

- Reunião da Dra. Agamenildes Dias Arruda Vieira Dantas (Juíza do CNJ) com Gestores Municipais do Ceará referente a Pagamento de Precatórios
- Palestra Dr. Mantovanni Colares na Escola Estadual Paulo Petrola – Programa Justiça e Cidadania
- Ciclo de Palestra "Controle Interno no Âmbito do Poder Executivo" com Controlador Geral do Estado João Alves de Melo e o Ouvidor do TJCE Des. Francisco Auricélio Pontes
- Solenidade de Instalação da 23ª JECC
- Ciclo de Palestra para Notários e Registradores
- Visita (50) Estudantes Faculdade FANOR (1º Semestre Curso Direito)
- Inauguração do Novo Serviço de Precatórios e entrega de Alvarás de Pagamentos

- Abertura do V Seminário sobre Conciliação
- Abertura da Semana de Conciliação
- Encerramento da Semana de Conciliação
- Encerramento da 1ª Etapa da Reestruturação do Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a presença da Excelentíssima Senhora Ministra Eliana Calmon – Corregedora Nacional de Justiça.
- Inauguração 25ª JECC- Faculdade Farias Brito

2012

- Visita 30 Alunos do Estágio Supervisionado I Curso Direito Faculdade Sete de Setembro Encerramento da 1ª Etapa da Reestruturação do Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará com a presença da Excelentíssima Senhora Ministra Eliana Calmon – Corregedora Nacional de Justiça.
- Solenidade de Inauguração da 1ª, 2ª e 3ª Vara de Execução Penal
- Palestra do Juiz de Direito Dr. Francisco Antonio Medina de Lucena no Colégio EEFM Maria Gonçalves
- Reunião da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania com Conselheiro Ney José de Freitas – CNJ
- Visita do Coordenador da Faculdade Cumberland de Direito da Universidade Samford (EUA), Prof. Michael Floyd e da Desa. do TJSP Cristina Zucchi
- Visita do Estudante Robson Gomes às dependências do Poder Judiciário
- Ciclo de Palestras sobre Gestão Organizacional Um novo olhar para o Judiciário
- Seminário "O Direito a Convivência Familiar"
- Solenidade de Posse Magistrados Luiz Evaldo Gonçalves Leite e Francisco Gomes de Moura como Desembargadores
- Homenagem do Sindjustiça ao Des. José Arísio Lopes da Costa
- Semana do Meio Ambiente TJCE
- Audiência Pública sobre Regime Semiaberto: Visões e Perspectivas
- Posse da Meritíssima Juíza Substituta de Entrância Inicial da Comarca de Itarema, Dra. Katherine Martins da Costa
- Reinauguração da Biblioteca do TJCE
- Solenidade de Posse Juíza de Direito Maria Vilauba Fausto Lopes como Desembargadora do TJCE
- Sessão Pública de Divulgação do resultado provisório da prova escrita da 2ª fase Concurso de Juiz do Estado
- Ciclo de Palestra Sobre Gestão Organizacional TEMA: Gestão da Inovação: Uma visão sistêmica e a importância para a tomada de Decisões com Teresa Mota
- Palestra "A Lei de acesso à informação e o Portal da Transparência com o Controlador e Ouvidor Geral do Estado João Alves de Melo

- Solenidade de Instalação da 24ª JECC na Fanor
- Audiência Pública: A Responsabilidade do Estado na Segurança dos Operadores do Direito
- Solenidade de Inauguração da 23ª JECC/Unifor
- Visita de 100 alunos do Curso de Direito da Unifor/TJCE
- Lançamento dos Projetos VEPAH Fórum Clóvis Beviláqua
- Palestra da Juíza de Direito Dra. Maria Regina de Oliveira Câmara no Colégio Liceu do Conjunto Ceará Colégio Liceu
- Ciclo de Palestra sobre Gestão Organizacional Um Novo Olhar para o Judiciário com o Tema "Gestão do Conhecimento" Auditório da Corregedoria
- 1º Descarte de Petições já Digitalizadas e Inauguração das Novas Instalações do Arquivo Deslizante
- 1º Descarte de Petições já Digitalizadas e Inauguração das Novas Instalações do Arquivo Deslizante
- Palestra do Juiz de Direito Dr. Francisco Bizerril Azevedo de Queiroz no EEFM – Estado de Alagoas
- Sessão Pública de Resultado Provisório da Prova de Sentença concurso Juiz
- Palestra da Juíza de Direito Dra. Jacinta Inamar Franco Mota na EMEIF Professora Aldaci Barbosa
- Sessão Pública de Distribuição de Recursos (sorteio) contra o Provisório das Provas de Sentença – Concurso Juiz
- Ciclo de Palestra sobre Gestão Organizacional Um Novo Olhar para o Judiciário com o Tema "Gestão de Pessoas"
- Solenidade de Abertura da Semana de Conciliação
- Lançamento da Obra "Série – Direito Vivo"
- Solenidade de Encerramento da Semana de Conciliação
- Lançamento da Revista de Pareceres Administrativo
- Seminário: Judicialização do Direito à saúde suplementar
- Sessão Pública Concurso Juízes
- Visita Alunos da Escola EEFM São Francisco de Assis – Canindezinho
- Visita Alunos da Escola Prof. Jociê Caminha de Menezes
- Campanha de Valorização da Magistratura
- Visita de Alunos da EEFM – Antonio Dias Macedo
- Encerramento da Semana de Enfrentamento à Violência contra a Mulher
- Apresentação Video Campanha de Valorização da Magistratura e Entrega Medalha ao Des. Ademar
- Posse 3 Juizes
- Lançamento da Galeria de Ex-Presidentes da ACM
- Sessão Pública Concurso Juízes
- Palestra do Juiz de Direito na EMEIF Monsenhor Linhares
- Palestra do Juiz de Direito Dr. Na EEFM – Dom Antonio Almeida Lustosa

Atividades diversas

No biênio, foram providenciadas 236 passagens aéreas de forma a viabilizar a participação de desembargadores, magistrados e servidores em reuniões, cursos e eventos de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Ademais, esta Assessoria disponibiliza arranjos florais, serviço de *coffee break* e equipamentos de som e imagem para viabilização dos eventos, tendo sido, no aludido ano, providenciados conforme segue:

Serviço	Nº de eventos
Arranjos florais	115
Serviço de *Coffee Break*	114
Som e Imagem	29

Destaque-se, ademais, o apoio no cumprimento da META 4 de 2011 do CNJ (Programa Justiça e Cidadania) com a realização de 11 Palestras de Magistrados em Instituições de Ensino Público (municipal e estadual) e 26 Visitas de escolas da rede municipal e estadual de ensino ao TJCE.

Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário do Ceará investiu em novas mídias no decorrer de 2012 com o objetivo de criar mais espaços de divulgação da Justiça estadual. Há crescente interesse da sociedade por notícias relacionadas ao Direito e, nesse sentido, a Assessoria de Comunicação tem desempenhado o seu papel de disseminar informações jurídicas de interesse público.

O trabalho desenvolvido pelo setor segue diretrizes da Presidência do Tribunal de Justiça e da Resolução nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A equipe de profissionais apresenta, em linguagem clara e objetiva, decisões de 1º e de 2º Grau. Também divulga eventos e atividades desenvolvidas pelas unidades judiciárias e administrativas.

Figura: Portal do TJCE (www.tjce.jus.br)

Os textos são publicados diariamente no site www.tjce.jus.br, que representa importante meio de comunicação com o público externo. Em dois anos, houve significativo crescimento na produção de matérias jornalísticas referentes ao Judiciário estadual. Em 2010, foram 1.568. No ano seguinte, foram publicados 2.398 textos no site/intranet, representando aumento de 20,26%, quando comparado à 2011, em que foram feitas 1.994 matérias.

Em 2012, foram produzidos 2.050 textos, representando crescimento de 23,86%, quando comparado ao mesmo período de 2011, quando foram feitas 1.655 matérias. O alcance desse percentual superou a meta de 6% estabelecida para a produção do setor e permitiu que a equipe fosse contemplada com 100% da Gratificação por Alcance de Metas (GAM) - Unidades.

Redes Sociais

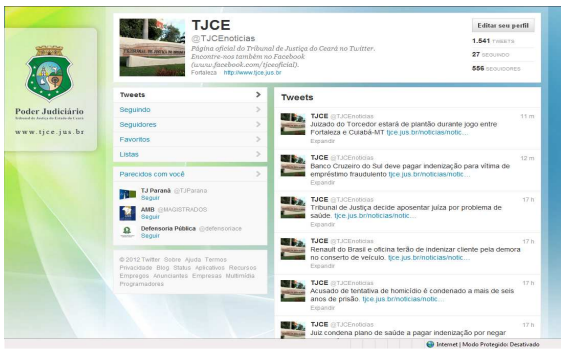


Figura: Perfil no Twitter (https://twitter.com/TJCEnoticias)

Em fevereiro de 2012, a Assessoria de Comunicação criou perfil no *Twitter* e, em setembro, publicou *fan page* no *Facebook*. A inserção nas mídias sociais permite ao Tribunal

acompanhar as novas formas de comunicação, ampliando o contato com a sociedade.

Figura: Facebook oficial do TJCE (http://www.facebook.com/tjceoficial)

Programa de TV

Ainda em 2012, no dia 29 de dezembro, foi dado início ao programa de televisão "Judiciário em Evidência" com reportagens e entrevistas sobre a Justiça cearense. Em novembro, foi assinado contrato com produtora de TV, que ficará responsável pela parte técnica. Os profissionais da Assessoria têm a responsabilidade de produzir pautas, escrever textos, fazer reportagens, editar e apresentar o programa. O audiovisual vem para reforçar a comunicação com diferentes segmentos da sociedade.

Boletins

O contato com a imprensa é feito diariamente, por meio de dois boletins de notícias, enviados eletronicamente a 106 veículos de comunicação. As demandas da imprensa são atendidas pela equipe da Assessoria no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua.

Outras solicitações são requisitadas por meio do link “Fale com a Assessoria de Comunicação”, no site www.tjce.jus.br.

Grande parte da demanda é direcionada à Ouvidoria do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua. De janeiro de 2011 a dezembro de 2012, foram 1.230 solicitações por e-mail.

O envio de notícias diárias aos principais jornais, rádios, TVs, sites e blogs tem possibilitado maior divulgação das ações e decisões da Justiça. Em 2010, houve 2.726 publicações em três jornais e 25 sites e blogs. Somadas às de rádio e de TV, esse número totalizou 4.294. Em 2011, foi possível constatar que o Judiciário passou a ocupar mais espaço, com 3.148 matérias de rádio e TV. As publicações em jornais, sites e blogs somaram 3.509. Ao todo, foram 6.657 matérias.

A partir de 2012, foi possível constatar bom aproveitamento na mídia do material produzido pela Assessoria de Comunicação. Antes, a avaliação incluía matérias que tivessem referência ao Judiciário. Atualmente, a análise é feita especificamente em relação ao material aproveitado dos boletins de notícias gerados pelo setor.

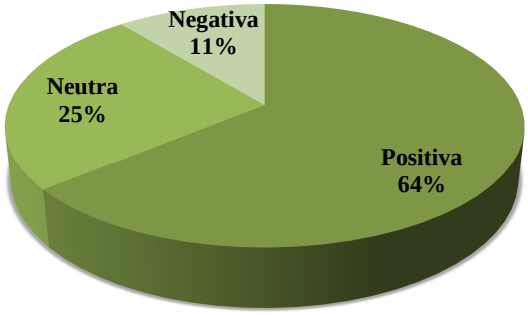
Durante 2012, foram produzidas 2.398 matérias. O aproveitamento desse material tem ocorrido de forma significativa pelos veículos de comunicação, que utilizaram, no mesmo período, 1.991 matérias enviadas por meio do boletim de notícias e publicadas na página eletrônica do Tribunal. O site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br) também tem utilizado, frequentemente, as notícias produzidas pela Assessoria de Comunicação do TJCE. De janeiro a dezembro de 2012, foram veiculadas 185 matérias jornalísticas.

Boletim de Notícias

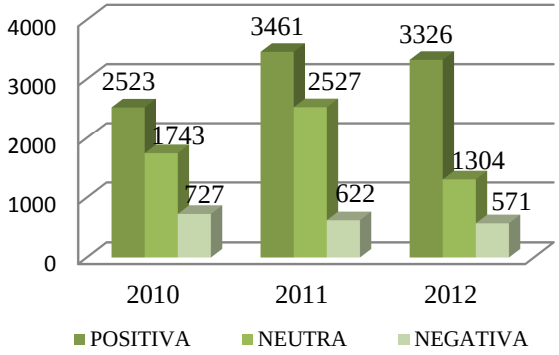
Avaliação

A Assessoria também monitora e avalia as notícias referentes ao Judiciário publicadas em jornais e nos principais *sites*. Até 2011, eram quantificadas as matérias relacionadas à Justiça de uma maneira geral. A partir de 2012, a avaliação passou a ser feita somente do material referente à Justiça estadual. Houve um aumento de 12% de notícias positivas, comparando-se às veiculadas em 2011 (52%) e em 2012 (64%). Apesar disso, houve crescimento de 2% de matérias negativas. Em 2011 (9%) e em 2012 (11%). Empresa contratada por meio de licitação faz o monitoramento e avaliação das notícias veiculadas em rádio e TV.

Avaliação Qualitativa - 2012



Evolução da Avaliação Qualitativa



Diariamente, a Assessoria de Comunicação confecciona *clipping* com notícias referentes ao Poder Judiciário estadual e também inclui informações relevantes da Justiça em âmbito nacional. O material impresso é encaminhado aos desembargadores e secretários. Também é enviado, por *e-mail*, para juízes, assessores e diretores.

Figura: clipping eletrônico

Intranet

A comunicação com o público interno é feita, prioritariamente, por meio da intranet com a publicação de notícias, avisos, clipping e banners. Em 24 de maio de 2011, a intranet ganhou novo layout, com espaço para publicação de notícias, facilitando a interação com o público interno. São publicadas diariamente, em média, dez notícias de âmbito administrativo e judicial.

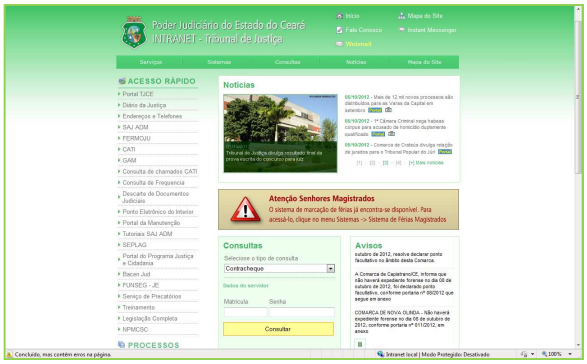


Figura: Intranet do TJCE

Coberturas dos Órgãos Julgadores

Para divulgar as decisões no *site*/*intranet* e nos boletins de notícias, os jornalistas da Assessoria acompanham as sessões das Câmaras, Órgão Especial, Tribunal Pleno e Turmas Recursais. A equipe trabalha de forma integrada na cobertura de eventos e decisões no âmbito do TJCE,

Corregedoria Geral da Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua, Turmas Recursais, Juizados Especiais, Juizado do Torcedor, Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e comarcas do Interior. Também escreve matérias sobre decisões monocráticas de 1º e de 2º Grau. Nos textos prevalecem os temas de interesse público.

A equipe é responsável pela divulgação dos eventos realizados no âmbito da Justiça estadual, fazendo a cobertura de solenidades de posse de desembargadores e juízes, mutirões de conciliação, cursos, seminários, palestras, visitas de estudantes às unidades do Judiciário e demais atividades. Em 2011, o setor prestou assistência à imprensa, fez cobertura fotográfica e jornalística durante as solenidades de posse dos novos dirigentes do Tribunal (28/01); dos desembargadores Francisco José Martins Câmara, Váldsen da Silva Alves Pereira, Francisco Darival Beserra Primo, Francisco Bezerra Cavalcante, Inácio de Alencar Cortez Neto e Washington Luís Bezerra de Araújo (18/02); desembargador Carlos Alberto Mendes Forte (10/03); desembargador Teodoro Silva Santos (29/04); desembargador Carlos Rodrigues Feitosa (26/05); dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral (14/06); dos 19 integrantes do Órgão Especial (20/06) e da desembargadora Maria Iraneide Moura Silva (08/07).

Em 2012, a Assessoria de Comunicação fez a cobertura da posse do desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes como membro efetivo do Órgão Especial (26/01); dos novos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) (16/01); dos desembargadores Luiz Evaldo Gonçalves Leite e Francisco Gomes de Moura (11/05); da juíza Katherine Martins da Costa (28/06) e da desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes (06/07).

Esteve presente na cobertura dos mutirões de conciliação no Fórum Clóvis Beviláqua, Semana Nacional de Conciliação, Mutirões do Júri, Justiça no Cárcere (IPPOO I), Bienal Internacional do Livro, entre outros eventos.

Jornal e Revista

Além dos meios eletrônicos (*site*, *twitter*, *facebook*, *e-mails*), a Assessoria de Comunicação edita duas publicações: o jornal "Judiciário Notícias", com as principais informações da Justiça cearense no período de dois meses, e a Revista "Judiciário em Foco", que apresenta, a cada ano, balanço das principais atividades e decisões administrativas.

Figuras: Jornal Judiciário Notícias e Revista Judiciário em Foco

Criação Publicitária

O setor atende à crescente demanda para criação de banners, cartazes e logomarcas. Produz campanhas institucionais para mutirões, datas comemorativas, informativos, palestras e eventos.

Em 2011, foram criadas 16 campanhas, relacionadas ao Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, dos Pais, das Crianças e do Servidor. Foi ainda responsável pela elaboração das campanhas do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), mutirões (financeiro, perícias de interdição e investigação de paternidade, pensão alimentícia e DPVAT) e do processo eletrônico. Também produziu a logomarca do Núcleo de Métodos Consensuais

de Solução de Conflitos, do Programa Justiça e Cidadania e do Ciclo de Palestras sobre Controle na Administração Pública.

Em 2012, além da arte para cartazes referentes a datas especiais a Assessoria desenvolveu projeto gráfico para informativos sobre peticionamento eletrônico, rede sem fio gratuita, reformas do Fórum Clóvis Beviláqua e projetou novo balcão de informações e sinalização temporária para o Fórum.

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS PRODUZIDAS			
Mutirões:	**Palestras e Eventos:**	**Datas Comemorativas**	**Informativos:**
Conciliação Prévia Execução de Alimentos Interdição Saúde Júri DPVAT Financeiro Paternidade Varas Cíveis Varas de Família	Campanha Conciliação Seminário Mediação Justiça no Cárcere Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT Ciclo de Palestras - Seplag Ciclo de Palestras – Auditoria Palestra Telefone	Páscoa (2011-2012) Dia da Mulher (2011-2012) Dia das Crianças (2011-2012) Dia das mães (2011-2012) Dia dos Pais (2011-2012) Dia do Servidor Público (2011) Natal (2011)	Peticionamento Eletrônico Wi-Fi Gratuito Reformas Fórum Fachadas- Processo Eletrônico Varas Virtualizadas - Banner Reformulação balcão de informações do Fórum Sinalização temporária Fórum Doação de Brinquedos (2011)
Total Produzido: 37			

Assessoria Institucional

A Assessoria Institucional, unidade organizacional criada através da Lei 14.813, de 14/12/2010 (D.O. 17/12/2010), vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tem como atribuições:

- A Editora do TJCE, responsável pela pesquisa, elaboração e editoração de livros e revistas jurídicos ou literários, de interesse do Poder Judiciário cearense;
- A confecção de material gráfico de divulgação e de suporte às ações das diversas unidades organizacionais que compõem o Poder Judiciário do Ceará;
- A edição e impressão do Diário da Justiça estadual;
- A elaboração e a implementação da política de Gestão documental;
- A Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe, cujo acervo é constituído por obras de relevante valor histórico e cultural (obras raras) e por livros, revistas e periódicos destinados à consulta e empréstimos aos operadores do Direito;
- A conversão de processos físicos para o meio eletrônico, bem como a guarda ou o descarte da documentação já digitalizada, de acordo com a legislação vigente;
- A guarda e o gerenciamento do acervo de processos arquivados no âmbito do 2º grau de jurisdição;
- A implantação e a operacionalização do Centro Cultural da Justiça – Memorial Clóvis Beviláqua.

Editora do TJCE

Criada na Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, nº 04/2010 – TJ, de 28 de janeiro de 2010, a Editora do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará foi instalada oficialmente no dia 21 de setembro de 2011. Na ocasião, foi realizado o lançamento da sua primeira obra, o Código de Divisão e Organização Judiciária.

Com a criação da Editora do TJCE, o Poder Judiciário Cearense passou a contar com um importante instrumento de divulgação, cujo objetivo primordial é promover a edição gráfica e impressão de obras jurídicas e literárias de áreas afins e revistas, com o fim de divulgar os conhecimentos gerados pela comunidade jurídica do nosso estado.

Ressalte-se que a Editora está cadastrada na Fundação Biblioteca Nacional, o que significa dizer que as obras por ela publicadas, poderão ser reconhecidas nacional e internacionalmente.

As obras produzidas pela Editora são:

- Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará e Legislação Correlata: dispõe sobre a divisão e a organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como sobre o regime jurídico da magistratura e a organização dos serviços auxiliares da Justiça, observados os princípios constitucionais que os regem. Tiragem: 2.000 exemplares.
- Série Direito Vivo – Vol. 1 – Liminares: consiste numa coletânea de liminares cíveis e criminais dos juízes do primeiro e segundo

graus de jurisdição, revelando, em forma e conteúdo, a visão do Judiciário Cearense para com os casos concretos submetidos ao seu julgamento. Tiragem: 1.000 exemplares.

- Revista de Pareceres Administrativos: iniciativa inédita no âmbito do Judiciário estadual, contém pareceres elaborados pela Consultoria Jurídica da Presidência do TJCE, com periodicidade anual, relacionados às matérias administrativas mais recorrentes no âmbito da administração judiciária. O volume 1 contempla pareceres emitidos em 2011. Tiragem: 800 exemplares.
- Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Ceará: publicação oficial trimestral que apresenta, na íntegra, cópias das ementas, acórdãos e relatórios de desembargadores deste Egrégio Tribunal sobre Apelação Cível, Agravo de Instrumento, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Rescisória, Agravo Regimental, Mandado de Segurança, Apelação Penal e *Habeas Corpus*. Versada publicação passou a ter o selo da Editora TJCE a partir do volume 40. Tiragem: 500 exemplares.
- Revista Themis da ESMEC: periódico científico semestral da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), que contém artigos científicos originais, resenhas e comentários à jurisprudência de autores de instituições nacionais ou estrangeiras de ensino ou pesquisa. Essa publicação passará a ter o selo da Editora TJCE a partir do volume 9, número 1. Periodicidade: semestral. Tiragem: 500 exemplares.

As obras produzidas pela Editora são disponibilizadas também em meio eletrônico e são distribuídas para as demais cortes de justiça do país, para as comarcas do Poder Judiciário cearense e para as bibliotecas de faculdades e universidades. Os livros editados podem ser adquiridos mediante solicitação diretamente na Editora ou pelo *e-mail*: editoratjce@tjce.jus.br.

Conselho Editorial

O Conselho Editorial, a quem compete a definição da Política Editorial e a aprovação das obras que serão publicadas pela Editora do TJCE, é composto por cinco membros, sendo três Desembargadores e dois Juízes de Direito, indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça para cumprir mandato de 2 anos, permitida a recondução por igual período.

Atualmente, o Conselho Editorial tem a seguinte composição:

- Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes - Presidente;
- Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda;
- Des. Carlos Alberto Mendes Forte;
- Dr. Francisco Luciano Lima Rodrigues;
- Dr. Yuri Cavalcante Magalhães.

O Assessor Institucional, a quem compete as funções de Editor, também participa do Conselho Editorial, secretariando suas reuniões e fazendo cumprir suas deliberações.

X Bienal Internacional do Livro do Ceará

A Editora do TJCE participou da X Bienal Internacional do Livro do Ceará, realizada pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, no período de 08 a 18 de Novembro de 2012, no Centro de Eventos.

Durante o evento foi realizada uma mesa redonda com a participação dos integrantes do Conselho Editorial, momento em que se deu o lançamento da Série Direito Vivo: Vol. 1 – Liminares. Já a Revista dos Pareceres Administrativos foi lançada no Espaço Natércia Campos.

No Stand também foram divulgadas outras ações do TJCE, destacando-se:

- Virtualização do Judiciário;
- Mediação e Conciliação;
- Justiça e Cidadania;

→ Combate à Violência Doméstica e Familiar.

Durante os dez dias da Bienal, o stand da instituição recebeu diversos visitantes, entre eles: alunos de escolas públicas e particulares, profissionais do direito e estudantes universitários.

Centro Cultural

O Projeto de Implantação do Centro Cultural da Justiça/Memorial Clóvis Beviláqua visa à criação de um espaço expositivo - interativo, aberto ao público, com atividades socioculturais, destinado a preservar, valorizar e difundir a memória institucional e histórica da Justiça no Ceará.

Tendo sido aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), o projeto foi encaminhado para o Banco do Brasil, Petrobrás, Oi Futuro e Banco do Nordeste, visando a obtenção de patrocínios.

Para a execução das obras de revitalização e preparação do Edifício Cândido Couto, onde será instalado o Centro Cultural, foram aprovados no orçamento desta Corte o valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

As obras ainda não foram iniciadas, pois no Edifício estão funcionando a 10ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal/Juizado Móvel e o Setor de Perícia do Detran/CE, ficando a execução do projeto adiado para 2013.

Retorno do acervo processual arquivístico

Em julho de 2011, foram iniciadas as atividades relativas ao planejamento e operacionalização do retorno de todo o acervo do arquivo do TJCE e do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) que se encontrava sob guarda externa, processo que se estendeu até abril de 2012.

A fim de adequar as instalações para o armazenamento desse acervo processual, foram realizadas melhorias na infraestrutura do arquivo do Tribunal de Justiça do Ceará e do Fórum Clóvis Beviláqua, destacando-se a aquisição de arquivos deslizantes, proporcionando otimização de espaço, além de maior proteção e segurança.

A capacidade de armazenagem instalada no TJCE é de 68.845 caixas tipo box, enquanto no FCB a capacidade é de 50.148.

Além dos investimentos em infraestrutura, foram constituídos diversos grupos de trabalho extraordinário e contratados 40 colaboradores terceirizados,

Transferência do Acervo para TJCE e FCB

Origem	Tipo de Caixa	Total
TJCE	Box com processos arquivados	26.208
	20kg com processos arquivados	1.108
FCB	Box com processos arquivados	65.014
	Box com processos digitalizados	20.319
	20kg com processos digitalizados	186
Total	Box	111.541
	20kg	1.294
Total de Caixas Recebidas		**112.835**

Ao todo foram recebidas 112.835 caixas, conforme demonstrado na tabela a seguir. As caixas com processos digitalizados continham um total de 232.594 processos, tendo sido todos conferidos e lançados no Sistema SISDOC.

Convênios, Contratos e outras parcerias

Com o intuito de potencializar suas ações, o Tribunal de Justiça firmou, por intermédio da Assessoria Institucional, as seguintes parcerias:

- Termo de Cooperação Mútua entre o TJCE e a Secult para a permuta de obras publicadas por estas instituições;
- Participação no Comitê de Acompanhamento das Ações Relativas à Preparação da Copa (CAPCOPA) 2014 – sede Fortaleza;
- Participação junto ao Comitê Executivo do Estado do Ceará para a Saúde, visando assegurar maior eficiência na solução de conflitos jurídicos na área;
- Participação na Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

Ademais, os seguintes contratos/convênios foram firmados:

Contratos

Número	Objeto	Empresa	Vigência	Valor Anual
66/2009	Contratação de 21 pessoas (18 surdos e 03 intérpretes) para higienização de processos	APADA	nov/13	R$ 425.502,24
24/2009	Locação de equipamentos gráficos, para atender às necessidades da gráfica.	COPY VIP	mai/13	R$ 439.956,00
17/2012	Assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos gráficos	R P S	mai/13	R$ 30.000,00
66/2008	Suporte Técnico do SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas)	WJ INFORMÁTICA	set/13	R$ 7.980,00

Convênios

Número	Objeto	Instituição	Vigência	Valor Anual
05/2012	Termos e condições para que o TJCE publique, em seu Diário da Justiça, os atos administrativos da OAB	OAB	fev/13	Valor Variável
06/2012	Termos e condições para que o TJCE publique, em seu Diário da Justiça, os atos judiciais e administrativos da PGJ	PGJ	dez/13	R$ 61.105,44

Departamento Editorial e Gráfico

- Divulgação das ações desenvolvidas, como campanhas de conscientização, valorização do servidor e datas comemorativas, produzindo cartazes, folders, cartilhas, calendários, agenda, entre outros;
- Treinamento de servidores, para o qual são confeccionadas todas as apostilas, crachás, certificados e materiais informativos;
- Suporte às necessidades administrativas, como: convites, etiquetas, formulários, relatórios, clipping, carteiras funcionais, calendários, cartões de visita, cartões de felicitações;
- Publicação das obras da Editora do TJCE – livros e revistas.

O número de impressões realizadas pelo DEG no biênio foi superior a 2 milhões.

O Departamento também é responsável pela edição e impressão do Diário da Justiça, instrumento oficial de comunicação dos atos judiciais e administrativos, que circula diariamente em meio eletrônico, até as 13:00h.

Para desenvolver suas atividades, o Departamento conta com uma equipe de profissionais nas áreas de criação, editoração, impressão e acabamento, além de moderno maquinário.

Na busca pela modernização, crescimento e sustentabilidade, o Departamento tem adotado boas práticas de Gestão, entre as quais citamos:

- A racionalização na utilização de insumos, especialmente papel;
- O redimensionamento das franquias: as quantidades de cópias coloridas e P&B contratadas foram recalculadas, visando o não pagamento de valores superiores aos valores contratuais;
- A implantação de instrumentos de controle de atividades como, por exemplo, as Ordens de Serviços.

Outro aspecto importante foi a complementação da estrutura gráfica, destinada, principalmente, a atender às novas exigências decorrentes da criação da Editora, tendo sido adquiridos os seguintes equipamentos:

- Máquina laminadora e plastificadora: para aplicar um filme plástico à capa dos livros, proporcionando assim melhor qualidade aos mesmos;
- 8 Estações gráficas: computadores com maior capacidade de armazenamento, maior velocidade e poder de processamento, apropriados para o trabalho com artes gráficas;
- Ferramenta Passo 2x1: de perfuração especial da máquina PERFURAMAX PUS que tem por finalidade receber o Wire-o (Tipo de espiral, com formato de garra, utilizado principalmente na confecção das agendas), acompanhado de Fechadora Manual Wire-o.

Receitas e Despesas

A receita do Departamento no período de janeiro de 2011 a Dezembro de 2012 foi no

valor de R$ 1.214.952,40 (hum milhão, duzentos e quatorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos) proveniente dos serviços executados pelo Departamento, tais como: publicação de editais da Justiça Estadual e da Justiça Federal, convênios celebrados com a Justiça Federal e Procuradoria Geral da Justiça e serviços de impressão.

No mesmo período, as despesas referentes aos contratos de locação de máquinas e de manutenção atingiram o valor total de R$ 1.010.692,01 (hum milhão, dez mil, seiscentos e noventa e dois reais e um centavos).

Quadro Resumo de Receitas e Despesas do Biênio

	2011	2012	Total
Receitas	691.542,68	523.409,72	1.214.952,40
Despesas Contratuais	543.504,95	467.187,06	1.010.692,01
Saldo	148.037,73	56.222,66	204.260,39

Departamento de Gestão de Documentos

O Departamento de Gestão de Documentos tem como finalidade implantar e operacionalizar a política de Gestão documental do Judiciário cearense, em consonância com o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Portaria n° 616, de 10 de Setembro de 2009 e com a Recomendação nº 37 do CNJ, que institui o Programa Nacional de Gestão Documental.

No período, foram desenvolvidas as seguintes ações:

→ Estudo, desenvolvimento, planejamento e coordenação das atividades relacionadas à organização técnica e administrativa de Gestão documental;

→ Coordenação do grupo de trabalho de Gestão documental, referente ao recebimento e organização do acervo arquivístico do TJCE;

→ Elaboração de cartilha com orientações sobre Gestão documental;

→ Desenvolvimento de iniciativas de preservação da memória do Poder Judiciário;

→ Modernização tecnológica para preservação da memória cultural;

→ Catalogação de normas arquivísticas.

A unidade iniciou, em 2011, o projeto para implantação da Política de Gestão Documental no âmbito do Poder Judiciário cearense

(Proged), definindo as condições necessárias à padronização e melhoria dos processos de trabalho e a preservação e divulgação das informações, resultando no aprimoramento da prestação de serviços jurisdicionais e a utilização dos acervos judiciais como fonte de pesquisa histórica.

Descarte de documentos digitalizados

Com a implantação do sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais e de outros documentos, instituído pela Resolução nº 11 do TJCE, de 28 de maio de 2010, surgiu a necessidade de normatizar o descarte de documentos digitalizados. Em julho de 2011 foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico o Provimento nº 18, disciplinando o procedimento de eliminação de petições e documentos físicos (papel) protocolados no Poder Judiciário estadual após serem digitalizados.

Ainda de acordo com o procedimento, o resultado do descarte deve contemplar programas socioambientais, incentivando ações conjuntas por meio de reciclagem.

Desta forma, em 17 de julho de 2012, foi aberto o processo licitatório que resultou no credenciamento da Associação dos Catadores do Jangurussu (Ascajan) e da Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virgínia, interessadas em receber o material inservível para a reciclagem.

O primeiro descarte de petições digitalizadas foi realizado no dia 3 de outubro de 2012, em solenidade que marcou, também, a inauguração das novas instalações do Arquivo do TJCE.

Divisão de Biblioteca

A Divisão de Biblioteca tem como missão fornecer, através de consultas e pesquisas, o apoio em informações jurídicas aos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, disponibilizando o acervo, também, para operadores do direito, estudantes e o público em geral.

Desativada há cerca de 3 anos, a Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe foi reinaugurada, em 5 de julho de 2012, passando a funcionar no andar térreo do Tribunal de Justiça.

Durante a solenidade, recebeu as obras "Apontamentos sobre o Processo Cível Brasileiro", de Pimenta Bueno, de 1857; três volumes de "*Traité Élementáre Droit Civil*", obra francesa de Marcel Planiol, e "Aplicações do Direito – Pareceres e Promoções", de João Monteiro, de 1909, livros raros que foram restaurados após terem sido deteriorados por causa das chuvas. Desde a reinauguração, a Biblioteca já recebeu doação de 490 obras.

No período em que a Biblioteca esteve fechada, a Divisão executou serviços de catalogação, pesquisas e circulação do acervo, este, em percentual equivalente a 98%, permaneceu acondicionado em caixas.

A Biblioteca, que está totalmente informatizada, possui um acervo de 8.564 livros e 186 títulos de periódicos, disponíveis para pesquisas e empréstimos e oferece um ambiente apropriado para as atividades de estudo, consulta e leituras diversas, disponibilizando para o usuário, a

preservação da memória e atualização constante de seu acervo.

Basicamente jurídico, o acervo possui obras de literatura, história, geografia e biografias, disponíveis para empréstimo domiciliar, além do Diário Oficial do Estado, jornais locais e revistas de informação e entretenimento.

Título	Autor	Editora
Código Civil Comentado	Rosa Maria de Andrade Nery	Revista dos Tribunais
Código Penal Comentado	Guilherme de Souza Nucci	Revista dos Tribunais
Curso de Direito Constitucional Contemporâneo	Luiz Roberto Barroso	Saraiva
Curso de Processo Penal	Eugênio Pacelli de Oliveira	Atlas
Lições de Direito Processual Civil - Volumes I, II e III	Alexandre Freitas Câmara	Atlas
Manual de Direito Administrativo	José dos Santos Carvalho Filho	Atlas

Para complementar e integrar o acervo bibliográfico, adequando-o às necessidades de seus usuários, que demandam material jurídico atualizado e de qualidade, foi elaborado um projeto para aquisição de 695 novos títulos para atender as três bibliotecas do Poder Judiciário, totalizando 2.814 volumes, com investimento de R$ 183.238,05 (cento e oitenta e três mil, duzentos e trinta e oito reais e cinco centavos). Também foram adquiridos 36 novos títulos de periódicos, incluindo-se 03 assinaturas do sistema de pesquisa de conteúdo jurisprudencial e prático-processual *online*, com atualização em tempo real, *Magister Net*.

Tendo em vista as necessidades de consultas por parte de servidores e magistrados lotados no interior do estado e, mediante proposição da Associação Cearense dos Magistrados (ACM), foram adquiridos, para cada comarca do Poder Judiciário cearense, as obras descritas na tabela no início desta página.

Ao todo, para as comarcas do interior do estado e varas da capital, foram adquiridos 17 exemplares, totalizando 2.731 volumes, representando um investimento da ordem de R$ 272.441,31 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos).

Os serviços ofertados pela Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe são os seguintes:

→ Consulta local ao acervo;
→ Empréstimos;
→ Pesquisa em Internet;
→ Pesquisa em Jurisprudência;
→ Pesquisa do *Magister Net online* (com atualização diária em sua legislação);
→ Disponibilização de jornais locais;
→ Biblioteca Digital Jurídica (BDJUR).

A BDJUR armazena, preserva e divulga, em formato digital, a produção bibliográfica do Judiciário cearense, podendo ser acessada pelo endereço eletrônico http://bdjur.tjce.jus.br/jspui/.

Com o intuito de preservar a memória do Judiciário cearense, as fitas de gravações das sessões de julgamento (K7) estão sendo transferidas para CD e incorporadas ao acervo da Biblioteca.

Com a adoção do processo judicial eletrônico e, considerando o aumento da produção de informações em formato digital, esta Divisão passou a colaborar com a conversão de processos físicos em virtuais, através da produção de imagens digitalizadas.

A conversão consiste em passar do meio físico para o digital todo o legado de processos em tramitação existente. Para isso, foram criados 6 núcleos móveis de digitalização, 4 para o Fórum Clóvis Beviláqua e 2 no Tribunal de Justiça, que realizam as seguintes etapas:

→ Conferência de paginação: seleção dos processos que serão preparados para a digitalização;

→ Desmonte, higienização e preparação: retirada de clips, grampos, bailarinas, restauração de páginas já deterioradas;
→ Digitalização: passagem do papel por scanner de alta resolução resultando em arquivos no formato pdf;
→ Controle de qualidade: falhas humanas ou falhas de *hardware* podem gerar arquivos defeituosos. Caso seja detectada falha, o arquivo é refeito.
→ Com a criação dos núcleos móveis de digitalização, não há necessidade de transportar os autos físicos, pois a atividade é exercida na própria vara e/ou gabinete.

Uma vez concluído o processo de conversão, os arquivos digitais são disponibilizados para a continuidade do trâmite processual trazendo muitos benefícios para as partes, advogados, magistrados e servidores do Judiciário, tais como:

→ Celeridade e economia processual;
→ Transparência e publicidade;
→ Otimização do espaço físico e redução de custos;
→ Salubridade no ambiente de trabalho.

Outra questão resolvida pela digitalização é o desgaste, pois os documentos armazenados em papel têm um grande desgaste pela sujeira, pelo armazenamento e pelo manuseio inadequado. Esses documentos, muitas vezes, têm que ser refeitos ou acabam sendo perdidos, pois não é mais possível reproduzi-los novamente.

Cabe ainda a esta Divisão a guarda e o gerenciamento dos processos físicos já digitalizados, os quais podem ser requisitados, se assim necessário.

No período em questão, os 04 Núcleos Móveis de Digitalização presentes no Fórum Clóvis Beviláqua realizaram a conversão de 20.952 processos físicos, referentes às Varas da Fazenda Pública, Execução Fiscal, Execução Penal, Família, Criminal e Varas de Delitos de Tráfico de Drogas. Já os Núcleos Móveis de Digitalização do Tribunal de Justiça realizaram a conversão de 1.890 processos. Apresentamos a seguir demonstrativo da quantidade de processos digitalizados:

Vara	Processos Digitalizados	Imagens Geradas	Imagens Revisadas
Fazenda Pública	2.788	798.407	412.099
Execução Fiscal	2.463	554.231	344.929
Execução Penal	1.259	213.307	143.520
Família	1.947	271.904	168.508
Criminal	7.482	1.321.165	853.855
Delitos de Tráfico de Drogas	3.682	572.796	414.052
Falência	226	44.639	36.261
10° Cível	1105	70.737	61.671
TJ	1.890	477.277	328.487
Total	**22.842**	**4.324.463**	**2.763.382**

Para o armazenamento e Gestão dos processos já digitalizados, foi necessária a implantação de um sistema onde pudessem ser cadastrados, por unidade, nome da parte, número, quantidade de páginas e volume, possibilitando, de forma rápida prática e segura, localizar os documentos e, gerenciar o seu ciclo de vida até o seu efetivo descarte.

Assim, dos 22.842 processos já digitalizados no Fórum Clóvis Beviláqua e Tribunal de Justiça, já foram cadastrados no sistema Sisdoc 20.506 processos, conforme segue:

Vara	Registros na Guarda
Fazenda Pública	2.155
Execução Fiscal	1.400
Execução Penal	1.681
Família	1.905
Criminal	3.431
Delitos de Tráfico de Drogas	3.642
10° Cível	542
TJ	6.292
Total	**21.048**

A Divisão de Arquivo é responsável pela manutenção, controle e organização do acervo processual arquivístico, promovendo o arquivamento e o desarquivamento dos processos no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará.

Em função do retorno do acervo processual do TJCE, que passou a ficar novamente sob a responsabilidade da Divisão de Arquivo, foram realizadas as seguintes atividades:

- → Recebimento conferência, higienização e reorganização das 27.316 caixas;
- → Identificação de 15.638 caixas;
- → Desdobramento de caixas com processos jurídicos e administrativos e alimentação nos sistemas - SAJ, CPA e SPROC;
- → Desdobramento de caixas contendo Diário da Justiça, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e Diário da Justiça da União;
- → Digitalização de 5.000 fichas financeiras dos servidores, proporcionando maior celeridade na localização das informações solicitadas;
- → Reestruturação da Divisão de Arquivo com a instalação de uma sala de triagem, novos computadores, aparelhos de ar condicionado e purificadores de ar.

Figura: Bienal do Livro

Assistência Militar

Compete à Assistência Militar planejar, organizar, dirigir e controlar a segurança do Tribunal de Justiça e de outras instalações do Poder Judiciário de acordo com critérios do Chefe do Poder Judiciário.

Procedimentos Operacionais

Ações desenvolvidas com o apoio da 3ª Companhia de Polícia de Guarda e 8ª Seção de Bombeiros:

- Segurança do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Arísio Lopes da Costa, Presidente do TJCE; Segurança do Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, Vice-Presidente do TJCE; Segurança da Excelentíssima Senhora Desembargadora Edite Bringel Olinda Alencar, Corregedora Geral do TJCE.
- Segurança nas Solenidades de Posse dos Novos Desembargadores: Francisco José Martins Câmara; Valdsen da Silva Alves Pereira; Francisco Darival Beserra Primo; Francisco Bezerra Cavalcante; Inácio de Alencar Cortez Neto; Washington Luiz Bezerra Araújo; Carlos Alberto Mendes.

Forte; Teodoro Silva Santos; Carlos Rodrigues Feitosa; Maria Iraneide Moura Silva; Luiz Evaldo Gonçalves Leite, Francisco Gomes de Moura e Maria Vilauba Fausto Lopes, ocorridas no Tribunal do Pleno.

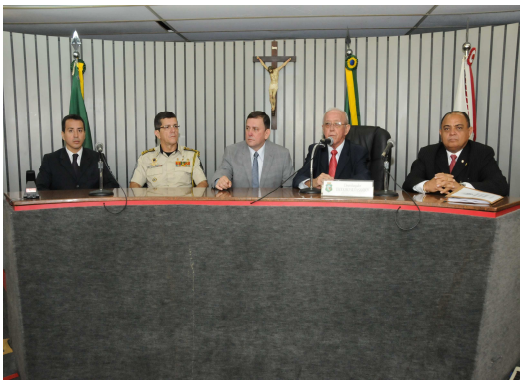
- Segurança nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura.
- Segurança nos eventos: Júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum e Unidades dos Juizados Cíveis e Criminais), Palestras e Seminários (Esmec), Palestras e Seminários (Corregedoria), Palestras em Escolas de Ensino Médio e Confraternização de Magistrados.
- No mês de novembro de 2011, foi realizado o Curso Prático de Tiro e Manuseio de Pistola Cal.40 ministrado pela Casa Militar do Governo do Estado do Ceará sob a coordenação da Assistência Militar do Tribunal de Justiça, aos seguintes Desembargadores: Rômulo Moreira de Deus, Francisco Suenon Bastos Mota, Clécio Aguiar de Magalhães, Sérgia Maria Mendonça Miranda, Manoel

Cefas FontelesTomaz, Francisca Adelineide Viana, Valdsen da Silva Alves Pereira, Inácio de Alencar Cortez Neto e Washington Luis Bezerra de Araújo.

Trabalho conjunto com a Comissão de Segurança Permanente

A Comissão de Segurança Permanente, criada por meio da Portaria nº 884/2011, da Presidência do TJCE, de acordo com as normas da Resolução nº 104 do CNJ, trata da efetivação da segurança, especialmente nas unidades judiciárias que lidam com ações criminais, tendo designado como Presidente o Desembargador Teodoro Silva Santos, e membros: Juiz de Direito Paulo de Tarso Pires Nogueira e o Major PM Augusto Nirlando Monteiro Vieira, Assistente Militar do TJCE.

No dia 07 de julho de 2011, foi realizada uma visita pelos Membros da Comissão de Segurança Permanente às instalações do Fórum Clóvis Beviláqua para reforçar a segurança, com a finalidade de otimizar a vigilância nas Unidades Judiciárias, em especial daquelas que tratam de



processos criminais.

No dia 23 de agosto de 2011, foi realizada uma Reunião dos Membros da Comissão de Segurança Permanente com o Presidente da Associação Cearense de Magistrados.

No dia 24 de agosto de 2011, foi realizada uma audiência pública no TJCE para debater o Tema: “Segurança de Magistrados”, com a participação do Desembargador José Arísio Lopes da Costa, Presidente do TJCE, do Presidente da Comissão de Segurança Permanente, do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, dos Juízes Diretores dos Fóruns das Comarcas de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte e dos representantes da Segurança Pública (Secretário de Segurança Pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar e Polícia Civil).

Por determinação da Comissão de Segurança Permanente do TJCE, através da Assistência Militar, foi realizada uma vistoria em todas as dependências das Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Comarca de Fortaleza, bem como em outras instalações que compreendem a estrutura do Poder Judiciário Estadual. Estas ações tiveram o intuito de monitorar os riscos nas áreas de segurança policial e bombeirística, tanto da estrutura física das edificações como, principalmente, dos magistrados, servidores e usuários destas.

Estas ações fundamentam-se no cumprimento da Resolução N.º 104, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, em seu artigo primeiro, estabelece que: "Os Tribunais de Justiça, no âmbito de suas competências, tomarão medidas, no prazo de um ano, para reforçar a segurança das Varas com competência criminal".

Tal reforço na segurança consiste no controle de acesso aos prédios com Varas Criminais; instalação de câmeras de vigilância; instalação de portais e detectores de metal no acesso ao prédio; aquisição de aparelhos detectores de metais portáteis; instalação de iluminação com sensor de presença; aumento do efetivo policial para policiamento ostensivo nas Varas Criminais e áreas adjacentes; reforço no perímetro dos prédios com o aumento da altura dos muros e cercas concertinas.

Foram encaminhados através da Comissão de Segurança Permanente e da Assistência Militar, solicitações ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, com a finalidade de prover a segurança pessoal dos seguintes Magistrados: Maria Valdileny Sombra Franklin, Juíza de Direito da Comarca de Aquiraz, Fabiana Silva Félix da Rocha, Juíza da Comarca de Tamboril, David Ribeiro de Sousa Belém, Juiz de Direito da Comarca de Mauriti, Ricardo Emídio de Aquino Nogueira, Juiz de Direito da Comarca de Morada Nova, Antônio Josimar Almeida Alves, Juiz de Direito da Comarca de Canindé, Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito da Comarca de Mucambo, Maria José Sousa Rosado de Alencar, Juíza de Direito Auxiliar da Comarca de Iguatu, bem como dar apoio na manutenção do funcionamento jurisdicional dos Fóruns das Comarcas citadas.

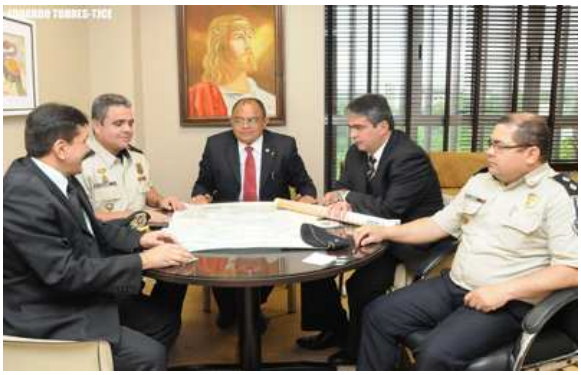
A Assessoria Militar realizou o serviço de segurança aproximada dos seguintes Magistrados: César Morel Alcântara, Juiz de Direito da Comarca de Independência, Cleiriane Lima Frota, Juíza de Direito da Comarca de Paraipaba, Ana Celina Monte Studart Gurgel Carneiro, Juíza de direito da Comarca de Tabuleiro do Norte e da Comarca de Aquiraz, Magno Gomes de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Caucaia, José Coutinho Tomaz Filho, Juiz de Direito da Comarca de Caucaia, Erick Omar Soares Araújo, Juiz de Direito da Comarca de Cariús, César de Barros Lima, Juiz de Direito da Comarca de Acaraú, Magno Rocha Thé Mota, Juiz de Direito da Comarca de Mucambo.

Desde o mês de setembro de 2012 está sendo realizado o serviço de segurança aproximada do Juiz de Direito Dr. Fernando Telles de Paula Lima, da Comarca de Trairi, onde semanalmente são deslocados 02 (dois) policiais militares da Assistência Militar em veículo pertencente ao TJCE, com a devida orientação da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário e autorização do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Segurança nas Comarcas do interior

Em 14 de março de 2012, a Comissão de Segurança Permanente do TJCE firmou parceria com a Polícia Rodoviária Estadual (PRE) para reforçar a proteção dos Magistrados Cearenses nas estradas e rodovias do Estado do Ceará, visando à tranquilidade durante os deslocamentos entre as Comarcas Interioranas, onde ainda nas entradas e saídas das cidades seriam realizadas vistorias e busca de armas em veículos considerados suspeitos.

Em 30 de março de 2012, foi firmado um convênio entre a Comissão de Segurança Permanente e a Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (Ciopaer), para dar apoio



emergencial e preventivo aos Magistrados, bem como mapear todas as regiões do Ceará, em especial aquelas de maiores conflitos a serem solucionados pelos Juízes criminais, como o Vale do Jaguaribe, Sertão Central, Cariri e Zona Norte.

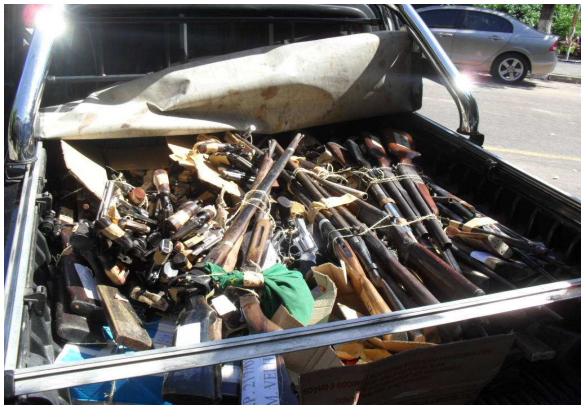
Recolhimento de Armas

Para a realização das ações e procedimentos sobre o Recolhimento de Armas, ocorreu a qualificação dos policiais militares encarregados do recebimento, cadastramento, guarda e destruição das armas, de forma proativa no emprego material e operacional, proporcionando a desenvoltura nos trabalhos de segurança pessoal e das instalações físicas, bem como da parte administrativa, dentre as quais destacamos o cadastramento das armas atreladas aos processos das Varas Criminais e do Júri, anteriores ao ano de 2000, bem como a autorização para cadastramento das armas no sistema do CNJ, que facilitará a identificação e controle de armas e objetos remetidos para a guarda da Comarca de Fortaleza.

Cumprindo determinação da Portaria nº 199/2012 do TJCE, datada de 9 de fevereiro de 2012 e do Ofício Circular nº 042/2012, da Corregedoria Geral da Justiça, foram visitadas 140 (cento e quarenta) Comarcas do Interior, sendo recolhidas para destruição 11.504 (onze mil, quinhentas e quatro) armas que, somadas às 1.833 (mil, oitocentas e trinta e três) armas da Comarca de Fortaleza já destruídas e 6.191 (seis mil, cento e noventa e um) armas já solicitadas ao Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua para fins de destruição, temos o total de 19.528 (dezenove mil, quinhentas e vinte e oito) armas até o mês de dezembro de 2012. Ressalte-se que mesmo antes da legislação acima especificada, a Assistência Militar no ano de 2011 recolheu,

cadastrou e destruiu o número de 11.434 (onze mil quatrocentas e trinta e quatro) armas.

Entrega e Conferência das Armas no Exército Brasileiro



Escolta e Chegada ao Local de Destruição

Vale ressaltar que algumas Comarcas Interioranas não encaminharam armas para destruição por realizarem a guarda em unidades policiais militares do interior do Estado do Ceará.

Segue abaixo a tabela comparativa do recolhimento de armas realizada pelo Tribunal de Justiça, durante as gestões de 2000 até 2012:

Ano	Qtde
2000	14
2001 – 2002	31
2003 – 2004	39
2005 – 2006	58
2007 – 2008	4.710
2009 – 2010	3.098
2011 – 2012	29.747

Os procedimentos operacionais e administrativos alcançaram a meta planejada, o cadastramento das armas sob a guarda da Assistência Militar na comarca de Fortaleza e a ação proativa na identificação do armamento existente na Casa de Armas do Fórum Clóvis Beviláqua. Os policiais militares da 3ª Companhia de Polícia de Guarda (3ª CPG), coordenados por esta Assistência Militar, com o apoio da maioria dos magistrados que respondem por suas comarcas, na Capital e no Interior do Estado do Ceará, das varas criminais, Juizados da Infância e da Juventude, Juizados Especiais, ajudaram no cumprimento da missão de recolhimento, cadastramento e destruição de armas sob a orientação da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário, onde totalizou o quantitativo de 29.747 (vinte e nove mil, setecentas e quarenta e sete) armas recolhidas, cadastradas e/ou destruídas durante a Gestão 2011-2013.

A equipe de policiais militares da 3ª CPG, sob a orientação da Assistência Militar e da Comissão de Segurança Permanente do Poder Judiciário do Estado do Ceará, além das diretrizes da Presidência do TJCE e da Corregedoria Geral da Justiça, cadastraram, recolheram e destruíram o máximo de armas possíveis, diminuindo consideravelmente a permanência de armas nas Comarcas, principalmente do interior do Estado do Ceará, evitando que essas armas, já periciadas, permaneçam nos Fóruns, podendo ocorrer o furto ou roubo para utilização de crimes diversos. A missão foi realizada com sucesso, entretanto, deve-se manter uma integração maior por parte das comarcas interioranas, a fim de continuarmos realizando o serviço de acordo com as determinações estabelecidas pela Presidência do TJCE.

Trabalho conjunto com o Grupo de Segurança do Fórum

Seguindo as diretrizes do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- → Acompanhamento de Cumprimento de Mandados: foram executadas 460 (quatrocentas e sessenta) ações de auxílio aos Oficiais de Justiça, por determinação judicial, no cumprimento de mandado, utilizando sempre dois (02) policiais do efetivo do Grupo de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua.
- → Condução de presos ou menores/adolescentes: foram executadas 210 (duzentas e dez) determinações para condução às Delegacias e aos Centros Educacionais para Menores e Projeto Justiça Já.
- → Apoio ao Plantão Judicial e Urgência (cumprimento de mandados): foram executados 66 (sessenta e seis) acompanhamentos aos Oficiais de Justiça em saídas durante os finais de semana e feriados para o cumprimento de Mandados Judiciais.

→ Atendimento de Ocorrências: foram atendidas o número de 53 (cinquenta e três) diferentes tipos de ocorrências, tanto interna quanto externamente, para garantir a tranquilidade na execução do mister do Poder Judiciário, bem como cumprir o ditame constitucional de preservação da ordem pública.

→ Acompanhamento de Audiências das Varas do Júri e dos Plantões: realizou a segurança em 397 (trezentos e noventa e sete) sessões de julgamento e audiências, onde foram empregados 01 (um) ou 02 (dois) policiais em cada, dependendo da solicitação do magistrado e/ou da quantidade de réus.

→ Rondas (1): Foram instituídas rondas internas contínuas, realizadas seis (06) vezes dentro do horário de expediente e no período noturno, quando das rendições nos turnos de serviço. As externas seguem um cartão programa de itinerário, composto de ruas e Pontos Bases (PB's) nas proximidades do FCB, da Esmec e da Creche.

→ Rondas (2): Visando atender as solicitações das varas da área criminal e o recebimento de armas de Inquéritos e Perícias, dois (02) Policiais Militares do efetivo do Fórum foram disponibilizados para tal missão. Conforme solicitações de Magistrados das Varas da Infância e da Juventude, Varas de Execuções Penais e Corregedoria de Presídios, Varas de Delitos de Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes e da 1ª à 12ª Vara Criminal durante o expediente um (01) Policial Militar faz ronda nos corredores das referidas varas.

→ Aumento da Segurança Interna: foi providenciado o fechamento permanente (com arrebites) das janelas tipo basculantes que delimitam o perímetro externo, bem como a redução de abertura dos quais fosse considerada necessária a permanência da abertura, para fins de circulação de ventilação natural, objetivando impedir o acesso indevido de pessoas mal-intencionadas.

Ações como apoio da 8ª Seção de Bombeiros

Com a missão de proporcionar segurança e dotar, no âmbito deste Poder Judiciário, de uma estrutura ágil e eficiente na prevenção e combate a incêndios, primeiros socorros e controle de pânico, através de medidas educativas e preventivas.

Seguindo o cronograma de atividades estabelecidos pela Assistência Militar, foi intensificada a filosofia preventiva no sentido de assegurar a integridade física de Desembargadores, Magistrados, Serventuários, Colaboradores e público em geral que diariamente acorrem à esfera desta Corte de Justiça Estadual.

O início da quadra invernosa de 2011, foi marcado pela mobilização de bombeiros desta 8ª Seção em ações de resgate e salvamento de bens materiais em decorrência de infiltrações e desabamento de parte do forro nas instalações do Centro de Documentação e Informação, onde outrora abrigava gabinetes de Desembargadores, na Coordenadoria de Infância e Juventude, Tribunal do Povo e em diversas Unidades Judiciárias da Comarca de Fortaleza e interior.

Além destas ocorrências a 8ª SB foi solicitada e atendeu prontamente a outras demandas:

→ Execução de serviços de podas de árvores em iminente risco de queda na Sede do Palácio da Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas Unidades Judiciárias, no prédio do CDI, no Fórum das Turmas Recursais e na Creche Escola Felisbela Benvinda Guimarães;

- Reforço operacional da Guarnição de Bombeiros por ocasião das Solenidades de Posse dos Novos Desembargadores, ocorridas no Tribunal do Pleno.
- Reforço operacional da Guarnição de Bombeiros no Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Criminais e Conselho da Magistratura e nos eventos: Júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum e Unidades dos Juizados Cíveis e Criminais), Palestras e Seminários (ESMEC), Palestras e Seminários (Corregedoria).
- A 8ª SB providenciou vistorias corretivas e preventivas por ocasião da posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral, realizado no auditório do Pleno do TJCE.
- Em 21 de setembro de 2011 foram realizadas vistorias das instalações do Palácio da Justiça e reforço de efetivo Bombeiro Militar na solenidade de lançamento do "Código de Divisão e Organização Judiciária".
- Conforme previsto pela Secretaria de Gestão de Pessoas, no Plano Bianual de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário, os integrantes da 8ª Seção de Bombeiros, com apoio da Assistência Militar, ministraram o Curso de Primeiros Socorros, visando capacitar os serventuários da Justiça sobre procedimentos básicos, não obstante, imprescindíveis em atendimentos de urgência e emergência.

- Em 29 de setembro de 2011 foi realizada a execução de vistoria preventiva e corretiva por ocasião da solenidade de encerramento da 1ª Etapa de Reestruturação do Setor de Precatórios do TJCE.
- Participação do efetivo Bombeiro Militar nas etapas de destruição e incineração de armas brancas, de fogo e munições recolhidas pelo efetivo da Assistência Militar (3ª Companhia de Policiamento de Guarda) nas Comarcas do interior do Estado.
- Instalação de posto fixo de Bombeiros no 3º pavimento do Tribunal de Justiça, com o propósito de atender com maior celeridade, rapidez e eficiência aos senhores Desembargadores e demais serventuários da Justiça.
- Em 08 de fevereiro de 2012 foi empregado a ação preventiva da guarnição de Bombeiros Militares por ocasião da instalação das 02 (duas) novas Varas de Execuções Penais da Comarca de Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua.
- Em 16 de abril de 2012 houve a participação do efetivo bombeiro militar, na destruição e incineração de cerca de 5.800 (cinco mil e oitocentas) armas brancas e de fogo recolhidas pela Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário e 3ª Companhia de Policiamento de Guardas nas comarcas do interior do Estado do Ceará.
- Em abril de 2012, houve a Realização da Campanha Interna para prevenção de Incêndios, com a demonstração de atendimentos básicos de emergência e primeiros socorros, entrega de folder's informativos, prestação de atendimentos, palestras e exposição de materiais de combate a incêndio, salvamento e primeiros socorros, em comemoração a Semana de Prevenção Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, na sede do Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua.
- No período de 26 a 29 de junho de 2012, a Assistência Militar e a 8ª Seção de Bombeiros do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) promoveram a "Semana de Prevenção de Incêndios e Acidente Vascular Cerebral (AVC)", com o objetivo principal de repassar aos servidores e visitantes

informações de como prevenir, tirar dúvidas e apresentar os materiais utilizados pelos militares no serviço diário. A campanha contou, ainda, com a entrega de folders informativos, prestação de atendimentos, palestras e exposição de materiais de combate a incêndio, salvamento e primeiros socorros. A iniciativa integra o calendário de comemorações em alusão à 48ª Semana de Prevenção Contra Incêndios do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.

→ Com o apoio da Assistência Militar e autorização do Presidente do Tribunal de Justiça, o projeto "Saúde, Bombeiros e Sociedade", que conta com 02 (dois) núcleos: Sede do Tribunal de Justiça e Fórum Clóvis Beviláqua, implantou em suas atividades a partir de janeiro de 2012, palestras educativas, passeios recreativos, além de promover o controle da pressão arterial de todos os seus participantes, sendo uma inovação nas atividades desenvolvidas.

→ Buscando atender a crescente demanda de participantes, sobretudo da 3ª Idade ampliamos os dias de funcionamento.

→ O Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade, desenvolve atividades físicas de baixo impacto, busca promover a integração social dos participantes, além de melhorar a autoestima através da valorização pessoal do seu público-alvo.

→ Os instrutores capacitados pelo Corpo de Bombeiros Militar atendem aos serventuários da justiça e ao público de comunidades circunvizinhas.

→ Ao longo do mês dedicado às crianças, os bombeiros militares da 8ª Seção, participaram ativamente da campanha "Sorriso Largo", que em parceria com o TJCE e demais Instituições, teve por objetivo arrecadar brinquedos para crianças atendidas em projetos sociais.

→ Durante o período de 07 a 14 de novembro, reforço do efetivo bombeiro militar por ocasião da Semana de Conciliação, realizado no Fórum Clóvis Beviláqua, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o país.

Fórum Clóvis Beviláqua

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua tem desenvolvido, durante o biênio 2011-2013, ações visando a melhoria das condições de trabalho e a valorização de magistrados e servidores, buscando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na 1ª Instância da Comarca de Fortaleza, em consonância com os objetivos traçados pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sob a Presidência do Desembargador José Arísio Lopes da Costa.

O Diretor do Fórum, Juiz José Krentel Ferreira Filho, conduziu as ações em conjunto com os juízes auxiliares da Diretoria: Eduardo de Castro Neto (Coordenação das Varas Criminais, de Delitos do Tráfico, de Execução Penal e de Penas Alternativas, do Juízo Militar, do Júri e de Trânsito), Sérgio Luiz Arruda Parente (Coordenação das Varas Cíveis, de Família e de Sucessões), Paulo de Tarso Pires Nogueira (Coordenação das Varas da Fazenda Pública, de Recuperação de Empresas e Falências, de Registros Públicos, de Execução Fiscal e de Crimes contra a Ordem Tributária), Rita Emília de Carvalho Rodrigues Bezerra de Menezes (Coordenação das Varas da Infância e da Juventude), Djalma Teixeira Benevides (Coordenação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), Jane Ruth Maia de Queiroga (Coordenação da Central de Conciliação de 1º Grau), Francisco Mauro Ferreira Liberato (Superintendência da Coordenadoria de Mandados) e João Everardo Matos Biermann (Coordenação do Setor de Distribuição) e Silvia Soares de Sá Nóbrega (Ouvidoria).

Buscou-se também firmar parcerias com as diversas instituições que integram o Sistema de Justiça, como Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Defensoria Pública, visando alcançar uma Justiça mais efetiva e acessível a todos. Manteve-se, além disso, diálogo permanente com magistrados e servidores de todas as Varas da Capital, bem como com os diversos setores administrativos do Fórum Clóvis Beviláqua e do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), com vistas a obter sugestões, críticas e colaborações para todas as ações desenvolvidas.

Implantação do Processo Eletrônico

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua adotou medidas para viabilizar a implantação do processo eletrônico na Comarca de Fortaleza. Em conjunto com o Departamento de Informática e com o Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual de 1º Grau (Grupo Gestor da Virtualização), implementou melhorias no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), adequando o software às necessidades específicas de cada Vara, de forma a potencializar os benefícios proporcionados pelo uso da tecnologia.

Diversas ações foram desenvolvidas com o objetivo de facilitar a adaptação ao novo sistema virtual, assim como para ampliar o acesso ao processo eletrônico. Foram oferecidos cursos e capacitações para Magistrados, Servidores, Advogados, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Procuradores do Estado e do

Município, abordando as ferramentas e funcionalidades do SAJ.

Figura: Treinamento para advogados sobre o Sistema de Automação da Justiça

As Varas do Fórum foram equipadas com monitores de tela dupla, o que facilita o manuseio dos processos virtuais. Todos os magistrados da Capital receberam um notebook institucional, possibilitando que movimentem os processos de qualquer local onde estejam. Nas dependências do Fórum, foram instaladas redes de internet sem fio com acesso ao Portal do TJCE e a sites jurídicos e governamentais.

Foram instalados também dois terminais de autoatendimento, nos quais as partes e advogados podem consultar os autos virtuais. Disponibilizou-se, além disso, uma ilha de peticionamento eletrônico, onde os operadores do Direito podem protocolar petições online, contando com o auxílio de dois técnicos, para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Por meio de todas essas medidas, foi possível concluir a implantação do processo eletrônico em toda a Comarca de Fortaleza. Assim, desde outubro de 2012, todas as 108 Varas do Fórum Clóvis Beviláqua já recebem novos processos exclusivamente por meio eletrônico. O peticionamento via SAJ tornou-se obrigatório para todos os processos já virtualizados, conforme determina a Portaria nº 1.163/2012 da Presidência do TJCE, publicada no Diário da Justiça do dia 9 de julho de 2012.

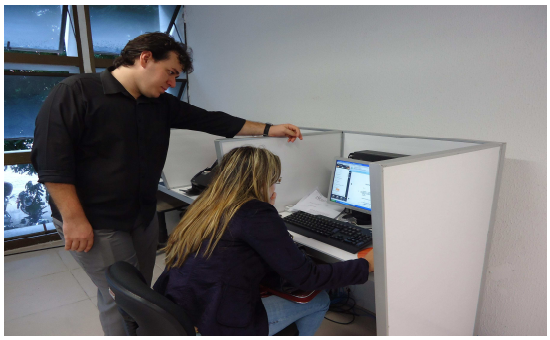


Figura: Ilha de Peticionamento Eletrônico

A digitalização do acervo processual de cada Vara ficou facultada ao magistrado titular, que, caso julgue conveniente, pode solicitar o escaneamento das peças dentro da própria unidade, por meio do Núcleo Móvel de Digitalização.

Os processos administrativos também tramitam em meio eletrônico e, como estabelece a Portaria nº 252/2012 desta Diretoria, tais documentos passaram a ser encaminhados exclusivamente via SAJ Administrativo/CPA, dando maior rapidez, segurança e transparência às rotinas internas.

Duas pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho de Sistemas de Gestão Processual de 1º Grau, referentes a procedimentos ordinários das Varas da Fazenda Pública e ações de divórcio das Varas de Família, mostraram que o tempo de tramitação das ações em meio eletrônico é, em média, sete vezes menor que o tempo para julgamento da ação em papel, o que comprova os ganhos em celeridade proporcionados pelo sistema virtual.

Reestruturação do Fórum Clóvis Beviláqua

Durante o biênio 2011-2013, deu-se prosseguimento ao Projeto de Reestruturação do Fórum Clóvis Beviláqua, que visa aprimorar as instalações do prédio, promover melhor aproveitamento dos espaços físicos e adequar o Fórum à nova realidade do processo eletrônico.

A reforma contemplou diversas intervenções, como substituição de piso, forro e divisórias,

assim como de toda a instalação elétrica. Uma das prioridades foi também a melhoria do sistema de climatização, por meio da instalação de novas centrais de ar-condicionado, com maior capacidade de resfriamento e menor gasto de energia.

Figura: Balcões para atendimento interno

Todas as Varas do Fórum foram equipadas com balcões internos, oferecendo maior comodidade às partes e aos advogados e propiciando às secretarias melhores condições de organização e segurança. Setores como Telejustiça, Protocolo e Certidões também ganharam novos espaços mais apropriados ao atendimento.

Foi criado o serviço "Posso Ajudar?", composto por dez auxiliares distribuídos nas entradas e nos pontos de maior circulação do Fórum, com o objetivo de orientar jurisdicionados e operadores do Direito quanto à localização de Varas e Setores Administrativos do prédio. A equipe que integra o serviço foi capacitada por meio de curso sobre atendimento ao público promovido pelo Serviço de Treinamento do Tribunal de Justiça do Ceará, em parceria com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza e a Coordenação do Telejustiça.

Figura: Módulos de arquivo deslizante

O Setor de Arquivo do Fórum Clóvis Beviláqua também passou por reformulação. O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) disponibilizou módulos de arquivo deslizante, com capacidade para armazenar 50 mil caixas de processos. O equipamento permite economizar até 60% de espaço, quando comparado ao tradicional, e facilita o manuseio e a organização dos autos. As mudanças resultaram também em melhorias significativas no ambiente de trabalho, elevando a qualidade de vida dos funcionários do setor.

Outro setor beneficiado pela reestruturação do prédio foi a Central de Conciliação de 1º Grau, que ganhou novas instalações e teve o espaço ampliado, passando a contar com oito salas. A medida permitiu ao setor reforçar a pauta de audiências e intensificar a realização de mutirões, contribuindo para disseminar a cultura do acordo, como forma pacífica e eficaz de solução dos conflitos.

A Vara de Penas Alternativas e Habeas Corpus (Vepah) também foi contemplada com novas salas para sediar os projetos desenvolvidos pela unidade, como o Núcleo de Reinserção Social dos Cumpridores de Penas e Medidas Alternativas do Ceará, Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica contra a Mulher (Nuah) e Centrais de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas. O novo espaço é de grande importância para a consolidação das iniciativas, que visam promover a prevenção e o enfrentamento da violência.

Inauguração de Novas Varas

Em fevereiro de 2012, a Comarca de Fortaleza passou a contar com duas novas Varas de Execução Penal, totalizando três unidades dedicadas à matéria. Os feitos pertencentes à antiga Vara Única de Execução Penal foram redistribuídos entre as três novas unidades, contribuindo para dar maior celeridade ao trâmite processual.

Em junho do mesmo ano, foi instalada também a 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas. Com a medida, o Poder Judiciário avança no combate ao comércio de entorpecentes, contribuindo para conter o crescimento do uso de drogas.

Foram instaladas também a 23ª, 24ª e 25ª Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs), localizadas, respectivamente, na Universidade de Fortaleza (Unifor), na Faculdade Nordeste (Fanor) e Faculdade Farias Brito (FFB). A instalação se deu a partir do convênio firmado entre o TJCE e as instituições de ensino, visando aperfeiçoar a prestação jurisdicional, aproximar o Judiciário da sociedade e contribuir com a formação profissional dos estudantes universitários.

Juizado do Torcedor

O plantão judiciário em jogos de futebol decisivos foi determinado pela Presidência do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e instituído pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, por meio do Provimento nº 01/2012, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 02 de maio de 2012. O objetivo é atender a infrações de menor potencial ofensivo e causas cíveis de menor complexidade, previstas no Estatuto do Torcedor e na Lei dos Juizados Especiais. Até dezembro de 2012, o plantão já havia atuado em 38 partidas de futebol, realizadas no Estádio Presidente Vargas.

Figura: Plantão Judiciário no Estádio Presidente Vargas

Melhorias no Entorno

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua empenhou-se em obter, junto aos órgãos públicos responsáveis, a adoção de medidas para minimizar os problemas de trânsito, estacionamento, uso do espaço público e urbanização no entorno do prédio. Foram realizadas reuniões com representantes da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e de Cidadania (AMC), Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor) e Polícia Rodoviária Estadual (PRE) para tratar do assunto e buscar soluções conjuntas.

Algumas das medidas acordadas foram alterações de sentido de ruas do entorno, para melhorar o fluxo de veículos; regularização dos ambulantes que trabalham na área; e aumento na fiscalização do trânsito em frente ao prédio, inibindo, principalmente, o estacionamento em locais proibidos.

Responsabilidade Socioambiental

O Fórum Clóvis Beviláqua participou, em 2012, da I Semana do Meio Ambiente promovida pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). Durante o evento, que comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), foram realizadas distribuição de mudas, recolhimento de lixo eletrônico, exibição de vídeos educativos sobre preservação ambiental, entre outras atividades.

A partir de parceria firmada entre o TJCE e a Companhia Energética do Ceará (Coelce), o Fórum passou a participar, desde fevereiro de 2012, do projeto Ecoelce, que troca resíduos por descontos na conta de energia. A medida pretende reduzir os danos ao meio ambiente e proporcionar economia de recursos, atendendo à Recomendação nº 11/2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2010-2014 do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

O Fórum participou também, em agosto de 2012, de campanha para doação de sangue e cadastro de medula, promovida pelo Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), e, em setembro e outubro do mesmo ano, da campanha "Sorriso Largo", que arrecadou brinquedos para crianças atendidas por projetos assistenciais de Fortaleza.

Mutirões de Conciliação e Julgamento

Os métodos consensuais de solução de conflitos têm se tornado prática comum na Comarca de Fortaleza, por meio de iniciativas da Central de Conciliação de 1º Grau, do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais e das próprias unidades judiciárias, com o apoio da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

Em 2011, a Central de Conciliação promoveu o Mutirão de Execuções de Alimentos, que resultou em 830 audiências com comparecimento das partes e 468 processos solucionados; III Mutirão Financeiro, com 290 audiências e 252 acordos envolvendo os bancos Itaú/Unibanco e Panamericano.

Em 2012, foi realizada a primeira fase do Mutirão de Processos da Área da Saúde "Conciliar é saudável", que promoveu 620 audiências, das quais 364 resultaram em acordos em processos envolvendo a Unimed Fortaleza; e duas edições do Mutirão Financeiro envolvendo os bancos Bradesco e Itaú, realizando, respectivamente, 83 e 354 acordos.

Além dos mutirões, a Central de Conciliação mantém pauta permanente de audiências, relativas a processos encaminhados pelas Varas Cíveis e de Família da Capital. O setor também realiza, anualmente, o Seminário de Conciliação e a entrega da "Medalha Juiz Marcos Aurélio Rodrigues" a personalidades que prestaram relevantes serviços à valorização e disseminação de meios pacíficos de solução de conflitos.

Figura: Mutirão "Conciliar é saudável"

O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da Comarca de Fortaleza promoveu, em 2011, os mutirões "Somando Esforços, Multiplicando Soluções", com 296 acordos envolvendo os bancos Bradesco e Itaú; "Porque cuidar é legal", com 384 perícias em processos de interdição provenientes das Varas de Família; e "Reconhecendo vínculos – Paternidade é questão de dignidade", que resolveu 309 ações de investigação de paternidade.

Até outubro de 2012, o Grupo promoveu o Mutirão de Ações Acidentárias, que realizou 192 perícias relativas a processos envolvendo acidentes de trabalho; I Mutirão do Júri, que realizou 70 julgamentos e 273 audiências, além de ter proferido 2.092 decisões e despachos em processos envolvendo crimes dolosos contra a vida; e a segunda edição do Mutirão do DPVAT, que promoveu e 751 conciliações.

Figura: I Mutirão do Júri

Além dos mutirões, os integrantes do Grupo de Auxílio proferem sentenças e despachos,

priorizando os feitos mais antigos. Promovem também movimentações processuais diversas, relacionadas a autuações de novos feitos, certificações de prazos, atualizações nos sistemas processuais e expedição de mandados, cartas precatórias, cartas de intimação, alvarás, cartas de guia e ofícios.

Celeridade Processual

Imprimir maior eficiência e agilidade aos trabalhos dos setores de Protocolo e Distribuição da Comarca de Fortaleza foi outro objetivo perseguido pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua. Os setores tiveram suas equipes ampliadas e foram criados grupos de trabalho extraordinário para reduzir o prazo de encaminhamento das petições às unidades judiciárias. Dados de dezembro de 2012 mostram que a maioria das petições é encaminhada em, no máximo, 48 horas. As petições protocoladas por meio eletrônico são remetidas às Varas no mesmo dia.

Figura: Coman

A Coordenadoria de Cumprimento de Mandados Judiciais da Comarca de Fortaleza (Coman) também ganhou reforços, com o incremento da equipe de Oficiais de Justiça, aquisição de veículo próprio e designação de servidores para atuarem especificamente no cumprimento de alvarás de soltura. De janeiro de 2011 a novembro de 2012, o setor recebeu 272.511 ordens judiciais e registrou um total geral de 276.412 mandados diligenciados, certificados e devolvidos às Varas, resultando em um excedente de 3.901 mandados, relativos a anos anteriores.

Capacitações

O Centro de Treinamento Integrado do Fórum Clóvis Beviláqua tem promovido, durante o biênio 2011-2013, cursos, capacitações, seminários, oficinas, palestras e outros eventos, contribuindo para o aprendizado, a valorização e a melhoria da qualidade de vida dos servidores. No período, foram 365 treinamentos ministrados, totalizando 2.905 horas/aula e contemplando 4.881 servidores.

Figura: Curso de Psicologia Jurídica

Alguns dos principais cursos ofertados foram “As reformas no Código de Processo Penal”, “Procedimentos Cíveis e Criminais nos JECCs”, “Procedimento Comum Ordinário no Processo Penal”, “Noções de Direito Administrativo”, “Formação em Mediação e Conciliação”, “Conflito entre Publicidade dos Atos Processuais e a Intimidade da Pessoa no Processo Virtual”, “Direito Processual Civil”, “Direito Processual Penal”, “Processo Civil aplicado aos atos de secretaria: cumprimento de sentença e execução”, “Noções de Direito Tributário”, “Rito processual à luz das leis 11.343/06 e 6.378/76 (Lei de Tóxico), “A preservação do segredo de justiça nos processos virtuais”, “Psicologia Jurídica” e “Alienação Parental”, entre outros.

Destacam-se também os treinamentos “Introdução à Gerência de Projetos”, “Novo

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa", "Redação Oficial", "Qualidade no Atendimento", "Estresse Ocupacional e o Cultivo do Equilíbrio Emocional", "Administrando o Estresse no Local de Trabalho", "O Equilíbrio Pessoal e Profissional Através da Ética", "Resiliência Emocional na Conciliação", "Qualidade de Vida no Trabalho – meditação, saúde e bem-estar", "Ergonomia: saúde e qualidade de vida no trabalho", "O Atendimento e suas Relações Pessoais e Profissionais", "Inteligência Emocional", "Administração de Finanças" etc.

Também foram realizadas as palestras "A interação entre o Sistema Judicial e a Mediação", "Levantamento de Necessidades de Treinamento: fundamentações e implicações práticas" e "Longevidade e Qualidade de Vida"; as oficinas "Administrando o Estresse no Local de Trabalho"; e o "I Seminário de Estudos sobre os Meios Alternativos de Solução de Conflitos".

O Centro de Treinamento Integrado promoveu ainda eventos em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Dia do Servidor Público e Semana Natalina, com exposições, oficinas e apresentações artísticas.

O setor é responsável também pelo projeto "O Fórum mais Próximo da Sociedade", que visa despertar a comunidade estudantil (graduandos de Direito e alunos do Ensino Médio) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, através do conhecimento da estrutura e funcionamento do Fórum. Em 2011 e 2012, foram realizadas 30 visitas guiadas, com a participação de um total de 756 estudantes de diversas instituições públicas e privadas.

Figura: Diretor do Fórum participa de visita de estudantes

Destaca-se que o referido projeto foi incluído na iniciativa "Conhecendo o Judiciário e sua História", do Programa Justiça e Cidadania, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através da Resolução do Órgão Especial nº 05/2011. A iniciativa atende também à Meta 04/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que prevê a implantação de "pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos".

Ouvidoria Geral da Justiça

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará está regulamentada pela Resolução nº 23, publicada em 25/08/2004:

Art. 4º O Ouvidor Geral será um Desembargador designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, cujo mandato deverá coincidir com o do Presidente em exercício, admitida a sua recondução por mais um período.

Parágrafo único – A Ouvidoria Geral contará com um Ouvidor Substituto que atuará em caso de ausência ou impedimento do titular.

Competência

Art. 3º - Compete à Ouvidoria Geral diligenciar perante os diversos órgãos do Poder Judiciário as reclamações, informações, e sugestões dos cidadãos com relação ao judiciário, identificando as causas e buscando soluções que atendam às expectativas da sociedade por uma justiça mais efetiva e possibilitem o aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais.

Parágrafo único – A Ouvidoria Geral não dispõe de poderes correcionais, não interfere e nem substitui as atribuições da Corregedoria Geral da Justiça.

Atribuições Básicas

Art. 2º - A atribuição básica da Ouvidoria Geral é a de atuar na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões ilegais ou injustos cometidos no âmbito do Poder Judiciário estadual, cabendo-lhe especificamente:

I – Receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes forem dirigidas e, quando cabível, encaminhá-las ao órgão competente;

II – Garantir, a todos quantos procurarem a Ouvidoria, o retorno das providências adotadas a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados.

III – Garantir a todos os demandantes um caráter de discrição e de fidedignidade ao que lhe for transmitido;

IV – Sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas reclamações e sugestões recebidas, visando garantir que os problemas dectados não se tornem objeto de repetições contínuas;

V – Criar um processo permanente de divulgação do serviço da Ouvidoria junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;

VI – Promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos aos exercício dos direitos e deveres do cidadão;

VII – Organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às reclamações, sugestões e críticas recebidas;

VIII – Desenvolver outras atividades correlatas.

Manifestações

No período de jan. a dez. de 2011 e jan. a set. de 2012, a Ouvidoria Geral do TJCE recebeu 6.969 manifestações, podendo-se destacar como de maior incidência as reclamações, dentre as quais, a falta de andamento processual com a consequente ausência da prestação jurisdicional.

Recebimento	Qtde
e-mail	6618
Virtual/digital	42
Carta (Ofício)	0
Pessoalmente	115
Telefone	184
Correio	10
Total	6969

Tipo de Manifestação	Qtde
Reclamações	2635
Sugestões	39
Elogios	57
Críticas	4
Pedido de informação	2142
Outros	2003
Agradecimentos	286
Denúncia	73
Total	7239

Acessos

Art.6º O acesso à Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é feito através dos seguintes meios:

I – Atendimento via telefone, através do terminal (085) 3207.7428;

II – Fax (085) 3207.7430;

III – Atendimento pessoal, realizado na sala da Ouvidoria Geral, localizada no TJCE;

IV – Correio eletrônico através de:

E-mail: ouvidoriageral@tjce.jus.br

Home page: www.tjce.jus.br

V – Envio de correspondência para o endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n – Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Palácio de Justiça (Cambeva) CEP: 60.822-325

A Ouvidoria Geral não exerce função de caráter punitivo. É importante que o manifestante se identifique, pois não será dado seguimento a manifestações anônimas.

Outras atividades

- Elaborada campanha de divulgação das atividades da Ouvidoria Geral através de cartazes e folders;
- Receber pedidos de informações e repassá-los, quando possível, aos órgãos competentes;
- Coordenação dos Trabalhos do Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação;
- Participação na elaboração do novo portal da Ouvidoria Geral juntamente com o pessoal da informática para fins de melhor viabilizar o acesso a Ouvidoria e aos trabalhos do SIC.

Ouvidoria Geral em Revista – "Judiciário em foco"

Com o objetivo de dar visibilidade e transparência às atividades da Ouvidoria Geral do TJCE, passou-se a publicar, anualmente, as atividades da Ouvidoria através da publicação das estatísticas, bem como das suas atividades complementares.

Os trabalhos de divulgação podem ser encontrados na revista "Judiciário em Foco" ou no endereço: imprensa@tjce.jus.br

Participação em Congressos, Seminários, Palestras e outros eventos

- I Seminário de Capacitação e Sensibilização para a importância das Ouvidorias da Justiça Eleitoral, realizado em Fortaleza/CE no dia 16 setembro de 2011;
- Curso de Introdução aos Meios Alternativos de Justiça, realizado pelo Núcleo de Treinamento do TJCE, nos dias 23, 26 e 30 de setembro de 2011;
- Curso de Conciliação e suas Técnicas, realizado pelo Núcleo de Treinamento do TJCE, nos dias 03, 07, 10 e 17 de outubro de 2011;
- Curso de Mediação e suas técnicas, realizado pelo Núcleo de Treinamento do TJCE, nos dias 24 a 31 de outubro e 04 e 07 de novembro de 2011;
- Palestra "A Importância da Ouvidoria como Canal Direto de Comunicação entre a Sociedade e o Poder Judiciário", realizada pela Ouvidoria Geral do TJCE no dia 11 de novembro de 2011;
- Palestra "A Lei de Acesso à Informação e o Portal da Transparência", realizada no dia 17 de agosto de 2012;
- VII Seminário Nacional de Ouvidores & Ouvidorias, realizado em Curitiba, de 24 a 26 agosto de 2012 promovido pelo Instituto Pró-cidadania.

Participação em eventos de capacitação

- Curso Básico de Formação em Ouvidoria, realizado pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará no período de 03/05/2011 a 09/06/2011;
- Curso de Capacitação em Ouvidoria, realizado pela OMD Soluções para Ouvidorias com parceria com o TRE/CE, na data de 15 de setembro de 2011.

Conclusão

A atividade da Ouvidoria Geral do TJCE, em que pese haver uma maior necessidade de outros meios de apuração de suas atividades e da prestação de seus serviços, vem demonstrando, de forma inequívoca, um alto grau de resolubilidade, como pode ser conferido pelos seus relatórios mensais, bem como pelos gestores da instituição que efetivamente podem se apropriar das manifestações recebidas e sugestões encaminhadas pelo Ouvidor para a tomada de decisões que melhor se ajustem aos casos concretos. Abaixo podemos citar, a título de exemplo, medida, dentre outras não menos importantes, de iniciativa da Ouvidoria Geral que contribuiu para que a Presidência deste Tribunal adotasse medidas em prol de viabilizar serviços.

- Encaminhamento de ofício à Presidência do Tribunal solicitando meios para viabilizar a aplicação da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Após esta iniciativa, foi criado o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará por meio da Portaria 980/2012.